

*... a linguagem serve
para viver:*

estudos reunidos em torno da
obra de Émile Benveniste

**CÉLIA H. P. DELLA MÉA
MÁRCIA ELISA VANZIN BOABAID
VALDIR DO NASCIMENTO FLORES
(ORGS.)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

REITOR: Luciano Schuch

VICE-REITORA: Martha Bohrer Adaime

DIRETOR CAL: Gil Negreiros

COORDENADOR PPGL: Dionei Mathias

**EDITORA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
– PPGL**

Editora-chefe: Sara Regina Scotta Cabral

COMISSÃO EDITORIAL

Amanda Eloina Scherer, Evelyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa, Luciane Kirchhoff Ticks, Régis Augustus Bars Closel, Rosani Úrsula Ketzner Umbach, Sara Regina Scotta Cabral, Tatiana Keller

AVALIAÇÃO TÉCNICA: João Vicente Custódio Magalhães

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS E REVISÃO DE TEXTO:
Matheus Cardoso Marques

REVISÃO DE LINGUAGEM: Célia Délla Méa e Márcia Elisa Vanzin Boabaid

REVISÃO DE NORMAS TÉCNICAS: João Vicente Custódio Magalhães

PROJETO GRÁFICO | DIAGRAMAÇÃO: Matheus Cardoso Marques e João Vicente Custódio Magalhães

CAPA: Ana Júlia Della Méa Lotufo

**APOIO: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS –
PPGL**

ENDEREÇO

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação, Letras e Biologia
Prédio 16 - Bloco A2 - Sala 3222

Campus Universitário - Camobi 97105-900 - Santa Maria RS – Brasil

www.ufsm.br/ppglettras

L755 – a linguagem serve para viver [recurso eletrônico] : estudos reunidos em torno da obra de Émile Benveniste / Célia H. P. Della Méa, Márcia Elisa Vanzin Boabaid, Valdir do Nascimento Flores (orgs.). – Santa Maria, RS : UFSM, CAL, PPGL, 2024.
1 e-book : il.

ISBN 978-85-99971-57-4

1. Enunciação 2. Linguagem 3. Linguística 4. Antropologia
I. Benveniste, Émile II. Della Méa, Célia H. P. III. Boabaid, Márcia
Elisa Vanzin IV. Flores, Valdir do Nascimento

CDU 801

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Veleda Arabidian - CRB-10/1492
Biblioteca Central - UFSM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PARTE I - RECEPÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA OBRA DE BENVENISTE NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA	13
CAPÍTULO 1	14
LINGUÍSTICA GERAL E EPISTEMOLOGIA DA LINGUÍSTICA EM BENVENISTE Valdir do Nascimento Flores	
CAPÍTULO 2	23
LINGUAGEM: UMA PROPRIEDADE DO HOMEM Claudia Toldo	
CAPÍTULO 3	33
À SOMBRA DOS ARQUIVOS, UM CAMPO DE TRABALHO: A CORRESPONDÊNCIA DE BENVENISTE Gabriela Barboza	
CAPÍTULO 4	47
A PRESENÇA DA DIACRONIA NOS PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL DE ÉMILE BENVENISTE: EM BUSCA DE UMA EPISTEMOLOGIA PARA O PESQUISADOR DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA Silvana Silva	
CAPÍTULO 5	60
DA SUBJETIVIDADE FORA DA LINGUAGEM: O EXTRATEMPORAL PROUSTIANO E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DA SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM EM BENVENISTE Paula A. Nunes	
CAPÍTULO 6	70
“UM HOMEM FALANDO COM OUTRO HOMEM”: AS FUNÇÕES INTER-HUMANAS DO DISCURSO NA TEORIZAÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE Carolina Knack	
CAPÍTULO 7	80
BENVENISTE REFERINDO BENVENISTE: UMA PERSPECTIVA DE LEITURA DA NOÇÃO DE CATEGORIAS DE EXPRESSÃO EM PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL Heloisa Monteiro Rosário	

PARTE II - INTERPRETAÇÕES CONCEITUAIS DA OBRA DE BENVENISTE	91
CAPÍTULO 8	92
A CONTRIBUIÇÃO DA REFLEXÃO DE BENVENISTE PARA OS ESTUDOS DO TEXTO Alena Ciulla	
CAPÍTULO 9	106
ÉMILE BENVENISTE: O PERFEITO E A RELAÇÃO DE POSSE Márcia Romero	
CAPÍTULO 10	116
A PROBLEMÁTICA EM TORNO DA TRADUÇÃO DE AGENCIAMENTO NA TERMINOLOGIA DE ÉMILE BENVENISTE Daniel Costa da Silva	
CAPÍTULO 11	128
AS LÍNGUAS DE BENVENISTE: UM INVENTÁRIO Sara Luiza Hoff	
CAPÍTULO 12	139
COMO A NOÇÃO DE TEMPO ESPIRALAR INTERROGA A ENUNCIÇÃO Renata Trindade Severo	
CAPÍTULO 13	148
TEORIA ANTROPOLÓGICA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE: UMA LEITURA TRINITÁRIA A PARTIR DA PROPRIEDADE SINTAGMÁTICA Jomson Teixeira da Silva Filho	
PARTE III - APLICAÇÕES CONCEITUAIS DA TEORIA DA LINGUAGEM DE BENVENISTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS DE CONHECIMENTO (ENSINO, LITERATURA, CLÍNICA ETC.)	158
CAPÍTULO 14	19
ENUNCIÇÃO E MULTIMODALIDADE NA PASSAGEM DE INFANS A HOMO LOQUENS: REFLEXÕES A PARTIR DA EVOLUÇÃO DE DOIS BEBÊS COM E SEM AUTISMO Ana Paula Ramos de Souza	
CAPÍTULO 15	170
A AQUISIÇÃO DE LÍNGUA MATERNA: UM DOS DESDOBRAMENTOS DA OBRA DE ÉMILE BENVENISTE NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA Carmem Luci da Costa Silva	

CAPÍTULO 16	186
SOBRE O FALANTE E O HIATO DA LÍNGUA EM BENVENISTE: O FONOAUDIÓLOGO E OS RASTROS DE PALAVRAS NA ENUNCIACÃO Jefferson Lopes Cardoso	
CAPÍTULO 17	198
SOM E SENTIDO: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA MÚSICA NO AUTISMO Isabela Barbosa do Rêgo Barros	
CAPÍTULO 18	210
A “IMAGINAÇÃO CRIADORA” EM NARRATIVAS PRODUZIDAS POR CRIANÇAS: A TRANSFORMAÇÃO SIMBÓLICA DOS ELEMENTOS DA REALIDADE Marlete Sandra Diedrich	
CAPÍTULO 19	221
A LÍNGUA, A VIDA E A MORTE QUE SE MOVEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE UM OLHAR ENUNCIATIVO E PSICANALÍTICO VINCULADO AOS RELATOS DE MORTE E DE LUTO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO PÓS-PANDÊMICO Ivani Cristina Brito Fernandes	
CAPÍTULO 20	235
SUBSÍDIOS DA ANTROPOLOGIA DA ENUNCIACÃO À LINGUÍSTICA CLÍNICA Celia Helena de Pelegrini Della Mía	
CAPÍTULO 21	243
O “QUERER DIZER”: A SEMIOLOGIA DA LÍNGUA NA RELAÇÃO DO TEXTO- PARTITURA E DO TEXTO-INTÉRPRETE Márcia Elisa Vanzin Boabaid	
NOTA SOBRE OS AUTORES	258

APRESENTAÇÃO

No ano de 2023, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sediou o 5º Colóquio Leituras de Émile Benveniste. A organização esteve a cargo das professoras Célia H. P. Della Mía e Márcia Elisa Vanzin Boabaid, juntamente com o professor Valdir do Nascimento Flores (UFRGS). Nessa 5ª edição, consolidou-se o modelo adotado na 4ª edição e, assim como as anteriores, uma obra traz ao público as reflexões intensas produzidas no Colóquio.

Antes de apresentar os capítulos aos caros leitores, cabe historiar brevemente sobre os Colóquios anteriores que fundamentaram o 5º Colóquio. O 1º Colóquio Leituras de Émile Benveniste foi realizado em 2004, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Idealizado pelo professor Valdir do Nascimento Flores e pela professora Leci Borges Barbisan, aquele encontro reuniu pesquisadores convidados que, ao longo de dois dias, debateram a produção em torno das ideias do linguista francês.

Naquela ocasião, o 1º Colóquio reuniu pesquisadores para compartilhar a produção que se desenvolvia em torno do pensamento do autor. Não houve participação de público externo, apenas participantes convidados que abordaram os aspectos epistemológicos da teoria da enunciação de Benveniste, suas relações com outras áreas de estudo, além de aspectos metodológicos do campo da enunciação. As reflexões desse primeiro encontro estão reunidas em número especial da revista **Letras de Hoje (v. 39, n. 4, dez. 2004)**. Este evento marcou o primeiro passo dessa iniciativa.

Apesar da pesquisa em Benveniste ter estado em evidência no PPG Letras/UFRGS e no estado do Rio Grande do Sul e Brasil, com participação crescente de graduandos, mestrandos, doutorandos e professores-pesquisadores, houve um intervalo de vários anos entre a primeira e a segunda edições. O 2º Colóquio Leituras de Émile Benveniste aconteceu em 2018, na Universidade de Passo Fundo (UPF), em Passo Fundo. Organizado pela professora Cláudia Stumpf Toldo Oudeste, com o apoio do professor Valdir do Nascimento Flores, o evento manteve o formato original, reunindo um grupo de pesquisadores convidados com grande interesse na teoria benvenistiana.

Na ocasião, o evento manteve o formato original, com um pequeno grupo de especialistas reunindo-se para o debate, onde cada pesquisador convidado selecionava um texto de Émile Benveniste para apresentar. Nesta edição, os alunos de Programas de Pós-graduação tiveram a oportunidade de participar das discussões. Isso não apenas marcou um avanço significativo, mas também simbolizou o início de reflexões que ecoariam por outros outros espaços. E, como resultado, os textos apresentados encontram-se reunidos em um número especial da revista **Desenredo**, dedicada à exegese de alguns textos do autor (v. 14, n. 3, 2018).

Na terceira edição, realizada em 2019, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) sediou o Colóquio. O 3º Colóquio Leituras de Émile Benveniste seguiu o formato do anterior e teve como objetivo aprofundar o conhecimento por meio de um fórum de debates em torno do pensamento do linguista, buscando elucidar aspectos desse pensamento em direção ao futuro dos estudos da linguagem. A edição foi organizada pela professora Daiane Neumann e pelo professor Valdir do Nascimento Flores. O evento incluiu a apresentação dos trabalhos e promoveu discussões abertas a todos os participantes, ampliando o público para alunos de graduação, pós-graduação e professores. O eixo temático centrado em Émile Benveniste continuou explorando um enfoque que vai além da reflexão enunciativa, abordando a linguagem de maneira ampla, onde o homem desempenha um papel e ocupa um lugar determinantes. A questão antropológica e a amplitude do pensamento do linguista configuraram o debate. Esta edição marcou significativamente a consolidação do evento e o resultado está na publicação do número especial da revista **Linguagem & Ensino** (v. 23, n. 3, 2020).

Em 2021, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sediou o 4º Colóquio Leituras de Émile Benveniste, realizado de maneira remota e seguindo parcialmente a estrutura dos anos anteriores. A apresentação e a discussão dos trabalhos foram mantidas, porém uma alteração importante foi feita: as sessões de apresentação foram organizadas com base em trabalhos previamente inscritos e aceitos. O público, composto por alunos de graduação, pós-graduação, professores, entre outros, participou como ouvintes mediante inscrição. Esse evento foi mais um importante momento para reforçar a relevância deste “lu-

gar” de estudos e trocas, destacando a regularidade bienal do evento. O resultado pode ser conferido na publicação de **Leituras de Émile Benveniste [recurso eletrônico] (2022, 212 p. ; ePUB.)**.

A 5ª edição do Colóquio, realizada em 2023 e sediada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), representa a maturidade teórica consolidada em cada edição anterior e favorece novas interpretações e pontos de vista. Este livro oferece ao leitor a oportunidade de revisitar as discussões que ocorreram ao longo dos três dias do evento de 2023. O Colóquio é um espaço reservado para debates entre doutores pesquisadores, previamente selecionados, sobre a obra do linguista francês, sem que haja registro virtual. Para dar continuidade às reflexões que derivam da análise do conjunto da obra de Benveniste, foram propostos três blocos temáticos que também desenharam as três seções deste livro:

I - Recepção e desdobramentos da obra de Benveniste na linguística brasileira;

II - Interpretações conceituais da obra de Benveniste;

III- Aplicações conceituais da teoria da linguagem de Benveniste para o desenvolvimento de áreas do conhecimento (ensino, literatura, clínica etc).

A primeira parte, intitulada *Recepção e desdobramentos da obra de Benveniste na linguística brasileira*, é composta por sete capítulos que exploram diferentes aspectos da influência de Benveniste na linguística. O capítulo 1, “Linguística Geral e Epistemologia da Linguística em Benveniste”, de Valdir do Nascimento Flores, analisa as contribuições epistemológicas de Benveniste para a linguística geral, propondo que, em Benveniste a linguística geral se transforma em uma epistemologia da linguística, permitindo o estudo das condições de emergência das várias linguísticas. Em seguida, o capítulo 2, “Linguagem: uma propriedade do homem”, de Claudia Toldo, discute o que significa afirmar que a linguagem é uma propriedade humana, trazendo ao debate demandas atuais que abordam aspectos relacionados à “linguagem artificial”.

No capítulo 3, Gabriela Barboza em “À Sombra dos Arquivos, um campo de trabalho: a correspondência de Benveniste”, aborda em que medida a correspondência entre Benveniste e outros autores pode

auxiliar na compreensão de sua teoria da linguagem, e parte do princípio de que todo material arquivístico em que haja a produção de um conhecimento sobre a língua deve ter seu lugar assegurado nas discussões linguísticas, para além do objetivo editorial. No capítulo 4, “A Presença da diacronia nos *Problemas de Linguística Geral* de Émile Benveniste: em busca de uma epistemologia para o pesquisador da linguística histórica”, Silvana Silva investiga as reflexões diacrônicas nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral*, com o intuito de construir uma perspectiva sobre linguagem e análise linguística própria desse autor.

Em continuidade, o capítulo 5, “Da Subjetividade Fora da Linguagem: o extratemporal proustiano e sua relação com a teoria da subjetividade na linguagem em Benveniste”, de Paula A. Nunes, relaciona a teoria da subjetividade de Benveniste com o conceito de tempo em Proust. A autora parte da hipótese de que o que Proust denomina de “extratemporal” corrobora e, simultaneamente, expande a reflexão sobre o tempo e a subjetividade na linguagem conforme a obra de Benveniste. O capítulo 6, “Um homem falando com outro homem: as funções inter-humanas do discurso na teorização de Émile Benveniste”, por Carolina Knack, por meio de uma abordagem conceitual, apresenta uma interpretação para a expressão objeto de sua pesquisa “função inter-humana do discurso” de acordo com uma metodologia intrateórica, propondo sua aplicação de forma prospectiva. Finalmente, o capítulo 7, “Benveniste referindo Benveniste: uma perspectiva de leitura da noção de categorias de expressão em *Problemas de Linguística Geral*”, por Heloisa Monteiro Rosário, oferece uma análise reflexiva sobre as categorias de expressão em Benveniste.

A segunda parte do livro, intitulada *Interpretações Conceituais da Obra de Benveniste*, analisa diferentes aspectos e aplicações das ideias de Benveniste está organizada em seis capítulos. No capítulo 8, “A contribuição da reflexão de Benveniste para os estudos do texto”, Alena Ciulla teoriza sobre o discurso e sobre uma semântica da enunciação e prospecta elementos de reflexão de Benveniste que influenciam o estudo do texto. Em seguida, no capítulo 9, “Émile Benveniste: o perfeito e a relação de posse”, Márcia Romero discute quais as consequências do estudo benvenistiano sobre o perfeito e do modo como se

explica a relação de posse.

O capítulo 10, de Daniel Costa da Silva, aborda “A Problemática em torno da tradução de agenciamento na terminologia de Émile Benveniste”, aborda os desafios da tradução dos conceitos de Benveniste. No capítulo 11, “As línguas de Benveniste: Um inventário”, Sara Luiza Hoff apresenta um inventário detalhado das línguas mencionadas na obra de Benveniste e a partir disso reflete sobre a presença da diversidade das línguas nas teorizações do linguista.

O capítulo 12, “Como a noção de tempo espiralar interroga a enunciação”, Renata Trindade Severo investiga a noção de tempo na enunciação, explorando aspectos da enunciação que são tocados pelo sagrado e a maneira como a significação emerge desse processo. Finalmente, no capítulo 13, “Teoria antropológica da linguagem de Émile Benveniste: uma leitura trinitária a partir da propriedade sintagmática”, Jomson Teixeira da Silva Filho oferece uma leitura trinitária da teoria benvenistianiana com foco na propriedade sintagmática.

A terceira e última parte deste livro, *Aplicações Conceituais da Teoria da Linguagem de Benveniste para o Desenvolvimento de Áreas do Conhecimento (Ensino, Literatura, Clínica etc.)*, explora como a teoria de Benveniste se aplica a diferentes campos, organizado em sete capítulos. No capítulo 14, Ana Paula Ramos de Souza, no texto “Enunciação e multimodalidade na passagem de *infans a homo loquens*: reflexões a partir da evolução de dois bebês com e sem autismo”, propõe uma reflexão sobre os mecanismos enunciativos apresentados por Silva (2009) à luz de uma visão multimodal de aquisição da linguagem (Cavalcante, 2016;2018), discutindo a importância da gestualidade como forma de linguagem a partir dos estudos clássicos da gestualidade e de interpretações realizadas a partir do texto semiologia da língua de Benveniste (Souza, 2016). O capítulo 15, de Carmem Luci da Costa Silva, analisa “A aquisição de língua materna: um dos desdobramentos da obra de Émile Benveniste na linguística brasileira”, analisa como os estudos sobre aquisição da linguagem foram impactados pelas reflexões de Benveniste. Organizado em um percurso diacrônico, o trabalho explora como as influências teóricas externas moldaram as novas leituras e releituras de Benveniste, focando na compreensão do fenômeno da aquisição da língua materna.

Jefferson Lopes Cardoso, no capítulo 16, em “Sobre o falante e o hiato da língua em Benveniste: o fonaudiólogo e os rastros de palavras na enunciação” amplia reflexão sobre o papel de interlocutor assumido pelo fonaudiólogo no atendimento de sujeitos com distúrbio de linguagem. No capítulo 17, Isabela Barbosa do Rêgo Barros realiza um estudo sobre “Som e sentido: um estudo enunciativo da música no autismo”. O capítulo 18, “A imaginação criadora em narrativas produzidas por crianças: a transformação simbólica dos elementos da realidade”, de Marlete Sandra Diedrich, explicita o que se pode entender por “imaginação criadora” e sua manifestação na linguagem, mais especificamente, em narrativas produzidas por crianças de 3 a 6 anos de idade.

Ivani Cristina Brito Fernandes, no capítulo 19, oferece “Considerações sobre a articulação entre um olhar enunciativo e psicanalítico vinculado aos relatos de morte e de luto no cenário contemporâneo pós-pandêmico”. No capítulo 20, Célia Della Mía sugere uma discussão sobre aportes teórico-metodológicos da antropologia da enunciação, propondo refletir sobre uma interface com áreas de conhecimento que possibilitam avançar nos estudos acerca de distúrbios de linguagem. Finalmente, no capítulo 21, Márcia Elisa Vanzin Boabaid explora “O ‘querer dizer’: a semiologia da língua na relação do texto-partitura e do texto-intérprete”, mostrando a relação entre texto-partitura, texto-intérprete e ouvinte no (re)conhecimento do corpo como um estado de palavra.

Enfim, a *linguagem serve para viver: estudos reunidos em torno da obra de Émile Benveniste* é um livro de caráter interinstitucional que documenta, como o próprio título anuncia, as complexas relações entre homem e linguagem na perspectiva do pensamento benvenistiano.

Agradecemos a todos(as) pelas contribuições e pelas valorosas trocas disponibilizadas aos leitores desta obra.

Celia H. P. Della Mía
Márcia Elisa Vanzin Boabaid
Valdir do Nascimento Flores
Organizadores

Parte I – Recepção e desdobramentos da obra de Benveniste na linguística brasileira

LINGUÍSTICA GERAL E EPISTEMOLOGIA DA LINGUÍSTICA EM BENVENISTE

Valdir do Nascimento Flores (UFRGS/CNPq)
vnf.ufrgs@gmail.com

1. Formulando o problema

Em 1968, em uma entrevista de Benveniste reproduzida em *Problemas de linguística geral II*, o entrevistador, o crítico literário Guy Dumur, pergunta ao linguista: “O senhor desejaria que houvesse muitos estudantes em linguística? A linguística é útil para outros estudos ou não é senão uma especialização?” (Dumur, 1989, p. 39, destaques no original). Em resposta, lemos o seguinte:

É necessário distinguir. **Há muitas linguísticas, há muitas maneiras de praticá-las.** Há, concorrentemente, ao mesmo tempo, estudos de vários tipos, uns de tipo mais tradicional, outros de tipo mais avançado, e também o que há entre os dois: estudos que são a conversão de princípios gerais em aplicação etc. Cada um faz o que pode, mas acredito, de um lado, que há muito a fazer e que, de outro lado, ter passado por isso dá ao espírito uma certa formação (Benveniste, 1974, p. 39, tradução e destaque nossos).

Essas considerações de Benveniste são precedidas por um raciocínio a respeito do que vem a ser epistemologia. Segundo ele, “a epistemologia é a teoria do conhecimento. Como é adquirido este conhecimento, isto não está dito por antecipação. **Há muitas possibilidades de epistemologia. A linguística é uma epistemologia,** pode-se considerá-la como tal” (Benveniste, 1989, p. 38, destaques nossos). Ao que acrescenta: “a epistemologia, [...], ela se **constrói e reconstrói** continuamente a partir da ciência, tal como ela se faz” (Benveniste, 1989, p. 39, grifo nosso).

Essas passagens têm alguns elementos que merecem nossa aten-

ção: inicialmente, a compreensão de que há diferentes linguísticas e, por conseguinte, diferentes práticas que as caracterizam; em seguida, o entendimento de que há muitas epistemologias; por fim, a assunção de que a linguística é uma epistemologia. Além disso, há um ponto importante, colocado como uma espécie de *a priori* do raciocínio feito: Benveniste considera que, sendo a epistemologia uma teoria do conhecimento, ela não prescreve de antemão “como” se adquire esse conhecimento, e é por isso que se pode pensar que há várias epistemologias e que, inclusive, a linguística possa ser uma epistemologia.

Assim formulados, esses elementos podem ser tomados como premissas de um primeiro raciocínio: se aceitamos que há muitas linguísticas, muitas práticas linguísticas e muitas epistemologias, e se aceitamos que a linguística é uma possibilidade de epistemologia, então podemos concluir que é possível existir uma linguística cuja prática seja uma prática epistemológica.

Deixemos em suspenso esse raciocínio e avancemos um pouco mais na leitura de Benveniste.

Na primeira aula do mesmo ano de 1968¹, no *Collège de France*, em um curso que viria a ser o último de sua vida, Benveniste (2014, p. 90, destaques nossos) inicia dizendo:

Vamos, portanto, continuar falando de problemas² de ‘**linguística geral**’. Uma noção que pode ser entendida em diversos sentidos. Podemos dar ao termo ‘geral’ um valor dimensional: o conjunto das línguas, as leis de sua evolução. **Tal como eu a compreendo, a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos.**

¹Trata-se da aula de 02/12/1968 do ano escolar francês.

²Em “1966”: Benveniste publie les *Problèmes de Linguistique Générale*”, Fenoglio (2013: 10) explica que, no *Collège de France*, “para a ‘aula de segunda-feira’, ele sempre qualificava o objeto de estudo escolhido (por exemplo, o funcionamento da sintaxe) como ‘geral’. Um passo adiante é dado a partir do ano 1963-1964: sob um título de cátedra sempre inalterado, ‘gramática comparada’, ele especifica como título geral para suas aulas de segunda-feira ‘Problemas de linguística geral’” (Fenoglio, 2013: 10). Porém, “as ‘aulas de terça-feira’ continuam dedicadas ao domínio indo-europeu, indo-iraniano ou a outras línguas ou conjuntos de línguas: semíticas, caucasianas, ameríndias etc.” (Fenoglio, 2013, p. 12).

Ora, não deixa de chamar a atenção que essa definição de “linguística geral” dada por Benveniste coincide – em suas grandes linhas ao menos – com o entendimento que ele próprio tem da epistemologia como uma teoria que se *constrói e reconstrói continuamente a partir da ciência, tal como ela se faz*, conforme citado antes. Isso permite formular um segundo raciocínio: se a epistemologia, segundo as próprias palavras de Benveniste, *se constrói e reconstrói continuamente a partir da ciência, tal como ela se faz, e se a linguística geral se interroga sobre si mesma* (definição, método objeto, estatuto), então podemos concluir que a *linguística como epistemologia* seria, na verdade, uma *linguística geral*, já que seria uma linguística que, ao interrogar-se a si mesma, constrói-se e reconstrói-se como ciência.

Considerados esses raciocínios, estão reunidos os elementos que norteiam nossa reflexão neste trabalho, qual seja, investigar em que sentido essa *linguística geral* proposta por Benveniste é diferente daquela que acendeu as luzes da ciência no final do século XIX.

Em outras palavras: a *linguística geral* preconizada por Benveniste teria a vocação para ser uma *epistemologia*?

Para responder a isso é necessário continuar a ouvir Benveniste.

2. A expressão linguística geral em Benveniste

Começemos procurando entender a que se refere a expressão *linguística geral* em alguns textos de Benveniste.

Se voltarmos pouco mais de uma década no pensamento de Benveniste, especificamente a 1954, encontraremos num texto que leva a expressão *linguística geral* em seu título – “Tendências recentes em linguística geral” – um conjunto de ideias que talvez possa ser pensado como o prenúncio dessa *linguística como epistemologia*. No artigo – cujo objetivo é dar um panorama do que havia no campo até aquele momento –, Benveniste justifica sua abordagem explicando que insistirá “sobre os **problemas** que estão hoje **no centro das pesquisas da linguística geral**, sobre a noção que têm os linguistas sobre o seu **objeto** e sobre o sentido que assumem **as suas gestões**” (Benveniste, 1988, p. 4, destaques nossos).

Observe-se que, nessa passagem, Benveniste, de um lado, expõe uma espécie de método de condução de sua reflexão – insistir sobre os problemas centrais, sobre o objeto e sobre o fazer do linguista (suas gestões) –; de outro lado, usa a expressão *linguística geral* de maneira quase “inespecífica”, quer dizer, apenas para nomear as pesquisas linguísticas que examina.

Falemos primeiramente nesse método. Na continuidade do artigo, Benveniste continua expondo alguns de seus princípios. Ele defende que, apesar da diversidade de escolas e de teorias linguísticas, vê-se que os linguistas que buscam *sistematizar os seus processos*, quer dizer, que buscam dar um corpo doutrinal a suas operações, têm preocupações semelhantes, mesmo que em quadros teóricos distintos. E destaca três dessas preocupações: a) sobre o objeto da linguística: “1ª Qual é a tarefa do linguista, a que ponto quer ele chegar, e o que descreverá sob o nome de língua?” (Benveniste, 1988, p. 8); b) sobre o(s) método(s) e a(s) técnica(s) da linguística: “2ª Como se descreverá esse objeto? É preciso forjar instrumentos que permitam apreender o conjunto dos traços de uma língua dentro do conjunto das línguas manifestadas e descrevê-los em termos idênticos. Qual será então o princípio desses processos e dessas definições?” (Benveniste, 1988, p. 8); c) sobre a função da língua/linguagem: “3ª Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o linguista, a linguagem tem como função ‘dizer alguma coisa’. O que é exatamente essa ‘coisa’ em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação” (Benveniste, 1988, p. 8). A isso, acrescenta de maneira programática: “o simples enunciado dessas questões mostra que o linguista quer desprender-se dos apoios ou das amarras que encontrava em quadros pré-fabricados ou em disciplinas vizinhas. Afasta toda visão *a priori* da língua para construir as suas noções diretamente sobre o objeto” (Benveniste, 1988, p. 8).

A partir disso, não seria absurdo pensar que, em “Tendências recentes sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste opera uma análise epistemológica do conjunto de autores ali contemplados³. Seria, então, esse texto um exemplo da prática do que ele viria a considerar uma linguística como epistemologia?

Falemos agora do que consideramos antes um uso “inespecífi-

co” da expressão *linguística geral*. Ele parece ser reiterado em outros textos do autor.

Por exemplo, encontramos usos que nomeiam um campo genérico e ligado a Saussure. Em “A natureza do signo linguístico”, de 1939, lemos: “é de F. de Saussure que procede a teoria do signo linguístico atualmente afirmada ou implicada **na maioria dos trabalhos de linguística geral**” (Benveniste 1988, p. 54, destaque nosso). Ou, ainda, em 1962, em “‘Estrutura’ em linguística”: “a noção da língua como sistema havia muito que era admitida pelos que haviam recebido o ensinamento de Saussure, primeiro em gramática comparada, depois **em linguística geral**” (Benveniste, 1988, p. 100, destaque nosso).

Podemos encontrar também usos ligados à linguística histórico-comparada, como em “A classificação das línguas”, de 1952-1953:

foi no seio de uma linguística inteiramente genética e histórica que se desenvolveu, há alguns decênios, uma linguística geral. Por querer hoje libertar-se da perspectiva histórica e fazer prevalecer o estudo sincrônico das línguas, essa **linguística geral** e às vezes levada a tomar posição contra o princípio genético da classificação em favor de outros métodos (Benveniste, 1988, p. 106, destaque nosso).

Ou em “Estruturalismo e linguística”, de 1968: “eis, então, como se definia o essencial do trabalho linguístico na época. **Havia também uma linguística geral**, mas ela transpunha em traços gerais as características extraídas pelos métodos comparativos” (Benveniste, 1989, p. 13, destaques nossos).

A partir desses exemplos do uso de *linguística geral* em alguns textos do linguista, é possível – em contraste com o que citamos do autor no item anterior – concluir que há, no mínimo, uma diferença de sentido importante a ser levada em conta: a *linguística geral* que

³Werner F. Leopold (1896-1983); Jacques Damourette (1873-1943); Édouard Pichon (1890-1940); Edward Sapir (1884-1939); Roman Jakobson (1896-1982); Nikolay Trubetzkoy (1890-1938); Antoine Meillet (1866-1936); Ferdinand de Saussure (1857-1913); Leonard Bloomfield (1887-1939); Jerzy Kuryłowicz (1895-1978); Joseph Vendryes (1875-1960); Zellig Harris (1909-1992); Louis Hjelmslev 1899-1965); Gustave Guillaume (1883- 1960); entre outros.

se interroga sobre si mesma não parece ser a mesma que comparece quando Benveniste designa o campo dos estudos linguísticos corrente no final do século XIX e início do XX. Dito de outro modo, o uso que chamamos de “inespecífico” não se faz acompanhar de uma definição. O sentido de *linguística geral* aí decorre do que está colocado em seu entorno, o que está diretamente ligado às teorias mencionadas por Benveniste. Muito diferente é o uso da expressão nas aulas no Collège de France; ali, Benveniste instaura uma outra perspectiva, que leva em conta certa autorreflexão da linguística sobre si mesma. Detalhamos esse entendimento a seguir.

3. Os sentidos de linguística geral

A partir do pequeno levantamento que fizemos, talvez seja possível estabelecer algumas linhas de entendimento acerca da *linguística geral* na reflexão de Benveniste.

Há, em primeiro lugar, uma *linguística geral que se interroga sobre si mesmo*.

Essa *linguística geral* pode ser equiparável à ideia da linguística como uma epistemologia. Essa *linguística geral* teria por tarefa estudar como se constrói o conhecimento linguístico. Têm destaque aqui o modelo de ciência mobilizado (histórica? natural? Etc.); os métodos; os objetos; o lugar da linguagem e das línguas entre os fatos humanos; entre outros pontos. De certa maneira, essa atitude está prevista no próprio prefácio do primeiro volume de *Problemas de linguística geral*, quando Benveniste diz que, “como as outras ciências, a linguística progride na razão direta da complexidade que reconhece nas coisas: as etapas de seu desenvolvimento são as dessa tomada de consciência” (Benveniste, 1988, s.p).

Quer dizer, a linguística como epistemologia poderia se dar a tarefa de tomar consciência das etapas e dos desenvolvimentos dos estudos feitos sob a designação de linguística. Poderíamos considerar que estamos aqui frente a um entendimento *lato sensu* de *linguística geral*. O texto “Tendências recentes em linguística geral” é, nesse sentido, um exemplo da prática dessa *linguística geral* que é, na verdade, uma epistemologia⁴.

Mas, ainda dentro dessa ideia de *linguística geral* como uma epistemologia, há também um entendimento *stricto sensu*, qual seja, a possibilidade de que cada teoria linguística possa interrogar-se a si mesma, *sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos*. Estamos, nesse caso, diante de uma perspectiva que mereceria ser mais bem avaliada: isto é, nesse caso, toda teoria linguística comportaria um componente de linguística geral na medida em que fizesse sua própria epistemologia.

Um exemplo desse entendimento *stricto sensu* são as suas últimas aulas no Collège de France. Nelas, vemos o autor procedendo a um rigoroso estudo a respeito da língua de modo a, de um lado, ver a especificidade que tem em relação aos demais sistemas semiológicos, de outro lado, incluir a escrita como um tema de sua linguística semiológica. Nesse conjunto de aulas, encontramos um Benveniste reflexivo acerca dos limites da linguística – da sua linguística – e das potencialidades que tem para abrigar um estudo sobre a escrita.

Há, em segundo lugar, uma *linguística geral*, entendida de maneira condizente com a ideia corrente da época.

Esse uso de *linguística geral* pode ser explicado nos termos do que diz Fenoglio (2013, p. 13, tradução nossa, destaques da autora):

“A linguística geral” refere-se ao surgimento de um campo que gradualmente se tornará uma disciplina. A expressão, se não surgiu, pelo menos circula com o “Cours de linguistique générale” (Curso de Linguística Geral) de Ferdinand de Saussure (publicado em 1916), e se fortalece com “La Linguistique historique et linguistique générale” (A Linguística Histórica e a Linguística Geral) de Antoine Meillet (publicado em 1921). A linguística geral oferece uma nova direção às pesquisas de gramática comparada, abrindo um espaço para a teoria geral da linguagem, desenvolvendo e ampliando os trabalhos de gramática histórica

⁴Fenoglio (2013, p. 10), sobre isso, assim se manifesta: “A linguística geral sempre foi o objetivo constante de Benveniste. Verdadeiro desafio teórico e, mais precisamente, epistemológico, ela permaneceu a preocupação subjacente a todas as suas descrições de várias e diferentes línguas e a todas as análises detalhadas do funcionamento dos fenômenos linguísticos”.

e comparativa das línguas indo-europeias, bem como de outros tipos de línguas. Trata-se de uma linguística teórica que questiona a constituição e a própria organização da linguagem, bem como os métodos de análise que possibilitam sua compreensão.

Tem razão Fenoglio com relação ao entendimento que têm da linguística geral como campo de estudos linguísticos da primeira metade do século XX, motivo pelo qual subscrevemos suas ideias e a alocamos nesse segundo uso de “linguística geral” que identificamos em Benveniste. No entanto, vemos com algum distanciamento a ideia de que

A linguística geral, para Benveniste, aborda a maneira como podemos compreender o funcionamento da língua saussuriana a partir dos processos de atualização específicos de cada língua em particular. “Linguística geral” denota, nesse sentido, a relação entre *as* línguas e *a* língua, ou, em outras palavras, entre as línguas e a linguagem em si; para ele, isso constitui, como um digno herdeiro de Saussure, a essência mesma da atividade linguística (Fenoglio, 2013, p. 15, tradução nossa, destaques da autora).

Sim, sem dúvida a teoria saussuriana opera na reflexão de Saussure, e a *linguística geral* de Benveniste em alguma medida é tributária de Saussure. Porém, cremos não há somente um sentido de *linguística geral* em Benveniste. A perspectiva de uma *linguística geral como epistemologia, que se interroga a si mesma*, decorre de um raciocínio bastante específico do autor, que não parece estar, necessariamente, ligado a Saussure, ou mesmo a outro linguista qualquer.

Em termos de conclusão, sugerimos que avaliar os termos de uma *linguística geral como epistemologia* é um tema de pesquisa a ser desenvolvido; o alcance de uma tal reflexão certamente levaria a desenvolver uma proposta que entendemos programática na obra do linguista francês, cujos alcance e limites ainda deveriam ser avaliados.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Editora da UNICAMP, Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Editora da UNICAMP, Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Éditions Gallimard, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France 1968 e 1969*. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FENOGLIO, Irène. “1966: Benveniste publie les Problèmes de Linguistique Générale”. *Acta Fabula (Dossier critique –1966, annus mirabilis)*, Paris, v. 14, n. 8, 2013.

LINGUAGEM: UMA PROPRIEDADE DO HOMEM

Claudia Toldo⁵ (UPF)
claudiast@upf.br

1. Palavras iniciais

Este trabalho traz à discussão a questão da linguagem humana. O objetivo principal deste estudo é refletir sobre o que significa afirmar que a linguagem é uma propriedade humana, trazendo ao debate demandas atuais que abordam aspectos relacionados à “linguagem”⁶ artificial. A questão “para que serve a linguagem humana?” permeia este estudo, que está amparado nas considerações teóricas do linguista Émile Benveniste, em especial no artigo “Comunicação animal e linguagem humana”, de 1952, publicado na obra *Problemas de Linguística Geral I*.

Este texto se organiza em duas dimensões: de um lado, faço considerações acerca do texto de Benveniste de 1952, evidenciando aspectos relevantes para pensar na comunicação animal e na linguagem humana. Tomo esse texto na perspectiva de que percebo um Émile Benveniste que reconhece a importância e a necessidade de tratar dos problemas de linguística com outras áreas do conhecimento – papel crucial quando se pensa na noção de teoria da linguagem, implicada na reflexão de Benveniste quando o foco é a linguagem (humana); de outro lado, trago considerações acerca dos estudos da “linguagem” artificial, a partir de estudos da Inteligência Artificial (IA), observando questões acerca de outra “linguagem” – a artificial –, pontuando observações acerca de sua presença na vida dos sujeitos que falam com outros sujeitos. Ao final, estabeleço breve relação entre essas duas perspectivas, apontando

⁵Doutor em Letras. Professora de Língua Portuguesa e Linguística do curso de Letras da Universidade de Passo Fundo. Professora e Coordenadora do PPGL – Doutorado e Mestrado em Letras na mesma Universidade. Pesquisadora CNPq. E-mail: claudiast@upf.br

⁶Usarei o termo entre aspas quando, no meu entendimento, não se refere à linguagem humana.

para uma leitura de Benveniste que sublinha uma teoria geral da linguagem, alicerçando-se nas reflexões sobre homem, linguagem e significação da língua.

A metodologia aqui empregada é teórico-analítica, na medida em que questões teóricas são discutidas, analisadas e deslocadas para uma reflexão interdisciplinar necessária: a linguagem humana e a “a linguagem” da inteligência artificial (IA). Então, a seguir, são apresentadas algumas reflexões que se deslocam num campo minado e interdisciplinar: muito se diz e muito ainda deve se dizer sobre a “linguagem” que tenta se aproximar da linguagem humana, esta que é uma propriedade também humana.

2. A linguagem humana: uma propriedade humana

Início minha reflexão com Émile Benveniste, tentando fazer o mesmo gesto de leitura que ele faz quando discute a relação da linguagem humana com a das abelhas em seu texto de 1952 “comunicação animal e linguagem humana”, publicado no PLG I, na segunda parte, intitulada Comunicação. Isso, nesta reflexão que apresento, ganha uma importância singular – a comunicação. Benveniste inicia sua reflexão afirmando:

Aplicada ao mundo animal, a noção de linguagem só tem crédito por um abuso de termos. Sabemos que foi impossível até aqui estabelecer que os animais disponham, mesmo sob uma forma rudimentar, de um modo de expressão que tenha **os caracteres e as funções da linguagem humana**. Falharam todas as observações sérias praticadas sobre as comunidades animais, todas as tentativas postas em prática mediante técnicas variadas para provocar ou controlar uma forma **qualquer de linguagem que se assemelhasse à dos homens**. (...) As condições fundamentais de uma comunicação propriamente linguística parecem faltar no mundo dos animais, mesmo superiores. (PPGL I, p. 60. Grifo nosso.)

Benveniste (1995, p. 61) destaca o modo de comunicar-se das abelhas. Descreve como isso se dá, mencionando os estudos realizados por Karl Von Frisch – professor de Zoologia da Universidade de Mu-

nique –, que registra dados observados e apresenta sua interpretação sobre as danças das abelhas⁷, o que o leva a determinar a significação das danças e as modalidades de comunicação entre as abelhas. Ainda que nesse texto de 1952, Benveniste admita que, de alguma maneira, se está diante de um modo de comunicação e que, pela primeira vez, se poderia imaginar o funcionamento da “linguagem” animal, o linguista afirma que não é possível falar de uma verdadeira linguagem quando não oriunda de humanos. A importância disso, neste momento, é a possibilidade de se definir por semelhança ou contraste, a linguagem humana.

Vou tomar a liberdade de não tratar aqui das semelhanças, mesmo correndo o risco da incompletude da reflexão. Vou tratar diretamente dos contrastes, uma vez que o que me interessa é discutir o que significa afirmar que a linguagem é uma propriedade humana. Enumero as diferenças que julgo importantes para a reflexão deste trabalho.

A primeira diferença diz respeito a uma ordem física. As abelhas comunicam-se pela dança, tendo necessidade de condições que permitem a percepção visual, sob a luz do dia, sem a intervenção de um aparelho vocal – “a linguagem humana não conhece essa limitação” (Benveniste, 1995, p. 65). Uma segunda diferença está no fato de que as abelhas não provocam uma resposta com seus movimentos – isso nos traz um dado objetivo, ou seja, desconhecem o diálogo, que traz uma reação linguística a outra manifestação linguística. As abelhas não produzem resposta/mensagem a outra mensagem, e isso é condição da linguagem humana, na medida em que “falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (p. 65). Ressalta-se que não há diálogo entre as abelhas, uma vez que uma mensagem produzida por uma não pode ser reproduzida por outra abelha. nas palavras de Benveniste: “A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem” (p. 65).

Outra diferença centra-se no conteúdo da comunicação estabelecida. A mensagem das abelhas refere-se sempre a um único dado, o alimento. Elas não simbolizam outros dados na sua comunicação. Diferentemente disso, o conteúdo das mensagens na linguagem humana é

⁷Dados sobre essa pesquisa foram divulgados pelo professor em publicações técnicas feitas à época. Não vamos nos deter nisso, pois esses resultados, dessas observações, não são foco deste trabalho.

ilimitado, uma vez que o homem simboliza a experiência vivida. Como diz Benveniste (1995, p. 66): “Ora, na linguagem humana, o símbolo em geral não configura os dados da experiência, no sentido de que não há relação necessária entre referência objetiva e a forma linguística”. Uma última diferença apontada, neste texto de 1952, por Benveniste, é a questão das línguas humanas, uma vez que a mensagem das abelhas não se deixa analisar porque não é possível decompô-la em níveis e, portanto, não é possível estabelecer correspondência entre diferentes níveis. A “linguagem” das abelhas não permite isolar tampouco identificar e distinguir elementos. A linguagem humana, por sua vez, caracteriza-se justamente por isto: “cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas...” (p. 66) e isso permite combinações infinitas, o que concede ao homem a faculdade de dizer tudo, uma vez que se utiliza de unidades significantes, organizadas em sistemas e que formam a base de todas as línguas.

Essas diferenças trazem uma conclusão: as abelhas usam um modo de comunicação caracterizado como um código de sinais, portanto, não é uma linguagem. Benveniste (1995, p. 67) resume:

Todos os caracteres resultam disso: a fixidez do conteúdo, a invariabilidade da mensagem, a referência a uma única situação, a natureza indecomponível do enunciado, a sua transmissão unilateral.

Isso evidencia que as abelhas trazem uma conduta objetiva e não uma resposta a alguma mensagem que eventualmente pudesse ser compreendida como um diálogo. Não há diálogo, pois os envolvidos são abelhas, ou seja, não são humanos.

Nesse texto de 1952, “Comunicação animal e linguagem humana”, Benveniste destaca a afirmação de Karl von Frisch de que as abelhas teriam uma linguagem. Para Benveniste, as abelhas têm um código de comunicação, mas não linguagem. Assim ele conclui:

É possível que o progresso das pesquisas nos faça penetrar mais fundo na compreensão dos impulsos e das modalidades desse tipo de comunicação, mas o haver estabelecido que ele existe

e qual é e como funciona já significa que veremos melhor onde começa a linguagem e como se delimita o homem (Benveniste, 1988, p. 67).

Como diz Benveniste, todas essas reflexões nos ajudam a ver melhor onde começa a linguagem e como se delimita o homem. No texto referido, o linguista ilustra uma questão da linguagem humana. Essas diferenças são retomadas na próxima seção, que tem o intuito de fomentar uma reflexão sobre o que se tem dito de uma outra “linguagem”: a artificial, a partir dos estudos da inteligência artificial (IA).

3. A “linguagem” artificial: uma linguagem?

Esta seção destina-se a trazer algumas reflexões sobre a “linguagem” artificial, discutida nos estudos da Inteligência Artificial (IA), presente no cotidiano do homem em sociedade. No ano de 1950, o matemático e pioneiro da ciência da computação Alan Turing escreveu um influente artigo publicado na revista *Mind*. O artigo começou com uma pergunta intrigante: “Podem as máquinas pensar?” Turing sugeriu uma abordagem diferente, focando em uma pergunta mais tangível: “As máquinas podem imitar a linguagem humana?”. A essência por trás dessa questão é relativamente direta: se uma máquina pode comunicar-se de forma semelhante a de um ser humano, presume-se que ela possui a capacidade de pensar como um ser humano, implicando, portanto, que possui uma mente ou consciência. Isso gerou implicações em outras pesquisas que, na perspectiva da IA, se dedicam a ver a “linguagem”.

Gabriel (2021), estudiosa do tema, pontua que a IA representa o campo da Ciência da Computação dedicado ao desenvolvimento de máquinas e computadores capazes de reproduzir a inteligência humana. Contudo, a estudiosa reconhece que a inteligência é uma área de extrema complexidade, a ponto de não haver uma definição única que a englobe completamente. Ela registra que há um consenso entre os pesquisadores quanto às capacidades que a inteligência deve possuir para ser considerada comparável à humana. Essas incluem habilidades como raciocínio (englobando estratégia, resolução de problemas, compreensão de conceitos complexos e tomada de decisões em cenários incer-

tos), representação do conhecimento (inclusive conhecimento do senso comum), planejamento, aprendizado, comunicação em linguagem natural, integração dessas habilidades para alcançar objetivos comuns e a capacidade de perceber o mundo (ver e ouvir), agindo de maneira inteligente, inclusive detectando e respondendo a ameaças. Além disso, características como imaginação (a habilidade de criar conceitos e imagens que não foram explicitamente programados) e autonomia “que também são cruciais para um comportamento ‘inteligente’” (Gabriel, 2021, p. 188) são destaque nesses estudos. É amplamente reconhecido que, desde o início do desenvolvimento de computadores, a IA tem representado um desafio: a criação bem-sucedida de uma entidade artificial que possua habilidades comparáveis às dos seres humanos. Será isso possível?

Em termos gerais, a expressão “inteligência artificial” refere-se ao resultado apresentado quando máquinas replicam as funções “cognitivas” que os seres humanos associam às “mentes humanas”, como “aprendizado” e “resolução de problemas” (Gabriel, 2021). Os desafios centrais da IA, portanto, envolvem atribuir aos computadores propriedades como: aquisição de conhecimento, manifestação de criatividade, exercício de raciocínio, resolução de problemas complexos, capacidade de percepção, faculdade de aprendizado, realização de planejamento, habilidade de manipular e mover objetos e de comunicar-se em linguagem natural, além de outras habilidades que consideramos comportamento inteligente como o humano. Aqui sublinho uma questão: a comunicação entre máquinas e pessoas. Como assim?

O conceito de IA é abrangente. Gabriel (2021, p. 189) afirma que o “objetivo da IA é o desenvolvimento da inteligência”, uma vez que ela está intrinsecamente ligada a todas as áreas do conhecimento que a estudam, assim como métodos, algoritmos e técnicas que podem conferir a um software ou a um hardware a habilidade de agir de maneira inteligente, à semelhança do que faz o ser humano.

Dito isso, de forma sumária, trazemos o que Gabriel (2021) aponta como níveis de IA. A categorização da inteligência artificial é uma ferramenta que ajuda a avaliar o nível de inteligência de uma IA variando desde o mais especializado e limitado até o estado de superinteligência. Em termos gerais, conforme proposto por Gabriel (2021),

qualquer sistema de IA pode ser classificado em uma das seguintes categorias:

a) Inteligência Artificial Limitada (ANI), também conhecida como “IA Fraca”: Esta é a forma mais elementar de IA. Esses sistemas inteligentes são altamente proficientes em lidar com grandes volumes de dados e em realizar cálculos complexos com rapidez, mas sua habilidade está restrita a uma única tarefa específica. Por exemplo, uma IA desse tipo pode derrotar um campeão de xadrez, mas é incapaz de realizar qualquer outra tarefa, como filtrar e-mails de spam ou jogar damas. Conforme Gabriel (2021), essa é a forma predominante de IA disponível atualmente. Por suas características, a ANI ainda apresenta uma subdivisão, a qual é relacionada ao nível de consciência que a IA pode alcançar:

1) Máquinas reativas – representam a categoria mais elementar de sistemas de IA e são caracterizadas pela sua natureza puramente reativa, de modo que são incapazes de criar memórias ou de recorrer a experiências passadas para embasar suas decisões presentes;

2) Memória limitada – diz respeito a dispositivos capazes de recorrer ao passado (memória) para embasar suas decisões no presente, tarefa essa que não pode ser executada instantaneamente, demandando a identificação e o acompanhamento de objetos específicos ao longo do tempo.

b) Inteligência Artificial Geral (AGI), também conhecida como “IA forte” ou “IA de nível humano”: é encontrada em computadores que têm um nível de inteligência equiparável ao de um ser humano em uma ampla variedade de habilidades, não se limitando a apenas uma área específica. Máquina com essa característica ostentam a mesma capacidade intelectual de um ser humano, sendo capazes de executar qualquer tarefa inteligente que um ser humano pode realizar. Essa categoria de IA seria capaz de passar pelo Teste de Turing com facilidade. Sobre esse contexto, Gabriel (2021), em seus estudos, destaca que, até o momento, ainda não alcançamos esse nível de desenvolvimento.

A pesquisadora ainda afirma que embora já existam computadores que demonstrem muitas dessas capacidades – tais como criatividade computacional, raciocínio automatizado, sistemas de apoio a tomada de decisões –, essas capacidades ainda não atingiram o mesmo patamar humano em termos de amplitude e complexidade: “ainda não chegamos

lá”, e esclarece: “não ainda nos níveis humanos” (p. 192). Quanto à consciência, as AGI estão associadas à Teoria da Mente, que consiste na habilidade de atribuir estados mentais – incluindo crenças, intenções, desejos e conhecimento – tanto a si mesmas quanto aos outros, reconhecendo que outras entidades possuem perspectivas, crenças e intenções diferentes das nossas próprias. Essa compreensão avançada da mente e da consciência é um dos desafios fundamentais a serem superados na busca pelo desenvolvimento de uma verdadeira IA geral.

Muitos estudiosos do tema já lançaram a pergunta: Qual é a distância que nos separa de alcançar uma IA com habilidades humanas que conviva conosco? Bem, Gabriel (2021) e seus pesquisadores de referência⁸ do tema dizem que prever isso é complexo, pois muitas vezes não conseguimos enxergar o ponto final do destino até que avancemos passo a passo. No entanto, as pistas sobre o ritmo de progresso nos proporcionam uma visão geral, ainda que imprecisa, do rumo que tais estudos estão tomando.

O cientista Ray Kurzweil previu que um computador derrotaria um humano no xadrez até o ano 2000, e isso ocorreu em 1997. Na mesma direção, ele prevê que um computador passará no teste de Turing até 2029. Independentemente de quando esse marco será alcançado, seja daqui a 10 ou 50 anos, o ponto crucial da questão aqui abordada é reconhecermos que isso eventualmente ocorrerá e, com esse entendimento em mente, devemos continuar progredindo, passo a passo, em direção ao entendimento dessa complexidade que envolve a IA e os estudos sobre a linguagem.

Gabriel (2021) sublinha um estudo sobre a superinteligência (ASI), um conceito formulado pelo filósofo sueco Nick Bostrom, que a apresenta como “um intelecto que ultrapassa em muito o desempenho do melhor cérebro humano em praticamente todas as áreas, incluindo criatividade científica, conhecimento geral e habilidades sociais” (p. 193). A superinteligência artificial abrange um espectro que vai desde um computador ligeiramente mais inteligente do que um ser humano até uma máquina que é milhões de vezes mais competente em todas as faculdades intelectuais do que um ser humano. Sem dúvida alguma, a

⁸Citados e referenciados nas diversas obras de Gabriel.

capacidade de um computador supera certas capacidades do cérebro humano, mas parece-me que essa não é questão. O que temos aqui é uma linguagem programada, que trabalha com enunciados, com o que está referido no dito e não no ato de dizer. E essa é questão insuperável.

As discussões predominantes, hoje em dia, concentram-se precisamente nesse tipo hipotético de inteligência artificial, pois é dessa esfera que derivam as promessas mais auspiciosas e as preocupações mais alarmantes para o futuro da humanidade: a IA trazendo uma “linguagem” que substitua a humana. Será isso possível? Óbvio que não.

4. Relacionando as abordagens

Na primeira seção, trazemos o texto de Benveniste (1952) sobre a comunicação animal e a linguagem humana. Ao final da seção, enumerei “características” da linguagem humana, reconhecendo os contrastes entre esta e a comunicação animal. Na sequência, ponderei que, nessa comunicação, é impossível encontrar algumas características inerentes à linguagem humana. O mesmo faço aqui com as questões levantadas sobre a IA.

É inegável que uma máquina pode ser instruída para manter uma conversa com um indivíduo e responder a perguntas de forma convincente. No entanto, isso não implica necessariamente que a máquina compreende verdadeiramente o conteúdo de sua comunicação. O foco aqui está na linguagem implicada na IA. Lembramos que o Teste de Turing não avalia se uma máquina é dotada ou desenvolve um pensamento genuíno, mas sim se ela é capaz de demonstrar um comportamento inteligente comparável ao de um ser humano, uma vez que, numa perspectiva enunciativa, não estamos diante de um diálogo, mas trabalhando com uma combinação de dados que respeitam regras e processamentos. Não há uma inventividade ilimitada, tal como ocorre quando o homem fala com outro homem. Temos, nesse contexto, enunciados que reconfiguram enunciados, jamais uma enunciação. Assim, se a definição de “máquina” refere-se a algo meticulosamente planejado por designers, tanto mecanicamente quanto eletronicamente, isso parece incompatível com a concepção de máquina como um ser pensante, já que o pensamento é imprevisível e é marcado por uma dinâmica que escapa

ao controle do homem, mesmo tendo regras para sua organização. Sua singularidade é subjetiva, na medida em que falantes estão sempre inventando e reinventando o que falam com outros falantes. O diálogo estabelece-se.

Nossos estudos linguísticos, e por que não dizer os do campo da enunciação, podem auxiliar na compreensão de como um indivíduo específico, ao utilizar a linguagem, constrói sua própria percepção da realidade por meio de operações simbólicas. Eis o segundo ponto que me é caro nesta reflexão: a máquina não simboliza – isso é do humano. Essas operações servem como a base para sua existência no mundo como alguém que se expressa verbalmente, com necessidades e anseios inerentes a sua natureza de sujeito falante. A língua das máquinas é das máquinas e não dos homens que projetam e programam máquinas.

Para finalizar este texto – e não a discussão –, ressalto que fiz o mesmo movimento de leitura que fez Benveniste no texto de 1952: procurei comparar a “linguagem” da IA com a linguagem humana. O que se destaca, nesse cenário, é a discussão acerca da linguagem humana, resguardando sua propriedade humana, identificada na enunciação. Não há enunciação na IA. Por quê? Porque ela, a IA, produz comunicação em torno do enunciado, do dito e não do dizer que produz efeito entre falantes. Ela não está referida ao quadro figurativo da enunciação. Este traz o ato individual de “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” que ilustra a questão da linguagem humana, resguardando-a enquanto propriedade do homem.

Referências

BENVENISTE, Émile. “Comunicação animal e linguagem humana”. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. “O Aparelho formal da enunciação”. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

GABRIEL, Martha. *Você, eu e os robôs: como se transformar no profissional do futuro*. São Paulo: Atlas, 2021.

À SOMBRA DOS ARQUIVOS, UM CAMPO DE TRABALHO: A CORRESPONDÊNCIA DE BENVENISTE⁹

Gabriela Barboza (FURG)
barboza.gabrielab@gmail.com

O passado do pensamento científico está sempre diante dos nossos olhos numa perspectiva diferente e sempre nova. Cada geração científica descobre novas características no passado. O que era ocasional e insignificante aos olhos dos cientistas de uma determinada década, muitas vezes assume grande e profunda importância aos olhos dos outros. (Vernadski)

Este trabalho é o desdobramento de uma reflexão iniciada em 2021, no 4º Colóquio de Leituras Émile Benveniste, em que me dediquei ao estudo das cartas entre Benveniste e Lévi-Strauss. No texto que preparei para o 5º Colóquio, sigo perseguindo os traços deixados pelas cartas de/para Benveniste, mas a questão a que me dedico, agora, diz respeito, principalmente, a propor possibilidades de leituras das correspondências de Benveniste na direção de uma melhor compreensão de sua teoria da linguagem.

No trabalho do colóquio anterior, meu foco principal foi o de apontar alguns pontos de diálogo entre a linguística e a antropologia a partir do que se pode colocar em interlocução entre as produções do linguista Émile Benveniste e o antropólogo Claude Lévi-Strauss através principalmente das cartas trocadas entre ambos. Para circundar pelo menos parte da questão que me mobilizou à época, selecionei dois pontos de interesses comuns entre ambos: a arbitrariedade do signo linguístico e os estudos de línguas diversas e de costumes e práticas de

⁹Este artigo foi planejado, inicialmente, como apresentação oral para o 5º Colóquio Leituras de Émile Benveniste. Ao transformá-lo em capítulo de livro, decidi manter alguns aspectos que remetem ao gênero - palestra -, ao público - pesquisadores da Linguística de diferentes níveis (graduação, mestrado, doutorado) - e à modalidade - oral - originais.

diferentes sociedades a partir de fatos linguísticos (Barboza, 2022). Da reflexão iniciada em 2021, escrevi um segundo texto, em que utilizei o mesmo material como fonte de pesquisa. Nele, passei de fato a pensar um pouco mais sobre o papel dos arquivos e das cartas como lugar de memória e nas suas contribuições para a formação de um conhecimento linguístico (Barboza, 2023).

Como tomei conhecimento de outros trabalhos feitos por linguistas com correspondências de linguistas (Chepiga; Sofia, 2014, 2017), comecei a me interessar mais pela temática e a vislumbrar esses documentos como um campo de trabalho possível com os arquivos de Benveniste. O contato com esse material me fez perceber o potencial das cartas enquanto produtoras de um conhecimento sobre a linguagem. A partir disso, surgiram outras questões que foram me mobilizando e têm me mobilizado na leitura desse arquivo.

1. Correspondências como espaço de trabalho do linguista

Da vastidão de textos dos arquivos de Benveniste a partir dos quais se poderia empreender uma espécie de “arqueologia” de suas formulações, por que decidi me dedicar às correspondências? Como esses documentos que, inicialmente, não foram escritos para ser publicados podem contribuir para os estudos em torno da linguística de Benveniste? O que elas podem nos dizer a respeito do interesse unificador de todos os trabalhos deste evento, que são as leituras de Émile Benveniste? Essas são algumas perguntas que o leitor pode se fazer — e que procurarei, de algum modo, abordar — ao se deparar com minha proposta de trabalho, tendo em vista sobretudo que esta não é uma prática corrente no campo.

Em relação ao interesse pelas correspondências de Benveniste, assumo o pressuposto de que todo material arquivístico em que haja a produção de um conhecimento sobre a língua deve ter seu lugar assegurado nas discussões linguísticas (Altman, 2012). Entre os diversos tipos de documentos presentes em arquivos (rascunhos de obras, notas de trabalho, notas pessoais, manuscritos preparatórios de palestras, seminários, correspondência etc.), as cartas apresentam características particulares em relação a outros manuscritos, porque estão na intersec-

ção entre o público e o privado - são, portanto, de outra natureza.

Michel Arrivé (2017), em um texto em que retraça parte de seu próprio percurso de pesquisa a partir das correspondências trocadas entre si e outros linguistas, afirma que “a linguística, mesmo na sua forma mais aguda e inovadora, é por vezes encontrada em cartas” (Arrivé, 2017, p. 132). O linguista também nos relembra que, antes de que a linguística se fizesse tal como é feita hoje, ela era feita por cartas¹⁰. A correspondência entre linguistas pode ser percebida como um espaço de trabalho (de linguistas e historiadores) e um local de reflexão e de trocas profundas de conhecimentos. Valentina Chepiga avalia que as correspondências, muitas vezes, se revelam como “o primeiro lugar de debate científico e da construção social da ciência” (Chepiga, 2017, p. 34). Além disso, as cartas podem ser a extensão de um debate já iniciado anteriormente e que continuará a partir delas. A linguista também considera que esses documentos são um local de reflexão indispensável para o esclarecimento e a consolidação de um pensamento científico.

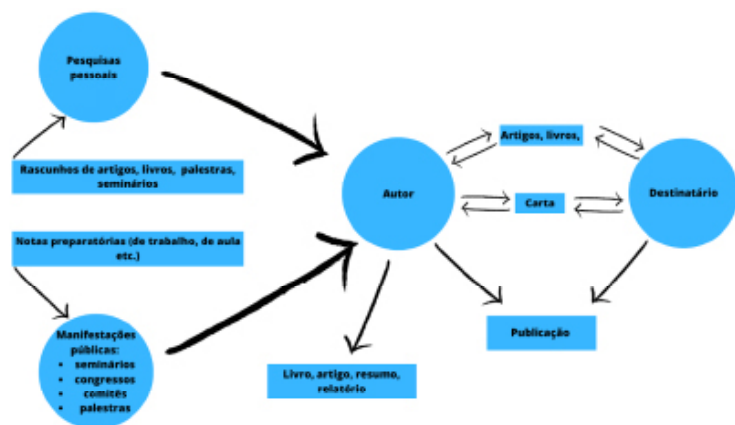
As cartas cumprem uma grande função de ser, para seus interlocutores, um espaço imediato de discussão teórica, transmissão e circulação de informação científica. Considerando-se que todo material em que haja uma reflexão sobre a língua deve interessar ao linguista, o exame das correspondências — documentos inicialmente pessoais, privados (por vezes, secretos) — se revela uma tarefa bastante enriquecedora. Dadas as suas especificidades, as cartas são um material de natureza diferente de qualquer outro material arquivístico com o qual se costuma trabalhar, principalmente no que diz respeito ao fato de que as formulações presentes nelas são relativamente mais livres do rigor habitual da escrita teórica, feita para ser publicada. Isso faz com que esse corpus se configure, de certo modo, como uma espécie de via de “acesso a verdadeiros laboratórios de desenvolvimento conceitual” (Arrivé, 2017, p. 6).

Chepiga estabelece uma esquematização do espaço de trabalho do linguista em que as cartas figuram como parte importante e neces-

¹⁰Esse é um elemento importante a ser destacado, porque, muitas vezes, perdemos de vista - ou até mesmo desconhecemos - o modo como a ciência se constitui. Ainda que pareça óbvio, é preciso lembrar que sempre houve revistas acadêmicas — a difusão da ciência não se dá do mesmo modo com o passar do tempo.

sária na constituição do saber científico. Com algumas adaptações, a sistematização é a que segue.

Quadro 1 - Espaço de trabalho do linguista



Fonte: adaptado de Chepiga (2017, p.37).

Conforme o Quadro 1 aponta, tudo o que está ligado à produtividade do autor (pesquisas pessoais, rascunhos, notas pessoais, manifestações públicas) pode influenciar ou ser objeto de uma produção epistolar. Tudo isso pode ser, em potência, tema de uma carta. As correspondências podem, também, ser tanto fruto de uma produção anterior quanto uma impulsionadora de uma produção concomitante/posterior ao intercâmbio desses textos. As missivas estão, portanto, no centro das produções científicas da primeira metade e parte da segunda metade do século XX.

2. À sombra dos arquivos, as cartas de/para Benveniste

Ao decidir me dedicar ao trabalho com a correspondência de Benveniste, surgiram questionamentos a respeito do tratamento que daria a esse gênero que está à sombra dos arquivos, que, por sua vez, são marginais em relação aos textos estabelecidos e publicados. Como se sabe, é possível que as cartas sejam observadas pelas lentes de diferentes perspectivas. Elenco, aqui, sucintamente, alguns pontos de vista em

que há o trabalho com manuscritos - ainda que todas as abordagens a seguir tomem os arquivos como fonte de pesquisa, há certa diferença no tratamento dedicado a eles.

- **Filologia** - campo de pesquisa que se dedica ao estudo de línguas em fontes históricas escritas, principalmente textos literários. Tem como objeto a “melhor versão” do texto final, versões anteriores ajudam a reconstruir a versão final.
- **Genética textual** - “a genética dos textos visa [...] elucidar o trabalho da escritura e interpretar seu processo” (Fenoglio, 2019, p. 30). Essa perspectiva, ligada, em seu início, principalmente ao trabalho com textos literários, está, também, em busca de uma gênese de constituição, mas retira a ideia de texto como algo acabado e assume uma concepção processual, o que, de certo modo, a afasta da abordagem filológica dos arquivos.
- **História das ideias linguísticas/historiografia linguística** - descreve, analisa e interpreta o conhecimento produzido sobre as línguas em diferentes épocas e por diferentes agentes. Esse campo coloca em diálogo a linguística com o ofício do historiador - trata-se de uma espécie de narrativa interpretativa sobre ideias e saberes linguísticos.
- **Epistemologia da linguística** - é uma teoria do conhecimento sobre a linguagem, discurso sobre a linguagem como objeto de estudo, uma reflexão sobre determinado saber que se dá também no interior desse saber, na medida em que ele pode ser refeito. Ecoam, aqui, as vozes do próprio Benveniste, ao afirmar que “a linguística é uma epistemologia” e que, como tal, “se constrói e reconstrói continuamente a partir da ciência, tal como ela se faz” (Benveniste, 2006, p. 38), e do professor Valdir Flores, que propõe que pensemos a “linguística como epistemologia de si própria” (2023, p. 10), no sentido de uma ciência que se volta e se interroga sobre si mesma e sobre seus objetos e métodos.

O fato de que as quatro perspectivas estejam alinhadas em itens não deve fazer parecer que elas sejam comparáveis em todos os aspectos. A abordagem epistemológica não pode ser alinhada do mesmo modo às outras porque não é uma metodologia de tratamento de arquivos, mas uma concepção mais ampla, da qual os arquivos são testemu-

nhas e fontes absolutamente legítimas de uma reflexão/ de um discurso específico sobre a linguagem. Essa é a perspectiva da qual me aproximo ao empreender a leitura das cartas de Benveniste.

Desde seu depósito, em 30 de dezembro de 1976, até o início dos anos 2000, o acervo de Émile Benveniste permaneceu “adormecido” no setor de “Manuscritos Orientais” da Biblioteca Nacional da França (BnF) (Fenoglio, 2019). A partir de 2006, com a localização desse material pelo grupo de pesquisa coordenado pela pesquisadora Irène Fenoglio (ITEM, CNRS/ENS), testemunhamos uma profusão de publicações de manuscritos inéditos produzidos pelo sírio-francês. Isso produziu uma renovação nos estudos benvenistianos — cujos efeitos estão por ser avaliados — com a inclusão de temáticas até então pouco ou nada abordadas, e com novos olhares para tópicos já discutidos.

No que diz respeito aos arquivos de Benveniste, eles são muito diversos tanto em relação ao gênero (notas preparatórias de aulas, rascunhos, esboços de artigos publicados, cartas, recibos etc.) quanto em relação ao formato (manuscrito, datilografado, datilografado com anotações manuscritas etc.) e à temática (descrição de línguas diversas, reflexões gerais em torno da linguística, estudos sobre a poética de Baudelaire, assuntos pessoais etc.). Os arquivos estão localizados, conforme Brunet (2012), em pelo menos cinco locais diferentes:

- Departamento de manuscritos da BnF, França;
- Universidade do Alaska Fairbanks, Estados Unidos;
- Departamento de arquivos do Collège de France, França;
- IMEC - Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, França;
- Universidade de Berna, Suíça.

Benveniste conservou seus manuscritos (notas, rascunhos, provas finais de textos publicados, cartas, fotografias, cartões postais), e, além disso, deixou testamentado que esse material fosse doado a BnF. Essas ações do linguista demonstram que seu legado, pensado e premeditado, aponta para o que Fenoglio (2019) chama de “consciência autoepistemológica” do autor. Dito de outro modo, Benveniste reconheceu seu papel enquanto pesquisador e a importância dos arquivos e do modo como permitem a continuidade das pesquisas para além do material publicado. O reconhecimento da importância dessas fontes, para

Benveniste, também passa pelo fato de que ele próprio publicou, em 1964, no *Cahiers Ferdinand de Saussure*, cartas de Saussure a Meillet¹¹. Nessa publicação, está a largamente conhecida carta em que Saussure fala sobre o absoluto desacordo em relação a qualquer termo linguístico que fosse, e que essa falta de consenso no campo faria com que, “contra sua vontade”, tivesse de escrever um livro sobre linguística geral. Sobre as cartas de Benveniste, o que inventariar até o momento é o seguinte:

Quadro 2 - Cartas de/para Benveniste e sua localização

Correspondente	Número de cartas catalogadas	Acervo	País	Publicado
Louis Renou	não definido	BnF - Benveniste	França	Parcialmente
Lucien Tesnière	não definido	BnF - Benveniste	França	Não
Roman Jakobson	21	MIT - Jakobson	Estados Unidos	Sim
Claude Lévi Strauss	21	BnF - Lévi Strauss	França	Sim
Louis Hjelmslev	8	Biblioteca Real da Dinamarca - Hjelmslev	Dinamarca	Parcialmente
Walter Bruno Henning*	não definido	SOAS, Biblioteca Univ. Cambridge	Inglaterra	Não
Harold Bailey*	não definido	SOAS, Biblioteca Univ. Cambridge	Inglaterra	Não

Fonte: elaborado pela autora

Como o Quadro 2 aponta, a correspondência entre Benveniste e os autores arrolados é internacional (está em quatro países diferentes) e também transatlântica. Devido às limitações deste texto, só conseguiria comentar, muito brevemente, aquilo a que tive acesso até o momento¹². É possível pensar, a partir das cartas, que elas nos mostram o estabelecimento de uma rede de intelectuais que trabalhavam, de certo modo e na medida do possível à época, em colaboração, que dialogavam em torno de temáticas comuns.

Como não é possível dar conta de toda a correspondência - e

¹¹Disponível em <https://www.jstor.org/stable/27758046>.

também como não tenho acesso a todas elas -, selecionei, neste momento, trechos das cartas trocadas entre Benveniste e Hjelmslev (1941-1949) e Benveniste e Jakobson (1947-1968).

Estabelecido o panorama geral em torno do que se tem registrado a respeito de correspondência entre Benveniste, dedico-me, a partir daqui, a possíveis ângulos através dos quais é possível observar esse *corpus* que estabeleci. Os ângulos (ou perspectivas) foram adaptados de parâmetros estabelecidos por Swiggers (1993) e dizem respeito a **i)** os tipos de abordagem, **ii)** os domínios de saber contidos nas cartas e **iii)** às motivações para a escrita desses documentos. Nenhum dos três, isoladamente, consegue dar conta da complexidade contida nas correspondências, mas, ao combiná-los, procuro apreender o maior número de perspectivas possível.

O primeiro viés diz respeito aos *tipos de abordagem encontrados nas correspondências*. Droixhe, Muller e Swiggers (1989) propuseram uma espécie de inventário sistemático “modelar” para o tratamento das correspondências entre linguistas. Nesse texto, consta a proposição de inventariar as abordagens (visadas/perspectivas) presentes nas cartas. A partir dessa proposta, é possível verificar, na correspondência estudada de Benveniste, quatro visadas, que serão brevemente explicitadas. A primeira é a visada pessoal (que trata das relações de amizade, familiares, doença, saúde, estados de humor etc.). Um exemplo disso é o excerto da carta 10 de Benveniste a Jakobson (02/09/1950), em que o linguista sírio-francês escreve ao russo: “foi uma alegria para mim voltar a vê-los e passar estes dias, que foram[...] uma celebração da mente e do coração. Essa memória nunca me abandona. Por tudo o que você fez, quero agradecer a você e à Sra. Jakobson [...]” (Laplantine; Testenoire, 2021, p. 155). Há, também, a visada política, quando, por exemplo, na carta 21 (16 de maio de 1968), em que Benveniste comenta e avalia brevemente os eventos políticos de Maio de 1968: “vocês devem

¹²Cabe, entretanto, um breve comentário em relação à correspondência entre Walter Bruno Henning (linguista alemão, especialista em línguas iranianas como sogdiano, kwarezmiano, persa médio, parsi) e Harold Bailey (pesquisador inglês, também estudioso de línguas iranianas, professor em Oxford). As informações a que tive acesso foram fornecidas pelo professor Stuart Elden, geógrafo britânico que está pesquisando a constituição do pensamento indo-europeu na Europa do século XX - uma das figuras pesquisadas é Benveniste.

saber que toda a Universidade está passando por uma crise profunda aqui, em exaltação e confusão. É uma experiência emocionante, cujo resultado ainda não podemos prever” (Laplantine; Testenoire, 2021, p. 163). Ainda, há as visadas linguística (quando estabelecem debates sobre questões específicas relativas ao campo) e interdisciplinar (quando coloca em diálogo diferentes campos do saber). O excerto a seguir ilustra tanto a visada linguística, ao abordar a questão da significação, quanto a visada interdisciplinar, quando Benveniste sugere a criação de um evento que coloque em relação “língua e cultura”.

Pensei na pergunta que pretendo fazer à Fundação Rockefeller se eu conseguir me encontrar com D’Arms. Parece-me agora que um encontro internacional para estudar o problema da “significação” seria prematuro. O problema não foi amadurecido. Seria mais proveitosa uma discussão sobre o tema geral “Língua e cultura”, que atualmente provoca vivas controvérsias (no *American Anthropologist*, por exemplo). O que você acha? (Laplantine; Testenoire, 2021, p. 155).

A segunda perspectiva de abordagem é uma espécie de inventário dos *domínios do saber* contidos nas cartas. Os domínios a que Swiggers se refere dizem respeito aos diferentes campos da ciência. Porque estão no escopo desse critério somente os âmbitos ligados ao fazer científico, não entram no inventário os conteúdos que dizem respeito a questões pessoais e familiares etc. É possível elencar, inicialmente, os seguintes domínios contidos nas correspondências pesquisadas: estruturalismo (isso aparece com mais força na correspondência com Hjelmslev), antropologia, mitologia, etnologia, literatura, linguística indo-europeia, linguística geral (morfologia, sintaxe, fonologia, significação) línguas iranianas (sânscrito, avéstico, sogdiano, corásmio etc.), línguas ameríndias.

É importante salientar que o fato de que esses domínios estejam contidos nas cartas não significa que haja formulação teórica a respeito de todas elas. Pierre-Yves Testenoire (2014, p. 77) afirma que os debates, nas cartas, sobre questões teóricas são quantitativamente minoritários, o que não significa que sejam inexistentes tampouco de menor

valor. Seria necessário um trabalho mais detalhado de classificação da quantidade e das formas como aparecem cada um desses domínios¹³⁵, o que poderá ser feito em outra oportunidade.

A terceira e última perspectiva de tratamento da correspondência diz respeito às *motivações para a escrita*, que foram classificadas como

a) motivações heurísticas: é o caso quando há intercâmbio de informações/conhecimento em torno de um objeto/assunto - quando, por exemplo, em uma de suas cartas (sem informação de data), Hjelmslev dá notícias a Benveniste a respeito das discussões em torno da sincronia e da diacronia no Círculo Linguístico de Copenhague: “Quero agradecer-lhe pela gentil recepção do meu livro. Você é um daqueles cuja opinião, para mim, é muito valiosa, e fico feliz em ter sua aprovação em relação ao método que segui. Para mim, como para você, o método estrutural é o método linguístico. (Tatsukawa 1997, p. 134);

b) motivações programáticas: podem ser entendidas tanto como a construção de um programa de pesquisa quanto a difusão de livros, artigos, encomenda de textos, convite de participação para eventos etc. Ilustro essa motivação com a sugestão de Benveniste para que Hjelmslev publique uma versão em francês de seu *Omkring sprogteoriens grundlæggelse* [Prolegômenos a uma ciência da linguagem]: “o senhor encontrará, entre outros, um artigo de Martinet sobre seu trabalho dinamarquês, o que enfatiza sua importância, e me faz esperar ansiosamente que, em breve, haja uma versão dele em outra língua. Podemos contar com isso?” (Tatsukawa, 1997, p. 134);

c) motivações problematizantes: estão ligadas à *arte do problema* de Benveniste (Dessons, 2006) - é o caso quando ele aponta discordância do interlocutor ou de um terceiro sobre algum ponto de discussão. Ainda que a problematização possa ser considerada como uma espécie de motivação heurística, decidi enquadrá-la como uma motivação diversa da primeira, pois se trata, antes de tudo, de uma oposição a um ponto de vista anterior proposto por outrem. Como exemplo, apresento um

¹³A exemplo do que Sara Hoff (2022) fez em sua tese em torno da diversidade das línguas em Benveniste, quando classifica os modos como comparecem as mais de 400 línguas utilizadas por Benveniste ao longo de sua obra.

excerto da carta 14 (10/06/1953), em que Benveniste discorda de Jakobson a respeito do papel da teoria da informação nas discussões em torno da língua:

“[...] [A]qui os problemas exigiriam uma discussão que dificilmente poderia ser feita por escrito. Minha única objeção está ligada sobretudo à “lógica” da representação assim identificada. Não me parece que a teoria da informação nos permita traçar a configuração lógica da língua. Será necessário distinguir os problemas do discurso daqueles da língua.” (Laplantine; Testenoire, 2021, p. 158).

3. Considerações finais

Procurei, ao longo deste texto, direcionar nossas atenções para as cartas de/para Benveniste, além de defender que elas podem contribuir, a seu modo, para a construção da linguística de Benveniste, de sua epistemologia. Sugeri, ainda, possibilidades de tratamento das cartas segundo critérios adaptados de trabalhos realizados por pesquisadores que já realizam esse tipo de pesquisa (Droixhe; Muller; Swiggers, 1989; Swiggers, 1993), com visadas que consideram os tipos de abordagem das correspondências, os domínios de saber contidos nas cartas e às motivações para a escrita desses documentos.

Podemos tratar as correspondências como uma fonte de ensinamentos, como um documento testemunha de um saber prestes a se constituir, mas também podemos lê-las como textos/discursos em sua (in)completude, sem que sejam considerados meros auxiliares de textos mais completos e/ou acabados. Penso que as cartas podem ser vistas como documentos, como monumentos (que estão mais ligados à gênese ou à historiografia), mas também como elementos que integram o todo da reflexão linguística de Benveniste.

Por fim, é importante reiterar que esta é uma reflexão que não está acabada, e que pretendo fazer avançá-la no sentido de contribuir para a epistemologia da linguagem de Benveniste, na medida em que observo desde outros ângulos, com fontes diversas e em diferentes interações, sua construção teórica. Considerá-los como integrantes de um saber sobre a linguagem aumenta as dimensões epistemológicas da te-

oria benvenistiana e a torna, portanto, mais rica e produtiva do ponto de vista científico. Assim como Fenoglio (2019, p. 114) a respeito dos manuscritos, defendo, a respeito da correspondência, que “[s]e não podemos impor sua necessidade, podemos, ao menos, afirmar sua pertinência”.

Referências

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *Revista Todas as Letras*, v. 14, n. ja/ju 2012, p. 14-37, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/article/view/4526/3488>. Acesso em: 08 dez. 2023.

ARRIVÉ, Michel. La linguistique dans les lettres des linguistes. In: CHEPIGA, Valentina; SOFIA, Estanislao. *La correspondance entre linguistes: un espace de travail*. Louvain-la-Neuve 2017, p. 5-8.

BARBOZA, Gabriela. Onde a linguística e a antropologia se encontram – diálogos entre Benveniste e Lévi-Strauss. In: ROSÁRIO, Heloisa; HOFF, Sara; FLORES, Valdir. *Leituras de Émile Benveniste*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022, p. 167-177.

BARBOZA, Gabriela. Entre arquivo e memória: notas preliminares sobre os manuscritos na formação de um pensamento sobre a linguagem em Benveniste. In: SILVA, Silvana; BORTOLINI, Bruna. *Memória e linguagem - estudos interdisciplinares*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2023, p. 23-39.

BENVENISTE, Émile. Esta linguagem que faz a história. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 29-40.

BRUNET, Émilie. Les papiers d'Émile Benveniste. In: BENVENISTE, Émile. *Dernières leçons: Collège de France (1968 et 1969)*. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012. p. 175-180.

CHEPIGA, Valentina. Correspondre dans une espace socioculturel linguistique particulier. Exemple du Fonds Lucien Tesnière. In: CHEPIGA, Valentina; SOFIA, Estanislao. *La correspondance entre linguistes: un espace de travail*. Paris: Academia L'Harmattan, 2017, p. 33-44.

CHEPIGA, Valentina; SOFIA, Estanislao. *Archives et manuscrits de linguistes*. Paris: Academia L'Harmattan, 2014.

CHEPIGA, Valentina; SOFIA, Estanislao. *La correspondance entre linguistes: un espace de travail*. Paris: Academia L'Harmattan, 2017.

DESSONS, Gérard. Émile Benveniste, l'invention du discours. Paris: Éditions In Press, 2006.

DROIXHE, Daniel; MÜLLER, Jean-Claude; SWIGGERS, Pierre. (1989). Les correspondances de linguistes: Projet d'inventaire systématique. In: DUTZ, Klaus D. (éd), *Speculum historiographiae linguisticae*, Münster, Nodus, 1989.

FENOGLIO, Irène. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

HOFF, Sara Luiza. “*Mas guardemos isso: não há língua má*”: as línguas na teoria da linguagem de Benveniste. 286 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2023 (no prelo).

LAPLANTINE, Chloé; TESTENOIRE, Pierre-Yves. La correspondance d'Émile Benveniste et Roman Jakobson (1947-1968). *Histoire Épistémologie Langage*, 43-2, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/hel/1284>. Acesso em 08 nov 2023.

TATSUKAWA, Kenji. Sous le signe de Saussure: La correspondance L. Hjelmslev - E. Benveniste (1941-1949). *Linx, Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre*, n. 9, 1997, p. 129-141.

TESTENOIRE, Pierre-Yves. Les manuscrits de Joseph Vendryes: premier état des lieux. In: CHEPIGA, Valentina; SOFIA, Estanislao. *Archives et manuscrits de linguistes*. Paris: Academia L'Harmattan, 2014, p. 77-98.

A PRESENÇA DA DIACRONIA NOS PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL DE ÉMILE BENVENISTE: EM BUSCA DE UMA EPISTEMOLOGIA PARA O PESQUISADOR DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Silvana Silva (UFRGS)
ssilvana2011@gmail.com

1. Contexto e interesses de Pesquisa e Objetivo

Este trabalho apresenta uma metodologia descritiva e uma visão prospectiva: pretendemos escrutinar a presença das reflexões diacrônicas nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral* com vistas a construir uma perspectiva sobre linguagem e análise linguística própria desse autor. Trata-se de um estudo preliminar que visa mensurar e compreender a dimensão histórica no pensamento benvenistiano. Nosso objetivo maior é dar visibilidade às reflexões diacrônicas de Émile Benveniste bem como estimar seu alcance para as próprias análises ditas sincrônicas.

Em nossa pesquisa atual (Silva 2022-2025), temos procurado demonstrar o quanto a Linguística Histórica e os estudos de Tradição discursiva quando aliados à perspectiva de linguagem de Émile Benveniste podem elucidar o estudo do discurso médico gaúcho do século XIX (vide Silva, 2023; Silva, no prelo).

2. Uma controvérsia da linguística: a dicotomia sincronia/diacronia

É bem conhecida a crítica de Coseriu (1976) à perspectiva de análise sincrônica de Saussure: para o autor, Saussure emparelha muito rapidamente a ideia de ‘estado de língua’, ‘sincronia’ e, conseqüentemente, ‘língua’. Sechehaye, na recente tradução feita por Flores e Othero (2023) em obra intitulada *Saussure e a escola de Genebra*, chega a admitir que Saussure efetivamente operou a distinção, até certo ponto

questionável, entre linguística sincrônica e linguística diacrônica (2023, p. 87). Nesse sentido, entendemos que Benveniste não assume plenamente a dicotomia saussuriana entre linguística sincrônica e linguística diacrônica, articulando essa problemática de forma própria. É essa proposição de base que procuraremos demonstrar nesta Apresentação.

Nossa metodologia de pesquisa será realizado por meio da busca dos termos ‘diacronia’ e ‘história’ nos textos dos dois volumes dos PLGs. Em seguida, analisaremos os textos que apresentam exploração significativa de um ou mais desses termos, procurando observar o quanto a dimensão diacrônica intervém na análise linguística. Dentre as seis (6) Partes dos PLGs, excluimos propositalmente a última seção - *Léxico e Cultura* - em função de seu evidente recorte temático voltado para questões históricas e culturais.

3. Apresentação dos resultados iniciais

Abaixo apresentamos uma lista com os textos do PLG I onde localizamos a presença da diacronia. Como se pode observar, a diacronia é um tema que pouco comparece nesta obra, sendo circunscrita à Parte I - Transformações da linguística.

DIACRONIA (PLG I)

Diacronia

1. *Tendências recentes em linguística geral* (1954)
2. *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística* (1963)
3. *Saussure após meio século* (1963)

Diacrônico

1. *Saussure após meio século* (1963)

Já as palavras ‘história’ e ‘histórico’, comparecem no PLG I de forma bem mais marcante, totalizando 11 e 12 textos, do conjunto de 23 textos considerados.

História (PLG I)

1. *Tendências recentes em linguística geral* (1954)
2. *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística* (1963)

3. *Saussure após meio século* (1963)
4. *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958)
5. *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956)
6. *A classificação das línguas* (1952-53)
7. *Ativo e médio no verbo* (1950)
8. *A construção passiva do perfeito intransitivo* (1952)
9. *Ser e ter nas suas funções linguísticas* (1960)
10. *As relações de tempo no verbo francês* (1959)
11. *Os verbos delocutivos* (1958)

Histórico (PLG I)

1. *Tendências recentes em linguística geral* (1954)
2. *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística* (1963)
3. *Saussure após meio século* (1963)
4. *Natureza do signo linguístico* (1939)
5. *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956)
6. *A classificação das línguas* (1952-53)
7. *A frase nominal* (1950)
8. *Ativo e médio no verbo* (1950)
9. *A frase relativa, problema de sintaxe geral* (1957-8)
10. *As relações de tempo no verbo francês* (1959)
11. *A filosofia analítica e a linguagem* (1963)
11. *Os verbos delocutivos* (1958)

De forma semelhante, a palavra diacronia e a palavra diacrônico comparecem pouco no PLG II, com um total de 4 textos.

Diacronia (PLG II)

1. *A semiologia da língua* (1968)
2. *Estrutura das relações de auxiliaridade* (1965)

Diacrônico (PLG II)

1. *Esta linguagem que faz história* (1968)
2. *As transformações das categorias linguísticas* (1966)

Já as palavras ‘história’ e ‘histórico’ estão presentes em um número mais expressivo de textos, 8 artigos de um total de 15 capítulos considerados, isto é, metade dos textos do PLG II.

História (PLG II)

1. *Essa linguagem que faz história* (1968)
2. *A semiologia da língua* (1968)
3. *A linguagem e a experiência humana*
4. *Estrutura da língua, estrutura da sociedade* (1968)
5. *Formas novas de composição nominal* (1966)
6. *O antônimo e o pronome em francês moderno* (1965)

Histórico (PLG II)

1. *Convergências tipológicas* (1966)
2. *As transformações das categorias linguísticas* (1968)

4. Análise dos textos do PLG I

Para fins de análise preliminar, tomamos dois artigos do PLG I para exploração dos sentidos de história/histórico. Os artigos, abaixo elencados, foram selecionados em função do número de ocorrências das palavras história/histórica e também da saliência textual percebida.

Para o texto “*Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956)”, selecionamos os seguintes trechos:

1. “Sabemos que a operação do analista é inteiramente regressiva e visa a provocar a emergência, na lembrança e na fala do paciente, do dado de fato em torno do qual se ordenará daí em diante a exegese analítica do processo mórbido. O analista, portanto, está à procura de um dado “histórico” enterrado, ignorado na memória do sujeito.” (p. 82)”

2. “Imaginar um estágio da linguagem, por mais “original” que se queira, mas apesar disso real e “histórico”, em que um certo objeto seria denominado como sendo ele próprio e ao mesmo tempo qualquer outro, e em que a relação expressa seria a relação de contradição permanente em que tudo seria ele mesmo e outro que não ele é imaginar uma pura quimera. (Benveniste,

1989, p. 89)

Ao destacar os sentidos de história/história em cada um dos trechos podemos dizer que:

1. Todas as ocorrências de histórico estão entre aspas, o que quer dizer que o sentido usual está em suspensão. Trata-se de um uso autonímico em grau baixo, conforme classificação de Authier-Revuz (1998).
2. Na primeira ocorrência, Benveniste refere-se à busca do analista por um dado “histórico” e logo faz uma paráfrase com aspecto metafórico: “enterrado, ignorado na memória do sujeito”.
3. Na segunda ocorrência, Benveniste nega que o fato “histórico” da origem da linguagem seja um argumento suficiente para compreender a formação das imagens e palavras distorcidas pelo sujeito em sessão de análise para não se dar conta de fatos ignorados ou dolorosos em sua memória. Histórico além de não ser colocado como argumento suficiente também opera no funcionamento de memórias escondidas. Histórico assim não se opõe a atual, a lembrado, a vivo na memória.

A conclusão a que chegamos é a de que a palavra histórico tem **caráter estratégico** na argumentação de Benveniste. O uso dessa palavra serve para contrapor à sua proposta de funcionamento linguístico das formações languageiras do inconsciente do sujeito.

Para o texto “*As relações de tempo no verbo francês* (1959)”, selecionamos os seguintes trechos.

1. “O plano histórico da enunciação se reconhece porque impõe uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomadas em conjunto. Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma linguística “autobiográfica”. (p. 262)

2. “A distinção que fazemos entre narrativa histórica e discurso não coincide, portanto, absolutamente, com a distinção entre língua escrita e língua falada. A enunciação histórica é reservada à língua escrita. O discurso é tanto escrito quanto falado. Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. Quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O

próprio da linguagem é permitir essas transferências instantâneas.” (p. 267)

3. “É preciso sublinhar os três termos do discurso: presente, futuro e pretérito, todos os três excluídos da narrativa histórica (salvo o mais-que-perfeito)”. (Benveniste, 1989, p. 268)

Ao destacar os sentidos de história/história em cada um dos trechos podemos dizer que:

1. Todas as ocorrências estão colocadas no sentido usual do termo, isto é, sem aspas. Além disso, Benveniste utiliza essa palavra como termo, portanto, palavra com sentido especializado e importância central em sua argumentação.

2. Na primeira ocorrência, histórico aparece em dois sintagmas na sequência, a saber, plano histórico da enunciação e narrativa histórica. Como plano, histórico é uma delimitação particular (da língua); como narrativa é entendida como modo de enunciação. No terceiro sintagma, repete-se *narrativa histórica*, vinculada a ideia do uso de certas formas gramaticais.

3. Na segunda ocorrência, Benveniste mostra que histórico e discursivo não se opõem pela relação entre escrita e fala. O histórico aparece no sintagma narrativa histórica, enunciação histórica, narrativa histórica e, por fim, historiador. Com essa sequência, Benveniste mostra que há transposição entre a narrativa histórica para o discurso pela figura do historiador.

4. Na terceira ocorrência, Benveniste utiliza novamente ‘narrativa histórica’ para mostrar que a distinção entre ela e o discurso é um efeito da língua: “é preciso sublinhar os três termos do discurso: presente, futuro e pretérito, todos os três excluídos da narrativa histórica (salvo o mais-que-perfeito)”.

A conclusão a que chegamos é a de que a palavra *histórico* tem **caráter conceitual** para Benveniste: ele a utiliza tanto para evidenciar o emprego da língua e sua relação com o fazer linguístico do sujeito (o historiador) quanto para mostrar o que desse emprego não escapa da natureza própria do falante, de forma geral, a saber, transitar entre o histórico e o não-histórico, atual. Há assim uma conotação epistemo-

lógica importante na palavra *histórico*: a de demarcar os espaços e as interconexões entre língua, linguagem e línguas. Em certo sentido, é também essa perspectiva assinalada no trabalho de Freisleben (2023), o qual, entre outras tarefas, se debruça sobre o texto de Benveniste “As relações de tempo no verbo francês”

A título de síntese, podemos perceber duas grandes funções de história e *histórico* no PLG I: **a)** estratégica-argumentativa; **b)** conceitual-epistemológica. Dada tal configuração, entendemos que, numa leitura de conjunto e observando o percurso temporal de produção do autor, a palavra **história/histórico** tem importância fundamental na linguística geral de Émile Benveniste.

5. Análise dos textos do PLG II

Para fins de análise preliminar, tomamos dois artigos do PLG II para exploração dos sentidos de história/histórico. Os artigos, abaixo elencados, foram selecionados em função do número de ocorrências das palavras história/histórica e também da saliência textual percebida.

Para o texto “Essa linguagem que faz história” (1968) selecionamos os seguintes trechos:

1. “A história para Saussure não é necessariamente uma dimensão da língua, a história não é senão uma das dimensões possíveis, e não é a história que dá vida à linguagem, mas sobretudo o inverso. É a linguagem que por sua necessidade, sua permanência, constitui a história. (p. 31)”

2. “nenhuma parcela de história se mistura com o uso vivo da língua. Eis o que Saussure quis afirmar.” (Benveniste, 1989, p. 32)

Esse texto trata basicamente das concepções de história e histórico em Saussure. As duas ocorrências apresentam uma concepção bastante homogênea. Na primeira ocorrência, a história comparece como uma ‘dimensão’ da língua. Há um efeito restritivo da importância da história para a língua, quando Benveniste diz que a história é mais um efeito das relações vivas da língua do que o inverso. Na segunda ocorrência, Benveniste reforça tal consideração e acrescenta que essa

novidade saussuriana hoje já não surpreende ninguém.

Concluimos que a palavra *história e histórico* são utilizados com um único sentido no texto: para restringir sua importância nos estudos linguísticos pós-saussurianos e também para mostrar que a história é um efeito do uso da língua.

Para o texto “A linguagem e a experiência humana” (1968) selecionamos os seguintes trechos:

1. “São esses pontos que dão a posição objetiva dos acontecimentos (...). Eles nos informam no sentido próprio onde estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita de homens.” (p. 73)

2. “Em francês tem-se duas formas distintas (passado definido e indefinido) e o escritor tira partido instintivamente dessa diferença para separar o plano da história e da narração.” (Benveniste, 1989, p. 76)

1. Na primeira ocorrência, Benveniste trata do tempo e das marcações dos acontecimentos no calendário, como artefato que marca a história coletiva da humanidade. Uma peculiaridade interessante é que Benveniste assimila a história a uma dimensão de ‘lugar’ em meio a uma sucessão infinita de homens. Assim, a história serve para delimitar o espaço dos homens entre os homens. Há aí uma função específica da história para os homens.

2. Na segunda ocorrência, Benveniste faz uma clara referência ao texto do PLG I, “Relações de tempo no verbo francês”. Nesse momento do texto, Benveniste já expusera sua tese de que o presente linguístico é o único tempo da língua. Tratando das formas linguísticas do passado, diz que o plano da história e da narração são distintos e que o escritor utiliza disso para construir a figura do ‘historiador’ e da ‘História’. Mais do que no texto do PLG I, aqui fala bem claro que a história, a colocação dos fatos no plano histórico é um efeito de uso da linguagem pelo locutor.

Nesse texto, concluimos que Benveniste retoma e esclarece algumas afirmações contidas em um texto do PLG I. Há aqui uma ‘redenção’ da história nos estudos linguísticos pós-saussurianos em que

o primado da sincronia pareceu obscurecer a história e a diacronia: o plano histórico é uma dimensão do uso da língua, portanto, dimensão derivada da enunciação, esta que, nesse caso, converte discurso em língua.

Podemos perceber que há duas funções do uso de história e histórico no PLG II, aparentemente paradoxais. A primeira função é de **restringir a sua função** a um aspecto interno e específico da língua. A história depende do uso da língua, sendo seu conceito subsidiário. A segunda função é a de **resgatar a dimensão histórica** a seu lugar nos fatos da língua, a que chamamos de ‘redenção’ da história. Esse lugar atua como efeito do uso do historiador de determinadas formas linguísticas. A escrita da história é fruto de restrições linguísticas como qualquer escrita.

6. Tarefas do linguista histórico

Entendemos assim que as tarefas do linguista histórico podem ser entendidas da seguinte forma: **1.** Compreender que as nuances da história se misturam a dos próprios fatos narrados, o que supõe um jogo sutil de observação de pontos de ‘saliência’ enunciativa, onde o historiador pode se marcar de forma mais evidenciada; **2.** Compreender que, no texto histórico, nem tudo é ‘histórico’, ou seja, é preciso delimitar o que realmente constitui um fato marcante; **3.** Entender que a perspectiva benvenistiana é dialética, isto é, é necessário entender o jogo entre referente e referido, entre locução como narração e locução como discurso para compreender o fato histórico. A nosso ver, essa perspectiva coaduna-se com a de Guinzburg e a perspectiva complementar e dialética exposta em “O fio e os rastros”.

Se a *história* comparece nos textos de Benveniste com quatro funções, a saber, estratégica, conceitual, restritiva e de resgate epistemológico, entendemos que tal diversidade de compreensão do fenômeno “histórico” revela a inquietação do linguista com ele. Certamente, o presente texto apenas “tateou” essa problemática, merecendo ela um maior desenvolvimento.

7. Exemplo de análise

Por fim, trazemos um exercício analítico. No *Manual de Saúde* de F.V. Raspail, localizamos um trecho retirado do *Manual de Veterinário*, publicado como parte do livro. Uma primeira questão que surge é a seguinte: seria esse segundo ‘manual’ um anexo ou uma parte do livro? Por que essa parte apresenta capa própria? Não é difícil imaginar - e diversos estudos de história da medicina atestam (Weber; Rossi, 2013; Braga, 2018) - que a ausência de médicos no interior do Rio Grande do Sul (e no interior do Brasil) leva à produção de manuais de saúde que pudessem atender às demandas das zonas rurais. Nos Prolegômenos do Manual de Saúde de Raspail, que analisamos em Silva (2023), há a frase emblemática “Fazei-vos vossos próprios médicos!” que, apesar do caráter exortativo, revela uma sociedade que não tinha acesso a médicos. De qualquer forma e para evitar juízos anacrônicos, flagramos uma remissão textual do *Manual Veterinário* ao *Manual de Saúde*, ou uma remissão de um tratamento de um animal a um ser humano:

Feridas. As feridas nos animaes tem toda a analogia com as feridas do homem, que tratamos no *Manual de Saúde*. Lá verá o leitor quanto ao curativo. (Molestias dos Animaes ou Manual de Veterinaria, p. 212. IN: *Manual de Saúde ou Medicina e Pharmacia Domésticas*, de F.V. Raspail, 1860)”

“*Toda a analogia*” - feridas **nos** animais x feridas **do** homem. “Homem” como referência, como eixo de subjetividade e de historicidade.

“*Lá verá o leitor*” - A ausência de referência no presente texto remete a um fato ‘histórico’, portanto, do conhecimento e do acesso do leitor. A utilização de um tempo não presente e de uma forma sintática não usual (inversão) reforça o efeito ‘histórico’ pretendido.

A primeira conclusão que obtemos dessa análise é que, ao observarmos textos antigos e que também tem caráter científico, é necessário rever nossas concepções ‘clássicas’ do *aparelho formal da*

enunciação e suas categorias de pessoa, tempo e espaço. É necessário ainda compreender como a dimensão histórica se configura nesse tipo de texto. As relações pessoa/não-pessoa, presente/passado, enunciação discursiva/enunciação histórica se articulam de forma particular nesses textos.

Cabe, é certo, ampliar a discussão sobre a dimensão histórica na linguística de Émile Benveniste para estabelecer uma epistemologia para o linguista histórico. Eis a tarefa a que nos propomos para o VI Colóquio Leituras Émile Benveniste (2025).

8. Questionamentos durante o V Colóquio Leituras de Émile Benveniste

Após a apresentação de meu trabalho, recebi alguns questionamentos que julgo pertinentes trazer aqui para mantê-los no horizonte do aprimoramento de pesquisa do presente trabalho e na memória do participante do Colóquio. A primeira questão, feita pela Professora Alena Ciulla, voltou-se para a natureza da classificação que propus entre usos ‘argumentativos’ e usos ‘terminológicos’ de história no texto dos PLGs. Respondi que percebo sim diversas funções de história nos textos dos PLGs e que talvez a distinção de termo/não-termo em Benveniste me parece pertinente, considerando tanto a área de estudos da Terminologia quanto as próprias leituras realizadas por estudiosos da enunciação e do discurso. A segunda questão, da professora Gabriela Barbosa, foi sobre as motivações da exclusão da Sexta Parte dos PLGs, a saber, *Léxico e Cultura*. Respondemos que gostaríamos de dar destaque à presença da história/diacronia nas demais seções, mais próximas da ideia de ‘linguística geral’. De qualquer forma, considerando a forte presença da história já encontrada nos textos, sim, seria importante incluir a última seção em uma próxima pesquisa. A terceira questão, da professora Carolina Knack referiu-se ao método de coleta, da ordem da palavra para a interpretação. Respondemos que sim há duas metodologias, da palavra para o sentido, a chamada metodologia semasiológica; e a da interpretação de inferências textuais para o sentido, a chamada onomasiológica. Dissemos que utilizar as duas pode ser relevante para a pesquisa. Por fim, a questão da professora Célia Della Méa perguntou se faríamos

uma análise mais detida da presença da história em cada uma das Partes e não apenas por amostragem. Por fim, respondemos, com satisfação, que sim, e que possivelmente esse trabalho poderia gerar um livro e não um artigo.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. A institucionalização da medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica. *Temporalidades – Revista de História*, Belo Horizonte, Edição 26, v. 10, n. 1 (jan./abri. 2018).

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5943>. Acesso em 15/09/2023.

COSERIU, Eugenio. Sincronía, diacronía, história. In: COSERIU, Eugenio. *Sincronía, diacronía e história: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos, 1978, p. 238-284.

FREISLEBEN, Larissa Colombo. Émile Benveniste e a função histórica: uma proposta de leitura. *Eutomia*, v. 1, n. 33, p. 23-42.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/258358/44788>

GUINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RASPAIL, François Vincent. Manual de Saúde ou Medicina e Pharma-

cia Domésticas. In: RASPAIL, François Vincent. Catálogos digitais-Acervo Obras Raras. Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.muhm.org.br/pdf/cat_obras_raras.pdf. Acesso em 15/09/2023.

SECHEHAYE, Albert. As três linguísticas saussurianas. In: FLORES, Valdir do Nascimento; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). *Saussure e a escola de Genebra*. São Paulo: Contexto, 2023, p. 69-104.

SILVA, Silvana. Subsídios teóricos para a análise de arquivos da área médica: confluências entre o histórico e o linguístico. In: *Anais da XVI Amostra de Pesquisa do RS*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul- APERS, 2023, p. 41-55.

Disponível em: <https://apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202306/05163525-xvi-mostra-de-pesquisa-com-isbn.pdf>. Acesso em 15/09/2023.

SILVA, Silvana. Uma análise enunciativa do discurso médico do Século XIX. *Todas as Letras*, Mackenzie, São Paulo (artigo aceito para publicação).

WEBER, Beatriz Teixeira; ROSSI, Daiane Silveira. Apontamentos historiográficos sobre a história da saúde pública. XXVII *Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho 2013.

Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363998151_ARQUIVO_ArtigoAnpuhRN.pdf. Acesso em: 15/09/2023.

DA SUBJETIVIDADE FORA DA LINGUAGEM: O EXTRATEMPORAL PROUSTIANO E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DA SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM EM BENVENISTE

Paula A. Nunes (UTFPR)
paulanunes@utfpr.edu.br

Eu pelo menos tenho a vantagem de ser eu,
e não uma outra pessoa estranha qualquer.
(Clarice Lispector, em *Um sopro de vida*)

Em um dos mais relevantes trabalhos da fortuna crítica sobre *Em busca do tempo perdido*, Deleuze (2022) pondera que, malgrado o título, a obra-prima de Proust não se configura como um livro sobre o tempo, nem mesmo sobre a memória, mas sobre um aprendizado. Esse aprendizado, em seu caminho vertiginoso, leva o herói proustiano à descoberta e ao isolamento daquilo que chama, num momento crucial do último volume de sua catedral literária, de “um pouco de tempo em estado puro”. Na descoberta desse “homem livre da ordem do tempo” se encontra uma experiência transcendental que, se não retira o sujeito da roda implacável do tempo que a tudo consome, ao menos lhe confere um instante em que a vida momentaneamente escapa à ordem temporal, numa espécie muito singular de imortalidade.

É sobre um aspecto específico dessa particularidade de revelar “fragmentos de existência subtraídos da ordem do tempo” que este ensaio se debruça. Longe de articular uma exegese do trabalho de Proust, a intenção aqui é, antes, pensar na possibilidade que sua obra abre para refletirmos, por outra ótica, sobre um tema bastante caro aos estudos enunciativos: o da subjetividade e sua relação com a temporalidade. De forma mais circunscrita, o interesse reside em perseguir a hipótese de que a experiência extratemporal de Proust pode elucidar uma passagem bastante obscura de Benveniste em *Da subjetividade na linguagem*, em que lemos: “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de

pessoa.” (p. 289).

Tal afirmação – de caráter aparentemente paradoxal, inclusive, com o título do artigo em que figura – parece não se acomodar bem em uma teoria que acentua não só a centralidade da linguagem para a concepção de uma subjetividade, como o próprio título dá a ver, mas que também toma a própria noção de tempo como fundamental na constituição do sujeito na e pela linguagem. Ora, se tempo e linguagem estão tão intimamente ligados ao exercício da subjetividade – esta que se instala na linguagem, e Benveniste deixa isso claro, em função de sua arquitetura específica –, em que termos seria possível essa instalação da subjetividade “fora da linguagem”? Com esse questionamento como norteador, este ensaio elabora, mesmo que de forma incipiente pela restrição de extensão, uma aproximação entre o que Proust chama de “conteúdo extratemporal” e aquilo que Benveniste postula estar tanto na linguagem quanto fora dela: a categoria de pessoa, instaladora de subjetividade.

Assim, o que segue parte inicialmente de uma breve exposição sobre como a ideia de conteúdo extratemporal como balizador de uma experiência subjetiva é apresentada no último volume de *Em busca do tempo perdido*, articulando-a, em seguida, às proposições postuladas por Benveniste em dois textos basilares sobre as noções de tempo e de subjetividade. Ao final, pretende-se evidenciar que o romance proustiano, como uma experiência de linguagem cujo percurso culmina na descoberta de uma experiência temporal transcendental, pode ser uma ilustração adequada do que Benveniste postulou em *Da subjetividade na linguagem*.

1. O extratemporal em Proust

O leitor com alguma incursão no campo literário, mas que nunca se debruçou sobre as páginas saídas da pena de Proust, possivelmente não deixou de ouvir alguma referência à famosa cena da *madeleine*. Voltando de uma caminhada em um dia frio, o chá quente de tília em que o herói mergulha seu bolinho não inicia a história da *Recherche*, mas, sem dúvida, se apresenta como seu primeiro ponto de inflexão. Tomado por uma sensação inexplicável, vertiginosa e prazerosa ao mesmo

tempo, é a partir desse momento que o narrador nos conduz pelas longas páginas que remontam ao aprendizado do protagonista em busca de seu ofício literário, ponto de chegada que, como sabemos, só se mostra ao fim e de forma cíclica, pois o livro que temos em mãos é o próprio livro que o herói, ele mesmo, na figura do narrador, teceu a partir de seu aprendizado. O fim da busca é, pois, o início do *Em busca*.

A cena pivotal da *madeleine* não reclama sua fama à toa. Ela é o ponto fundamental da efetiva descoberta que só se dará no último volume da obra, em outra cena não menos emblemática. Ao chegar na casa onde irá participar de uma festa, nosso herói, já com mais idade, tropeça no paralelepípedo irregular do pátio da mansão. Acontece ali a primeira sensação que o leva a um outro tempo, quando também tropeçara no terreno irregular de uma via em Veneza. Encaminhado a uma biblioteca para esperar pelo término da execução de uma sonata para poder adentrar o salão principal, Marcel, suposto nome do protagonista, vê-se mais uma vez tomado por um gesto que lhe remete a um outro tempo e espaço. Ao retirar da estante um livro que lhe era velho conhecido da infância, não é o Marcel adulto que o faz, mas, concomitantemente, o adulto e a criança que ele fora. O mesmo acontece com uma série de outros elementos *sensoriais* que o remetem a outros episódios de sua vida.

É na cena da biblioteca que temos mais condensadamente o relato da aprendizagem contida na *Recherche* e a maior epifania do herói. Cada uma das sensações experimentadas por Marcel tinha “em comum a faculdade de serem sentidas simultaneamente no momento atual e no pretérito” (p. 212). Não se trata, portanto, da descoberta de uma memória soterrada. A obra não é, como bem sabemos, sobre a memória voluntária, nem mesmo sobre a memória involuntária, nem sobre o presente ou sobre o passado, mas sobre “alguma coisa que, comum ao passado e ao presente, é mais essencial do que ambos” (Proust, 2013, p. 213). Esse elemento que o herói descobre em sua busca é o que ele mesmo chamará de “um instante livre da ordem do tempo” (p. 214), pois somente uma experiência de conteúdo extratemporal, mais *essencial* (essa palavra é importante, como ver-se-á adiante) do que o passado vivido e o tempo presente em que se vive, é que torna possível a experimentação de “um pouco de tempo em estado puro” (p. 214).

Deixemos que o próprio narrador se encarregue de clarificar:

o ser que em mim então gozava dessa impressão e lhe desfrutava o conteúdo extratemporal, repartido entre o dia antigo e o atual, era um ser que só surgia quando, por uma dessas identificações entre o passado e o presente, se conseguia situar no único meio onde poderia viver, gozar a essência das coisas, isto é, fora do tempo. Assim se explicava que, ao reconhecer eu o gosto da pequena madeleine, houvessem cessado minhas inquietações acerca da morte, pois o ser que me habitara naquele instante era extratemporal, por conseguinte alheio às vicissitudes do futuro. (p. 212)

Embora narrada muito brevemente, a cena em questão é crucial para o empreendimento deste texto: observe-se que o narrador relata a emergência de um novo ser, que não só não existia antes como só existe durante a experimentação dessa ordem extratemporal. Trata-se, portanto, de uma subjetividade específica, circunscrita a uma experiência singular de temporalidade.

Ao postular a existência de “um homem livre da ordem do tempo” e de um “conteúdo extratemporal”, tão potente que é inclusive capaz de fazer-nos esquecer da própria morte, motivo pelo qual nos traz tamanha felicidade, Proust teoriza uma experiência estética que é, sem dúvidas, uma experiência de linguagem, uma vez que, para dar sentido a tais manifestações sensoriais, “era mister tentar interpretar as sensações como signos de outras tantas leis e ideias, procurando pensar, isto é, fazer sair da penumbra o que sentira, convertê-lo em seu equivalente espiritual” (p. 220). Como sabemos pelo livro, “o equivalente espiritual” é um recurso de inteligência, que, embora não substitua integralmente a sensação pelo recurso à linguagem, posto que há uma essência “subjetiva e incomunicável” (p. 227) na experiência extratemporal, só pode ser atingido por meio dela:

Podem-se alinhar indefinidamente, numa narrativa, os objetos pertencentes ao sítio descrito, mas a verdade só surgirá quando o escritor tomar dois objetos diversos, estabelecer a relação entre eles, análoga no mundo da arte à relação única entre causa

e efeito no da ciência, e os enfeixar nos indispensáveis anéis de um belo estilo, ou quando, como a vida, por meio de uma qualidade comum a duas sensações, lhe extrair a essência comum, confundindo-as, para as subtrair às contingências do tempo, numa metáfora, ligando-as pelo laço indescritível de uma aliança de palavras. (p. 233)

Interessa-me, portanto, elucidar de que forma essa “aliança de palavras”, exercício próprio do ser linguageiro e única capaz de dar sentido a essa experiência de uma ordem livre do tempo, pode lançar luz sobre a relação do tempo com a instauração da subjetividade na linguagem, temática que não poderia ser abordada sem o recurso ao grande teórico do campo: Émile Benveniste.

2. O tempo e a subjetividade na linguagem

São bastante conhecidas dos teóricos da enunciação as elucbrações de Benveniste acerca das categorias de pessoa, tempo e espaço, “categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.” (Benveniste, 1989, p. 68) Entre essas, o sírio deu primazia, em *A linguagem e a experiência humana*, àquela que mais lhe pareceu produtiva para uma temática crucial em sua teoria, pois “[d]as formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o tempo (...)” (p. 70). Benveniste mesmo já era atento, portanto, ao fato de que “(...) não marcam as mesmas horas os relógios interiores distribuídos aos homens (...)” (Proust, 2013, p. 337).

De toda a complexa exposição do linguista, ficamos, aqui, apenas com os dois aspectos que nos interessam para a devida aproximação ao texto proustiano. A primeira delas diz respeito à impossibilidade de sobreposição completa entre os tempos físico, crônico e linguístico: “Uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irredutível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico.” (p. 74)

A segunda, por sua vez, é tributária do fato de que, para um ser de linguagem, a língua é que funda a experiência humana do tempo, dado que cada língua organiza, a seu modo, essa propriedade que, de outra forma, não seria experimentada e manifestada da mesma maneira. Talvez a maior contribuição de Benveniste nesse texto resida na explicitação de que só existe, para as línguas humanas, um único tempo axial, o presente, pois a enunciação, essa atualização da língua por meio de um ato individual de utilização, só pode ocorrer nas coordenadas do eu-tu-aqui-agora, ou seja, na instância de discurso. O presente, assim como o pronome *eu*, permite o exercício da linguagem, formando eixos a partir dos quais a enunciação – e, portanto, a subjetividade *na linguagem* – se articulam, isto é, se expressam linguisticamente.

Se o presente axial é o tempo da enunciação e, portanto, o único inerente ao real exercício linguístico, a partir do qual a subjetividade, propriedade da linguagem, da qual as línguas dão testemunho, se atualiza circunstancialmente numa enunciação particular, chama-nos atenção o fato inusitado de que Benveniste, ao definir de que forma entende a subjetividade *na linguagem*, destaca o fator tempo não como atrelado ao exercício mesmo da expressão linguística, sempre em primeira pessoa e no presente, mas como algo de ordem transtemporal:

A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como uma *unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne*, e que assegura a permanência da consciência. (Benveniste, 1995, p. 286 – ênfase acrescida)

O problema já parece anunciado no próprio título: se existe uma subjetividade *na linguagem*, que o teórico se esforça por caracterizar, é porque existiria também uma subjetividade que não está *na* linguagem.

Talvez resida aí uma primeira forma de entendimento da expressão “fora da linguagem”, que figura logo em seguida no texto. Ora, se a subjetividade, tal como concebe Benveniste, é uma realidade psíquica

que transcende a totalidade das experiências vividas, mas, ainda assim, é assegurada por uma permanência da consciência, a que damos o genérico nome de “eu”, então tanto o presente axial do discurso quanto as categorias de pessoa a ele articuladas são formas de atualização, no ato enunciativo, de algo que está, como potência, para além da enunciação como ato, precedendo-a e ultrapassando-a. É esse além/aquém da linguagem (fora dela, em certo sentido) que acredito poder ser observado em Proust.

3. A aprendizagem dos signos

Conforme antecipado, *Em busca do tempo perdido* não é um livro sobre o tempo propriamente, tampouco sobre a memória – voluntária ou involuntária –, mas sobre um aprendizado, que está inextricavelmente ligado a ambos:

(...) [a] memória voluntária (...) se lembra das coisas, não dos signos. (...) Ao mesmo tempo que a percepção se dedica a apreender o objeto sensível, a inteligência se dedica a apreender as significações objetivas. Pois a percepção acredita que a realidade deva ser *vista, observada*, mas a inteligência acredita que a verdade deva ser *dita e formulada*. O que o herói da *Recherche* não sabe no início da aprendizagem? Não sabe ‘que a verdade não tem necessidade de ser dita para ser manifestada, e que podemos talvez colhê-la mais seguramente sem esperar pelas palavras e até mesmo sem levá-las em conta (...). (Deleuze, 2022, p. 33-34 – grifos no original)

Observe-se que a ponderação de Deleuze reside no fato de que há uma verdade que está além/aquém daquilo que pode ser dito ou formulado em palavras, embora não prescindamos delas. A experiência sensorial, vivida à revelia da linguagem, só pode ser entendida, valorada, quando tomada como signo (daí o título do belo livro de Deleuze). E não há outra forma de se fazer signo se não mobilizando o principal sistema semiológico humano: a língua. A experiência de linguagem em Proust – que recorre aos anéis de palavra para articular passado e presente em algo que ultrapassa e é maior do que ambos, a saber, a

experiência extratemporal – deixa, não obstante, também algo de uma essência irreduzível ao campo da linguagem, ou aquilo que, penso, pode ser chamado, em termos benvenistianos, de uma “subjetividade fora da linguagem”. Embora longa, a citação de Deleuze merece ser reproduzida para esclarecer em que termos essa essência (“subjetividade” na terminologia benvenistiana), está aquém/além da linguagem:

Cada sujeito exprime o mundo de um certo ponto de vista. Mas o ponto de vista é a própria diferença, a diferença interna absoluta. Cada sujeito exprime, portanto, um mundo absolutamente diferente. E, sem dúvida, o mundo expresso não existe fora do sujeito que o exprime (...). Mas o mundo expresso não se confunde com o sujeito: dele se distingue exatamente como a essência se distingue da existência e inclusive de sua própria existência. Ele não existe fora do sujeito que o exprime, mas é expresso como a essência, não do próprio sujeito, mas do Ser, ou da região do Ser que se revela ao sujeito. (...) [E]la não se reduz a um estado psicológico, nem a uma subjetividade psicológica, nem mesmo a uma forma qualquer de subjetividade superior. A essência é a qualidade última do âmago do sujeito, mas essa qualidade é mais profunda do que o sujeito, é de outra ordem: ‘Qualidade desconhecida de um mundo único’. Não é o sujeito que explica a essência, é, antes, a essência que se implica, se envolve, se enrola no sujeito. Mais ainda: enrolando-se sobre si mesma ela constitui a subjetividade. (...) A essência não é apenas individual, é individualizante. (p. 46-47)

Se o artista nos dá um universo a mais, como o próprio Proust formulou em entrevista reproduzida no primeiro volume de sua obra, a sua produção, criação artística singular, cumpre, ao mesmo tempo, a função de desnudamento desses mundos a mais e sua respectiva teorização, sua implicação para a subjetividade, uma das inúmeras razões para que a consideremos o romance monumental que é.

Nesse sentido, se os artistas são capazes de nos dar esse universo a mais e, no caso particular da literatura, o fazem por meio do verbo, o que tentei postular aqui como compreensão de uma “subjetividade fora da linguagem” pode ganhar mais clareza recorrendo àquela que

talvez seja a poeta, em língua portuguesa, que mais lutou com os limites da linguagem. Num livro que poderíamos chamar de “ode ao inefável”, Clarice Lispector lança mão de uma metáfora primorosa para entendermos a dinâmica da linguagem em sua relação com o que está aquém/além dela e fora, portanto, da ordem do tempo, se concordarmos com Benveniste que o tempo linguístico organiza a experiência temporal humana:

Então, escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. (Lispector, 2019, p. 33)

As palavras de Clarice deixam claro, a meu ver, o lugar da linguagem na busca do tempo perdido e, por conseguinte, na expressão de uma subjetividade “fora da linguagem”. Fora porque está precisamente na entrelinha, na não palavra que, para ser capturada, precisa da linguagem, em torno da qual se enrosca e a partir da qual ganha a luz do sentido, no justo espaço em que a linguagem existe, mas precisa faltar para que algo possa aparecer e se escrever, uma vez que o essencial, como nos ensina Proust desde o primeiro volume de sua obra, não se dá pelo raciocínio, mas pela sensibilidade. A linguagem, como produto compartilhado por todos, lugar do logos por excelência, só pode, em relação à sensação, interpretá-la em signos, dando-lhe uma forma reconhecível. Mas isso que existe lá, enroscado na linguagem, mas para além dela, isso de que a experiência extratemporal dá o testemunho mais rico, é que é propriamente nosso, nossa verdade mais individualizante, nossa diferença interna absoluta, nossa essência mais íntima.

Se “o que chamamos realidade é uma determinada relação entre sensações e lembranças a nos envolverem simultaneamente (...)” (Proust, 2013, p. 232), o que chamamos de “subjetividade fora da linguagem” parece ser essa experiência de palavra como potência, atualizada na enunciação, experiência humana que se dá *na e pela* linguagem, na formulação clássica de Benveniste, mas que só serve de isca para trazer à tona algo que não era palavra, e, justamente por isso, se

torna mais *essencial* do que ela: a diferença interna absoluta, a essência, a subjetividade fora da linguagem¹⁴.

Referências

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. São Paulo: Editora 34, 2022.

LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2019. [recurso eletrônico]

PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. São Paulo: Globo, 2013. (Em busca do tempo perdido; v. 7)

¹⁴Agradeço ao Dr. Luciano Souza, não apenas por ter me apresentado *Em busca do tempo perdido*, mas, sobretudo, por ter trilhado comigo os caminhos de Swann, de Guermantes, de Proust e, claro, o meu próprio, na busca do tempo perdido de uma rapariga em flor.

“UM HOMEM FALANDO COM OUTRO HOMEM”: AS FUNÇÕES INTER-HUMANAS DO DISCURSO NA TEORIZAÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE¹⁵

Carolina Knack (UFRGS)¹⁶
carolinaknack@gmail.com

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Émile Benveniste

1. Considerações iniciais

As palavras reproduzidas como epígrafe deste trabalho, extraídas do clássico *Da subjetividade na linguagem* (Benveniste, [1958] 2005, p. 285)¹⁷, explicitam o fundamento antropológico da teoria da linguagem benvenistiana: não há como pensar a existência humana fora das relações de um homem com outro homem no seio da sociedade, relações estas que se instauram no e pelo discurso. Para Émile Benveniste, o discurso, concebido como a língua em uso, cumpre algumas funções, as quais são por ele nomeadas, em *Os níveis da análise linguística* ([1962/1964], 2005, p. 139), de “funções inter-humanas do discurso”.

De que modo se pode compreender tal expressão? Ela aparece apenas uma vez no referido artigo e não volta a ser empregada pelo linguista em textos integrantes de *Problemas de Linguística Geral I* (Benveniste, 2005) e *Problemas de Linguística Geral II* (Benveniste,

¹⁵Trabalho apresentado no 5º Colóquio Leituras de Émile Benveniste, realizado de 13 a 15 de outubro de 2023.

¹⁶Professora Adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹⁷Para fins de referência aos artigos de Benveniste, esclareço que o primeiro ano indicado entre colchetes é o de publicação original do artigo em questão, ao que se segue o ano de publicação junto à obra *Problemas de Linguística Geral I ou II*.

2006). Porém, é possível relacioná-la a outras expressões, em distintos textos, também constituídas pelo termo “funções”. Como, então, a expressão “funções inter-humanas do discurso” comparece nos textos de Benveniste? De que modo se articula a outras expressões, termos e noções?

Tais questões convertem-se no objetivo do presente estudo, que busca explorar, em uma abordagem intrateórica, a noção de “funções inter-humanas do discurso” a partir da relação dessa expressão com outros termos e noções da teorização benvenistiana.

Cabe observar que o trabalho apresentado no 5º Colóquio Leituras de Émile Benveniste contemplou ainda uma abordagem prospectiva, cujo objetivo consistiu em formular desdobramentos para o estudo de um fenômeno específico, a saber, o estudo do texto “Contagem regressiva”, um conto de autoria de Moacyr Scliar. Em função da limitação de caracteres da presente publicação, foi necessário suprimir a proposta analítica, reservando-a a outra publicação. Ainda assim, na última seção do presente texto, algumas considerações a respeito dessa abordagem prospectiva são apresentadas.

2. As funções inter-humanas do discurso: uma abordagem intrateórica

O que são as funções inter-humanas do discurso? Para responder a essa questão, busco articular três textos de autoria de Benveniste a partir de “pistas” teóricas que permitem relacionar, sem desconsiderar as especificidades de cada artigo, as funções inter-humanas do discurso, conforme *Os níveis da análise linguística* ([1962/1964] 2005), ao domínio semântico, conforme *A forma e o sentido na linguagem* ([1966/1967] 2006), e ao aparelho de funções sintáticas, conforme *O aparelho formal da enunciação* ([1970] 2006)¹⁸.

Como já dito, é em *Os níveis* que Benveniste emprega a referida expressão. Por isso, detenho-me mais longamente nesse artigo, em que o linguista estabelece procedimentos e critérios para a análise de

¹⁸Os títulos desses textos serão referidos, na sequência, como *Os níveis*, *A forma e o sentido* e *O aparelho*

fatos de linguagem, desenvolvendo detidamente a noção de nível e sua operacionalização nos procedimentos de descrição linguística, com a delimitação dos níveis e das unidades que compõem cada nível.

Tal discussão, de natureza intralinguística, desenvolve-se ao longo de praticamente todo o texto. No entanto, em suas duas páginas finais, há uma espécie de abertura para problemáticas mais amplas. Se, ao longo do texto, era a *linguística da língua como sistema* que estava sob foco, na sua parte final é a *linguística da língua como comunicação viva* que se destaca; embora distintas, os caminhos dessas duas linguísticas cruzam-se a todo instante, como refere o próprio Benveniste.

No âmbito da *linguística da língua como comunicação viva* – a linguística do discurso, portanto –, a frase assume centralidade e a partir dela Benveniste chega às funções inter-humanas do discurso. Vejamos o trecho em detalhe:

A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. Encontramos na confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apoiam igualmente na predicação. Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor (Benveniste, [1962/1964] 2005, p. 139).

A partir da aceção de frase como unidade do discurso, o linguista situa três modalidades proposicionais – as proposições assertivas, interrogativas e imperativas –, as quais se distinguem por “traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apoiam igualmente na predicação” e estão relacionadas a três comportamentos fundamentais no falar e no agir do homem pelo discurso sobre o seu interlocutor: “quer

transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor” (Benveniste, [1962/1964] 2005, p. 139).

Ou seja: há comportamentos do homem que se realizam via discurso, por isso o discurso cumpre funções na vida em sociedade. Quais funções? Segundo Benveniste, transmitir conhecimento, obter informação, dar ordens. O vocábulo “função” é empregado aqui com valor não gramatical, ao contrário de outros usos do mesmo vocábulo no artigo¹⁹. Podemos considerar tal “função” como um efeito que o discurso tem na sociedade em vista de seu valor semântico, valor que se instaura a partir da “língua em emprego e em ação”. Esse valor é atestado, gramaticalmente, pelas modalidades frasais: há proposições assertivas, para transmitir conhecimento; há proposições interrogativas, para obter uma informação; há proposições imperativas, para dar ordens. A atitude do locutor é, assim, construída discursivamente na relação com o alocutário.

Mas não é apenas neste texto que Benveniste fala em funções que o discurso desempenha na relação entre os homens.

Em *A forma e o sentido na linguagem* (Benveniste, [1966/1967] 2006), o linguista inicia sua reflexão destacando o problema central da significação e, em vista disso, “as funções que a linguagem assegura no meio humano”. Como se vê, o linguista emprega, inicialmente, o termo linguagem ao falar de tais funções:

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Elas são tão di-

¹⁹Seria pertinente, inclusive, esmiuçar os usos do termo “função” neste artigo e em outros, em vista de sua recorrência. Para pensar sobre o sentido de tal vocábulo, podemos tomar como ponto de partida a definição de “função” dada por Mattoso Câmara Jr. em seu *Dicionário de Linguística e Gramática* (1977, p. 122): “Função: Aplicação que tem na língua uma forma (v.) em vista de seu valor gramatical. Exemplos: a função de plural de *lobos*; a função de advérbio de *caro* em vender *caro*; a função de sujeito do pronome *eu*; e assim por diante. [...]”. No caso de *função inter-humana do discurso*, não está em jogo, evidentemente, a função com “valor gramatical”.

versas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumí-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver. (Benveniste, [1966/1967] 2006, p. 222, grifo do autor).

Se, em *Os níveis*, as três modalidades de frase (assertivas, interrogativas, imperativas) atestavam as três funções do discurso (afinal, estava em jogo uma descrição mais formal da língua via relação de níveis da análise linguística), aqui, as funções (*o servir para*) não são enumeradas, mas consideradas de modo mais fundante (porque ligadas à linguagem e à centralidade da significação) e de modo mais abrangente (porque ligadas a todas as realizações discursivas). Daí advém o aforismo: “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”.

Ainda assim, cabe pensar de que modo a língua convertida em discurso *comunica*. Em *A forma e o sentido na linguagem*, há um retorno da discussão sobre forma e sentido inicialmente apresentada em *Os níveis*. Aqui, a proposta de Benveniste ([1966/1967] 2006, p. 229) é a de que “Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”: a língua no domínio semiótico, cuja função é a de significar, e a língua no domínio semântico, cuja função é a de comunicar. Ao tratar da noção de semântico, percebemos a relação entre as funções inter-humanas citadas em *Os níveis* e a função mediadora da língua no domínio semântico:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua *sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo*; em resumo, organizando toda a vida dos homens (Benveniste, [1966/1967] 2006, p. 229, grifos nossos).

Ainda que a relação não se dê “ponto a ponto”, podemos inferir que “transmitir a informação, comunicar a experiência” implique o uso

de proposições assertivas; “impor a adesão, implorar”, o uso de proposições imperativas; “suscitar a resposta”, o uso de proposições interrogativas; mas não só.

Essa relação das modalidades frasais com as ações mencionadas acima não se constrói ao acaso: “Ora, a expressão semântica por excelência é a frase”, afirma Benveniste ([1966/1967] 2006, p. 229); em *Os níveis*, era a frase que estava em questão quando da menção às funções inter-humanas e às modalidades frasais nas quais aquelas se imprimem. Essas funções estão, em *A forma e o sentido*, atreladas ao semântico, ao “comunicar”. Isso porque “[...] a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”; logo, “[...] o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor.” (Benveniste, [1966/1967] 2006, p. 230). Tal atitude, em *Os níveis*, estava relacionada ao comportamento do homem – lembremo-nos: as “três modalidades apenas refletem os três comportamentos [...]”, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor. É, pois, a construção discursiva dessa atitude do locutor que se converte em objeto de teorização do linguista.

Nesse ponto, penso ser possível convocar o artigo *O aparelho formal da enunciação* ([1970] 2006). N’ *O aparelho*, após explorar os índices de pessoa, de ostensão e de tempo, Benveniste volta-se às funções sintáticas e situa “um aparelho de funções” composto por asserção, interrogação e intimação (as mesmas modalidades citadas em *Os níveis*), definindo essas funções, agora, sob o prisma da enunciação.

Benveniste ([1970] 2006, p. 86) explica que “Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas.” Essas condições, segundo entendo, parecem estar associadas ao caráter intersubjetivo da enunciação, pois “a acentuação da relação discursiva com o parceiro” é o que em geral caracteriza a enunciação; assim, está em jogo a estrutura de diálogo, em que esses parceiros vão ser, de modo alternado, protagonistas da enunciação. Que relação estabelecem entre si? De acordo com Benveniste ([1970] 2006, p. 86), “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções”.

Esse aparelho de funções (“funções”, agora, numa acepção gra-

matical, já que se trata de funções sintáticas) dialoga com as modalidades frasais identificadas por Benveniste em *Os níveis*, texto em que afirma que há “traços específicos de sintaxe e de gramática” ([1962/1964] 2005, p. 139) que permitem distinguir tais modalidades. N’*O aparelho*, Benveniste debruça-se justamente sobre esses elementos sintáticos e gramaticais.

Em primeiro lugar, apresenta a *interrogação*, a qual consiste em uma enunciação construída para suscitar uma resposta, processo linguístico de dupla entrada que pode dar-se por formas lexicais e sintáticas, como partículas, pronomes, entonação, etc. Em segundo lugar, apresenta a *intimação*, cujos termos ou formas são ordens e apelos concebidos, seja por categorias como o imperativo, seja como o vocativo, os quais “implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.” (Benveniste, [1970] 2006, p. 86). Em terceiro lugar, apresenta a *asserção*, que objetiva comunicar uma certeza; com sua sintaxe e sua entonação, ela é a “manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” e também possui “instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam”, como “as palavras sim e não afirmando positivamente ou negativamente uma proposição” (Benveniste, [1970] 2006, p. 86).

Mas Benveniste vai além e insere nesse aparelho de funções outros elementos gramaticais. Afirma ele que “de modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se aqui todos os tipos de modalidades formais” (Benveniste, [1970] 2006, p. 87, grifo nosso). É possível considerar que *o aqui se refere ao aparelho de funções*. As modalidades formais, sob esse viés, integram o aparelho de funções, sobretudo por manifestarem atitudes do locutor diante daquilo que enuncia. O fato de as modalidades serem menos categorizáveis diz respeito à grande variabilidade de formas e expressões que podem indicar o posicionamento do locutor. Primeiramente, o linguista salienta os modos verbais, como o optativo e o subjuntivo, os quais “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão)” (Benveniste, [1970] 2006, p. 87) e, em seguida, as formas pertencentes à fraseologia, como “talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”, podendo indicar incerteza, possibilidade, indecisão etc.

Esses elementos gramaticais não são considerados por si e em

si mesmos, mas a partir da enunciação, cuja característica geral é a da acentuação da relação discursiva com o parceiro. Daí a necessidade de o linguista produzir uma dupla descrição: “da forma linguística e da condição figurativa” (Benveniste, [1970] 2006, p. 88), condição esta que envolve o “*quadro figurativo da enunciação*”, a “*estrutura do diálogo*”, em que “Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (Benveniste, [1970] 2006, p. 87, grifos do autor). Logo, tanto o uso do aparelho de funções pelo locutor quanto sua descrição pelo linguista implicam, cada um a seu modo, a relação constitutiva entre forma linguística e condição figurativa.

A reflexão teórica poderia ainda avançar. Por ora, o quadro abaixo busca sistematizar a articulação entre os três artigos tomados como *corpus* textual de pesquisa.

Quadro 1 - Síntese do percurso teórico

O termo *funções* comparece, em cada um dos artigos examinados, com contornos teóricos distintos, porém relacionados. Em *Os níveis*, as funções estão ligadas ao discurso e são exemplificadas com três comportamentos vinculados a três modalidades frasais (proposi-

Os níveis da análise linguística (1962/1964)	A forma e o sentido na linguagem (1966/1967)	O aparelho formal da enunciação (1970)
<p><i>Funções inter-humanas do discurso</i> Quais?</p> <ul style="list-style-type: none"> -Transmitir conhecimento. -Obter informação. -Dar ordens. <p>-Tais funções são ligadas a esses três comportamentos que se imprimem nas três modalidades de frase a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Proposições assertivas. -Proposições interrogativas. -Proposições imperativas. 	<p><i>Funções que a linguagem assegura no meio humano</i> Quais?</p> <p>-Diversas e numerosas; todas as realizações individuais e coletivas ligados ao exercício do discurso.</p> <p>Língua > semântico > palavra/frase</p> <p>Função mediadora: transmitir a informação, comunicar a experiência, impor a adesão, suscitar a resposta, implorar, constringer... organizar a vida dos homens.</p>	<p><i>Aparelho de funções</i> Quais?</p> <p>-Grandes funções sintáticas: -Interrogação. -Intimação. -Asserção. -Modalidades verbais, fraseologia. -O locutor se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário; a enunciação fornece as condições necessárias para tanto.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

ções assertivas, interrogativas e imperativas); já em *A forma e o sentido*, as funções estão ligadas à linguagem, de modo mais fundante e abrangente; por isso, não podem ser enumeradas e medeiam diversas ações humanas que tomam forma no e pelo discurso; por fim, n' *O aparelho*, as funções estão ligadas ao contexto sintático e conectam-se às modalidades frasais, destacando-se a relação interlocutiva que caracteriza a enunciação.

3. Considerações (finais) prospectivas

O presente trabalho buscou explorar a noção de funções inter-humanas do discurso na teorização de Émile Benveniste, a fim de, uma abordagem intrateórica, produzir uma interpretação para tal expressão, considerando a articulação entre três artigos de autoria do linguista: *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). O quadro apresentado ao final da seção anterior sintetiza, ainda que simplifique, o percurso interpretativo construído.

Considero que esse percurso interpretativo apresenta potencialidade para o estudo de diferentes fenômenos da linguagem. É no âmbito do *estudo do texto*²⁰ que busquei exemplificar uma abordagem prospectiva acerca das funções inter-humanas do discurso, o que exigiu retornar aos fundamentos benvenistianos para ressignificá-los teórica, metodológica e analiticamente, porque deslocados a fenômenos não explorados diretamente por Benveniste²¹.

Tomei como objeto de estudo o texto “Contagem regressiva”, conto de autoria de Moacyr Scliar (2010), o qual foi explorado a partir das seguintes questões norteadoras: como uma função inter-humana se forma em discurso? De que modo as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram para configurar as funções inter-humanas do discurso?

O estudo do texto conduziu à formulação de que *a função inter-humana é uma função global estruturante do discurso*, a qual se forma

²⁰Para uma reflexão teórica a respeito do estudo do texto falado e escrito sob um viés enunciativo, consultar Knack (2012).

²¹A respeito da noção de deslocamento, consultar Knack (2020).

em palavras por meio da atualização de distintas formas e funções cujas condições necessárias são dadas pela enunciação. A essa formulação retornaremos.

Referências

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem (1958). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise linguística (1962/1964). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação (1970). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem (1966/1967). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

KNACK, Carolina. De Benveniste às pesquisas prospectivas: a noção de deslocamento e seu valor teórico-metodológico. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (Orgs.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

BENVENISTE REFERINDO BENVENISTE: UMA PERSPECTIVA DE LEITURA DA NOÇÃO DE CATEGORIAS DE EXPRESSÃO EM *PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL*

Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)
heloisa.monteirorosario@gmail.com

1. Introdução

A coleção “Biblioteca das ciências humanas” é inaugurada pela Editora Gallimard com a publicação de três obras que tratam, cada uma a seu modo, de “Problemas da linguagem”. Assim surge, em 1966, ao lado de *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault, e *Etnologia e linguagem*, de Geneviève Calame-Griaule, o livro *Problemas de linguística geral*, de Émile Benveniste, com uma compilação de textos do linguista originalmente publicados entre os anos de 1939 e 1964.

Segundo o testemunho de Pierre Nora, responsável pela coleção, o sucesso editorial de Benveniste foi imediato e tamanho que seus *Problemas* logo ganham uma reedição; além disso, em 1974, um segundo livro com publicações datando de 1965 a 1972 é lançado, fazendo com que os títulos sejam designados *Problemas de linguística geral I e II*²² (Nora apud Fenoglio, 2013, p. 1-2).

Trata-se, desse modo, de uma obra com características particulares, uma vez que, em dois volumes, são apresentados textos não apenas com temáticas, propósitos e interlocutores diversos, mas escritos, ao longo de anos de reflexão e elaboração teórica, sem terem sido pensados, de início, em conjunto nem em continuidade. Daí decorre, como bem alerta Flores (2013), a necessidade de se considerar, na pesquisa em Benveniste, de um lado, a diacronia do pensamento benvenistiano (ou seja, esses textos não podem ser tomados como sincrônicos) e, de outro, a flutuação terminológica presente na obra (em diferentes textos

²²Daqui em diante, somente *Problemas* ou, quando a distinção do primeiro e do segundo volume for relevante, *PLGI* e *PLGII*, respectivamente.

ou, inclusive, em um mesmo texto). Flores alerta ainda para a necessidade de se estabelecer “um ponto de vista a partir do qual se torne possível selecionar um *corpus textual de pesquisa*” (2013, p. 22, grifos do autor).

Isso posto, a partir de um conjunto de textos colocados em relação pelo próprio Benveniste por meio de notas de rodapé, busco neste capítulo uma perspectiva de leitura da noção de categorias de expressão formulada em seus *Problemas*. Assim, o corpus textual de pesquisa é formado pelo texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946) e pelos capítulos “A natureza dos pronomes” (1956) e “As relações de tempo no verbo francês” (1959), do *PLGI*, e “O antônimo e o pronome em francês moderno” (1965), do *PLGII*, que trazem todos, em nota de rodapé, uma remissão do linguista à reflexão introduzida no texto de 1946²³.

Ou seja, compreendo essas notas de Benveniste como um ponto de vista que permite a definição do corpus textual em questão e, partindo daí, formulo a seguinte pergunta norteadora: Considerando-se as remissões do linguista à reflexão introduzida no texto de 1946 por meio de nota, que perspectiva de leitura da noção de categorias de expressão esse conjunto de textos colocados em relação pelo próprio Benveniste possibilita?

Antes de passar à discussão e à análise aqui proposta, gostaria de retomar a definição da noção de categorias de expressão apresentada, por Benveniste, no texto “A linguagem e a experiência humana” (1965), do *PLGII*:

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem responder a um modelo constante. As formas que abarcam essas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições, mas suas funções somente aparecem claramente se as estudamos no exercício da linguagem e na produção do dis-

²³Ressalto que o conjunto de textos comumente considerado quando se discute a noção de categorias de expressão engloba, além dos textos do corpus textual de pesquisa desta reflexão, os textos: “Da subjetividade na linguagem” (1958), do *PLGI*, e “A linguagem e a experiência humana” (1965), “A estrutura da língua e a estrutura da sociedade” (1968/1970) e “O aparelho formal da enunciação” (1970), do *PLGII*.

curso. São categorias elementares, independentes de qualquer determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem (Benveniste, 1989, p. 67).

Trata-se, portanto, de uma noção que envolve certas formas da língua cujas funções somente se mostram, de fato, quando essas formas são atualizadas no discurso, ou seja, quando são consideradas na língua em emprego e ação. Em diversos textos de seus *Problemas*, Benveniste aborda essa noção, tratando especificamente de duas categorias fundamentais, que, segundo ele, apresentam-se conjuntamente e revelam a experiência humana inscrita na linguagem: a categoria de pessoa e a categoria de tempo.

Se, nesse texto de 1965, problematizando a noção de tempo, Benveniste centra a discussão na noção de categoria de tempo; no texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” de 1946, problematizando a pessoa verbal (formas de 1ª, 2ª e 3ª pessoas), ele formula, pela primeira vez, a noção de categoria de pessoa. Eis aqui o ponto de partida de toda essa reflexão.

2. Sobre as notas de rodapé: Benveniste referindo Benveniste

Em seus *Problemas*, em várias ocasiões, Benveniste coloca em relação diferentes textos de sua autoria por meio de notas de rodapé. Não se trata, portanto, de algo incomum para o autor nem propriamente de uma novidade para seus leitores mais atentos.

A título de exemplo, cito uma nota específica presente no texto “Semiologia da língua” (1969)²⁴, do *PLGII*. Trata-se da nota 28 [*PLGII*, p. 64]²⁵, que estabelece um ponto de articulação entre o texto de 1969 e outros dois textos: “Os níveis da análise linguística” (1962/1964)²⁶, do *PLGI*, e “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967)²⁷, também do *PLGII*.

²⁴Texto encomendado por Julia Kristeva para o primeiro número da revista *Semiotica* (*Semiotica*, Haia, Mouton & Co., I (1969), 1, p. 1-12 e 2, p. 127-135.).

²⁵Os números de nota e de página citados, ao longo desta reflexão, correspondem à edição em português do *PLGI* e do *PLGII*. Conferir, a esse respeito, as referências bibliográficas no final do capítulo.

No texto de 1969, quando define: “A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro” (Benveniste, 1989, p. 64, grifos do autor), Benveniste entra com a nota, comentando a escolha dos termos e acrescentando que a distinção semiótico-semântico foi proposta, pela primeira vez, no texto de 1966/1967; texto no qual ele finaliza a reflexão anteriormente apresentada no texto de 1962/1964. Articulado, através da nota, os três textos, o linguista faz, a meu ver, mais do que simplesmente discutir a escolha a terminológica ou pontuar o momento em que introduz as denominações semiótico e semântico, que referem noções cuja formulação, segundo ele mesmo, já se encontra em 1962/1964 e é finalizada em 1966/1967. Para mim, substancialmente, está em questão aí um ponto de vista teórico: no texto de 1969, Benveniste mobiliza as noções de semiótico e semântico não para pensar a língua em si (sua significância), mas para pensar – de um ponto de vista semiológico – a relação da língua com os outros sistemas de signos em todos os seus aspectos²⁸. Ou seja, colocando em relação esses textos, o linguista mostra que está se valendo das mesmas noções teóricas, ainda que, nesse momento, elas estejam embasando uma reflexão semiológica e não linguística²⁹. Trata-se, em especial, de uma reflexão a respeito da propriedade de interpretância da língua, sua propriedade de significar outros sistemas semiológicos.

No que concerne à noção de categorias de expressão, objeto deste capítulo, são três as remissões de Benveniste ao texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946) nos outros textos do corpus de pesquisa.

²⁶Conferência em um Congresso de Linguística, em 1962, posteriormente publicada em 1964 (*Proceedings of the 9th International Congress of linguists*, Cambridge, Mass., 1962, Mouton & Co., 1964.).

²⁷Conferência em um Congresso de Filosofia, em 1966, posteriormente publicada em 1967 (*Le Langage II*, Neuchâtel, La Baconnière, 1967, p. 29-40.).

²⁸Digo isso, visto que sua reflexão semiológica envolve os outros sistemas de signos, a escrita, a sociedade, bem como a noção de metassemântica.

²⁹Em resumo: No texto de 1962/1964, as noções estão presentes; os termos, não. No texto de 1966/1967, Benveniste desenvolve as noções e introduz os termos. Em ambos os textos, as noções de semiótico e semântico são por ele mobilizadas em uma reflexão linguística, uma reflexão interessada pela significância da língua.

Em “A natureza dos pronomes” (1956), tratando do problema dos pronomes na língua, Benveniste questiona o modo como comumente são considerados e adverte:

É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra³⁰⁹ por um locutor (Benveniste, 1995, p. 277, grifo do autor).

A partir daí, discute a diferença de natureza e função relativa às formas de 1ª. e 2ª. pessoas, pertencentes às instâncias de discurso (e, por isso, envolvendo a noção de pessoa), e às formas de 3ª. pessoa, pertencentes à sintaxe da língua (e, por isso, envolvendo a noção de não-pessoa). A nota 239 [PLGI, p. 283] entra em uma parte específica do texto, na qual, tendo mostrado as características de eu e tu, Benveniste passa a analisar os pronomes chamados de “terceira pessoa” e conclui: “O fato de que a ‘terceira pessoa’ é realmente uma ‘não-pessoa’ certos idiomas o mostram literalmente” (1995, p. 283, grifos do autor), para, na sequência, ilustrar sua reflexão teórica através da análise de séries pronominais do yuma (idioma falado na Califórnia), de idiomas indo-europeus e de línguas modernas. A nota faz remissão à reflexão de 1946, pois, como naquele texto, Benveniste também reflete nesse texto de 1956 a respeito da noção de categoria de pessoa. No ponto da nota, o linguista refere-se, mais especificamente, à noção de não-pessoa (formas de 3ª. pessoa), considerando-a em oposição à noção de pessoa (formas de 1ª. e 2ª. pessoa). Trata-se, desse modo, de uma discussão teórica envolvendo a noção de categoria de pessoa.

Em “As relações de tempo no verbo francês” (1959), Benveniste objetiva “procurar, numa visão sincrônica do sistema verbal em francês moderno, as relações que organizam as diversas formas temporais” (1995, p. 261), na medida em que (como bem mostra, problematizando

³⁰⁹No original: “en parole” (Benveniste, 1966, p. 251).

a questão) as noções de tempo e de aspecto, assim como a distinção entre formas simples e compostas, não são suficientes para descrever as formas temporais e seu funcionamento na língua em emprego. Além disso, afirma:

Os paradigmas das gramáticas levam a crer que todas as formas verbais tiradas de um mesmo tema pertencem todas à mesma conjugação, em virtude unicamente da morfologia. Entretanto, nós nos propomos mostrar aqui que a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos. Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso* (Benveniste, 1995, p. 261-262, grifos do autor).

Ou seja, para o linguista, os tempos do verbo em francês não pertencem a um sistema único de formas, mas se dividem “em *dois sistemas* distintos e complementares” dos quais cada locutor se apropria quando enuncia. Esses dois sistemas correspondem a dois planos de enunciação distintos – o da história e o do discurso –, e é essa distinção, precisamente, seu objeto de teorização nesse texto. Benveniste passa, então, a discorrer sobre o plano de enunciação da história, salientando que a intenção histórica consiste em “uma das grandes funções da língua” e que a narrativa histórica apresenta os fatos, pertencentes ao passado, “sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (1995, p. 262). Assim, do plano da história estão excluídas as formas autobiográficas, uma vez que a relação eu-tu, e conseqüentemente o aparelho formal do discurso, não está em questão. É nesse contexto específico que, quando conclui: “Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de ‘terceira pessoa’” (Benveniste, 1995, p. 262, grifo do autor), Benveniste entra com a nota 221 [PLGI, p. 262], que remete à reflexão de 1946. Na sequência, o linguista indica os tempos que caracterizam o plano de enunciação da história – apenas o aoristo (*o passé simple*), o imperfeito (e a forma condicional), o mais-

-que-perfeito e o prospectivo em formas de 3ª. pessoa – em oposição aos que caracterizam o do discurso – todos os tempos, exceto o aoristo simples e composto (o *passé simple* e o *passé antérieur*), em formas de 1ª., 2ª. e 3ª. pessoas –, antes de centrar a discussão no plano de enunciação do discurso. Não se trata, desse modo, de uma discussão teórica da noção de categoria de pessoa, mas de uma análise na qual Benveniste opera com a noção de categoria de pessoa para pensar a organização das formas temporais do francês e propor os planos de enunciação da história e do discurso. Há, nessa reflexão de 1959, contudo, uma novidade em relação à reflexão teórica a respeito da noção de categoria de pessoa: as formas de 3ª. pessoa pertencentes ao plano da história não equivalem às formas de 3ª. pessoa do plano do discurso, na medida em que, estando fora da relação eu-tu, não correspondem à não-pessoa, mas a uma ausência de pessoa, ideia não apresentada na reflexão de 1946 (tampouco, aliás, na de 1956).

Por sua vez, em “O antônimo e o pronome em francês moderno” (1965), Benveniste não faz uma remissão à reflexão de 1946 em uma parte específica do texto, mas em seu último parágrafo, quando conclui:

Tudo concorre, então, para ilustrar esta constatação geral de que a 3ª. pessoa é fundamentalmente diferente das duas outras em seu estatuto¹¹, sua função e distribuição de suas formas, e que especialmente nos antônimos e os pronomes, o singular e o plural na 3ª. pessoa podem nem mesmo ser simétricos (Benveniste, 1989, p. 219).

A nota 11 [PLGII, p. 219] entra, desse modo, no fechamento da reflexão a respeito da classe formal dos pronomes desenvolvida ao longo de todo o texto. O linguista mostra que o francês apresenta duas séries de pronomes pessoais – “a série *je, tu, il* e a série *moi, toi, lui*” (Benveniste, 1989, p. 201, grifos do autor) –, cuja realidade linguística não é explicada por uma perspectiva histórica, à qual se costuma recorrer, mas, de fato, pela consideração das realidades de emprego dos pronomes na língua. Problematizando essa “realidade linguística insuficientemente descrita”, em suas palavras, Benveniste estabelece uma distinção entre o que denomina o antônimo (a série *moi*) e o pronome

(a série *je*), para, na sequência, descrever suas condições e relações de emprego em francês moderno, que se fundamentam, essencialmente, na diferença existente entre as três pessoas: a 1ª. e 2ª. pessoas (a noção de pessoa), de um lado, e a 3ª. pessoa (a noção de não-pessoa), de outro. Mais uma vez, assim, não se trata de uma discussão teórica da noção de categoria de pessoa, mas de uma análise na qual Benveniste opera com essa noção. Ou seja, ainda que referida mais diretamente somente na conclusão do texto (em função da nota), é a noção de categoria de pessoa que permite ao linguista descrever os empregos dessas formas em francês.

3. Conclusão

Observando as características particulares da obra de Benveniste, especialmente, nesta reflexão, em relação aos textos e à publicação de seus *Problemas*, assim como as consequências dessas características sobre a pesquisa em Benveniste (ou seja, a necessidade de se considerar a diacronia de seu pensamento e a flutuação terminológica presente na obra, além da necessidade de se estabelecer um ponto de vista na definição do corpus de pesquisa), busquei uma perspectiva de leitura da noção de categorias de expressão a partir de um conjunto de textos colocados em relação, pelo próprio Benveniste, por meio de notas de rodapé. Parti da ideia de que essas notas mostram um ponto de vista do linguista que permite a tomada desse conjunto de textos como corpus textual de pesquisa. Para mim, portanto, através dessas notas, é efetivamente Benveniste quem indica a articulação existente entre esses textos, e, nesse sentido, possibilita a elaboração de uma perspectiva de leitura da noção de categorias de expressão como a que é aqui apresentada.

A análise das diferentes remissões que Benveniste faz, nos textos do corpus de pesquisa, à reflexão introduzida em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), por meio de nota, coloca em cena – a meu ver – dois aspectos distintos, muito embora complementares.

Em “A natureza dos pronomes” (1956), está em questão para Benveniste, como no texto de 1946, um ponto de vista teórico, na medida em que a noção de categorias de expressão (pela noção de categoria

de pessoa) está sendo discutida direta e explicitamente pelo linguista. A nota que refere o texto de 1946 encontra-se em uma parte específica do texto de 1956, na qual exemplos da classe formal dos pronomes em diferentes idiomas (yuma, idiomas indo-europeus e línguas modernas) são mobilizados em função da elaboração teórica relativa à diferença de natureza e função existente entre a 1^a. e a 2^a. pessoas (a noção de pessoa), de um lado, e a 3^a. pessoa (a noção de não-pessoa), de outro.

Por sua vez, em “As relações de tempo no verbo francês” (1959) e em “O antônimo e o pronome em francês moderno” (1965), está em questão para Benveniste, diferentemente do texto de 1946, um ponto de vista metodológico, na medida em que a noção de categorias de expressão (pela noção de categoria de pessoa) não está sendo discutida direta e explicitamente pelo linguista.

No primeiro caso, a nota que refere o texto de 1946 encontra-se em uma parte específica do texto de 1959, na qual Benveniste, ao definir a noção de narrativa histórica, trata da distinção entre o plano de enunciação do discurso e o plano de enunciação da história, considerando, respectivamente, a relação eu-tu e, conseqüentemente, formas de 1^a. e 2^a. pessoas (a noção de pessoa) e de 3^a. pessoa (a noção de não-pessoa), de um lado, e apenas formas de 3^a. pessoa (a ideia de ausência de pessoa), de outro. No segundo caso, a nota que refere o texto de 1946 encontra-se na parte final do texto de 1965, na qual Benveniste, ao concluir a reflexão desenvolvida a respeito da classe formal dos pronomes em francês (envolvendo pronomes e antônimos, mais especificamente), afirma a profunda diferença existente entre a 1^a. e a 2^a. pessoas (a noção de pessoa), de um lado, e a 3^a. pessoa (a noção de não-pessoa), de outro, considerando a natureza, a função e a distribuição dessas formas na língua.

Assim, tanto no texto de 1959 quanto no de 1965, não se trata da elaboração teórica da noção de categorias de expressão (pela noção de categoria de pessoa), mas da própria noção de categorias de expressão operando na análise sincrônica que Benveniste faz de um idioma particular: o francês moderno atual, seja para mostrar como se configuram os dois sistemas verbais distintos e complementares (texto de 1959), seja para mostrar a natureza e o funcionamento das formas pronominais (texto de 1965).

Nesse sentido, somente o texto de 1956 retoma a reflexão de 1946 a partir do mesmo ponto de vista, o teórico; os textos de 1959 e de 1965 retomam a reflexão de 1946 de um outro ponto de vista, o metodológico. Eis os dois aspectos distintos, muito embora complementares, colocados em cena pela análise desse conjunto de textos colocados em relação, pelo próprio Benveniste, por meio de notas de rodapé.

Com esse movimento – de teorização (textos de 1946 e de 1956) e de análise (textos de 1959 e de 1965) –, mesmo quando a noção de categorias de expressão não é discutida direta e explicitamente, Benveniste reitera seu fundamento e aprofunda a reflexão introduzida em 1946, uma vez que, descrevendo as formas de uma língua particular (no caso, o francês moderno atual) e seu funcionamento no discurso, ele está de fato mostrando como essa noção opera na língua, ainda que, à primeira vista, nem pareça dela estar tratando. Ou seja, em 1946 e em 1956, a noção é formulada pelo linguista, e os exemplos de diferentes línguas ilustram sua teorização; em 1959 e em 1965, é a análise do aparelho formal do francês (suas formas pronominais e verbais) que ilustra a noção desenvolvida nos textos de 1946 e de 1956, inclusive, aprofundando-a, como quando Benveniste propõe que, no plano de enunciação da história, as formas de 3^a. pessoa estão fora da relação eu-tu e, por isso, não mostram a não-pessoa mas uma ausência de pessoa, ideia não apresentada anteriormente nos textos em que a 3^a. pessoa, no âmbito da noção de categoria de pessoa, é teorizada.

Por fim, com essa perspectiva de leitura aberta pela consideração das notas de Benveniste como um ponto de articulação entre esses textos, é importante observar que – tanto de um ponto de vista teórico quanto metodológico – a linguagem, as línguas e a língua estão sempre sendo pensadas conjuntamente pelo linguista, em conformidade com um dos princípios que defende no “Prefácio” de seu *PLGI* e que caracteriza sua obra como um todo – “O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem” (Benveniste, 1995, s/p).

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Émile (1974). *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

FENOGLIO, Irène. 1966: Benveniste publie les *Problèmes de Linguistique Générale*. *Acta Fabula* (Dossier critique – 1966, annus mirabilis), Paris, v. 14, n. 8, p. 1-11, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

Parte II – Interpretações conceituais da obra de Benveniste

A CONTRIBUIÇÃO DA REFLEXÃO DE BENVENISTE PARA OS ESTUDOS DO TEXTO

Alena Ciulla (UFRGS)
alenacs@gmail.com

1. Introdução

Neste trabalho, o intuito é o de mostrar alguns aspectos do aporte da reflexão de Benveniste para os estudos do texto. A meu ver, encontramos neste autor, conforme atestam também Meschonnic (1997), Barthes (1970), Todorov (1978), Kristeva (1980 [1968]) e Adam (2011), uma reflexão que torna possível teorizar sobre o discurso e sobre uma semântica da enunciação. Ora, o discurso, a semântica e a enunciação são temas cruciais para uma teorização sobre o texto. Lembrando que até hoje não há um consenso sobre a própria definição e funcionamento do texto e que, embora muito já se tenha dito sobre os sentidos do texto, ainda é preciso discutir sobre como os sentidos são produzidos nos/pelos textos, neste trabalho, prospecto elementos da reflexão de Benveniste que ajudam a pensar sobre essas questões.

Não se trata, aqui, meramente de demonstrar e reconhecer a força do pensamento do autor no que diz respeito a compreender o fenômeno texto, mas de dar continuidade à reflexão iniciada por ele. Essa reflexão encontra fundamentos principalmente na leitura dos seguintes capítulos dos *Problemas de Linguística Geral: Os níveis da análise linguística, As relações de tempo no verbo francês*, publicados no volume I, e *O aparelho formal da enunciação e A forma e o sentido na linguagem*, publicados no volume II.

A Linguística Textual (doravante LT) no Brasil tem sua fundamentação fortemente arraigada no trabalho de Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschi, como atestam os trabalhos de síntese da pesquisa no Brasil do Grupo de Trabalho em Linguística Textual e Análise da Conversação do 37º encontro da Anpoll, neste ano de 2023. Assim, podemos dizer com certa segurança que a influência de Benveniste para os estudos do texto no Brasil é pautada pela leitura que esses autores,

em especial Koch, fizeram de Benveniste. É interessante mencionar que Koch foi inclusive uma das tradutoras do PLG II, da sexta parte, mais exatamente.

Não vou me deter na crítica da leitura que foi feita, mas em porque trago o assunto: é uma questão tanto de entender propriamente os conceitos de Benveniste quanto de entender como esses conceitos subsidiam questões importantes para o texto. É preciso, portanto, explicar de que maneira me afasto de uma certa leitura e me encontro – ou pelo menos encontro um fio da meada - em outra.

Também quero destacar que o ponto de vista que trago aqui não é o da LT como um todo – até porque esse ramo da linguística não é homogêneo, como pode parecer à primeira vista. A LT se desenvolveu de muitos modos e considera o objeto *texto* de modos diversos, por isso as perspectivas também são bastante diversas (Ciulla, 2023).

O que pretendo apresentar aqui são aspectos ainda a explorar em Benveniste, no que diz respeito aos estudos do texto no âmbito de uma linguística que talvez ainda esteja se desenhando. Como já se pode perceber, quando o assunto é texto, não se tem todas as respostas, mas podemos ter boas perguntas.

Começo com uma pergunta, aliás, feita anteriormente por Claudine Normand (1997, p.2).

2. Qual Benveniste?

Em um texto chamado *Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé*, Normand (1997) pergunta: “Aucun linguiste français aujourd’hui n’ignore Benveniste, mais à quel Benveniste s’arrête-t-il?”³¹. No início dos anos 80, relata Normand, a recepção de Benveniste na França foi lida, por um lado, por um viés do estruturalismo e, por outro, o autor foi lido como o que formulou a subjetividade na linguagem, o que coloca em contradição, de certa maneira, aqueles que diziam se fundamentar em uma teoria benvenistiana do discurso e da enunciação. Neste ponto, a recepção no Brasil foi semelhante. Outro fato que Normand observa é que três dos principais textos que tratavam

³¹Que poderia ser traduzido por: “Nenhum linguista francês ignora Benveniste, mas de qual Benveniste ele está falando?”.

de questões enunciativas, quais sejam, *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946, *A natureza dos pronomes*, de 1956 e *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, somente na década de 80 foram retomados. Ela observa que antes de 80, foi na filosofia, por Paul Ricoeur, que Benveniste foi reconhecido como um precursor sobre as questões da dêixis e da enunciação e como uma promessa de uma nova linguística.

Normand identifica, além disso, três leituras de Benveniste: uma primeira comparatista, uma segunda estruturalista e uma terceira, da teoria enunciativa. E propõe, então, a própria leitura de Benveniste. Dessa leitura própria, uma das conclusões a que Normand chega é a de que a particularidade dos textos de Benveniste que são lidos como sendo sobre enunciação não é a de levar em conta a subjetividade, mas de estudá-la nos seus índices mais visíveis e, a partir daí, fazer um estudo sistemático que serve de fundamento à teoria daquilo que Benveniste chama ora de semiologia, ora de semântica (Normand, 1997, p.7).

Trocando em miúdos, ou ainda, trocando para os miúdos que eu quero destacar: de acordo com Normand (1997), a subjetividade, vista no quadro da reflexão benvenistiana não diz respeito ao sujeito, como se difundiu nos estudos do texto no Brasil, mas aos índices de subjetividade que aparecem nos enunciados e que estabelecem uma relação do sujeito com aquilo que ele diz.

Outro autor em quem busco apoio é Jean-Michel Adam, (2011, p.19). Para este autor, o “método-Benveniste” supõe uma reformulação do conceito de língua, em que as determinações imanentes do sistema não são mais suficientes para descrever o todo. Essa reformulação recebida como uma ultrapassagem da oposição estrutural entre língua e fala e como a abertura para outro movimento: o da análise linguística do discurso. Abre-se o terreno, então, para recepções de Benveniste, como as que foram feitas por Barthes, Meschonnic, Todorov, Kristeva, Genette, Pêcheux e Culioli, por exemplo.

Com esses autores, Normand e Adam, então, estou mostrando que não estou sozinha nem em acreditar que, em primeiro lugar, a subjetividade em Benveniste não é exatamente o que se interpretou frequentemente, ou seja, não se trata do sujeito, o objeto de sua reflexão – mas sim de que modo o sujeito se apresenta na linguagem, como o sujeito se constitui na linguagem, qual a sua importância e papel na

linguagem, conforme já aponte em Ciulla (2020c). E consequentemente, em segundo lugar, que a grande contribuição de Benveniste para os estudos do texto foi dar subsídio para pensar como a língua significa, o que implica em pensar sobre como o locutor converte a língua em discurso e, na minha concepção, como os falantes fazem isso nos textos. Mas o que observei em Benveniste que comprova essa leitura?

3. Problemas do texto

O meu primeiro amor na linguística – e continua sendo um assunto predileto – foi a dêixis. Em estudos sobre este assunto, como atesta o *Manual of Deixis*, organizado por Jungbluth e Da Milano (2015), reunindo trabalhos sobre a dêixis em várias línguas, sob várias perspectivas, de várias universidades pelo mundo, Benveniste é recorrentemente citado. Então, além da “inclusão do sujeito” atribuída ao conceito de subjetividade de Benveniste, aparece também a dêixis. Destaco, de início, uma curiosidade, que é a de que, em muitos estudos, incluindo a LT no Brasil, subjetividade e dêixis não aparecem tão relacionadas quanto deveriam.

Na minha dissertação de mestrado, Ciulla (2002), propus examinar a função dos diferentes tipos dêiticos nos textos e me deparei com um problema que não consegui resolver: como diferenciar os dêiticos ditos textuais (ou discursivos) dos anafóricos. Percebi, então, que era preciso entender quais princípios regiam as definições desses elementos, que ora parecem ser distintos, ora cumprem funções que se entrecruzam.

É preciso salientar que, para a abordagem da referenciação, sempre vista no âmbito do funcionamento textual, a dêixis não apenas se constitui como um apontamento, mas também tem uma relação com a coisa significada – a dêixis é vista como parte do processo de referência (aqui entendida como designação de objetos de discurso, não coisas do mundo). O conceito de dêixis da maior parte dos trabalhos, não apenas nos de abordagens textuais, toma muito superficialmente o que diz Benveniste sobre o aparelho formal e fundamenta suas análises em Bühler, um estudioso que tem uma visão da psicologia sobre a linguagem e influenciou os círculos de Viena e de Praga (foi, portanto, um dos

precursores dos funcionalismos). Bühler (1934) advoga o poder da representação da linguagem, ao *apresentar* e *mostrar* – dois significados contidos na palavra do alemão *darstellen* (*representar*). Este aspecto do pensamento de Bühler é o que funda a noção de campo dêitico, pois, para ele, a linguagem mostra, ao representar. É enfatizada, então, a ideia da representação dêitica por ostensão.

Contudo, em um estudo, registrado em Ciulla (2020a; 2018), em que o estatuto referencial da dêixis é reexaminado, o quadro muda de figura. Para Benveniste (1966, p. 253), um dêitico é definido pelo papel de realizar a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado etc.) e a presente instância de discurso. Quando não se visa mais a essa indicação, a língua recorre a uma série de outros termos, que não se referem mais à instância de discurso, mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos”. Aqui não somente se destaca uma função dêitica de organizar a relação entre enunciação e enunciado, mas também se torna possível postular a distinção entre dêixis e anáfora.

Ademais, a reflexão de Benveniste em *A natureza dos pronomes* não é sobre os pronomes exatamente, como se sabe, mas sobre as marcas de pessoa que as línguas disponibilizam e que tem a função importantíssima e primeira de estabelecer a relação da instância presente do locutor e que instaura a própria enunciação: a relação com quem toma a palavra, a relação de tempo, de espaço e de quem ou do que se fala. A partir dessa constatação, a meu ver, pode-se dizer que a dêixis (relação que estabelece vínculo entre enunciação e enunciado) é o principal papel da subjetividade destacado por Benveniste.

A distinção de pessoa, além de ser fundamental para a entender a dêixis, também distingue funções dos signos nos enunciados. A discussão que proponho é conhecida, mas retomo aqui para mostrar que a concepção de subjetividade e dêixis não só estão relacionadas, como têm uma importância muito maior do que a que lhes é atribuída, pensando no texto - ao menos no objeto *texto* que estou delineando nos meus estudos.

Benveniste identifica a função dos signos autorreferenciais em indicar a relação que estabelece entre o enunciado e o *eu-aqui- agora* da enunciação. Essa função se distingue da que outro tipo de signos exerce

nos enunciados. Esses outros signos têm um papel representativo em relação ao objeto que designam e aqui, sim, sobre esses signos de função representativa poderíamos dizer que são referenciais.

Parece adequado afirmar, com base no que lemos em Benveniste, que a linguagem nos oferece dois diferentes modos de referir: um autorreferencial, associado à dêixis, outro referencial, associado aos elementos que permitem referir objetos (os pronomes de não pessoa e os nomes lexicais). Além disso, esses objetos, sempre que referidos, são candidatos a serem retomados, o que lhes confere a condição de potencialmente anafóricos.

A função representativa dos anafóricos constituiria um subsistema da língua, por oposição aos elementos propriamente apresentativos da língua. Conforme Benveniste:

[...] na classe formal dos pronomes, aqueles ditos de “terceira pessoa” são totalmente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como vimos, desde há muito tempo, as formas, como *ele*, *o*, *aquilo*, etc. somente servem na qualidade de substitutivo abreviativo (Pedro está doente. Ele tem febre.); eles substituem ou revezam algum elemento material do enunciado. Mas essa função não está ligada somente aos pronomes [...] É uma função de “representação” sintática que se estende assim a termos relacionados a diferentes “partes do discurso” e que responde a uma necessidade de economia [...]. Não há nada de comum entre a função desses substitutos e aquela dos indicadores de pessoa. (Benveniste, 2006, p. 282).

Desse trecho, destacamos ainda que ele não é pessoal na exata medida em que é anafórico, conforme Lahud (1979, p. 118).

Propomos pensar então em duas esferas complementares de elementos da língua

1. por atuarem na sintaxe dos enunciados e na esfera “cognitiva” (aqui empregando o termo que está em Benveniste), os signos de não pessoa se prestam para representar e simbolizar tais objetos, que ficam, assim, disponíveis para o funcionamento anafórico.

2. na função de informar sobre nós mesmos como as pessoas que falam, isto é, na função autorreferencial, os signos de pessoa, que se definem

somente em termos de locução, se prestam para indicar a presente instância de *eu* e se constituem como dêiticos.

Assim, a partir da distinção de pessoa, da discussão sobre a natureza dos pronomes e de uma definição da dêixis, pensei em oposições complementares de funções e que esquematizei assim:

Esquema de oposições complementares associadas à distinção de pessoa

forma	eu/tu	ele/nomes lexicais
categoria da língua	pessoa	não pessoa
instância	de discurso	da sintaxe do enunciado
referência	própria	objetiva
realidade	discursiva/subjativa	objetiva
plano enunciativo	discursivo	histórico
esfera	locução	“cognitiva”
signo	vazios/“variáveis”	virtuais/“fixos”
denotatum	inexistente/vago/função gramatical	disponível no léxico
domínio	autorreferência	referência
tipo de relação com a enunciação	dêixis	anáfora
função	indicação da relação ao ato de fala	representação de objetos

Fonte: Ciulla (2020b)

A esta altura já fica evidente o quanto tudo isso é diferente de dizer, como muitas vezes se faz, que Benveniste estabeleceu o *eu-tu-aqui-agora* da enunciação ou simplesmente que reintroduziu o sujeito na linguagem. Muito mais do que uma questão puramente formal, como tradicionalmente se vê no âmbito dos estudos do texto e do discurso, a distinção benvenistiana da categoria de pessoa promove um eixo sobre o qual se pode pensar como os sujeitos falantes significam na linguagem e como organizam os textos, que viabilizam essa significação e

comunicação. Assim, sob o ponto de vista que estou construindo, há uma possibilidade de se explicar como significamos pelo texto, ou melhor, que um dos modos de investigar como os falantes significam na linguagem pode ser pelo estudo do funcionamento textual.

Tenho ainda mais algumas questões que julgo importantes para os estudos do texto, e que foram problematizadas por Benveniste. Menciono aqui uma das que considero das mais fulcrais: a relação entre gramática e texto. Ainda que a LT tenha surgido em uma espécie de oposição aos estudos gramaticais e se apresentado como que em um salto da gramática ao texto, esta passagem permanece ainda hoje pouco esclarecida.

Saliento, neste trabalho, um aspecto, que já tangenciei de certa maneira ao falar de dêixis e anáfora. Especificamente com relação à anáfora, no próprio hiato entre uma ocorrência e o novo segmento em que aparecem os elementos anafóricos, estão questões que ultrapassam a sintaxe da frase e vão em direção ao texto e toda a complexidade que isso implica. Ou seja, não podemos desprezar o alcance textual da anáfora. A importância do estudo da anáfora diz respeito ao próprio questionamento sobre o que é o texto e como se passa da gramática ao texto. Benveniste não entra nessa questão, mas sinaliza diversas vezes, as especificidades de se lidar com as representações operadas pelos anafóricos, como por exemplo neste trecho:

É uma função de ‘representação sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes ‘partes do discurso’, e que corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim não há nada em comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa. (Benveniste, 2005, p. 282-283)

Essa questão está também relacionada no problema da *conexão textual* – que mais adiante retomo aqui – e que há muito ultrapassou a simples *coesão textual*, aspecto bastante restrito ao âmbito lexical e em que tanto se insiste nos bancos escolares, nos manuais de avaliação de provas de concursos e mesmo nas disciplinas de texto nos cursos de

graduação.

Outra questão, que está também no centro dos estudos que deram origem à LT, e que se relaciona à questão da gramática ao texto, é o problema da frase. O estudo da frase pode ser visto ora em seu domínio gramatical ora no texto, como apontam, por exemplo, Berrendonner (2021), Adam (2008) e são apenas alguns dos caminhos de muitos questionamentos acerca deste problema. Além disso, todo linguista que se ocupa do texto passa por essa questão, para decidir por exemplo sobre as unidades textuais de análise.

No texto *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste trata da questão e propõe que o signo e a frase instauram duas espécies e dois domínios do sentido e da forma. Benveniste distingue então a língua como semiótica e a língua como semântica, que seriam duas modalidades fundamentais de função linguística, a de significar, para a semiótica, e a de comunicar, para a semântica. E me parece que ao colocar que sejam os mesmos elementos que estão numa e noutra parte, se dissipa um pouco essa divisão, normalmente ressaltada com fins de análise, com metodologias diferentes, pelos diferentes estatutos. Contudo, isso não é suficiente, como veremos, pois para o texto interessa como essas partes se engendram, mais do que o que as separam.

Nessa diferenciação entre o funcionamento semiótico e o funcionamento semântico, Benveniste toca em importantes conceitos, como os de polissemia, signo e palavra, estatuto do gesto como sublinguístico e importância da referência para o sentido. Cada um desses conceitos é dimensionado na língua em funcionamento – o que para nós³², em LT, significa dizer no texto. Benveniste também propõe aspectos de um funcionamento conjunto do semiótico e do semântico:

De outra parte, indo além das palavras, a ideia deve sofrer a restrição de leis de seu agenciamento; há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado, que é condição de toda a atualização da

linguagem. É como consequência de sua coaptação que as palavras contraem valores que em si mesmas elas não possuíam e que são até mesmo contraditórios com aqueles que elas possuem em outros lugares (Benveniste, 2006, p.232)

Destaco do trecho acima a formulação de que é condição da atualização da linguagem - que, acrescento, se dá no texto – a conjunção de uma ideia livre, pois pode ser qualquer uma, e de uma forma restrita, pois está nos limites do sistema semiótico da língua. E, ao evocar a teoria do valor saussuriana, importante para compreender as *leis de agenciamento* das palavras e seus sentidos nos textos, Benveniste aponta para uma explicação de como se dá essa “mistura” que resulta no sentido: algo a ser explorado e desenvolvido.

Benveniste postula também que a frase está no domínio do semântico e que não pode passar por simples adição ou extensão do signo à proposição e depois às construções sintáticas. Ao mesmo tempo, então, que a frase pertence ao semântico, e não ao semiótico, seria preciso considerar as duas esferas, do sintagma e da associação, para explicá-la. O paradoxo, observado pelo próprio autor, é o fato de que são os mesmos elementos que se encontram “em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes” (Benveniste, 2006, p.228-229).

Um encaminhamento dado por Benveniste a esse paradoxo é o que segue:

O sentido da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a forma se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, a palavras. Além disso, as unidades não podem mais ser dissociadas sem deixar de preencher sua função. Esta é a articulação semântica. (Benveniste, 2006, p.232)

Essa compreensão global é aquilo que se pode dizer que qualquer falante de uma língua alcança diante de um enunciado. Por exemplo, um dos aspectos dessa compreensão global é identificar a dimensão ilocucionária e pragmática dos textos: se se trata de uma pergunta, de um pedido, de uma ameaça etc. Mas o que faz com que se possa distinguir que seja uma pergunta, um pedido, uma ameaça etc.? Em outras palavras, quais unidades analíticas levam os falantes a interpretar o

³²Aqui me incluo na posição adotada pelo grupo de pesquisa Prottexto, da Universidade Federal do Ceará, ao qual pertenço desde sua fundação em 2003. Um condensado de resultados recentes de pesquisa do grupo pode ser encontrado em um livro lançado em 2022, intitulado *Linguística Textual: aplicações e conceitos*.

enunciado como pergunta, pedido ou ameaça? Como que os elementos linguísticos se arranjam, compondo unidades de sentido, e se organizam para esse todo “global” do sentido que os textos unem?

No final do capítulo de *A forma e o sentido na linguagem*, há uma transcrição de um debate, em que Jean-Claude Piguet questiona:

(...) A semântica pressuporia um método global de apreensão de sentido. Por oposição, o método ou a disposição do espírito requerido pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global.

Minha questão é, face a isto, a seguinte: como estes dois métodos se reúnem no interior da linguística?... Qual deve ser, então, finalmente, o método fundamental que orienta a linguística em seu conjunto? (...) (J.-C. Piguet em Benveniste, 2006, p.239)

Benveniste (2006, p.240) responde, então, que ainda não há uma doutrina linguística que dê conta desse problema, que isso ainda está por fazer, que “no estágio presente é necessário elaborar métodos e conjuntos conceituais distintos, estritamente apropriados a seu objeto.”

O problema que daí emerge, da articulação entre o global e o analítico, é, todavia, central para a LT, que deve se ocupar não apenas com o que os textos dizem (do âmbito do global), mas sobretudo sobre como dizem (de como o analítico se articula e chega ao global).

Tenho pensado que essa questão entre o global e o analítico pode guiar, por exemplo, uma proposta de reflexão sobre a segmentação e conexão de elementos linguísticos que operam no texto, paralelamente aos aspectos contextuais, semânticos etc. É bastante na linha do que Adam (2008) propõe para as categorias textuais de análise de segmentação e conexão – por isso, anteriormente neste trabalho, menciono a anáfora relacionada à conexão e, acrescento, aqui, a frase relacionada à segmentação. Este é um caminho que pode ser frutífero, especialmente se pensarmos em fins didáticos, no ensino de produção textual.

Mas ainda que se tenha categorias de análise definidas, há um grande salto, um grande mistério entre o que articula o analítico ao global – porque, entre outras coisas, isso não é dado de antemão, é no próprio discurso que se estabelece: algumas conexões são previsíveis,

outras nem um pouco. Além disso, a combinação desses elementos e os efeitos de sentido possíveis são muito imprevisíveis e novos a cada situação enunciativa. Isso está relacionado ao que Benveniste (2006, p.231) diz sobre a frase ser efêmera, sobre o sentido da frase ser a ideia, sobre a referência ser o estado de coisas que a provoca e que não podemos prever nem fixar, sobre a frase ser um acontecimento a cada vez diferente, um acontecimento que desaparece, que não comporta emprego...

Por isso, termino minha exposição, sinalizando para o fato de que Benveniste também inspira tratar as questões do texto como problemas do texto, que é como eu tenho encaminhado meu estudo. Inclusive para repensar a separação em duas linguísticas diferentes (uma da frase, outra dos signos da língua).

4. Considerações finais

Com a retomada de apenas alguns aspectos da reflexão de Benveniste, trouxe, neste trabalho, uma amostra do potencial de desenvolvimento de várias questões para os estudos do texto, entre elas, a dêixis, a anáfora, a referência, as funções dos tempos verbais, os estatutos semiótico e semântico e o funcionamento da língua etc. e até mesmo de uma nova linguística que abrigue o texto e sua complexidade discursiva. Longe estamos de ter superado o pulo da gramática ao texto e muito há o que se pensar para formular uma explicação sobre como passamos do analítico ao global – ou vice-versa. Também nessa percepção é Benveniste quem nos “canta a pedra”, vislumbrando a ideia de que “se avance por linguísticas diferentes, se elas devem, separadas, conquistar cada uma maior rigor, deixando para ver em seguida como elas podem se juntar e se articular” (Benveniste, 2006, p.240). Podemos dizer, por fim, que o problema do texto é também um problema de linguística geral.

Referências

ADAM, Jean-Michel. *Linguística textual – a análise textual dos discursos*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel. Le programme de la “translinguistique des textes, des oeuvres” e sa réception au seuil des années 1970. In: BRUNET, Emilie; MAHRER, Rudolf. *Relire Benveniste: réceptions actuelles de Problèmes de linguistique générale* (org.) Paris: l’Harmattan, 2011. p. 123-147.

ADAM, Jean-Michel. *Textos - tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.

BARTHES, Roland. La linguistique du discours. In: *Oeuvres complètes*, 4. Paris: Seuil, 1970, p.443-459.

BARTHES, Roland. Pourquoi j’aime Benveniste. In: *Oeuvres complètes*, 4. Paris: Seuil, 1970, p.513-515.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena: Fischer, 1934.

CIULLA, Alena. *A referência anafórica e dêitica – com atenção especial para os dêiticos discursivos*. 2002. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CIULLA, Alena. Sobre a definição de dêixis em “A natureza dos pronomes”. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 14, p. 364-379, 2018.

CIULLA, Alena. Dêixis: fenômeno referencial ou enunciativo? *Revista Investigações*, Recife, v. 33, p. 200-216, 2020a.

CIULLA, Alena. A dêixis e a referência como diferentes modos de relação entre os signos e a enunciação. O universo benvenistiano: enun-

ciação, sociedade, semiologia. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2020b, v. 1, p. 92-120.

CIULLA, Alena. A distinção de pessoa e alguns aspectos da contribuição de Benveniste para o estudo da enunciação. *Linguística Geral: os conceitos que todos precisam conhecer*. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2020c, v. 2, p. 152-173.

CIULLA, Alena. Linguística Textual. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento. (Org.). *A Linguística hoje: múltiplos domínios*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2023, p. 137-148.

JUNGBLUTH, Konstanze; DA MILANO, Federica. *Manual of Deixis in Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2015.

KRISTEVA, Julia. La sémiologie: science critique et/ou critique de la science. In: *Théorie d’ensemble*. Paris: Seuil, p.83-96, 1980[1968].

LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

NORMAND, Claudine. Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé. In: Benveniste et vingt ans après: actes du colloque de Cerisy la Salle, 12 au 19 août 1995. (orgs.) NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel. *LINX Revue des linguistes de l’Université Paris Ouest, Nanterre*, CRL – Université Paris X, p.307-325, 1997.

MESCHONNIC, Henri. Benveniste: sémantique sans sémiotique. In: Benveniste et vingt ans après: actes du colloque de Cerisy la Salle, 12 au 19 août 1995. (orgs.) NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel. *LINX, Revue des linguistes de l’Université Paris Ouest, Nanterre*, CRL – Université Paris X, p. 307-325, 1997.

TODOROV, Tzvetan. *Les genres de discours*. Paris: Seuil, 1978.

ÉMILE BENVENISTE: O PERFEITO E A RELAÇÃO DE POSSE

Márcia Romero (UNIFESP)³³
marcia.romero@unifesp.br

1. Introdução

Propomo-nos, neste trabalho, a contribuir com a leitura e a compreensão do artigo *A construção passiva do perfeito transitivo*, originalmente publicado em 1952 e presente na obra “Problemas de linguística geral I” (1995), de Emile Benveniste. Para tanto, apoiamo-nos nas explicações dadas pelo autor não apenas no referido artigo, mas igualmente em “*Être*” e “*Avoir*” em suas funções linguísticas, publicado em 1960 e parte integrante da mesma obra³⁴.

Tomamos como ponto de partida o estudo de Benveniste sobre o antigo persa, língua na qual se iniciou “a evolução do perfeito para uma expressão possessiva e perifrástica” (Benveniste, 1995, p. 202) que se mostra “definitivamente como um dos traços essenciais do sistema verbal renovado” (Benveniste, 1995, p. 203). Importa notar que a expressão possessiva ou, mais precisamente, a relação de posse à qual ela se refere apresenta características particulares que a diferenciam da relação de pertencimento, questão que destacaremos à luz dos comentários feitos por Benveniste sobre como devem ser entendidas as construções do antigo persa por ele analisadas.

Com efeito, nos comentários que constam do artigo *A construção passiva do perfeito transitivo*, de 1952, Benveniste, recorrentemente, mobiliza a construção “mihi est” do latim para explicar os exemplos fornecidos, construção cuja função, por sua vez, é melhor compreendida no artigo “*Être*” e “*Avoir*” em suas funções linguísticas, publicado em 1960.

³³Agradecemos, com carinho, a Renato Ambrósio (UFBA) pelos esclarecimentos relativos à língua latina.

³⁴Referimo-nos aos artigos presentes na edição brasileira, excetuando-se trechos específicos traduzidos ou inseridos por nós e indicados entre colchetes. No caso de “*Être*” e “*avoir*” dans leurs fonctions linguistiques, não traduzimos “être” e avoir, já que se pode traduzir “être” por “ser” ou “estar” em português.

Neste último artigo, diz Benveniste que “o lat. [latim] *est mihi* corresponde ao fr. [francês] *j'ai*, e não a *est à moi*” (Benveniste, 1995, p. 215), visto que em “être à moi” – *Ce livre est à moi*, “este livro é meu” – se verifica uma relação de pertencimento não compatível com “mihi est”. Eis o cerne da questão. Continuando em seu raciocínio, o autor ratifica o posicionamento assumido ao explicar que, no indo-europeu antigo, há, na verdade, duas construções, “être” com dativo e “être” com genitivo, que não devem ser confundidas, a relação de posse sendo indicada apenas pelo predicado “être” no dativo.

Pelo que expusemos até aqui, vê-se a importância de discutir em que consiste a relação de posse atribuída ao perfeito; e, mais, de refletir sobre o que leva Benveniste, ao comentar os exemplos do antigo persa, a fazer uso da construção “mihi est” para analisá-los. Acreditamos ser possível, após estas discussões, examinar o porquê de se ter, na relação de posse indicada por “mihi est”, “a coisa possuída que se apresenta como sujeito; o possuidor é assinalado apenas por esse caso marginal, o dativo, que o designa como aquele em que o [“être-à”] “ser-de” se realiza” (Benveniste, 1995, p. 215).

Em suma, como se atesta por esta introdução sumária, o nosso propósito maior é o de verificar quais as consequências do estudo benvenistiano sobre o perfeito considerando-se o modo como se explica a relação de posse que lhe é associada, e isto, vale dizer, guardadas as nossas limitações no que se refere à compreensão de enunciados em línguas que não conhecemos e que servem de ilustração para o fenômeno analisado.

O desafio imposto por estas leituras, para quem o enfrenta, traz, contudo, um ganho sem igual: o entendimento do que significa saber efetivamente nos desligar, em nossas observações, do que nos é incutido por nossos próprios hábitos linguísticos (Benveniste, 1995, p. 203).

2. A problemática do perfeito no antigo persa

A problemática presente em *A construção passiva do perfeito transitivo* desenrola-se a partir de uma revisão, por parte de Benveniste, de como a construção passiva é elaborada no antigo persa. Essa revisão faz-se necessária pelo fato de, comumente, ser invocada “a interpreta-

ção das construções transitivas por uma expressão passiva” (Benveniste, 1995, p. 192), o que, ainda em suas palavras, traz “graves dificuldades para caracterizar objetivamente a estrutura de categorias como o passivo e o transitivo” (Benveniste, 1995, p. 192).

A discussão inicia-se com a menção ao trabalho de W. Geiger (1893), que, em seu artigo “A construção passiva do pretérito transitivo em [iraniano]³⁵”, afirma que “o pretérito havia tido desde a origem, e havia guardado sempre, uma construção passiva” (Benveniste, 1995, p. 193). Sobre esta afirmação, diz Benveniste já fazer “meio século que essa teoria se impôs e que as descrições dos dialetos antigos ou modernos do [iraniano] se referem, para análise das formas do pretérito transitivo, a uma construção originalmente ou atualmente passiva” (Benveniste, 1995, p. 193).

Antes de prosseguir à sua revisão, Benveniste faz uma importante consideração a fim de chamar a atenção para o que seria um dos equívocos perpetuados pelas descrições mencionadas: “não se trata de um “pretérito”, mas de um perfeito, ou antes de um torneio que, no antigo persa, serve para suprir o perfeito antigo” (Benveniste, 1995, p. 193-194). Mais precisamente, o “pretérito” ao qual se refere o título do artigo de Geiger é, na realidade, um “perfeito”.

Benveniste, a partir de então, apoia-se na análise de uma expressão do antigo persa, ao que nos parece, igualmente mencionada por W. Geiger em seu artigo de 1893 com o propósito de sustentar a existência de uma construção tida, na opinião do próprio Geiger, como “passiva”, para mostrar mais um equívoco analítico: não se tem, no caso desta expressão, uma “passiva”, da mesma forma que não se tem, como já dito, um “pretérito”.

Esta expressão, a saber *ima tya manā krtam*, cuja tradução, por ora, não será feita, é construída, segundo a análise que lhe propõe Benveniste, com “um pronome de forma plena (manā)” (Benveniste, 1995, p. 194), que lemos como “eu”. Este pronome, sujeito, encontra-se no genitivo-dativo³⁶. A forma *krtam*, por sua vez, remete ao perfeito, tam-

³⁵Na edição brasileira, traduziu-se iraniên por irânico. Ver Benveniste (1995, p. 193).

³⁶Afirma Benveniste que o “[ator] é denotado pelo genitivo-dativo” (Benveniste, 1995, p. 194). Na edição brasileira, traduziu-se *acteur*, nesta passagem, por *agente*; em outras, por *ator*. Optamos por usar *ator*, sempre.

bém na leitura que dela fazemos.

Logo, Benveniste concentra-se no modo como o ator se enuncia na expressão *ima tya manā krtam*, que serve de base para análise. Na continuidade de seu estudo, volta-se novamente aos textos persas com o intuito de mostrar, por comparação, como o ator se enuncia numa construção em que há efetivamente “uma forma verbal provida das marcas do passivo” (Benveniste, 1995, p. 195), o que o faz atestar que, na passiva, a forma casual do pronome é o ablativo.

Em outras palavras, há *manā*, forma casual do ator no genitivo-dativo, como na expressão *ima tya manā krtam* (grifos nossos) acima referida e que notamos (1); e há *hačāma*, forma casual do ator no ablativo, como nos mostra o exemplo *tyašām hačāma aθahya* (grifos nossos), que notamos (2). Este exemplo, fornecido por Benveniste, é traduzido, na edição francesa, por “ce qui par moi leur était ordonné” (Benveniste, 1966, p. 178) e, na edição brasileira, por “o que por mim lhes era ordenado” (Benveniste, 1995, p. 195). Temos “par moi” (“por mim”) como tradução de *hačāma*, o que, sob a ótica da gramática tradicional, indicaria o “agente da passiva”.

Independentemente de sabermos o que faz o genitivo-dativo e o ablativo no antigo persa, fato é que a forma casual do pronome no enunciado (1) difere daquela observada em (2), construção em que se tem uma passiva assegurada pela forma verbal: “Essa diferença na forma casual do pronome, *manā* de um lado, *hačāma* de outro, mostra que o perfeito deve [se] interpretar como uma categoria própria, e que [ele é], em todo caso, distinto do passivo” (Benveniste, 1995, p. 195).

Constatada a diferença, Benveniste passa a refletir sobre a função do genitivo-dativo, observando, contudo, que ele não vai se deter em seu emprego na determinação nominal (*manā pitā*, “mon père” [meu pai]) (Benveniste, 1995, p. 195). Ou seja, por este exemplo, vemos que *manā*, cuja forma casual é o genitivo-dativo, pode igualmente exercer o papel de determinante nominal, o que se verifica, na tradução, pela presença do pronome “mon” [meu]. Este emprego não interessa a Benveniste. O que lhe interessa são os empregos em que o genitivo-dativo, “com uma forma de [“être”³⁷], serve para denotar o predicado

³⁷Como dito, guardamos o termo “être” em francês.

de posse” (Benveniste, 1995, p. 195).

Nos exemplos do antigo persa mencionados pelo autor após esta afirmação, não é fácil compreender qual é a forma em “être”, nem qual termo se apresenta no genitivo-dativo; não é fácil, portanto, compreender como se exprime a relação de posse. Na continuidade do artigo, porém, e se compararmos as explicações ora dadas com aquelas observadas em “Être” e “Avoir” em *suas funções linguísticas*, percebe-se com mais clareza o que está em jogo.

Começamos mencionando a passagem em que Benveniste, no artigo *A construção passiva do perfeito transitivo*, recupera Meillet para afirmar que “as línguas indo-européias por muito tempo só conheceram a forma *est mihi aliquid* [= “algo existe para mim”]³⁸ para exprimir a relação de posse, e que o verbo [“avoir”] “ter” é de aquisição recente em toda a parte. O antigo persa conforma-se com o uso antigo dizendo **manā pussa³⁹ astiy*, “mihi filius est”, para significar “tenho um filho”” (Benveniste, 1995, p. 196).

Com esta referência a Meillet, inicia-se a explicação de Benveniste sobre o perfeito. Em primeiro lugar, Benveniste observa que a construção **manā pussa astiy* é possessiva. Note-se que, neste exemplo, temos a forma *manā*, no genitivo-dativo, seguida do nome *pussa*, traduzido por “filius” [filho], o que significa que *astiy* se refere à forma “être”. Ao comentá-lo, Benveniste faz uso da expressão em latim *mihi est*, tal como Meillet: *mihi filius est*.

Se lermos *mihi filius est* exclusivamente como “habeo filium”, i.e. como *tenho um filho*, perde-se uma parte fundamental do raciocínio que nos permite compreender a sutileza da relação de posse que aí se elabora. Na leitura que fazemos, *mihi filius est* significa, antes, que “(um) filho existe (para mim), (um) filho de mim é”. Essa interpretação é perfeitamente possível se considerarmos o que é dito por Benveniste no artigo “Être” e “Avoir” em *suas funções linguísticas* (1960) e que ora retomamos antes de prosseguir com a nossa explicação.

³⁸A tradução em colchetes está na edição brasileira. Decidimos mantê-la, pois, pelo que compreendemos do artigo “Être” e “Avoir” em *suas funções linguísticas*, “mihi est” denota uma existência. Voltamos a essa questão adiante.

³⁹No original, há nesta forma, sob *ss*, o sinal gráfico. Por impossibilidade de inseri-lo, sublinhamos o *ss*.

Neste artigo, Benveniste explica porque, ao se falar do verbo “être”, deve-se “precisar se se trata da noção gramatical [cópula] ou da noção lexical” (1995, p. 205). E prossegue:

Há, de fato, uma noção lexical cuja expressão verbal é tão autêntica, tão antiga quanto qualquer outra (...). É necessário, apenas, devolver-lhe a sua realidade e a sua autonomia. No indo-europeu, esse lexema é representado por **es-*, que será melhor evitar traduzir por “être”, para não perpetuar a confusão da qual tentamos sair. O seu sentido é “ter existência, [se encontrar na realidade]”, e essa “existência”, essa “realidade” se definem como o que é autêntico, consistente, verdadeiro (Benveniste, 1995, p. 205, *tradução nossa entre colchetes*).

Focalizamo-nos particularmente na noção lexical própria a esta forma “être”, distinta, aliás, da de cópula, “marca gramatical de identidade” (Benveniste, 1995, p. 204): “não há nenhuma relação de natureza nem de necessidade entre uma noção verbal “**existir, estar realmente aí**” e a função de “cópula”” (Benveniste, 1995, p. 206, *grifos nossos*). Logo, a noção lexical à qual Benveniste se refere e que, no indo-europeu, se representa por **es*, define-se, semanticamente, por “ter existência”; na leitura que fazemos, diríamos mais: define-se pelo que *existe verdadeiramente, de fato*.

Benveniste acrescenta que, na maioria das línguas indo-europeias, observa-se, contudo:

(...) a generalização de **es-* tanto na função de cópula como na de verbo de existência. A distinção está para sempre abolida. O estado é, então, o do francês atual em que se pode dizer tanto *cela est*, “isso existe”, como *cela est bon*, “isso é bom”, sem que *être* e *exister* se delimitem mutuamente. (...) Chega-se assim a dar um suporte lexical ao que era apenas uma relação gramatical, e “être” se torna um lexema, susceptível tanto de enunciar a existência como de afirmar a identidade. (Benveniste, 1995, p. 205).

Interessa-nos, no que foi dito, precisar que há, “[n]a história par-

ticular das diversas línguas indo-européias”, em que *es- talvez tenha sido substituído, lexemas que “conserva[m] o mesmo sentido” (Benveniste, 1995, p. 205).

Ainda no mesmo artigo, ao abordar, desta vez, o lexema “avoir”, Benveniste observa ser este, nas línguas indo-europeias:

(...) uma aquisição tardia, que levou muito tempo para impor-se e que permanece parcial. A expressão mais corrente da relação indicada nas nossas línguas por *avoir* enuncia-se ao inverso – por *être-à*, “ser-de” – constituindo em sujeito o que é o objeto gramatical de um verbo *avoir*. Por exemplo, *kāna l-*, “ser-de”, representa em árabe a única equivalência possível de *avoir*. Essa é a situação na maioria das línguas. (Benveniste, 1995, p. 213)

Exemplos numerosos, em diferentes línguas, reafirmam esta afirmação:

(...) em turco se constrói, com um pronome sufixado, um predicado de existência, *var* (...); assim *bir ev-im var*, “Uma (*bir*) casa-minha (*ev-vim*) é [existe]; [j’]ai une maison] = tenho uma casa”; (...) “em ewe (Togo), (...) com o verbo *le*, [“être, exister”], *asi*, “na mão”: *ga le asi-nye*, “dinheiro (*ga*) é [existe] na minha (-nye) mão, [j’]ai de l’argent] = tenho dinheiro”. Em vai (Libéria), em que a posse deve ser especificada como alienável ou inalienável, há duas expressões: de um lado, *nkuñ?be*, “a minha (*ñ*) cabeça (*kuñ*) existe (*?be*), [j’]ai une tête] = tenho uma cabeça, do outro, *ken ?be m’bolo*, “casa (*ken*) existe na minha mão (*m’bolo*), [j’]ai une Maison] = tenho uma casa. (Benveniste, 1995, p. 213-214).

Em suma, com esta aparente digressão, procuramos evidenciar que, em diferentes línguas, há uma noção manifestada por formas diversas que remete ao que “existe, está realmente aí”, a ser referida em termos de “être-à” [“ser-de”] por Benveniste e que teria dado origem ao “avoir” [ter], quando isto de fato ocorreu. Nos exemplos mencionados, Benveniste fala de um “predicado de existência” em turco, o que mostra que o “é” do exemplo “Uma (*bir*) casa-minha (*ev-vim*) é” refere-se a

“Uma (*bir*) casa-minha (*ev-vim*) existe”. Ou seja, predica-se a existência de “uma casa” para mim, o que nos levou a colocar entre colchetes [existe] na citação. Explicar o enunciado por meio de “tenho uma casa”, se ajuda na interpretação, oculta a operação que aí se manifesta e que faz com que “être-à” [“ser-de”] não seja exatamente equivalente a “avoir”, i.e. oculta a operação na qual se elabora a existência de algo. Notemos que em ewe (Togo), Benveniste traduz o verbo “le” por “être, exister”, levando-nos a pensar que “dinheiro existe para mim, na minha mão”; já em vai (Libéria), o autor refere-se diretamente a “existir”: “a minha (*ñ*) cabeça (*kuñ*) existe (*?be*)”, “*ken ?be m’bolo*, “casa (*ken*) existe na minha mão (*m’bolo*)”.

Isso permite melhor compreender porque Benveniste afirma ser “muito fácil para qualquer um verificar, em qualquer domínio lingüístico, a predominância do tipo “mihi est” sobre o tipo “habeo”” (Benveniste, 1995, p. 214), ou seja, a predominância do tipo “être-à” [“ser-de”], nas diferentes formas que recebeu nas línguas: “(...) [s]e há uma expressão normal dessa relação, é “*mihi est aliquid*” (Benveniste, 1995, p. 214), o que, para nós, deve ser entendido como a predicação de existência de algo – existe algo – para mim.

De volta ao artigo *A construção passiva do perfeito transitivo*, podemos dar continuidade à reflexão iniciada com **manā pussa astiy*, enunciado traduzido por Benveniste pela construção *mihi filius est*, assim comentada por nós: “(um) filho existe (para mim), (um) filho de mim é”.

Disto resulta, diz Benveniste, a explicação do perfeito: observam-se “duas construções exatamente superponíveis, uma possessiva **manā pussa astiy*, a outra de perfeito, *manā krtam astiy*. Esse completo paralelismo revela o sentido do perfeito persa, que é *possessivo*” (Benveniste, 1995, p. 196).

Se aplicarmos o mesmo raciocínio, isso significa que o enunciado *manā krtam astiy*, em que se tem *manā* no genitivo-dativo, *krtam*, forma do perfeito e *astiy*, forma de “être”, deve ser entendido como “mihi factum est”, o que pode glosado por “o fato existe para mim, o fato é de mim”⁴⁰. Como diz Benveniste, “[a] similitude das expressões

⁴⁰Em Ernout e Tomas (1964), obra sobre a sintaxe latina, os autores observam que o dativo exprime a atribuição, i.e. “a quem algo é dado, dito, enviado, levado (...)” (p.

evidencia-se assim que as superpomos” (Benveniste, 1995, p. 196), superposição cuja leitura, para nós, seria:

**manā pussa astiy*, “mihi filius est” = o filho existe para mim (de mim é)
manā krtam astiy, “mihi factum est” = o fato existe para mim (de mim é)

Resta refletir sobre a relação de posse aqui elaborada. Benveniste não a explica, mas é categórico ao afirmar, no artigo “*Être*” e “*Avoir*” em suas funções linguísticas, que o tipo “mihi est”, referido por “être-à” [“ser-de”], “não é absolutamente idêntico à locução francesa *être à* em *Ce livre est à moi*, “este livro é meu”” (Benveniste, 1995, 214).

Pela discussão efetuada, a relação de posse, tal como ela se encontra descrita por meio de diferentes exemplos e comentários por parte do autor sobre estes mesmos exemplos, constrói ou elabora a existência de algo, ou seja, predica a existência de algo espacotemporalmente. Na hipótese que fazemos, esta predicação de existência, ao exprimir que algo adquire existência para o sujeito, exprime igualmente que este algo lhe diz respeito: o sujeito está de posse de algo, posto que este algo adquiriu existência para ele. Sem dúvida, há aqui uma relação bem diferente da de pertencimento, uma vez que, nesta relação, não há predicação de existência: parte-se de algo cuja existência é pré-construída para exprimir que aquilo pertence ao sujeito⁴¹.

Retomemos, agora, o exemplo *ima tya manā krtam*, cuja tradução não foi inicialmente feita. Como dissemos, têm-se, nesta construção, *manā*, pronome sujeito (“eu”) no genitivo-dativo, e *krtam*, forma

62) ou a pessoa em prol de quem a ação é feita, entre outras possibilidades. No exemplo que nos interessa, “o algo que existe” poderia ser visto, então, como *atribuído*, *dado* ao sujeito. Evidentemente, fazemos essa suposição a partir do que é dito sobre a língua latina, sem nos esquecer que a língua analisada por Benveniste é o antigo persa.
⁴¹A expressão “être à”, sem hífen, relacionada à relação de pertencimento, pede sempre, na língua francesa, um sujeito determinado. Como explica Benveniste (1995, p. 214), não se diz “un livre est à moi”, mas “ce livre est à moi”, o que atesta uma existência discursiva prévia a respeito de “livro”. Observemos, contudo, que a explicação dada pelo autor ao tratar da relação instituída por “avoir” carece de maiores esclarecimentos, uma vez que Benveniste sustenta que “j’ai ce livre” [Eu tenho este livro] teria uma fraca possibilidade de emprego, o que não é verdade; podemos facil-

no perfeito de “fazer”. Benveniste o traduz por “voilà ce que j’ai fait”.

Ora, se pensarmos, por sua vez, na tradução em língua portuguesa a partir da tradução do francês, teríamos “eis o que eu fiz”, tal como se observa na edição brasileira, que não auxilia muito na compreensão do fenômeno, se nela permanecermos. Queremos crer que o raciocínio por nós desenvolvido permite compreender que, por traz de “j’ai fait” [eu fiz], há a predicação de existência de um “feito” do qual estou de posse no momento em que o exprimo: “o feito existe para mim, de mim é”. O “eis o que”, inclusive, constrói a representação de algo que se apresenta na situação e ao qual se refere o “feito”.

3. Conclusão

“A interpretação do perfeito persa encontra-se transformada. (...). Podemos ter como assente que a pretendida construção “passiva” do perfeito transitivo nasceu de uma interpretação errônea dos testemunhos persas” (Benveniste, 1995, p. 197). Com essa afirmação, Benveniste dá por encerrada a discussão sobre o antigo persa, antes de passar à análise do que ocorre em outras línguas. E, mais adiante, conclui assim o seu artigo:

O essencial está em ver bem a importância dessa expressão possessiva no perfeito e a variedade das formas nas quais pode manifestar-se – ou dissimular-se. O fato de que essa construção possessiva tenha sido, por tanto tempo, interpretada como “passiva” é a prova das dificuldades que freqüentemente se enfrentam ao julgar uma língua por ela mesma sem a transpor para os quadros de uma estrutura familiar. A combinação de uma forma de [“être”] com o particípio passado e a forma do sujeito num caso indireto caracterizam a expressão passiva nas línguas da maioria dos linguistas; o perfeito, pelo fato de enunciar-se com a ajuda dos mesmos elementos, foi imediatamente considerado como passivo. Não é somente na análise fonemática que o linguista deve saber desligar-se dos esquemas que lhe são impostos

mente dizer “J’ai ce livre depuis mes 14 ans” [Tenho este livro desde os 14 anos]). A nosso ver, há outra questão que envolve a determinação com “avoir”, mas que não será aqui abordada por fugir do escopo da discussão.

pelos seus próprios hábitos linguísticos. (Benveniste, 1995, p. 203)

A importância de se revisitar o que faz o perfeito se mantém, para nós, atual, considerando-se, desta vez, qual o seu papel no sistema verbal do português brasileiro. A problemática levantada por Benveniste há, ainda, muito a nos dizer.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2^e Éd. Paris: Klincksieck, 1964.

A PROBLEMÁTICA EM TORNO DA TRADUÇÃO DE AGENCIAMENTO NA TERMINOLOGIA DE ÉMILE BENVENISTE

Daniel Costa da Silva (UFRGS)
utopiste@hotmail.com

1. Introdução

Neste estudo, de caráter conceitual, busco destacar as dificuldades de se traduzir as palavras *agencement* e *agencer*, propondo uma discussão a respeito de como pode ser entendida uma noção de “agenciamento” dentro da teoria do linguista Émile Benveniste. Isso significa ver as perspectivas teóricas que estão por trás da escolha de determinado vocábulo.

A partir do ponto de vista de um tradutor, busco não apenas apontar as dificuldades de tradução impostas pela palavra *agencement*, mas, sobretudo, colocar que já é possível vislumbrar um tipo de crítica que a tradução dessa palavra pode receber; uma crítica apressada, que salienta a – indesejável – falta de consistência terminológica na tradução da noção. Falo, aqui, então, na condição de tradutor e tento simplesmente trazer uma reflexão. Não pretendo colocar um ponto final na discussão, mas sim instigar um diálogo contínuo sobre os desafios impostos pela prática tradutória.

Apesar de trazer, para este estudo, exemplos dos dois volumes do livro *Problemas de Linguística Geral*, de Benveniste⁴², não pretendo fazer uma revisão das traduções já existentes. Quero apenas refletir sobre a tradução da obra no presente, projetando suas implicações para o futuro. Além disso, trata-se de um ponto de vista prático em relação à

⁴²As edições brasileiras de *Problemas de Linguística Geral*, de Émile Benveniste serão, aqui, referidas conforme o seguinte sistema: sigla da obra (*PLG*), indicação do volume (*I ou II*) e indicação da página. Já as edições originais, em francês, da obra serão, aqui, referidas da seguinte maneira: sigla da obra (*PLG*), indicação do volume (*1 ou 2*) e indicação da página

tradução. O que significa dizer que, neste estudo, não trago teóricos da tradução para discutir a questão, apenas me baseio na experiência de já ter traduzido textos de linguística, em geral, e – com o devido destaque – textos do próprio Benveniste.

Na seção seguinte, passo a apresentar o problema.

2. O problema da tradução de *agencement* em Benveniste

A partir de agora, a tradução da palavra “agenciamento” deixa de ser uma problemática e um tema de pesquisa e se transforma em um verdadeiro problema, uma questão a ser resolvida, uma dificuldade a ser superada.

É comum o tradutor estar diante, não apenas de duas, mas de várias possibilidades para traduzir a mesma palavra. Ele, então, refina seu texto, escolhendo a palavra que acredita ser a mais apropriada. Acontece que, em relação à tradução de *agencement*, o tradutor está diante de opções *muito díspares* e que terão efeitos *muito diferentes*.

A primeira opção é traduzir *agencement* por “organização”. Neste caso, “organização” é uma palavra que passa despercebida, isto é, passa sem chamar a atenção do leitor brasileiro. A segunda opção é traduzir *agencement* por “agenciamento”; ao fazer isso, o tradutor chama atenção, pois atrai o olhar do leitor para uma palavra – agenciamento – que não é tão comum quanto “organização”.

Essas duas opções de tradução refletem, hoje, de certo modo, um posicionamento teórico em relação à teoria de Benveniste.

Ao se considerar *agencement* como um termo dentro da teoria de Benveniste, a escolha será, geralmente, por “agenciamento”. Neste caso, há a exigência pela consistência terminológica, ou seja, uma vez traduzido assim, o termo deve ser sempre traduzido da mesma forma. Ao se tratar *agencement* como uma palavra comum da língua, a escolha será por “organização” ou qualquer outro sinônimo, como, por exemplo, “arranjo”. (E, aqui, não cabe conjecturar se os tradutores dos dois volumes do PLG tinham ou não consciência disso na época em que traduziram seus textos. Busco ver o que a escolha por cada uma dessas palavras resultou concretamente em relação à teoria de Benveniste).

Este problema – o de estar diante de duas opções tão díspares –

é, ao mesmo tempo, insolúvel, ou seja, não tem solução, e solucionável, pois é sempre, invariavelmente, solucionado. O problema se resolve com a tradução. A solução para tudo isso se dá pela habilidade do tradutor em selecionar a opção que, para ele, é a mais apropriada. Assim, ao optar por uma tradução específica, o problema está resolvido.

Poderia surgir a seguinte questão: como se trata de um termo complicado de se traduzir, não seria o caso de colocarmos uma nota de tradutor, explicando a noção e os diferentes resultados que pode trazer? Esta seria uma outra maneira de resolver o problema. Não significa que isso seria mais correto ou menos correto. Seria simplesmente outra maneira. Lembro que essa opção – a saber, a de colocar uma nota de rodapé na tradução de *agencement* – não foi escolhida pelos tradutores dos PLG. O que não significa que isso não possa ser feito daqui para frente.

Não é pelo fato de resolver o problema que isso deixa de ser um problema, pois as duas opções permanecerão, salvo alguma mudança brusca na configuração da teoria de Benveniste, à disposição do tradutor. Da mesma forma, não é pelo fato de que isso permanecerá sendo um problema que não possa ser resolvido novamente.

A seguir, então, passo a ver como os tradutores dos dois volumes dos PLG resolveram esse “problema”. Um real problema visto a partir de hoje.

3. As soluções para a tradução de *agencement* em Benveniste

Revedo os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*⁴³ e buscando as ocorrências de *agencement* e de *agencer* (e de suas formas derivadas) no texto original, assim como as de “agenciamento” e do verbo “agenciar” no texto traduzido; fazendo um cotejamento entre tais ocorrências, constatei que *agencement* resulta em três formas distintas em português: *agenciamento*, *organização* e *arranjo*. Há ainda uma ocorrência de *agenciamento* no texto traduzido que, no original, se verifica como palavra correspondente *assemblage*. O verbo *agencer*, por sua vez, resulta em quatro formas na tradução: *agenciar*, *arrumar*, *ar-*

⁴³Para fins deste trabalho, este é basicamente o corpus de estudo

ranjar e organizar. E, assim como no caso anterior, também encontrei uma ocorrência do verbo “agenciar” que, no texto original, corresponde a *appeller*.

Nos artigos de *Problemas de Linguística Geral I*, traduzidos por Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri, não encontrei a opção de traduzir *agencement* por “agenciamento”, as ocorrências de *agencement* no texto original são traduzidas invariavelmente por “organização”.

Assim, por exemplo, no capítulo 21, “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, há duas ocorrências de *agencement* no texto original e ambas são traduzidas por “organização”. (cf. PLG I: 285 e 290). No capítulo 2, “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, texto escrito em 1962 e publicado em 1963, há a mesma opção tradutória:

On élabore ainsi une théorie de la langue comme système de signes et comme agencement d’unités hiérarchisées. (PLG I: 21)⁴⁴.

Elabora-se assim uma teoria da língua como sistema de signos e como **organização** de unidades hierarquizadas. (PLG I: 23).

Porém, o exemplo mais emblemático – e que ilustra bem a preferência das tradutoras Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri pelo vocábulo “organização” – está no artigo “Observações sobre a função da linguagem na descoberta Freudiana”, de 1956:

L’organisation sémantique de la langue n’échappe pas à ce caractère systématique. C’est que la langue est instrument à agencer le monde et la société, elle s’applique à un monde considéré comme « réel » et reflète un monde « réel ». (PLG I: 82).

A **organização** semântica da língua não escapa a esse caráter sistemático. Por ser a língua um instrumento de **organização** do mundo e da sociedade, aplica-se a um mundo considerado como “real” e reflete um mundo “real”. (PLG I: 88).

Destaco, aqui, além da tradução do vocábulo *agencer*, o fato de que nem a ocorrência imediatamente anterior da palavra *organisation* inibiu as tradutoras de escolherem a mesma palavra “organização” para traduzir *agencer*.

Já para o caso de *Problemas de Linguística Geral II*, três textos merecem destaque; e cada um deles apresenta um tradutor diferente.

Rosa Attié Figueira é a tradutora de “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, artigo de 1968. Neste texto, encontram-se três opções para a tradução do verbo *agencer*: “arranjar”, “arrumar” e “agenciar”. Ao fazer referência a “classes sociais”, há a opção por “agenciar”: “é o sistema das classes sociais que é **agenciado** pelas funções de produção”. (PLG II: 95); quando trata de signos, a opção é por “arranjar” e “arrumar”. Isso, de certa forma, pode ser apontado como algo distintivo.

Há, pois, duas ocorrências consecutivas de *agencer* que são traduzidas por “arranjar”, em: “**arranjar** esses signos de maneira significante”. (PLG II: 99). E, na sequência, aparece a única ocorrência em que há a tradução de *agencer* por “arrumar”: “todo um repertório de termos específicos e também maneiras específicas de **arrumá-lo**”. (PLG II: 102). E, assim como *agencer* foi traduzido por “arranjar”, *agencement* é traduzido por “arranjo”:

La langue peut être envisagée à l’intérieur de la société comme un système productif: elle produit du sens, grâce à sa composition qui est entièrement une composition de signification et grâce au code qui conditionne cet agencement. (PLG 2: 100).

A língua pode ser encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este **arranjo**. (PLG II: 103).

Agora, passo ao texto “A forma e o sentido na linguagem”, de 1966/1967, traduzido por João Wanderley Geraldi. É possível levantar a hipótese de que foi a partir da leitura deste artigo – “A forma e o sentido na linguagem” – que se instituiu “agenciamento” como sendo

⁴⁴Todos os grifos, destacando os vocábulos em questão, são meus.

um termo dentro da teoria benvenistiana. É possível ver que há, na tradução do artigo, uma preferência deliberada por “agenciamento” em detrimento de outros vocábulos. São três páginas de texto (da página 230 até a página 232) decisivas; pois há, em português, cinco ocorrências de “agenciamento” ou “agenciar”, enquanto, no texto original, nas mesmas três páginas, há apenas duas ocorrências; como se vê a seguir:

Le sens de la phrase est en effet l'idée qu'elle exprime ; ce sens est réalisé formellement dans la langue, par le choix, l'agencement des mots, par leur organisation syntaxique, par l'action qu'ils exercent les uns sur les autres. (...) Que l'idée ne trouve forme que dans un agencement syntagmatique, c'est là une condition première, inhérente au langage. (PLG 2: 225-226).

O sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo **agenciamento** de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. (...) Que a idéia só encontre forma num **agenciamento** sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem. (PLG II: 230-231).

Na sequência, Benveniste já não usa *agencement*, nem o verbo *agencer*. Porém, a opção do tradutor continua sendo por “agenciar” e “agenciamento”, como se vê nos dois trechos abaixo:

A partir de l'idée chaque fois particulière, le locuteur assemble des mots qui dans cet emploi ont un « sens » particulier. (PLG 2: 226).

A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor **agencia** palavras que neste emprego tem um “sentido” particular. (PLG II: 231).

l'idée doit subir la contrainte des lois de leur assemblage ; il y a, ici, nécessairement, un mélange subtil de liberté dans l'énoncé de l'idée, de contrainte dans la forme de cet énoncé (...). Le procès de l'auxiliation dans le verbe illustre bien cette trans-

formation que les conditions d'emploi peuvent produire dans le sens même des mots appelés à une syntagmation étroite. Ainsi le « sens » de la phrase est dans la totalité de l'idée perçue par une compréhension globale. (PLG 2: 227-228).

a idéia deve sofrer a restrição de leis de seu **agenciamento**; há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da idéia e de restrição na forma deste enunciado (...). O processo da auxiliação no verbo ilustra bem esta transformação que as condições de emprego podem produzir no sentido mesmo das palavras **agenciadas** pela sintagmatização. Assim, o “sentido” da frase está na totalidade da idéia percebida por uma compreensão global. (PLG II: 232)⁴⁵.

Essa é uma postura que vê “agenciamento” como sendo o termo mais importante, em que outros vocábulos, como *assemblage* e *appeller* são tratados apenas como “variantes do termo”.

Lembremos que Eduardo Guimarães não é apenas tradutor das duas entrevistas que abrem o PLG II, mas também é revisor técnico da tradução, ou seja, é responsável pelo cuidado com os termos de Benveniste.

Eduardo Guimarães traduz todas as ocorrências de *agencement* e de *agencer* por “agenciamento” e “agenciar”. E uma resposta de Benveniste – dada na entrevista intitulada “Esta linguagem que faz a história”, em 1968 – é interessante ser comparada com aquilo que acabamos de ver no texto “A forma e o sentido na linguagem”. A seguir, a resposta de Benveniste:

Nous faisons deux choses quand nous parlons: nous agençons des mots, tous les éléments de ces agencements représentent chacun un choix entre plusieurs possibilités (...).

Toutes les fois que vous avez ces possibilités, vous construisez une structure. La société est une structure: nous y trouvons des éléments dans un certain agencement. (PLG 2: 32-33).

⁴⁵É preciso lembrar que, na página anterior, o tradutor escolhe traduzir *assemblage* por junção em: “o sentido que resulta da junção de palavras”. (PLG II: 231)

Nós fazemos duas coisas quando falamos: **agenciamos** palavras, todos os elementos destes **agenciamentos** representam, cada um, uma escolha entre várias possibilidades (...).

Todas as vezes que o senhor tem estas possibilidades, o senhor constrói uma estrutura. A sociedade é uma estrutura: encontramos nela os elementos em um certo **agenciamento**. (PLG II: 32-33).

Destaco, aqui, a semelhança nas construções “*le locuteur assemble des mots*”, traduzida por “o locutor **agencia** palavras”, do artigo, e “*nous agencions des mots*”, traduzida por “**agenciamos** palavras”, da entrevista. A opção por se traduzir *assembler* por “agenciar” no artigo “A forma e o sentido na linguagem” pode ser explicada pela própria “substituição” – se é que se pode chamar isso de uma substituição – feita por Benveniste na entrevista, quando ele usa, então, o verbo *agencer*.

Independentemente da explicação que se dê para a tradução de *assembler* por “agenciar”, o que fica nítido é que, neste caso, “agenciamento” é considerado como sendo um termo – bem importante – dentro da teoria de Benveniste.

4. Conclusão

Não importa se os tradutores, na época, tinham ou não consciência de toda a problemática apresentada neste estudo. É indiferente se eles sabiam ou não as consequências de se traduzir *agencement* por “agenciamento”; tampouco importa se fizeram isso deliberadamente. O que nos importa, aqui, é que especificamente essa tradução deu origem a um termo dentro da teoria benvenistiana. Importa saber que essas diferentes opções – que, conscientemente ou de forma acidental, os tradutores dos PLG fizeram – refletem, hoje, de certa forma, distintas perspectivas teóricas.

O curioso, aqui, é que ambas as perspectivas concordam com um mesmo tipo de crítica a ser feita em relação às traduções dos PLG. Aqueles que entendem que *agencement* é um termo em Benveniste – e que, por isso, deva ser traduzido por “agenciamento” – vão cobrar, na tradução, uma consistência terminológica, ou seja, vão cobrar que o

termo seja traduzido da mesma maneira, do início ao fim do texto.

Aqueles que entendem que *agencement* não é um termo – isto é, se trata apenas de uma palavra comum – também vão cobrar certa consistência na escolha, qual seja, vão exigir que *agencement* não seja traduzido – nunca – por “agenciamento”, pois veem nisso a criação de um termo que não existe originalmente em Benveniste. Porém, esse tipo de crítica é o menos embasado e o menos criterioso, pois não leva em consideração caso a caso, ou melhor, parágrafo por parágrafo.

Eu me abstive de julgar as escolhas feitas pelos tradutores dos PLG – tentando apenas apontar para aquilo que resultou dessas escolhas – justamente porque tais julgamentos iriam apenas refletir uma opinião pessoal; além disso, iriam apenas refletir uma opinião *de momento*; pois em um futuro, talvez bem próximo, eu possivelmente mudaria de opinião.

Para aqueles que consideram *agencement* como um termo dentro da teoria de Benveniste, cabe a seguinte reflexão: digamos, em uma hipótese, que Benveniste tenha dado um exemplo de língua comum. Nesse exemplo, surge a palavra *agencement*. Para ilustrar, trago, aqui, um exemplo de um dicionário de língua: “*un appartement bien agencé*” [“um apartamento bem **organizado**”]. Salvo engano, não parece ser adequado traduzir *agencé*, neste caso, por “agenciado”. O sentido de “organizado”, “arrumado”, é bastante nítido. Neste caso específico – de um exemplo de língua comum dentro de um texto de Benveniste – manteríamos a opção por “agenciado” em detrimento de “organizado”?

Para aqueles que **não** consideram *agencement* como um termo dentro da teoria do autor, cabe a seguinte reflexão: não haveria qualquer especificidade em *agencement* que justificasse a escolha feita por Benveniste por esse vocábulo, quando ele poderia simplesmente usar o verbo *organisation*? Ou, dito de outro modo, não haveria uma diferença entre o uso de *organisation* e *agencement* em Benveniste?

Caso se admita que, sim, há uma diferença entre esses usos e que *agencement* tem algo de especial; e caso se admita que, sim, há contextos em que – mesmo entendendo *agencement* como um termo em Benveniste – a opção por “um apartamento bem **organizado**” é mais apropriada, isso abre um precedente, a saber, cada contexto deve ser visto e traduzido de forma particular.

Disse, até aqui, que há duas opções de tradução para o caso de agenciamento. Na verdade, são três opções, pois há uma alternativa intermediária entre considerar *agencement* como termo e considerar como um não-termo.

Trata-se de considerar *agencement* como uma palavra especial, não necessariamente como um termo. Isso se deve à maneira como se explica a singularidade de *agencer* e de *agencement*. É possível explicar essa singularidade, esse caráter especial da palavra, por estar ligada à teoria de Benveniste, isto é, ligada à reflexão linguística do autor. E é isso que vai caracterizar *agencement* como um termo. No entanto, também é possível explicar essa singularidade, esse caráter especial da palavra, sem ligar isso a sua teoria linguística. Neste caso, trata-se de uma palavra especial, não necessariamente um termo. E esse caráter especial se deve, às vezes, somente ao uso frequente da expressão dentro dos textos de Benveniste.

Para finalizar, cabe dizer aos leitores de Benveniste, até mesmo aos especialistas, que o entendimento e a interpretação de termos como “agenciamento” podem variar conforme a abordagem adotada. Tranquilizar a todos é essencial, pois ninguém precisa se sentir compelido a tomar uma decisão definitiva. A partir do momento em que se sabe que há várias interpretações para este mesmo termo “agenciamento” já se sabe o suficiente sobre a questão.

Somente um tradutor, quando estiver diante de um trecho em que aparece, no original, em francês, a palavra *agencement* ou verbo *agencer* se sentirá obrigado a tomar uma decisão, pois será convidado novamente a solucionar este problema.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 1*. Paris: Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de:

Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

AS LÍNGUAS DE BENVENISTE: UM INVENTÁRIO⁴⁶

Sara Luiza Hoff (UFRGS)
saraluzahoff@gmail.com

1. Benveniste, um linguista das línguas

Com frequência, Émile Benveniste é caracterizado com o epíteto que lhe foi conferido por Barthes no texto “Por que gosto de Benveniste”: diz-se que ele é “um linguista das línguas” (Barthes, 2012 [1974], p. 211, grifo do autor). No entanto, apesar de Benveniste ser reconhecido como um linguista das línguas, pouco se sabe sobre *quantas* e quais são elas.

Alguns estudiosos apontam para a quantidade de línguas citadas por Benveniste: Flores (2013, p. 72) diz que “há textos de Benveniste nos quais são citadas mais de 15 línguas”. Já Nunes (2011) afirma que os exemplos dos dois volumes dos *Problemas de linguística geral* (PLG) incluem mais de 50 línguas, mencionando “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, em que 9 línguas são referidas em uma única página. Sungdo Kim (1997) fornece uma cifra mais específica, porém apenas tangencialmente: ele afirma que, nos PLGs, Benveniste trabalha com 114 línguas, sem, porém, listá-las ou explicar como chegou a esse número.

Não há, portanto, até onde eu saiba, nenhuma pesquisa que se dedique especificamente a fazer um inventário detalhado das línguas utilizadas por Benveniste na sua vasta produção, o que este trabalho objetiva fazer, refletindo, por meio disso, sobre a presença da diversidade das línguas nas teorizações do linguista.

2. Premissas metodológicas

Tendo em vista tal objetivo, estabeleci, como *corpus* de pesqui-

⁴⁶Este artigo apresenta um recorte de considerações feitas em minha tese de doutorado, intitulada “*Mas guardemos isso: não há língua má*”: *as línguas na teoria da linguagem de Benveniste* (Hoff, 2023).

sa para o trabalho, a obra acessível de Benveniste, entendida como a maior parte possível dos livros⁴⁷ publicados pelo linguista, respeitando circunscrições temporais e questões práticas relacionadas ao acesso ao material (dificultado por fatores geográficos, com a distância do local de publicação original, e facilitado pela Internet, que possibilita acesso a materiais não disponíveis no Brasil).

Assim, 11 obras compõem o *corpus*: *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1935); *Textes sogdiens* (1940); *Vessantara Jātaka* (1946); *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen* (1948); *Études sur la langue ossète* (1959); *Hittite et indo-européen* (1962); *Problèmes de linguistique générale, 1* (1966); *Titres et noms propres en iranien ancien* (1966); *Le vocabulaire des institutions indo-européennes, 1 e 2* (1969); *Problèmes de linguistique générale, 2* (1974) e *Langues, cultures, religions* (2015). Embora o *corpus* não contemple todos os livros de Benveniste (8 dos 18 livros mencionados por Moïnfar (1975) não foram consultados), a sua amplitude temporal e a sua variedade parecem fornecer uma ilustração bastante representativa da obra de Benveniste.

Visando a uniformização dos dados coletados, procedeu-se à leitura das obras em francês. Os dados – todas as instâncias em que são mencionadas línguas – foram organizados em quadros, que registram o nome da língua, a(s) página(s) em que ocorre a menção, a forma como as línguas são abordadas e eventuais observações importantes⁴⁸.

3. As línguas de Benveniste

A coleta de dados evidenciou a presença de 470 línguas na obra acessível de Benveniste. A lista produzida vai literalmente de A a Z, iniciando-se (em português) com o abházio – língua caucasiana do Noroeste falada na República da Abkhazia, na Geórgia (Hewitt, 2009) – e encerrando com o zuñi – uma língua isolada falada por um povo origi-

⁴⁷Por limitações temporais e dificuldades de acesso, excluíram-se do *corpus* artigos, resenhas e manuscritos.

⁴⁸O material completo referente à coleta de dados está disponível para *download* no link: https://drive.google.com/drive/folders/1XL0oxER4WOCbWidtp6hpyYzx16fb0VY2?usp=share_link.

nário do estado do Novo México, nos Estados Unidos (Dalby, 2006).

Esses três dados – quantidade total de línguas e a primeira e a última língua – dão indícios da pluralidade associada à utilização das línguas por Benveniste. Além do número total de línguas ser vultoso, também se percebe a extensão geográfica e tipológica do inventário. Sendo Benveniste conhecido por ser um especialista em indo-europeu e, especialmente, em iraniano, é, de certo modo, surpreendente que a listagem principie e termine com línguas de outras famílias. Nota-se, assim, que a diversidade das línguas se estende para fora do domínio de especialidade do linguista. Assim, embora qualificar Benveniste de “eminente iranólogo” (Brunet, 2014, p. 235) e de “grande indo-europeísta” (Kristeva; Milner; Ruwet, 1983, p. 13) não seja errado, é necessário sempre levar em conta que o conhecimento e o interesse do linguista não se restringem a esses campos do saber.

No entanto, é importante ressaltar que essa pluralidade de línguas não equivale à uniformidade; pelo contrário, o modo de comprecimento das diferentes línguas na obra benvenistiana é desigual. Não poderia ser diferente, considerando tanto questões mais amplas – o nível de prestígio das línguas na própria sociedade, por exemplo – e mais particulares – os principais campos de atuação do linguista, como já mencionado. Assim, observa-se que línguas indo-europeias como francês, grego, latim, avéstico, persa antigo e sânscrito são citadas com maior frequência e ênfase, enquanto algumas outras línguas são apenas mencionadas ocasionalmente (é o caso do holandês, mencionado duas vezes, em *Études sur la langue ossète e em Hittite et indo-européen*), senão somente uma vez (como o abdu, que aparece somente no artigo “Une différenciation de vocabulaire dans l’Avesta”, de *Langues, cultures, religions*).

Além disso, ao realizar a coleta dos dados, foi possível notar que, a exemplo das flutuações terminológicas conceituais apontadas por Flores (2013), também se observam certas inconsistências e variações no modo de referência às línguas.

Há, por exemplo, instâncias de diferenças ortográficas. A língua indo-iraniana wakhi, falada no sudeste do Tajiquistão, no Afeganistão e na Caxemira (Dalby, 2006), é referida como “wakhi” em *Études sur la langue ossète* (Benveniste, 1959) e, de forma abreviada, “wakh.” em

Textes sogdiens (Benveniste, 1940); aparece como “waxi” no *Vessantara Jātaka* (Benveniste, 1946); e é abreviada como “vax.” em algumas ocasiões, inclusive no mesmo *Vessantara Jātaka* (Benveniste, 1946). O mesmo ocorre com o acadiano, que figura como “akkadien” e “accadien”: a primeira forma aparece em *Titres et noms propres en iranien ancien* e em *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen* (Benveniste, 1966; 1948); a segunda, no artigo “Une différenciation de vocabulaire dans l’Avesta”, de *Langues, cultures, religions* (Benveniste, 2015 [1931]). A existência de grafias diferentes é natural, já que, muitas vezes, os nomes dados às línguas são transposições aproximadas de sons das próprias línguas, que não são plenamente reproduzíveis com o alfabeto latino.

Também se observa que nem sempre há padronização do modo de mencionar as formas antigas de certas línguas. Por exemplo, no artigo “Les transformations des catégories linguistiques”, Benveniste (1980a [1968], p. 136) fala em “*turc ancien*”, enquanto em “Fondements syntaxiques de la composition nominale” ele cita exemplos em “*vieux turc*” (Benveniste, 1980a [1967], p. 157). Da mesma forma, o que presumo ser a forma mais antiga de latim é qualificada no PLG I de “*latin archaïque*” (Benveniste, 2006a [1960], p. 205), “*latin ancien*” (Benveniste, 2006a [1957-1958], p. 220) e até mesmo “*vieux latin*” (Benveniste, 2006a [1951], p. 321).

Benveniste também faz uso de sinédoques para fazer referência às línguas, usando o nome do grupo, do ramo ou até mesmo da família a que a língua pertence para se referir a ela: por exemplo, ao longo do *Vocabulário das instituições indo-europeias*, há diversas ocorrências de “indiano” e “iraniano” – o primeiro é geralmente utilizado para se referir a formas em sânscrito e em védico, enquanto o segundo diz respeito a termos em avéstico (Benveniste, 1995b [1969]). De modo similar, às vezes o linguista faz uso de circunlóquios para se referir a uma língua, como quando menciona “[...] o vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos” (Benveniste, 2006b [1968], p. 102) para aludir ao latim em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”.

Além disso, nota-se que existem diferenças na forma como as línguas são abordadas ao longo da obra: há instâncias em que línguas são simplesmente mencionadas, quase *en passant*, há línguas de que

são fornecidos exemplos de palavras ou frases estruturas e há passagens em que são apresentadas explicações detalhadas sobre a organização ou sobre alguma particularidade da língua. Uma passagem do *Vocabulário das instituições indo-europeias* ilustra essas flutuações:

O termo **pāter* é muito carregado no uso mitológico. É a qualificação permanente do deus supremo dos indo-europeus. Aparece no vocativo no nome divino *Jupiter*; a forma latina *Jūpiter* saiu de uma fórmula de invocação: **dyeu pāter* “Céu pai!”, que é exatamente recoberto [sic] pelo vocativo grego *Zeû páter* (*Zeû páter*). Ao lado de *Jupiter*, foi conservado o nominativo *Diēspiter*, que corresponde ao védico *dyauh pitā*. Aos testemunhos do latim, do grego e do védico, somam-se o do úmbrio *Iupater* e, finalmente, uma forma menos conhecida, mas interessante, *Deipáturos* (*Δειπάτυρος*), glosada em Hesíquio: *θεὸς παρὰ Στυμφαίους* “deus dos estinfenses”, habitantes de Estinféia, cidade do Épiro. Nessa região do antigo povoamento ilírio, uma parte da herança ilíria se conservou por meio do dório: a forma *Deipáturos* deve ser um vocativo de origem ilíria. A área dessa apelação divina é suficientemente ampla para que se possa remeter o emprego mitológico desse nome do “pai” ao período indo-europeu comum.

Ora, nessa figuração original, está excluída a relação de paternidade física. Estamos fora do parentesco estrito, e **pāter* não pode designar o “pai” no sentido pessoal. Não se passa de uma acepção à outra com tanta facilidade. São duas representações distintas, e, conforme as línguas, elas podem se mostrar irreduzíveis entre si. Para evidenciar essa diferença, voltaremos às observações de um missionário, W. G. Ivens, que relatou sua experiência no Pacífico ocidental. Ao tentar traduzir os Evangelhos para o melanésio, o mais difícil, disse ele, foi verter o *Pater noster*, pois nenhum termo melanésio correspondia à conotação coletiva de *Pai*. “A paternidade nessas línguas é somente uma relação pessoal e individual”; um “pai” universal é inconcebível (Benveniste, 1995b [1969], p. 208-209, grifos do autor).

Percebe-se, nesse excerto, a alternância no modo de referência

às diferentes línguas: do védico, por exemplo, é fornecido apenas um exemplo; do melanésio, não se dá nenhum exemplo, mas fornece-se uma explicação sobre o seu léxico, já o ilírio apenas tem sua existência aludida, sem ser apresentada nenhuma forma específica ou explicação. Assim, Benveniste não usa as línguas de uma só maneira.

4. A diferença: uma noção fundamental

A realização do inventário também demonstrou que a alusão a diferentes formações linguageiras, por Benveniste, nunca é acidental.

O destaque dado a variedades regionais de uma dada língua (os chamados dialetos) ilustra esse fato. O linguista, na verdade, recorre aos “dialetos” para comprovar ou reforçar as questões que lhe interessam. Assim, eles desempenham um papel específico nas investigações, como é possível observar em um exemplo extraído de *Origines de la formation de noms en indo-européen*:

Na formação em -s-, há um novo exemplo em grego. Encontramos, ao lado de **-es-/*-os-*, um grau longo **-ēs-/*-ōs-*, representado pelo tipo em -ώς (lat. *-ōs-*, *-or*; scr. *-ās-*). Isso dá ἠώς (lat. *aurōra*, scr. *uṣāh*, Wackernagel-Debrunner, III, p. 281 ss.), αἰδώς, ἰδρός (Chantraine, p. 422-3), três palavras de gênero animado e oxítonas, de que o scr. *uṣāh* confirma o valor e a acentuação. Por outro lado, isolaremos γέλως e ἔρως, cuja formação é completamente desconhecida. O gênero masculino dessas palavras tem causado mal-entendidos que teríamos evitado considerando três fatos: 1º γέλως e ἔρως são barítonas e têm a raiz vocal -e-, como as neutras; 2º elas flutuam entre várias flexões: ao lado da flexão sigmática, encontramos em Homero uma flexão temática **de origem eólia** (Bechtel, *Griech. Dial.*, I, p. 52), γέλως, γέλω, γέλων, ἔρως, ἔρω, ἔρον e bastante cedo formas dentais γέλωτος ἔρωτός; ao contrário, os substantivos oxítonos ἠώς αἰδώς são mantidos em flexão sigmática sem exceção; ἰδρός também é **exclusivamente sigmático em Homero**; somente mais tarde tomará emprestado o alargamento em -τ-; 3º os derivados de γέλως e ἔρως repousam em um tema em -ας: γελαστός ἔραστός, γελαστής ἔραστής. Melhor ainda, é a partir

de *γελας e *ἔρας que os verbos γελάω e ἔρωσ (**hom.** ἐράομαι) são construídos. Portanto, assumimos que γέλως e ἔρωσ são neutros antigos e especificamente neutros em -ας do tipo de σέλας (p. 31); **comparar com o dór. σέλάνῃ e γελᾶνής, eól. σελάννῃ et ἔραννός** (Benveniste, 1973 [1935], p. 124-125, tradução minha, itálicos do autor, negritos meus).

Nessa passagem, Benveniste não só coloca o grego em contraste com o sânscrito e o latim, mas também destaca o modo como as formas em discussão se apresentam em grego homérico, para, no fim, citar a necessidade de estabelecer paralelos com o dório e o eólio, presumidamente para reforçar a hipótese defendida. O recurso aos dialetos, portanto, é intencional, já que é na *diferença* entre os dialetos e a língua grega “padrão” que se dá a demonstração dos fatos.

A alusão a determinados estados temporais (variações diacrônicas) de uma mesma língua opera da mesma maneira. Observe-se o seguinte exemplo, do artigo “Mecanismos de transposição”:

A **forma antiga** do futuro é substituída em **grego médio** por perífrases concorrentes que revelam o conflito de duas expressões distintas: uma consiste em *ékḥō* (“eu tenho”) + inf., a outra, em *thélō* (“eu quero”) + inf. Ao mesmo tempo se produz, sobre o mesmo campo, uma extensão da forma modal de subjuntivo aoristo com *na* (partícula modal): *nà idō* “eu verei”. Desta concorrência emerge uma forma nova, de início perifrástica *thélonà* (*grapsō*), depois com redução *thé nà* ... (séc. XIII), *thà nà*, e finalmente *thà* (*gràpso*), futuro da língua comum. O futuro do **grego moderno** é portanto o presente ou o aoristo prefixado de uma partícula *tha*. Da antiga perífrase o membro que exprimia a intenção foi eliminado como significante, pelo fato de que o segundo membro (equivalente ao infinitivo na perífrase latina) era em grego uma oração final, necessariamente provida de uma forma verbal pessoal. O auxiliante *thélō* enquanto forma flexionada tornava-se portanto redundante e podia se reduzir a uma partícula (Benveniste, 2006b [1968], p. 136-137, itálicos do autor, negritos meus).

Há, no trecho, destaque a três fases distintas do grego: o grego antigo, o grego médio e o grego moderno. É justamente a *diferença* entre a forma do futuro nessas três etapas evolutivas da língua que está sob análise.

Assim, é possível entender que as línguas são frequentemente mobilizadas por Benveniste em suas investigações de problemas linguísticos de modo a enfatizar, principalmente, as distinções entre elas. Por meio desse movimento, se dá a demonstração de fatos e a comprovação de hipóteses sobre as línguas e sobre a linguagem. A noção de *diferença*, assim, é fundamental, o que é até mesmo afirmado textualmente por Benveniste em “A frase nominal”, quando ele diz que “[...] um estudo desse fenômeno sintático, como de todo fato linguístico, deve começar por uma definição da sua *diferença*” (Benveniste, 1995a [1950], p. 181, itálico do autor).

5. Considerações finais

O inventário realizado evidencia a presença significativa das línguas ao longo de toda a teoria de Benveniste: as línguas se fazem presentes em todas as obras. Elas só não são mencionadas na Introdução da Terceira parte de *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen* e nos artigos “Comunicação animal e linguagem humana” (PLG I) e em “Les Indo-Européens et le peuplement de l’Europe” (*Langues, cultures, religions*).

Em termos numéricos, as obras com menos línguas citadas são *Textes sogdiens* e *Vessantara Jātaka*, ambas traduções em francês de manuscritos sogdianos. Ao contrário do que se possa esperar, não aparecem, nelas, apenas essas duas línguas; na verdade, em cada uma delas, são citadas 40 línguas, a maioria nos comentários, em que Benveniste apresenta formas aparentadas das que traduz para justificar escolhas e explicar dúvidas. Por outro lado, as obras com mais línguas são *Langues, cultures, religions*, com impressionantes 199 línguas diferentes, seguida pelos *Problemas de linguística geral I* (151 línguas), o que pode ser explicado pela diversificação dos artigos nelas presentes, relativos a diversos domínios do saber.

Além da disseminação das línguas nos livros consultados e da

demonstração numérica do epíteto de “linguista das línguas” frequentemente atribuído a Benveniste, o inventário indica que as línguas desempenham um papel fundamental na obra benvenistiana, permitindo que o linguista demonstre fatos, comprove hipóteses e formule teorizações ao evidenciar as diferenças entre formações languageiras distintas.

Referências

BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. Trad.: Mario Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. 207-213.

KRISTEVA, Julia; MILNER, Jean-Claude; RUWET, Nicolas. Homenagem a Émile Benveniste. In: JAKOBSON, Roman *et al. Língua, discurso, sociedade*. Trad.: José Teixeira Coelho e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Editora, 1983. p. 13.

BRUNET, Émilie. Os papéis de Émile Benveniste. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France* (1968 e 1969). 1. ed. Trad.: Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 235-242.

BENVENISTE, Émile. *Études sur la langue ossète*. Paris: Klincksieck, 1959.

BENVENISTE, Émile. *Langues, cultures, religions*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015.

BENVENISTE, Émile. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948.

BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-europeias*: vol. I - Economia, parentesco, sociedade. Trad.: Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1995b.

BENVENISTE, Émile. *Origines de la formation des noms en indo-eu-*

ropéen. 4eme tirage. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1973.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Gallimard, 2006a.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris: Gallimard, 1980.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Trad.: Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995a.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Trad.: Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 2006b.

BENVENISTE, Émile. *Textes sogdiens*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1940.

BENVENISTE, Émile. *Titres et noms propres en iranien ancien*. Paris: C. Klincksieck, 1966.

BENVENISTE, Émile. *Vessantara Jātaka*: texte sogdien édité, traduit et commenté. Paris: Librairie Orientaliste, 1946.

DALBY, Andrew. *Dictionary of Languages*. London: A & C Black, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

HEWITT, Brian George. Abkhaz. In: BROWN, Keith; OGILVIE, Sarah (Eds.). *Concise Encyclopedia of Languages of the World*. Oxford: Elsevier, 2009. p. 1-2.

HOFF, Sara Luiza. “Mas guardemos isso: não há língua má”: as línguas na teoria da linguagem de Benveniste. 2023. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras,

Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

KIM, Sungdo. Benveniste et le paradigme de l'énonciation. *Linx*, Paris, v. 9, 1997. Disponível em: <http://journals.openedition.org/linx/1051>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MOÏNFAR, Mohammad Djafar. Bibliographie des Travaux d'Émile Benveniste. In: BADER, Françoise *et al.* *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Paris: Société de Linguistique de Paris; Louvain: Peeters, 1975. p. VI-LII.

NUNES, Paula Ávila. Émile Benveniste, leitor de Saussure. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 51-63, 2011.

COMO A NOÇÃO DE TEMPO ESPIRALAR INTERROGA A ENUNCIÇÃO

Renata Trindade Severo (IFRS)
renata.severo@poa.ifrs.edu.br

1. Asè de escrita

Assim como fiz ao iniciar minha fala no Colóquio⁴⁹, começo este texto pedindo licença, bênção e proteção ao nosso pai Seu Sete, Exu Rei das Sete Encruzilhadas, à nossa Mãe Preta e ao Conselho de Íyás e Bábàs da Nação Muzunguê para que meu asè de escrita seja de compreensão, de humildade e de partilha. Neste tempo, nesta era, sou Renata, filha de Mãe Preta, protegida de Seu Sete.

2. Introdução

Iniciar este texto com um dos atos de fundamento do sagrado a que pertença é gesto com mais de um significado. O mais objetivo, ou prosaico, deles é afirmar minha relação com o sagrado de uma Nação de matriz africana. Assim, imediatamente me coloco em uma posição diferente daquela que assumi em outros trabalhos que abordavam o sagrado afrorreligioso (Severo, 2016 e outros). Há uma década, entrei em terreiros de religiões afrogaúchas procurando compreender o que acontecia em termos de produção de significados, isto é, em termos de linguagem, nesses espaços sagrados. Naquela época, eu me colocava em uma posição exterior a esses espaços uma vez que não compartilhava das crenças que sustentavam as religiões cujas manifestações eu observava. Era a pesquisadora em sua observação-participante, que se valia das ferramentas e metodologias científicas para não se envolver com o objeto a fim de melhor observá-lo⁵⁰. Em uma avaliação retrospectiva, eu diria

⁴⁹5° Colóquio Leituras de Émile Benveniste

⁵⁰Ao reler minha tese, percebo que, mesmo naquela época, eu já transbordava alguns limites da metodologia científica ao fazer algumas escolhas. No entanto, meu posicionamento geral estava alinhado a um fazer científico que hoje percebo como colonial/colonizado.

hoje que eu lançava sobre aquele campo um olhar colonizado(r), com as modalizações de que eu era capaz na época. Ao final daquela pesquisa, meu projeto de doutoramento, encontrei a enunciação do sagrado e seu testemunho.

Neste trabalho, retorno ao terreno do sagrado, não mais como alguém “de fora”, mas como uma pessoa “de religião” – sintagma comumente usado por pessoas que se identificam em suas relações com as diversas expressões do sagrado de raiz africana. Ao retornar a esse campo, me valho de um novo caminho, trilhado a partir do contracolonialismo de Nêgo Bispo (2017; 2023) e da noção de tempo espiralar de Leda Maria Martins (2022).

3. Contracolonialismo e ancestralidade para questionar a enunciação

Antônio Bispo dos Santos, segundo ele próprio, é⁵¹ um tradutor de conhecimentos *diversais* para a língua dos colonizados. Em seus livros, Bispo nos apresenta uma estratégia de guerra por sobrevivência, o contracolonialismo, que se diferencia da decolonialidade⁵² por não procurar desfazer o que o colonialismo já fez, mas por riscar um ponto a partir do qual o colonialismo não pode avançar. Leda Maria Martins, há mais de 3 décadas, vem desenvolvendo no contexto acadêmico um trabalho que resgata conceitos ancestrais de matriz africana. Dentre esses conceitos, trabalhamos aqui com a noção de tempo espiralar, que apresentaremos mais adiante.

O trabalho apresentado no Colóquio teve como objetivo atualizar a discussão em torno da teoria da enunciação a partir do pensamento contracolonial (Santos, 2017; 2023) ao interrogar nossa compreensão da noção de enunciação a partir de um conceito de tempo contracolonial, ancestral e sagrado, o tempo espiralar (Martins, 2022). Para isso, parti de um conjunto de questionamentos, do qual repito aqui duas questões:

- O que acontece com a noção de enunciação – principalmente, com

⁵¹Durante a escrita deste texto, Nego Bispo ancestralizou-se. Suas sabenças, no entanto, continuam vivas – motivo pelo qual continuo a falar sobre ele no tempo presente.

⁵²Sobre decolonialidade e sua relação com os estudos benvenisteanos, ver Barboza, Nicoli e Freisleben (2023); Severo (2024) e Flores e Severo (2023)

nossa ideia de sujeito – se a nossa compreensão de tempo for substituída ou ampliada?

- É possível conciliar uma noção de tempo não linear com o eu-tu/aqui/agora da noção de enunciação benvenisteano?

4. Tempo, tempo, tempo

Uma vez que investigamos a enunciação em sua dependência do conceito de tempo, é necessário estabelecer como Benveniste aborda o tempo na enunciação; para isso, nos baseamos no texto *A linguagem e a experiência humana* (Benveniste, 2006), em que o linguista nos apresenta um estudo do tempo a partir de diferentes percepções: o tempo físico (e “seu correlato” psíquico), o tempo crônico e o tempo linguístico.

• Tempo físico/ psíquico

Apesar do emprego do adjetivo “físico”, não se trata de abordar algo como uma materialidade do tempo, mas a percepção que temos de sua passagem, o que nos leva a caracterizá-lo como contínuo, uniforme, infinito, linear e segmentável. Não obstante a aparente objetividade dessa caracterização, Benveniste afirma que esse tempo “tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (Benveniste, 2006, p. 71), em outras palavras, esse tempo não é medido, mas percebido, e essa percepção é única, individual.

• Tempo crônico

É o tempo dos acontecimentos, que dá a medida da vida e sua ideia de continuidade. Se o tempo físico é percebido individualmente, de acordo com nossas emoções e ritmo interior, o tempo crônico é medido coletivamente, sua contagem é cultural. Nessa medida, situamos a passagem da vida, o que (nos) sucede. Organizamos em momentos menores ou maiores o tempo que já foi, o que é e o que está para ser. A linguagem que indica essa marcação varia conforme as línguas e as culturas, mas há uma ideia que permeia o processo de contar o tempo: a de que “Tudo está no tempo exceto o próprio tempo” (Benveniste, 2006, p. 71).

- **Tempo linguístico**

Percebe-se que, para Benveniste, essa é a chave de compreensão do tempo. O tempo que se organiza como função do discurso se apresenta como um tempo mais tangível porque ancorado no presente da enunciação, o presente linguístico: eixo a partir do qual toda ideia de presente, passado e futuro pode ser sistematizada, tempo em que sempre estamos, sempre (nos) enunciamos, sempre existimos.

O tempo linguístico é o tempo que permite a instauração da subjetividade e da intersubjetividade uma vez que é nesse agora que dizemos “eu”, nos tornando sujeitos: “[...] este eu que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível” (Benveniste, 2006, p. 69); é nesse agora que introduzimos, frente a esse “eu”, o “tu” com que compartilha temporalidade: “[...] a temporalidade linguística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor como uma experiência irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida”, no entanto, “[...] a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor” (Benveniste, 2006, p. 69).

Temos, assim, que o tempo em Benveniste ancora-se no presente da enunciação – o agora da fórmula “eu-tu/aqui/agora” a que tantas vezes os linguistas da enunciação fizemos referência. Esse tempo só tem um sentido – segue do passado em direção ao futuro – quando passa, não retorna. Ele é contado segundo normas culturais, é uniforme. Sobre essa noção de tempo, produz-se o sujeito da enunciação, que surge e desaparece com ela, é sempre novo e efêmero.

No outro caminho que apresento neste texto, temos um tempo que se acumula, que retorna – ainda que não exatamente ao mesmo lugar–, que se projeta para frente a partir do presente ou do passado: é o tempo da ancestralidade, o tempo espiralar que nos é explicado por Leda Maria Martins (2022) a partir do pensamento sistematizado por John S. Mibit. O filósofo queniano emprega duas palavras do suaíli, *Sasa e Zamani*, para interpretar duas noções temporais que se complementam:

- **Sasa**
É o Tempo Pequeno, o tempo do imediato, da proximidade, o agora. É quando e onde as pessoas existem, é composto de “futuro curto, presente dinâmico e passado experimentado” (Mibit apud Martins, 2022, p. 64).

- **Zamani**
Tempo Grande, que engloba Sasa e lhe dá sustentação. É o “período do mito, provendo ao período Sasa um senso de fundação e de segurança; e unindo todas as criaturas de modo que tudo seja abraçado dentro do Macro Tempo” (Mibit apud Martins, 2022, p. 64).

A inter-relação entre esses modos de ser tempo produz a espiralidade resultante “[...] de múltiplas imbricações: a de um movimento cósmico, simultaneamente retrospectivo e prospectivo, no qual se incluem todos os seres e todas as coisas [...]” (Martins, 2022, p. 207). A espiralidade do tempo, tecida pelos fios da ancestralidade, é não apenas pano de fundo da existência, mas matéria com que tudo se produz e reproduz em profusão diversal. O acúmulo, a simultaneidade, a afirmação e a negação coexistentes da ideia de sequência: tudo isso produz não apenas sentidos, mas maneiras de ser e existir no mundo e o próprio mundo – ou, melhor, mundos. Aqui, peço licença para uma pequena digressão provocada por novos questionamentos, que não param de pulular: em que medida essa ideia de tempo é geradora da pluralidade característica dos povos que não se separam da ancestralidade? Qual a força política de se pensar o tempo dessa forma? A partir dessa última questão, penso na exitosa experiência zapatista, força criadora de um mundo em que cabem muitos mundos (EZLN, 1996).

A fim de retomarmos a reflexão inicial, contraste, no quadro a seguir, as principais características das formas como Benveniste e Martins abordam o tempo e sua passagem:

Benveniste	Linear	Sucessão de unicidades	Agora - enunciação	Participa na produção de subjetividade / intersubjetividade
Leda Maria Martins	Espiralar	Acúmulo - multiplicidade	Espiral - ancestralidade Zamani / Sasa	Participa na produção de subjetividade / intersubjetividade

Como vemos, ambas as formas de pensar o tempo interferem na produção de inter/subjetividade, isto é, são constitutivas da ideia de sujeito. Se, para Benveniste, a principal concepção de tempo é linguística e é nela que se ancora a organização do tempo a partir do agora da enunciação, o sujeito que daí advém é tão permanente quanto a enunciação. Na contramão dessa evanescência, o tempo espiralar da ancestralidade é acumulativo, o que resulta um sujeito também complexo, composto da multiplicidade que a ancestralidade implica. Assim como a percepção de tempo como linearidade dá origem a uma ideia de pessoa que, na enunciação benvenistiana, se traduz em um sujeito efêmero, a concepção de tempo espiralar implica uma ideia de pessoa que transcende o instante da instância enunciativa: “A pessoa é a materialidade do que prevalece na temporalidade agora, habitada de passado, de presente e de um provável futuro, um em ser e um sistema no qual incide a ontologia ancestral” (Martins, 2022, p. 63).

As percepções de tempo que pressupõem a ancestralidade sustentam maneiras de ser e existir no mundo que nunca prescindem de uma trama de sabenças⁵³, vivências, corporeidades e significados tecida na e pela ancestralidade – “[...] complexidade ontológica na qual o tempo gira pra frente e pra trás constituindo o presente” (Martins, 2022, p. 63). “A ancestralidade é clivada por um tempo curvo, recorrente, anelado; um TEMPO ESPIRALAR que retorna, restabelece e também transforma, e que em tudo incide” (2022, p. 63, destaques da autora), ela é composta de um “agora-antes”, um “agora-agora” e um “agora-dispois”, nas palavras da Yabá ancestral, Mãe Preta. Em todo agora, habitam o passado, o presente e o futuro.

5. Considerações finais

Nas múltiplas culturas africanas, proliferam ditos, filosofias, gestos, vocábulos – frestas que nos permitem perceber a ideia de tempo que impregna toda a existência. Tais vestígios se tornam mais visíveis quando penetramos nos lugares onde esse tempo predomina, como os quilombos, quilombos⁵⁴ e terreiros, ou na interação com entidades do

⁵³No vocabulário da Nação Muzunguê, “sabença” é uma sabedoria e uma benção.

sagrado afro-brasileiro. Quanto mais compreendemos essa temporalidade e sua repercussão nos mais diversos aspectos da existência, mais profundas se tornam as questões que essa compreensão pode propor ao pensamento linguístico construído com base nos saberes coloniais e colonizados.

Iniciei minhas reflexões questionando o que aconteceria com a noção de enunciação – focando na ideia de sujeito – se nos propuséssemos uma noção de tempo diferente das que Benveniste sistematizou e se seria possível conciliar uma noção de tempo não linear com o eu-tu/aqui/agora da noção de enunciação benvenistiana. Esbocei aqui a implicação de um tempo cumulativo, espiralar, na produção de subjetividade: um sujeito que não se encerra na instância enunciativa, que é transversal porque ancorado em um agora que significa passado, presente e futuro.

Além de não apresentar respostas definitivas aos questionamentos iniciais, meu percurso inquisitivo gerou novas questões. Ao compreendermos o tempo como algo cumulativo, espiral, que se desdobra em outra dimensão, também temporal, me pergunto, ainda, que efeitos são provocados: na noção de sujeito? ou: quem é o EU dessa enunciação? na intersubjetividade ou: o que o TU dessa enunciação precisa aceitar? Ainda: qual o lugar do ESPAÇO nesta discussão?

No tempo e no espaço de que dispus para essa discussão, não foi possível chegar a grandes conclusões, o que me leva novamente ao pensamento tradicional traduzido por Nego Bispo: não existe fim, o que há é “início, meio, início”. Reforço que o propósito das reflexões aqui propostas não é, de forma alguma, procurar explicar a noção de tempo, a produção de subjetividade ou os processos de significação no que um dia nomeei “enunciação do sagrado”, mas, humildemente, trilhando o caminho que essa enunciação revela, voltar o olhar para a ideia de enunciação que temos como pronta, dada pelo pensamento ocidentalizado, e questionar seus limites, suas faltas. Espero que tal gesto sirva para arrancar o muro colonial, abrir-lhe frestas através das quais possamos espiar mais além⁵⁵.

⁵⁴A grafia com “k” serve para distinguir os quilombos de remanescência dos quilombos de reminiscência (OKARAN, 2020)

⁵⁵Singela homenagem à menina Defesa Zapatista (Galeano, 2021)

Referências

BARBOZA, Gabriela; NICOLINI, Alessandra; FREISLEBEN, Larissa Colombo. Entre as línguas e o fazer linguístico: aproximações iniciais entre Benveniste e os estudos decoloniais. *Organon*, Porto Alegre, v. 38, n. 75, 2023. DOI: 10.22456/2238-8915.131392. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/131392>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 68-80.

EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional). 1996. Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. Disponível em <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em 15 dez. 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento; SEVERO, Renata Trindade. Um estudo sobre a linguagem em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 3, n. 20, p. 9028-9042, out. 2023. Trimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/92753/54434>. Acesso em: 20 out. 2023.

GALEANO, Subcomandante Insurgente. *Contra a hidra capitalista*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

OKARAN, Coletivo de pesquisadoras e pesquisadores Kilombolas. *Um jeito de ser e viver no Kilombo de Mãe Preta*. Série Saberes Tradicionais, v.3 – São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI, 2017.

SEVERO, Renata Trindade. *Semiologia da linguagem: a enunciação do sagrado e o corpo afrorreligioso*. 2016. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos da Linguagem, Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143595>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SEVERO, Renata Trindade. Encruzilhadas: antropologia da enunciação e contracolonialismo. *Letras*, Santa Maria. 2024. No prelo.

TEORIA ANTROPOLÓGICA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE: UMA LEITURA TRINITÁRIA A PARTIR DA PROPRIEDADE SINTAGMÁTICA⁵⁶

Jomson Teixeira da Silva Filho (UPE)
jomson.silva@upe.br

1. A trindade natural da língua: a teorização dos pronomes

Este texto parte de uma hipótese: a teoria antropológica da linguagem de Benveniste se configura como uma ciência linguística do **trinitário**. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que essa hipótese interpretativa já foi enunciada por outros estudiosos da fortuna teórica benvenistiana.

Teixeira (2004), por exemplo, defende que “as afirmações de Benveniste sobre o sistema pronominal (eu, tu, ele) e a subjetividade na linguagem subvertem a lógica binária sobre a qual a linguística se edificou, dando lugar a outra linguística, instituída por princípios unários e **trinitários**” (Teixeira, 2004, p.107, negrito nosso).

Já Kuhn (2009), para além da possibilidade da leitura binária possível em Benveniste conforme por ela explicitada, conclui que é porque se reconhece “essa trindade inerente à sua teoria [de Benveniste] que essa [sua] leitura se diz **trinitária**” (Kuhn, 2009, p.343, acréscimos e negrito nossos).

Gomes da Silva (2011), por sua vez, é categórica: “[...] em Benveniste, a enunciação é **trinitária**” (p.109). Esses autores, assim como nós, baseiam-se em Dufour (2000) para proporem suas conclusões. Como afirma o filósofo:

[...] o trabalho de Benveniste é, nesse sentido, exemplar e in-substituível, na medida em que permite ver se perfilar, por trás das díades constituídas, uma pressuposição trinitária. **O ho-**

⁵⁶Esse texto é uma versão abreviada do artigo publicado originalmente no dossiê organizado por Clemilton Lopes Pinheiro, Fatima Dechicha Parayba, Luiza Milano, Irène Fenoglio na Revista Eutonomia (v. 1 n. 33, (2023): Émile Benveniste: contribuições para as ciências da linguagem). Trabalho apresentado no 5º Colóquio Leituras de Émile Benveniste

mem, porque fala [...] se exprime em e por uma trindade que lhe é “natural” (Dufour, 2000, p.115, negritos nossos).

O segmento destacado em negrito, nas palavras do filósofo, é representativo do lugar em que a trindade natural da língua se manifesta: no ato mesmo de falar. Por isso, o filósofo se pergunta: “o que é posto em jogo na língua desde que ela é falada?”. O que é posto é um sistema de pronomes pessoais que deixa a ver a trindade natural da língua, trindade constitutiva do homem que fala, ou seja, daquele que põe a língua em ato, pois, “quando um sujeito fala, ele diz ‘eu’ a um ‘tu’, a propósito d’ ‘ele’. Falem e porão em jogo esse sistema” (Dufour, 2000, p.69).

É nesse sentido que o autor afirma ser a língua instanciada por uma trindade natural, uma vez que a relação que se estabelece no diálogo se dá por meio de um “eu” que se dirige a um “tu” para falar “d’ele”. Por isso, a trindade é a nossa condição de ser falante: ao colocar a língua em cena no diálogo, na conversação, colocamos em cena, inevitavelmente, a trindade manifesta pelo sistema pronominal.

Essa leitura trinitária de Benveniste, com a qual estamos de total acordo, parece-nos, já está bem estabelecida pelos estudos aqui referidos. Entretanto, para usar as palavras de Benveniste (2006 [1967], p.221), “quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhe são próprios”. E qual é o ponto de vista pessoal que propomos aqui? Aquele segundo o qual o axioma trinitário na teoria da linguagem de Benveniste pode ser estendido à díade *semiótico/semântico* se a ela acrescentarmos uma terceira propriedade: a *sintagmática*.

2. A trindade natural da língua: o par semiótico/semântico

Em “A forma e o sentido na linguagem”, ao tratar da significação, Benveniste parte mais uma vez da noção saussuriana de *língua*: “Diremos com Saussure, a título de aproximação, que a língua é um sistema de *signos*” (Benveniste, 2006 [1967, p. 224]). Sendo a língua um sistema de *signos*, é da noção de *signo* que se deve partir para que seja possível fazer um estudo da significação na língua.

Entretanto, Benveniste ressalta que, ao introduzir a noção de *signo linguístico*, Saussure pensava ter alcançado a totalização da lín-

gua a partir da distinção entre esta e a fala. No entanto, para o mestre sírio, a natureza da língua pode ser pensada de outra forma: é preciso “tentar ir além do ponto de vista em que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (Benveniste, 2006 [1976], p. 224).

Esse “ir além” de Saussure se dá quando Benveniste formula a distinção entre os modos semiótico e semântico da língua. A partir das noções de *forma* e de *sentido* nesses dois modos de significância da língua, Benveniste critica a oposição tradicional em que a forma e o sentido são caracterizados, afirmando que essa oposição é uma convenção banal.

Para o autor, se reinterpretada por meio do funcionamento da língua, a oposição entre a forma e o sentido pode retomar “toda sua força e necessidade” e trazer para a discussão o problema central sobre a linguagem: “[...] antes de qualquer coisa, a linguagem significa [...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (Benveniste, 2006 [1967], p.222), e a linguagem serve para viver porque ela tem significação e empresta significação, ou seja, modela semiologicamente tudo que é necessário para que os homens se constituam como sujeitos e vivam em sociedade.

Mas Benveniste, mesmo querendo ultrapassar Saussure, sente a necessidade de entender o que implica a discussão do genebrino sobre a forma e o sentido em relação à noção de *signo*. Nesse momento de sua reflexão, Benveniste introduz sua novidade: “Dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que o *signo* é a *unidade* semiótica” (Benveniste, 2006 [1967], p.224, itálicos do autor). Dizemos ser a novidade de Benveniste porque ele mesmo assume que essa sua proposição não está em Saussure.

Nas palavras do mestre sírio,

[T]ratando do signo linguístico, ele [Saussure] abriu caminho para uma descrição das unidades semióticas: estas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta por sua vez como significante e como significado (Benveniste, 2006 [1967], p.225).

Para o autor, o significante não é apenas uma sequência de sons que a língua em sua natureza vocal exige, mas uma forma sonora que condiciona e determina o significado, tendo, por isso, uma função distintiva no interior da estrutura linguística. O signo, unidade do semiótico, também é dotado de significação. Para Benveniste, “significar é ter sentido”. Mais uma vez, vemos a noção saussuriana de *língua* operando. Mas como delimitar o significado de um signo? É exatamente nesse ponto que a novidade de Benveniste se estabelece de forma mais radical, pois

Em semiologia, o que o signo significa não dá para ser definido. Para que um signo exista é suficiente e necessário que ele seja aceito e se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não [...] este *sim* ou *não* só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua, aqueles para os quais esta língua é a *língua* e nada mais. Nós erigimos, dessa forma a noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério (Benveniste, 2006, [1976], p. 227).

Como vemos, o uso da língua passa a ser princípio discriminatório e critério de delimitação do significado do signo. Dessa forma, não só no interior do sistema é que se pode estabelecer a significação das unidades sígnicas, mas também no uso da língua pelos seus falantes. Isso posto, Benveniste passa a caracterizar o duplo aspecto das unidades que formam o domínio semiótico: **a**) no interior do sistema – são identificadas e definidas por oposições (distintividade) e, ainda, **b**) podem ser identificadas no uso da língua (reconhecimento).

Em outros termos, ainda que intralinguisticamente, é no uso pelos falantes que se pode atribuir sentido ao signo. Aqui, Benveniste conclui com uma afirmação que parece desfazer nossa hipótese de leitura: “[...] as oposições semióticas são do tipo binário. A binaridade me parece a característica semiológica por excelência” (Benveniste, 2006 [1976], p.228).

Ora, se estamos defendendo que se pode estender o pensamento trinitário constatável em Benveniste por meio da teorização dos pronos-

mes, conforme Dufour (2000) e os autores mencionados anteriormente, à distinção *semiótico/semântico*, como proceder se o próprio Benveniste, textualmente, declara que a binaridade é a característica semiológica por excelência? A resposta é: a partir do domínio semântico, que convoca a noção de *frase*, a qual, por sua vez, convoca a propriedade *sintagmática*, responsável por ligar os dois modos de significância da língua.

3. A trindade natural da língua: a propriedade sintagmática

Segundo Benveniste (2006 [1976]), a noção de *semântica* nos introduz ao domínio da língua em emprego e em ação. Dessa maneira, tal noção convoca, de acordo com o que estamos propondo, uma relação trina, já que

vemos desta vez na língua sua função mediadora **entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas**, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, **organizando toda a vida dos homens** (Benveniste, 2006 [1976], p.229, negritos nossos).

A formulação benvenistiana segundo a qual o modo semântico nos introduz no domínio da língua em ação ao transmitir informações, comunicar a experiência e organizar toda a vida dos homens, nos autoriza a entender que a língua é posta em ação por um ser falante, assunção que convoca o *Homo loquens*.

Se, no modo semiótico, a significação se dá por meio da estrutura da língua enquanto sistema de signos e, por isso, impõe-se pela binariedade, no modo semântico, destaca-se a função que a língua tem para o homem, o que caracteriza a teoria da linguagem de Benveniste, de um lado, como antropológica, abrindo a linguística para o campo geral das ciências do homem, e, de outro lado, como trinitária, pois, ao pôr evidência o homem enquanto sujeito que fala uma língua natural, o linguista evidencia também a trindade que está inscrita na própria condição de falante: “Em outros termos: queiramos ou não, como sujeitos

falantes, somos sujeitos do trinitário” (Dufour, 2000, p.16).

Concordamos, nessa perspectiva, com Kunh, que conclui:

De um lado, “as oposições semióticas são de tipo binário”. De outro, no âmbito do semântico, as relações semânticas parecem ser da ordem do três. Basta verificar que a função mediadora da língua é de natureza tripla: *entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas* (2009, p.35, itálicos da autora).

Esse é o primeiro ponto a partir do qual defendemos um axioma trinitário em Benveniste para além do sistema pronominal, ou seja, como se percebe, a função mediadora da língua se dá por uma relação de natureza trina, ainda que permeada por díades: **1. homem-homem; 2. homem-mundo; 3. espírito-coisas.**

Continuando sua argumentação, Benveniste esclarece: a expressão semântica por excelência é a frase. Afirmação que encerra nosso segundo ponto na defesa do trinitário em sua teoria da linguagem e sobre a qual nos debruçamos mais detalhadamente. Se a expressão do semântico é a frase, seu sentido é a ideia que essa frase exprime e sua forma é a sintagmática. Nossa leitura, mais uma vez, parte de Flores:

Essas duas propriedades dão origem a duas análises, cada uma com sua estrutura [...]. Benveniste acrescenta a esse complexo raciocínio um **terceiro elemento**: as duas propriedades da língua estão ligadas por uma terceira propriedade, a *sintagmática*, ou seja, a de combiná-las em *certas regras de consecução e somente de certa maneira* (Flores, 2013, p.113, negrito nosso, itálicos do autor).

Relacionando o que diz Flores acerca da definição de frase apresentada em “Os níveis de análise linguística” (como uma unidade que contém ao mesmo tempo sentido e referência) com a definição de frase apresentada em “A forma e o sentido na linguagem (como a unidade do semântico), propomos, a partir do modo discursivo de significância da língua, estender a axioma trinitário ao par semiótico/semântico por meio da propriedade sintagmática como o terceiro elemento dessa rela-

ção, a qual deixa, assim de se caracterizar como uma relação dual.

O linguista sírio esclarece que, com o signo, temos a realidade intrínseca à língua, enquanto com a frase temos as coisas fora da língua. Isso porque a frase faz, necessariamente, referência à instância discursiva, remetendo-nos à atitude do locutor. O sentido no semântico se realiza na forma específica do sintagma: “tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada” (Benveniste, 2006 [1976], p.230).

Ampliando o pensamento de Saussure, com a frase, Benveniste extrapola o âmbito do sistema e coloca a língua no âmbito da referência, mas sempre da referência interna à língua enquanto discurso e não da referência ao mundo objetivo. É por isso que dizemos que a noção de *frase* rompe com a visão binária do semiótico/semântico, porque implica o terceiro elemento, a sintagmática ou propriedade de sintagmatização: o signo, unidade do modo semiótico, empregado como palavra, unidade do modo semântico, produz o discurso devido à propriedade de sintagmatização constitutiva da frase, a qual exige que o emprego dos signos respeite uma combinação consecutiva.

É exatamente essa terceira propriedade que nos permite hipotetizar que a teoria da linguagem de Benveniste é caracterizada como uma ciência antropológica do trinitário⁵⁷. Assim, como buscamos demonstrar ao longo de nossa discussão, podemos compreender a trindade na teoria da linguagem de Benveniste a partir de, pelo menos, três pontos: a teorização dos pronomes, a função mediadora da língua e a distinção *semiótico/semântico* perpassada pela terceira propriedade, a sintagmática. É hora de concluir.

4. Considerações finais

Neste texto, quisemos, a partir de um compromisso mais in-

⁵⁷É curioso observar que Flores (2013), ao encerrar a seção 3.3 “Sugestões de temas para debate”, (p. 115 do capítulo 3), sugere aos jovens linguistas que reflitam sobre “a relação homem/linguagem/intersubjetividade”; “a relação locutor/língua/subjetividade”; “a relação sujeito/línguas/categoria de pessoa”; “língua/indivíduo/sociedade”. Tais sugestões são temas vinculados à propriedade trina da língua natural.

trateórico do que epistemológico, apresentar nossa hipótese de leitura segundo a qual a teoria antropológica da linguagem de Benveniste é da ordem do trinitário. Assim, as formulações que ancoram a pedra angular da teoria da linguagem de Benveniste são operacionalizadas por relações da ordem do três.

Argumentamos que essa ordem do três é manifesta pelo seguinte axioma geral que atribuímos à teoria antropológica da linguagem de Benveniste como um conjunto de três termos: “O homem está na linguagem, na língua e nas línguas”.

A partir dessa formulação, defendemos que, para além daquilo que destaca Dufour (2000) sobre a teorização dos pronomes de Benveniste, podemos identificar, na teorização semiológica caracterizada pelos dois modos de significância da língua, o semiótico e o semântico, a emergência de uma terceira propriedade, a sintagmática, que põe em cena a frase como unidade do semântico e, nesse sentido, convoca o homem, ou o *Homo loquens*, como aquele que põe em ato a língua e sua trindade natural e, nesse sentido, não se adequa à estrutura binária.

O homem, de volta à linguística, não se conforma apenas a ela, pois a extrapola, colocando em questão o discurso que a funda como ciência e rompendo com o movimento estruturalista, que, por meio da noção de estrutura, torna tudo inteligível, por tornar tudo linguagem. No entanto, “O que foi expulso pela porta voltou pela janela” (Dufour, 2000, p. 54).

Benveniste teria sabido supor o trinitário, em sua teoria antropológica da linguagem, porque trouxe de volta “pela janela aquilo que foi expulso pela porta”, o homem falando com outro homem, o *Homo loquens*, ser falante, constituído na e pela linguagem, caracterizado no e pelo trinitário. Nesse gesto, Benveniste estabelece o viés antropológico de sua teoria da linguagem sob o axioma trinitário de ciência.

Seria necessário, então, revisitar a própria fundação da linguística, conforme Flores (2022), para revisitar o objeto que permitiu a ela se constituir como ciência, a língua, e nesse objeto incluir o ser falante, o homem, pois é ele que, por meio do modo semântico e de sua unidade, a frase, atualiza a língua enquanto sistema (modo semiótico) em língua enquanto discurso (semântico), levando a linguística para além de seu domínio, como parte das ciências do homem em geral.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DUFOUR, Danny-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 9-18, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6828>. Acesso em 18 de out. 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento. A linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 9, n. 4, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidade-seinovacao/article/view/7139>. Acesso em 18 out. 2023.

GOMES DA SILVA, Denise Lima. Benveniste-Saussure: para além da ordem do dois? *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011.

KUHN, Tanara Zingano. *Princípios de análise enunciativa de fatos de língua*. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA FILHO, Jomson Teixeira da. Proposta de uma leitura trinitária

da teoria antropológica da linguagem de Émile Benveniste. *Eutomia*, Recife, v.1, n.33. p.43-69, jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/259017/44789>. Acesso em 30 nov. 2023.

TEIXEIRA, Marlene. Benveniste: um talvez terceiro gesto? *Letras De Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 107-120, 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13798>. Acesso em 15 set. 2023.

ENUNCIÇÃO E MULTIMODALIDADE NA PASSAGEM DE *INFANS A HOMO LOQUENS*: REFLEXÕES A PARTIR DA EVOLUÇÃO DE DOIS BEBÊS COM E SEM AUTISMO

Ana Paula Ramos de Souza⁵⁸ (UFRGS)
ana.souza@ufsm.br

Parte III – Aplicações conceituais da teoria da linguagem de Benveniste para o desenvolvimento de áreas do conhecimento (ensino, literatura, clínica etc.)

Apresentei no 5º Colóquio Leituras de Émile Benveniste reflexões sobre os dados de R., um bebê com diagnóstico de autismo acompanhado dos 3 aos 26 meses e de B. um bebê sem autismo, acompanhado dos 3 aos 24 meses, filmados em interações que foram transcritas de modo multimodal e nas quais Gantier (2023) apresentou evidências que podem ser sintetizadas no fato de que, enquanto R. cursou com uma dissincronia gesto-fala e pobreza ou quase ausência de conjunção com sua mãe, B. apresentou indicadores contrários a isso, o que resultou que aos dois B. estivesse constituído nos dois primeiros mecanismos enunciativos e R. não. A partir dos debates realizados sobre os dados e sobre algumas reflexões ancoradas nos trabalhos de Silva (2009), Souza (2015) e Cavalcante (2016; 2018) busquei no trabalho de Flores (2019) elementos que apresento neste ensaio.

Motivado por Agamben (2008), na apresentação de seu livro, Flores (2019) relembra que o homem seria um ser *homo sapiens loquendi*, ao exercer sua racionalidade na linguagem, ou seja, que “quando emprega um símbolo qualquer ou o identifica, ele exerce a faculdade simbolizante que o permite formular um conceito” (Flores, op.cit, p. 25). Também trabalha analisa o conceito de *factum loquendi* proposto por Milner (1995), definindo “o termo linguagem, quando designa o *factum loquendi*, coloca-se fora do objeto da linguística, uma vez que esta não problematiza a existência da linguagem e dos seres que a falam, apenas os pressupõe” (Flores op.cit, p.26). Já *factum linguae*, *fac-*

⁵⁸Fonoaudióloga, pós-doutora em Letras (UFRGS), docente do departamento de saúde e comunicação humana (UFRGS) e docente voluntária do PPG em Distúrbios da Comunicação Humana (UFSM) até 2023. O trabalho se motiva em dissertação defendida neste programa

tum linguarum e factum grammaticae constituiriam objeto da linguística. A partir dessa visão afirma que, apesar de o termo *Homo loquens* exceder o objeto de estudo da linguística, pode receber alguma escuta do linguista e, como efeito, ampliar as conexões da linguística com outras ciências de modo a provocar reflexões que transcendam a visão disciplinar.

No ensaio “Do *infans* ao *Homo loquens*-sobre o nascimento de um falante no universo de uma língua” Flores (2019) introduz uma série de conceitos que trazem novas perspectivas ao pesquisador em aquisição da linguagem e, como eu, aqueles que se preocupam com o vir a ser falante ou não e seus efeitos na clínica dos distúrbios de linguagem. O autor afirma que a passagem à condição de falante não conta com o testemunho do aprendiz, abrangendo um autodesconhecimento sobre essa condição. Deste modo, os cuidadores da criança (familiares, educadores, terapeutas, etc) podem apenas ocupar o lugar de *testis* em relação à experiência do vir-a-ser falante e que a criança, vindo de dentro o processo, é *superstes* dessa experiência. Ela fornece um testemunho que fornece pistas sobre sua entrada na língua.

Considerando que a língua na/da criança é não-toda (Milner, 1978), Flores (2019) ressalta que isso limita a possibilidade de descrição e explicação integral com base na simples observação da fala da criança. Disso decorre o fato de que há aspectos demonstráveis e outros que não o são, e de que a metodologia de análise gera o dado. Assim, ao assumir uma perspectiva enunciativa de aquisição da linguagem na perspectiva de Benveniste (1989) a significação toma o centro da análise.

Flores (2019) afirma, ainda, que os dados se constituem em indicadores a partir da autorreferencialidade inicial. Lembra as análises sobre signos vazios que se tornam plenos no discurso, para ressaltar que “o ato de enunciação possibilita ver que a língua tem lugar” (p.186), e propor que a fala da criança é autorreferencial porque indica que e como a língua tem lugar nela, ou seja, “que a fala da criança é autorreferencial, na medida em que essa fala encontra sentido na referência que faz à sua própria instância de discurso” (p.186). Atribui um sentido existencial a esse processo. Sugere que o linguista tome a fala da criança a partir de sua autorreferencialidade “como indicador dos termos

pelos quais a língua tem lugar nela” (p.187).

Outro aspecto importante objeto de reflexão sobre a passagem do *infans* a falante é o que a criança adquire. Afirma que se trata de uma experiência singular com a língua em que há uma diferença fundamental entre o ato de dizer (enunciação) e o dito (enunciado). Inspirado em Milner afirma ainda que ao passar à condição de falante o que a criança adquire é uma dada língua e que a língua representa o mundo no qual ela vive, retomando o texto de Benveniste (1968).

Inspirada pela proposta indiciária de Flores (2019), proponho que as dificuldades de transição de *ifans* se apresenta com alguns indicadores na clínica tais como dificuldades do adulto (o TU) em sustentar um lugar de enunciação e/ou obstáculos biológicos da criança (o EU) para ocupar esse lugar, com gestos e falas de modo a alimentar em seu TU a suposição/reconhecimento de sujeito e de falante (Souza, 2022). Acredito que cabe ainda ao fonoaudiólogo escrutinar as pistas, porque, se for uma dificuldade na ocupação de lugar de enunciação, ela pode estar relacionada tanto ao modo como se dá o encontro entre a criança e seu outro (TU) quanto a problemas de processamento da informação com substrato biológico, como é o caso do autismo. Há evidências na pesquisa (Silva, 2009) e na clínica (Souza, 2022) que as interações iniciais que ancoram as relações conjuntivas são tão fundamentais quanto as relações disjuntivas para que a criança passe da referência mostrada à falada e ingresse no segundo mecanismo enunciativo, quando os adultos a identificam como falante.

Se a criança apresentar entraves sensório-motores, ela pode ter dificuldade de se engajar nas protoconversações iniciais, a partir de motivos variados. Pode não conseguir produzir fala a partir de questões motoras (atraso motor da fala ou apraxia da fala) ou não conseguir ouvir e compreender o dito (neuropatia auditiva, surdez, hiperacusia, etc). Tais dificuldades podem compor um quadro de falta de modulação sensorial que obstaculiza a integração sensorial necessária à multimodalidade exigida pelas cenas de protoconversação inicial. Essa é uma hipótese possível a partir da observação de indicadores no tratamento de crianças com autismo. Haveria dificuldades de comodalização perceptiva (Golse, 2013) identificáveis no perfil sensório-motor singular. Essas dificuldades podem produzir uma dissicronia com seu TU, duran-

te as protoconversações iniciais.

Essa dissincronia geraria obstáculos nas relações conjuntivas iniciais, algo que observado no trabalho de Roth-Hoogstraten (2020) no caso de R., apresentado no Colóquio. Ocorre que naquela época não tínhamos uma análise mais fina da multimodalidade nas protoconversações entre R. e sua mãe. O trabalho de Gantier (2023) ofereceu essa análise multimodal que permitiu reforçar a hipótese da dissincronia aqui apresentada, a partir da ideia de indicialidade e autorreferencialidade propostas em Flores (2019).

Em Souza (2022), quando afirmo que o adulto abre um lugar de enunciação e o sustenta a partir de uma suposição/reconhecimento de sujeito e suposição/reconhecimento de falante, proponho que esses dois processos são alimentados pelas apetências simbólica e linguística do bebê. Enquanto a apetência simbólica do bebê é a capacidade de estar com o outro e registrar pulsionalmente intensidades afetivas da relação, a apetência linguística seria a capacidade de progredir nos recursos sensório-motores para a transição da referência mostrada para a falada. Ocorre que impedimentos na apetência simbólica do bebê quebrariam o ciclo entre adulto e bebê já na saída do processo, pois a ausência da alimentação necessária à suposição de sujeito/reconhecimento de sujeito e de falante poderia produzir entraves ao processo de apropriação linguística (Souza; Flores, 2013), ou nos termos propostos por Flores (2019) ao processo de aquisição da língua. Assim, hipotetizo que o modo como o bebê ocupa o lugar de enunciação com sua gestualidade e o modo como o adulto o interpreta em suas manifestações a partir de processos de homologia e interpretância podem ser um espaço de sincronia ou dissincronia. No 5º Colóquio de Benveniste recorri aos trabalhos de multimodalidade na aquisição (Cavalcante, 2016, 2018) para evidenciar essas diferenças já na riqueza gestual entre R. e B.

A partir da leitura do trabalho de Flores (2019) e dos debates que emergiram no Colóquio, proponho pensar como a multimodalidade fornece indicadores do funcionamento de linguagem de R. e B. Entre esses indicadores temos a menor variabilidade de gestos e de produções sonoras, a marcada presença de gestos de desconforto e dor diante de estímulos sensoriais, a presença de mais cenas silenciosas, a quase ausência de contato visual, atenção compartilhada e sincronia gesto-

-fala em R. quando comparado a B. Nas transcrições multimodais dos bebês e suas mães, observamos a ausência de conjunção entre R. e sua mãe. Situação muito diferente do que em B. em que as relações de conjunção encontravam sustentação em sua gestualidade e vocalização variadas e na sustentação enunciativa realizada por sua mãe. Todos esses indicadores estão demonstrados em gráficos no trabalho de Gantier (2023).

A reflexão sobre esses dados demanda retomar as ideias de Silva (2009) sobre o primeiro mecanismo enunciativo e o papel da multimodalidade (Cavalcante, 2016; 2018) que coloca a gestualidade como forma de linguagem a luz do texto semiologia da língua de Benveniste (1989). Em Souza (2015), há um primeiro passo nesse sentido, mas cabe explicitar melhor alguns raciocínios.

Quando Silva (2009) propõe o primeiro mecanismo enunciativo, afirma que para constituir o plano semiótico da língua, a criança necessita do suporte do alocutário para o processo de semantização da língua (Benveniste, 1966). Por isso, o alocutário do bebê (TU) precisa abrir e reconhecer um espaço de enunciação ao bebê, colocando-o nos distintos papéis discursivos (EU-TU-ELE). O bebê depende discursivamente do seu TU, mas ele também é ativo nesse processo impulsionado por suas apetências simbólica e linguística, buscando se engajar nas protoconversações iniciais por meio de recursos que possui (Souza, 2022). Quais seriam esses recursos? Em uma perspectiva multimodal (Cavalcante, 2016; 2018) os gestos, em sua variada tipologia, seriam o instrumental inicial para o bebê ocupar esse lugar de enunciação. Para tanto, ele precisa desenvolver a atenção compartilhada, algo muito difícil para bebês com risco de evolução para um quadro de autismo. Adiciono a isso, a partir do convite de Flores (2019) para olhar a significação como fio condutor do processo de aquisição da língua, o fato de que essas dificuldades de atenção compartilhada e as já referidas dificuldades de estabelecer relações conjuntivas, podem produzir dissincronia nas protoconversações iniciais, deixando a significação a deriva de um modo que o bebê quase nunca se sinta interpretado pela mãe, e, portanto, não validado em suas manifestações. Isso poderia gerar um não reconhecimento como falante.

Em Souza (2020) afirmo que ao conversar com o bebê, a mãe

ou sua substituta, abre um lugar de enunciação e investe nessa relação, assim como, ouve muito além das vocalizações produzidas pelo bebê. Em geral, ela traduziria sons produzidos pelo bebê de modo sintonizado à sua demanda. Amplio essa informação colocando os gestos do bebê como tendo lugar central nessas manifestações, além dos sons (sejam vocalizações ou balbucios), por meio das quais o bebê ocupa seu lugar de enunciação nas protoconversações iniciais. Esse investimento da mãe ou de seu substituto, ao escutar seu bebê em sua potencialidade enunciativa e de fala, antes que essa de fato apareça de modo evidente em produções linguísticas, favorece que o sujeito se constitua na linguagem como falante da língua, pois como bem pontua Benveniste (1989) a língua não é o único sistema semiótico que opera o funcionamento de linguagem, embora seja o mais potente por ser o único que interpreta a todos os demais.

Esse papel de sistema interpretantes se fará presente nos mecanismos enunciativos propostos por Silva (2009) para explicar a lógica constitutiva do bebê na linguagem. Ela o faz a partir de princípios teóricos de Benveniste, entre os quais destaco o princípio da intersubjetividade como fundamental no primeiro mecanismo enunciativo, momento em que o bebê estabelece as relações de conjunção EU-TU e de disjunção EU/TU. A autora cita algumas estratégias possíveis nesse primeiro mecanismo:

I - apresentação pelo EU de estruturas sonoras indistintas a partir da convocação do TU:

II - instanciação pelo TU de estruturas rotineiras da família para o EU que preenche seu lugar enunciativo com gestos e verbalizações

III - solicitações do EU ao TU:

IV - reconhecimento do EU acerca do efeito do preenchimento de seu lugar enunciativo sobre o TU.

Refletindo sobre as estratégias, ressalto o fato de que o EU também apresenta manifestações gestuais na estratégia I e que também possui manifestações sem que haja a convocação do TU, como afirmado na estratégia III. A questão é o que ocorre quando o TU não consegue interpretar com uma certa frequência tais solicitações deixando a significação à deriva, sem a atribuição dos signos necessários ao encontro entre o gesto e a língua? Como isso impactaria o processo de aquisição

da língua, nos termos propostos por Flores (2019) e na sustentação/ocupação de um lugar de enunciação que explanei em Souza (2022)?

Proponho uma quinta estratégia fundamental na busca de indicadores do processo de aquisição da língua e funcionamento de linguagem inicial que é o **reconhecimento do TU às solicitações do EU** como aspecto fundamental para que a estratégia IV tenha lugar. Se o TU nunca ou quase nunca interpreta as manifestações do EU de modo sintonizado aos sentidos intencionados, será que isso não teria um efeito desapropriativo (Souza; Flores, 2013) a ponto de a criança ter dificuldade de se sentir reconhecida como falante? Será que esse reconhecimento não seria fundamental para que ela continuasse seu esforço na direção do domínio progressivo da língua?

Em uma perspectiva multimodal, entendo que os gestos e as manifestações vocais são linguagem, e como tal veiculam a significação necessária para a apropriação progressiva do conhecimento linguístico. Então, a terminologia comunicação verbal e não verbal, usualmente utilizada para referir as crianças com autismo, parece retirar a importância e necessidade de articulação dessas modalidades de manifestação comunicativas no processo de construção do conhecimento linguístico e indicadores de funcionamento da linguagem, ou seja, enquanto formas de os bebês produzirem significados e acessarem as relações entre significante e significado em suas protoconversações iniciais com seus cuidadores.

Portanto, para que haja a emergência do segundo mecanismo enunciativo, a semantização da língua e a construção da referência pela díade (EU-TU/ELE), entendo como fundamental que, além de o adulto sustentar um lugar de enunciação ao bebê por meio do endereçamento de signos e convocações de rotinas, ele esteja apto a interpretar sincronizadamente com uma certa frequência as demandas a partir das manifestações do bebê, porque isso faria que o bebê pudesse se sentir validado e compreendido. Este aspecto parece fundamental para a emergência do desejo de ser fazer ouvir ou escutar (terceiro tempo pulsional), compreensível a partir da noção de pulsão invocante (Catão, 2009). Nesse conceito, advindo da psicanálise, tem-se um exterior teórico à linguística, necessário para compreender obstáculos enfrentados por um bebê com autismo. As dificuldades na apetência simbólica motivadas por li-

mitações sensório-motoras desses bebês impedem que eles cheguem a esse terceiro tempo pulsional, pois podem ouvir o outro e se ouvir, mas possuem dificuldade de chegar ao ponto de se fazer ouvir.

A partir da observação dos dados de Gantier (2023), surgem indicadores de que a dificuldade de se ouvir na fala do outro, ou seja, as falhas muito frequentes nos processos de homologia e intrepêtância, podem levar a impedimentos interpretativos por parte do adulto e isso deixaria as significações intencionadas pelo bebê à deriva. Assumo, nesta hipótese, que o bebê tem intenções e demandas que expressa e que precisam ser interpretadas para que, além de suposto como futuro falante, ele se sinta reconhecido como tal. É preciso que o adulto suponha um sujeito e sustente um lugar de enunciação a ele, supondo que ele tem algo a dizer que o adulto desconhece, tanto quanto reconhecer em alguma medida as produções do bebê com sentidos coerentes. Obviamente que também é preciso que o adulto, dotado de faltas, e com dificuldades interpretativas inerentes às manifestações dos bebês (gestos e vocalizações) que ainda não são língua, produza mal entendidos que movimentam o bebê rumo à apropriação da língua. No entanto, se essas falhas só produzem disjunção entre a interpretação linguística (enunciado do adulto) e as produções do bebê, isso poderia barrar o se ouvir na fala do outro, deixando o bebê em um processo de apenas ouvir e se ouvir, sem articulação pulsional ao conhecimento da língua. A circulação pulsional é fundamental para a noção de simbolismo que articula cognição e subjetividade como se vê na proposição da pulsão invocante (Catão, 2009).

E como os gestos contribuiriam na compreensão desse processo? Eles são indicadores potentes de como a criança está ou não se engajando em protoconversações e se apropriando de formas de significação que só atingem *status* de um dizer na interpretação do TU. Eles também servem como substrato para o processo de compreensão da língua, já que, por exemplo, o olhar compartilhado ou o apontar para um objeto em conjunto com o locutário permite identificar sobre o que ele está falando, ou seja, ligar significativo ao significado nas aquisições lexicais iniciais. Tanto esse fluxo de fala que o adulto produz quanto a produção gestual e vocal da criança se encontram em significação.

Considerações Finais

Alguns comentários finais podem ser feitos ao retomar o conceito de autorreferencialidade e indicialidade propostos por Flores (2019). Acredito que as interpretações maternas conferem um sentido discursivo às manifestações dos bebês, tornando gestos e vocalizações plenos de significação, a exemplo do que ocorre com os signos vazios que são interpretáveis no discurso. Processos de homologia e intrepêtância (Souza, 2015) permitem essa interpretação a partir de uma relação intersubjetiva entre o EU (bebê) e o seu TU usual (a mãe ou substituta). Esse funcionamento de linguagem permite que o bebê se aproprie progressivamente do sistema linguístico que escuta. A maior variabilidade de gestos e produções sonoras endereçadas pelo bebê ao seu TU e interpretadas por ele seriam indicadores de que essa autorreferencialidade está ocorrendo de modo suficientemente bom para garantir a transição da referência mostrada à falada. Também garantiria ao bebê que sua suposição/reconhecimento como sujeito e falante permitisse se ouvir na fala do outro e desejar se fazer ouvir (pulsão invocante).

Enquanto entre B. e sua mãe esse processo fluiu, para R. ele foi truncado e falho de um modo que impediu a passagem de *infans* a *homo loquens* durante o período observado.

Finalmente, cabe destacar que a partir da leitura de Flores (2019), que os indicadores gesto-vocais podem ser colocados como espaço de testemunho de como esses dois bebês evoluíram no funcionamento de linguagem com suas mães. Eles não são generalizáveis a ponto de explicarem as dificuldades que todos os bebês com risco de autismo terão para adquirir a língua. Eles abrem um caminho para reflexões que incluem o gesto e as produções sonoras do bebê e os movimentos interpretativos do adulto como indicadores de como o diálogo está se constituindo ou não. Essa constituição, no entanto, é singular. O fonoaudiólogo testemunhará essa evolução a partir de indicadores que lhe permitirão customizar a intervenção para cada caso.

Referências

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. Le Langage II. Sociétés de Philosophie de langage français, Actes du XIII^o Congrès, Genève, 1966, Neuchatel, La Baconnière, 1967, p. 29-40. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP, 1989, p.220-242.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. Semiótica, La Haye, Mouton & Co, vol.I, p.1-12 e vol.II, p.127-135. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP, 1989, p.43-67.

CATÃO, Inês. *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo, Instituto Langage, 2009.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra; BARROS, Andressa Toscano Moura de Caldas; SILVA, Paula Michely Soares da; NÓBREGA, Paulo Vinícius Ávila. Sincronia gesto fala na emergência da fluência infantil. *Estudos Linguísticos*, p. 4011- 426, 2016.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Contribuições dos estudos gestuais para as pesquisas em aquisição da linguagem. *Linguagem e Ensino*, v. 21, p. 5-35, 2018.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas Gerais de Linguística*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2019.

GANTIER, Gabriela Luisa Fernández. *A sincronia gesto-vocal no funcionamento de linguagem entre mãe e filho de 3 a 26 meses: comparação entre o desenvolvimento de bebês com e sem transtorno do espectro do autismo*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana, Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

GOLSE, B. O autismo infantil, a intersubjetividade e a subjetivação

entre as neurociências e a psicanálise. In: MARIN, Isabel Kahn; ARA-GÃO, Regina Orth de (Orgs.). *Do que fala o corpo do bebê*. São Paulo, SP: Escuta, 2013.

OLIVEIRA, Luciele Dias. *Estudo clínico dos sinais enunciativos de aquisição da linguagem: relações com prematuridade e psiquismo nos dois primeiros anos*. Tese (Doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana) - Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

ROTH-HOOGSTRATEN, Antônia Motta Jobim. *Análise do funcionamento de linguagem na avaliação de sofrimento psíquico em bebês*. Tese (Doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana) - Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

SOUZA, Ana Paula Ramos de; FLORES, Valdir do Nascimento. A passagem de locutor a sujeito como efeito do processo de apropriação na clínica da infância: estudo de um caso. In: BUSNEL, Marie-Claire; MELGAÇO, Rosely Gazire (org). *O bebê e as palavras: uma visão transdisciplinar sobre o bebê*. São Paulo: Instituto Langage, 2013, p. 185-200.

SOUZA, Ana Paula Ramos de. A interpretância na articulação corpo-linguagem na clínica de bebês. In: KUPFER, Maria Cristina Machado; SZEJER, Myriam (org). *Luzes sobre a clínica e o desenvolvimento de bebês: novas pesquisas, saberes e intervenções*. 1^aed. São Paulo: Instituto Langage, 2015, v.1, p.189-204.

SOUZA, Ana Paula Ramos de. *Instrumentos de avaliação de bebês*. São Paulo, Instituto Langage, 2020, 96p.

SOUZA, Ana Paula Ramos de. *Clínica fonoaudiológica de linguagem com crianças pequenas e seus familiares*. E-book, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

A AQUISIÇÃO DE LÍNGUA MATERNA: UM DOS DESDOBRAMENTOS DA OBRA DE ÉMILE BENVENISTE NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS/ CNPq)
clcostasilva@hotmail.com

1. Considerações iniciais

Este artigo se insere no eixo “Recepção e desdobramentos da obra de Benveniste na linguística brasileira” do 5º *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, sob coordenação dos professores Célia Della Méa (UFSM), Márcia Elisa Vanzin Boabaid (UFSM) e Valdir do Nascimento Flores (UFRGS).

Relacionado a esse eixo, o objetivo deste texto é o de apresentar, desde a tese inaugural de Silva (2007), os desdobramentos dos estudos de aquisição de língua materna afetados pelas reflexões do linguista Émile Benveniste em diálogo com exteriores teóricos à sua obra.

Para cumprir esse objetivo, o trabalho está organizado em um percurso diacrônico desses desdobramentos em diferentes momentos dos estudos de Silva (2007, 2009 e outros) e de pesquisadores afetados pela proposta de Silva (2007, 2009). Nesses momentos, são verificados os efeitos de exteriores teóricos em novas leituras ou releituras de Benveniste para abordar o fenômeno de aquisição da língua materna.

Em minhas pesquisas sobre aquisição de língua materna e de pesquisadores filiados às minhas pesquisas, é realizado um deslocamento⁵⁹ do axioma do homem na língua para explicar a entrada da criança

⁵⁹Knack (2018), retomando Teixeira (2012), concebe a noção de *deslocamento* com uma ação de pesquisa que aponta para o protagonismo do pesquisador, visto ser este quem ressignifica a base teórica que deriva para empreender estudos descritivos e explicativos. É nessa direção que pesquisadores do campo aquisição da linguagem, vinculados à perspectiva benvenistiana de linguagem, promovem deslocamentos para desdobrar noções presentes nas obras de Émile Benveniste e, consequentemente, descreverem e explicarem a instauração da criança em sua língua materna. Nesse sentido, o deslocamento que tenho empreendido relaciona-se à ideia de Flores (2023) de se ter, como ponto de partida, um grande mestre para instaurar um horizonte próprio de investigação.

na língua materna.

2. Primeiro momento - O dispositivo enunciativo no ato de instauração da criança na língua materna

Desdobrar as reflexões presentes nas obras *Problemas de Linguística Geral I* (1995) e *Problemas de Linguística Geral II* (1989) envolveu colocar em relação dois campos – o da Teorização de linguagem de Émile Benveniste e o de Aquisição da Linguagem.

O estabelecimento dessa relação abarcou dois movimentos:

- 1) O primeiro movimento foi o de ler as obras de Benveniste (1995, 1989) para perceber se havia alguma preocupação com a aquisição de língua pela criança. Nesse movimento de leitura atenta, observei que, embora a aquisição não tivesse sido um dos problemas centrais do linguista, Benveniste (1995, 1989) não deixa de pontuar acerca da presença da criança na língua e na cultura de dada sociedade.
- 2) O segundo movimento foi o de verificar se havia, no campo aquisição da linguagem, explicações sobre a entrada da criança na língua materna por meio das concepções de linguagem, língua e enunciação do linguista Émile Benveniste. Esse segundo movimento apontou a “falta” de uma visada benvenistiana nas explicações sobre aquisição de língua materna.

O primeiro movimento levou à ação de realizar a passagem da aquisição enquanto tema e problema de linguagem para Benveniste (1995, 1989) à aquisição de língua materna enquanto reflexões teórica e metodológica explicativas para a entrada da criança em sua língua. Tal ação abarcou desdobramentos das problemáticas benvenistianas para inseri-las no campo de aquisição de língua materna.

O segundo movimento encaminhou à ação de incorporar, no campo aquisição da linguagem, uma nova explicação para aquisição de língua materna, que contemplasse a instauração da criança em sua língua materna, com a defesa de que, de um lado, a criança é afetada pelo sistema da língua atualizado nas relações enunciativas com o outro e, de outro, é produtora de formas e sentidos, nas relações de interdependência entre sistema e discurso.

Em um momento em que as leituras de Benveniste (1995,

1989), no cenário brasileiro, estavam relacionadas ao que Flores (2017) considera como a primeira recepção do linguista no Brasil, recepção, segundo o autor, bastante circunscrita à chamada Teoria da Enunciação, apresentou-se a necessidade de desdobrar a obra de Benveniste para além das marcas enunciativas com vistas a tratar do humano na língua, vinculada a uma sociedade com a sua cultura. Essa necessidade advém de reflexões benvenistianas sobre a entrada da criança na língua, conforme passagens a seguir, respectivamente, das obras *Problemas de Linguística Geral I* (1995) e *Problemas de Linguística Geral II* (1989):

1) “Língua e sociedade são *dadas*. Mas também uma e outra são aprendidas pelos ser humano, que não lhes possui um conhecimento intato. A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens.” (Benveniste, 1995, p. 31, itálicos do autor);

2) “E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura.” (Benveniste, 1989, p. 23).

Desdobrar, inicialmente, as reflexões de Benveniste (1995, 1989) compreendeu um movimento de releitura de sua obra a partir dos efeitos de um exterior teórico presente, naquele momento, nas pesquisas brasileiras, principalmente, nas vinculadas ao linguista. Trata-se da obra *Mistérios da Trindade*, de Dany-Robert Dufour, obra na qual o autor defende que “a trindade está inscrita em nossa condição de ser falante” (Dufour, 2000, p. 17). “Queiramos ou não”, diz o filósofo, “como sujeitos falantes, somos sujeitos do *trinitário*” (Dufour, 2000, p. 16, grifos do autor). É na reflexão, principalmente, sobre a natureza dos pronomes de Benveniste (1995) que Dufour (2000) embasa a sua reflexão, pois, para o filósofo, Benveniste é o linguista que apresenta um “singular dispositivo intralinguístico”, constitutivo da língua natural como possibilidade de que “eu fale a tu sobre ele”. Assim, Dufour (2000) argumenta ser a língua que falamos habitada pela *trindade*.

O encontro com esse filósofo me inspirou a reler Benveniste para pensar um dispositivo trinitário *eu-tu/ele* com a inclusão do ELE para dar lugar à cultura na explicação do que nomeio *instauração da criança na língua materna*.

Com efeito, Dufour (2000) projeta um dispositivo trinitário para

um grande debate sobre as diferentes ciências humanas (antropologia, psicanálise etc.). A leitura da obra do autor possibilitou, além constituir o dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE* para explicar a entrada da criança em sua língua materna, tratar, metodologicamente, das mudanças operadas pela criança em diferentes tipos de relações diádicas e trinitária em sua instauração na língua materna. Assim, adotei o dispositivo enunciativo como um operador teórico que comporta as relações de pessoa (*eu-tu*), a referência atualizada no discurso – via diferentes formas da língua (*ele*) – e a cultura (*ELE*) como constitutiva da língua presente nas relações enunciativas entre *eu* e *tu*.

Para Benveniste (1995), como sabemos, a relação de personalidade *eu-tu* é marcada pelas características de unicidade e inversibilidade. Essa correlação de personalidade marca a unidade constitutiva de *eu-tu* e instancia, para Dufour (2000), a relação diádica de conjunção. Além da personalidade, Benveniste (1995) destaca o fato de “eu” ser transcendente em relação a “tu”, constituindo a oposição “eu/tu”, já que “eu” é pessoa subjetiva e “tu”, a pessoa não-subjetiva. Benveniste (1995), assim, observa outra correlação, a de subjetividade. Dufour (2000), a partir dessa correlação de subjetividade, apresenta outra relação diádica, a de disjunção *eu/tu*.

Essas duas relações diádicas são fundamentais para o que Silva (2007, 2009) chama de *operação de preenchimento de lugar enunciativo*, operação na qual a criança passa de convocada pelo outro a convocar o outro.

Além das relações diádicas de conjunção e disjunção, no ato de instauração da criança na língua materna, em Silva (2007, 2009), destaco a operação de referência (*ele*). Nessa operação, observo, nas instâncias de discurso criança-outro, a passagem de uma referência mostrada, ancorada na situação, para uma referência discursiva, ancorada na realidade de discurso.

Na terceira operação, realiza-se a inscrição enunciativa da criança na língua-discurso, com o uso de procedimentos pela criança relacionados à complexidade do dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE*. Nessa operação, ocorre a passagem de um uso discursivo de marcação de coordenadas de pessoa, tempo e espaço para uma realidade de discurso em que a enunciação se desdobra em duas (a dupla enunciação), seja

pela retrospectiva, seja pela projeção de acontecimentos na enunciação (comparece, nessa operação, os usos dos discursos direto e indireto, por exemplo).

Por meio dessas operações, em Silva (2007, 2009), defendo que a criança produz uma história de enunciações, por meio da qual se instaura na sua língua materna com os valores da cultura da sociedade onde vive.

Nesse primeiro momento, destaco a influência do filósofo Dufour (2000) na produção de desdobramentos na leitura de Benveniste para a explicação da instauração da criança na língua materna.

3. Segundo momento - Voz e infância nas reflexões sobre a instauração da criança na língua materna

Neste segundo momento de reflexão sobre a instauração da criança na língua materna, releio Benveniste a partir de novos olhares externos (Agamben, 2008; Cavarero, 2011; Dessons, 2006).

As inquietações, desse momento, voltavam-se para questões antropológicas: a voz e a historicidade humana na linguagem. A unicidade da voz marca a singularidade de nossa condição humana na linguagem, pois é aquilo que nos diferencia dos demais, como defende Cavarero (2011). Neste momento, os pesquisadores benvenistianos retomaram Benveniste para destacar o aspecto vocal da enunciação, que, para o linguista, é o aspecto mais perceptível, visto que os sons procedem de atos individuais e, portanto, jamais podem ser reproduzidos de modo idêntico. Benveniste (1989), assim, destaca a singularidade do vocal como uma marca de nossa presença na linguagem.

As discussões sobre voz entrelaçam-se com as reflexões sobre a infância (Agamben, 2008). Nesse entrelaçamento, a voz adquire um estatuto de potência para a entrada da criança na língua justamente por assinalar para um outro a sua presença na linguagem. Neste momento, Silva e Milano (2013) pontuam que, antes mesmo da adequação da forma, a voz da criança, ao evocar sentido para o outro, assegura um lugar para ela no mundo do homem e, nesse caso, a voz deixa de ser uma potência para assegurar a instauração da criança na língua materna.

Também, Silva e Diedrich (2013) argumentam, a partir de

Agamben (2008), que não se pode buscar a *in-fância* humana antes e independente da linguagem, pois jamais encontramos o homem fora da linguagem. Essa reflexão leva as autoras a mostrarem que a criança sempre está enredada de linguagem em um universo de significação, fato que a possibilita entrar na língua materna (sistema e discurso). Neste momento, Diedrich (2015), sob efeitos das reflexões sobre aquisição de Silva (2007, 2009)⁶⁰ e de exteriores teóricos como Agamben (2008) e Cavarero (2011), relê Benveniste (1995, 1989) para, em sua tese, destacar a singularidade do aspecto vocal no ato de aquisição de língua materna, concluindo que os “arranjos vocais” – expressão produzida pela autora – constitutivos dos atos de emissão e percepção, “permitem que a criança, por estar imersa em esquemas culturais, instaure-se no aparelho formal vocal da língua para se singularizar como sujeito da/na linguagem.” (Diedrich, 2015, p. 142).

As discussões sobre voz e infância aliam-se à reflexão sobre uma antropologia histórica da linguagem (Dessons, 2006). Essas leituras em relação com as obras de Benveniste (1989, 1995) levam Silva e Flores (2015) a defenderem que “refletir sobre o processo de aquisição nessa perspectiva é situar-se nessa dimensão da infância do homem e de historicidade da linguagem para tratar cada experiência de enunciação como instauradora de uma história na linguagem.” (Silva; Flores, 2015, p. 143). Essa história somente é possível pela faculdade de simbolizar, visto que “não basta ter visão, olfato, paladar, tato e audição para construir sentidos. Aliás, esses sentidos estão presentes, também, em outros animais e, nem por isso, atribuímo-los capacidade de construir sentidos, em uma palavra, de ter linguagem.” (Silva; Flores, 2015, p. 147). Nesse caso, por a criança estar no simbólico da linguagem, é que a atribuição de sentidos às enunciações, necessária à aquisição, torna-se possível.

Neste segundo momento, as exterioridades teóricas levaram-me a, juntamente com outros pesquisadores, a reler Benveniste e a ressaltar aspectos de sua obra sobre o simbólico da linguagem e a significação da

⁶⁰Também, sob efeitos da proposta de Silva (2007, 2009), temos o estudo de Stumpf (2010) sobre a metalinguagem na aquisição de língua materna. A partir da articulação dos dois campos (da perspectiva de linguagem benvenistiana e de aquisição), conforme Silva (2007, 2009), e da constatação da “falta” de uma perspectiva enunciativa para tratar desse problema, a autora constata que, por ser uma propriedade da língua,

língua, sobre a relação língua-cultura e sobre o aspecto vocal da enunciação para desenvolver discussões sobre o ato de instauração da criança na língua materna. Não houve, nesse momento, a produção de uma nova perspectiva de aquisição a partir do ponto de vista benvenistiano (sobre linguagem, língua e enunciação) ou alteração do dispositivo inicial proposto por Silva (2007), mas foram agregadas novas reflexões, que colocaram em destaque o aspecto vocal da enunciação.

4. Terceiro momento – A escuta como um ato de enunciação e seu papel no ato de instauração da criança na língua materna

Neste terceiro momento, incorporo, nas reflexões sobre aquisição de língua materna, um novo exterior teórico. Essa inscrição está relacionada à reflexão de Roland Barthes (1976), no verbete “Da escuta”, presente na Enciclopédia *Einaudi*. Essa leitura inspiradora me levou a pensar o tema “escuta” à luz do viés enunciativo benvenistiano.

O filósofo aborda três tipos de escuta. Ao pensar a segunda escuta em uma relação dual e ao argumentar que a escuta fala, Barthes (1976) possibilitou-me deslocar a sua reflexão para pensar esse fenômeno no quadro enunciativo. Por isso, tenho defendido que a inversibilidade enunciativa *eu-tu*, tão enfatizada sob o ponto de vista da realização vocal, também está presente na escuta. Há, assim, nas relações enunciativas, inversibilidade e, portanto, intersubjetividade de escutas. Nessa perspectiva, se Barthes diz que a “a escuta fala”, tenho defendido que “a escuta é uma enunciação”.

Pensar a escuta como ato de enunciação e seus efeitos na aquisição de língua materna me levou a verificar as relações enunciativas de uma criança, do seu primeiro mês aos onze meses, com outros de seu convívio. As reflexões advindas da escuta da criança à enunciação do outro, da escuta do outro à enunciação da criança e da auto-escuta estão presentes nas publicações de Silva (2020) e Silva e Chacon (2023). A primeira publicação trata da relação entre o biológico e o cultural ligada

a metalinguagem pode fazer-se presente nas enunciações entre criança e outro. Para Stumpf (2010), se a metalinguagem é uma propriedade da língua, é possível postular que, uma vez que a criança entra na língua, é universal que essa propriedade possa se manifestar no discurso da criança, mas é absolutamente singular a forma através da qual ela pode aparecer.

à presença da criança na linguagem e a sua instauração na interdependência entre forma-sentido no sistema e no discurso da língua materna. A segunda publicação trata dos efeitos da escuta da criança e do outro para as enunciações de retorno tanto da criança quanto do outro às realizações vocais presentes nas enunciações.

As preocupações com os polos de quem produz e de quem ouve na obra benvenistiana haviam sido destacadas por Knack (2012) em seu estudo sobre *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. O desdobramento da “escuta fala” para a “escuta é um ato de enunciação” me levou à releitura das obras de Benveniste (1995, 1989) para verificar a presença do termo ouvinte em suas reflexões sobre linguagem, língua e enunciação.

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste (1995) postula que a linguagem, no plano material, contém um aparelho vocal para produzir-se e um aparelho auditivo para ser percebida (formas são emitidas e ouvidas). No plano imaterial, a linguagem comunica significados, com a “evocação” de acontecimentos e experiências. Assim, o linguista, em sua noção de linguagem, contempla, de um lado, o aspecto natural/biológico (aparelhos vocal e auditivo) e, de outro lado, o aspecto simbólico e imaterial (a significação). Também neste texto Benveniste (1995) argumenta que “A situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade.” (Benveniste, 1995, p. 26). Dessa maneira, destaco o fato de que, na função mediadora da linguagem, Benveniste inscreve, em sua reflexão, um lugar para o ouvinte.

Ao problematizar a noção de língua, o linguista defende haver dois modos dela existir: como sistema (domínio semiótico) e como discurso (domínio semântico). Nesses dois domínios, forma e sentido são consideradas noções gêmeas e, por isso, interdependentes. Embora não explicito o termo ouvinte, ao teorizar acerca desses domínios, Benveniste (1989), em “Os níveis da análise linguística” e em “A forma e o sentido na linguagem”, não deixa de considerar a presença de duas faculdades humanas importantes em cada domínio: a identificação (reconhecimento) de uma unidade/signo como pertencente ao domínio sistêmico da língua e a compreensão, no domínio discursivo, do sentido da

palavra em emprego na frase e do sentido e da referência da frase.

A pergunta “tem sentido?” – relacionada à identificação de formas como pertencentes ao sistema – e a pergunta “qual sentido?” – ligada à compreensão do discurso – podem, seguindo a linha de desdobramento defendida neste texto, estarem atreladas, nas manifestações faladas, à instância de ouvinte como falante-ouvinte nativo de uma língua. Atrelada a essa argumentação, observo que Benveniste (1989) defende que “o sentido da frase está na totalidade da ideia **percebida** por uma compreensão global” (Benveniste, 1989, p. 232, grifo nosso). Verifica-se, nessa passagem, o autor vincular a compreensão global à ideia percebida, percepção que está atrelada, nas manifestações faladas, a um ouvinte. Já o sentido da palavra consiste em seu emprego local no agenciamento com outras palavras na frase, sentido que se relaciona também à compreensão do ouvinte acerca desse emprego.

Também, em “O aparelho formal da enunciação”, há muitas passagens com a presença do termo “ouvinte”. Após enumerar que, na enunciação, consideramos, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (Benveniste, 1989, p. 83), o linguista defende que, depois da enunciação, “a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (Benveniste, 1989, p. 83, 84). Com isso, destaco a presença do ouvinte como instância mediadora entre uma enunciação e outra. Além disso, ao conceber o monólogo como um diálogo interiorizado, Benveniste (1989) volta a empregar o termo ouvinte, com a argumentação de que, no monólogo, há o diálogo entre um eu locutor e um eu ouvinte.

Assim, na reflexão enunciativa, o ouvinte é a instância afetada por uma enunciação para realizar uma enunciação de retorno na inver-sibilidade enunciativa *eu-tu*. Conforme argumentam Silva e Oliveira (2021), esse lugar de escuta é condição para duas novas enunciações, uma durante e outra a partir da escuta. Essa reflexão é respaldada pelos autores na seguinte formulação de Benveniste: “Toda enunciação é, **explícita ou implicitamente**, uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84, destaques nossos). A partir dessa citação, Silva e Oliveira (2021) defendem a escuta como uma enunciação implícita. Essa enunciação, ainda que não se explicita em palavras para

o outro, marca a alternância enunciativa e insere, na “estrutura do diálogo”, “duas figuras na posição de parceiros [que] são alternativamente protagonistas da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 87).

A verificação da presença do termo ouvinte, na Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, leva-me a conceber o ouvinte como uma instância mediadora para a recriação de realidade discursiva em sua reflexão sobre linguagem. Ainda me leva a considerá-lo como atribuidor de sentidos nos dois domínios da língua: como aquele que identifica uma unidade semiótica (sistêmica) e como aquele que realiza a compreensão global e singular de um discurso. E me encaminha a conceber o ouvinte como o que realiza uma enunciação implícita (escuta) para explicitar uma enunciação de retorno.

O principal alcance metodológico desse desdobramento teórico – com a inclusão do ouvinte nas reflexões sobre linguagem, língua e enunciação – está relacionado à consideração da escuta como instância de observação nos fatos enunciativos criança-outro, pois, se há uma enunciação de retorno após uma realização vocal atingir um ouvinte, conforme Benveniste (1989), então a “escuta” do ouvinte precisa ser uma instância metodológica importante possível de ser tratada na inver-sibilidade enunciativa de realizações vocais.

Assim, o papel da “escuta”, na relação entre a enunciação anterior e a atual dos protagonistas da enunciação (criança e outro), tem sido um procedimento metodológico fundamental para a explicação da instauração da criança em sua língua materna, conforme destaco em Silva (2022). Analiticamente, tenho verificado o papel da escuta em cada uma das mudanças nas três macro-operações (Silva, 2007, 2009), estudo apresentado em Silva (2023).

5. Momentos de novos desdobramentos: do aspecto vocal da enunciação ao aspecto gráfico

A proposta de Silva (2007, 2009) levou pesquisadores a estudarem a relação da criança com o aspecto gráfico presente na cultura de uma sociedade como atrelado à língua dessa sociedade. Nesses desdobramentos, encontram-se os estudos sobre aquisição de leitura (Soares, 2018) e sobre aquisição da escrita (Oliveira, 2022).

Soares (2018), à luz da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, propõe-se a verificar como a criança se funda na leitura. Para a autora, os diferentes modos de a criança se relacionar com diferentes materialidades gráficas é em si um ato de ler. Por estar imersa na propriedade simbólica da linguagem, a criança vai produzindo sentidos aos elementos presentes em diferentes materialidades. Esse estabelecimento de sentidos também lhe permite identificar as formas das unidades gráficas do sistema de escrita, reconhecendo sua existência e outro modo de se significar pela linguagem.

Oliveira (2022), em sua tese, produz, a partir da teoria da linguagem benvenistiana, “uma explicação para a instauração da criança enquanto escrevente e leitora na escrita (sistema e discurso). Por isso, formula, conforme palavras de Flores (2023, p. 20), “um horizonte próprio” para explicar o vir a ser escrevente pela criança. Essa explicação é realizada via desdobramentos das teorizações generalista, semiológica e enunciativa de Émile Benveniste.

Sob efeitos das reflexões de Silva (2007, 2009), Oliveira (2022) verifica mudanças no vir a ser escrevente da criança, por meio de três macro-operações: **(1)** a operação de deslocamento de lugar enunciativo; **(2)** a operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito e **(3)** a operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita. No interior dessas macro-operações, são verificadas micro-operações, a exemplo também de Silva (2007, 2009), que possibilitam a identificação de grandes mudanças na relação inicial da criança com a língua em sua realização gráfica. No resumo da tese, encontra-se uma síntese dessas mudanças:

Na primeira macro-operação, ocorre a passagem do preenchimento do lugar enunciativo de falante e do lugar coenunciativo de ouvinte ao preenchimento do lugar enunciativo de escrevente e do lugar coenunciativo de leitor. Na segunda macro-operação, ocorrem duas mudanças, uma de caráter intersubjetivo e outra de caráter referencial: por um lado, a passagem da enunciação escrita sem implantação de alocutário explícito à enunciação escrita com explicitação de alocutário, real ou imaginado, individual ou coletivo; por outro lado, a passagem do *aqui-agora* da alocação falada à complexa rede de relações espaço-temporais

desdobrada pela alocação escrita na simulação, na retomada e na projeção de acontecimentos. Na terceira macro-operação, ocorre a passagem do reconhecimento *da* à ação *sobre* a escrita como um todo constituído de partes na relação entre o contínuo e o discreto dos níveis e das unidades linguísticas. (Oliveira, 2022, p. 8).

Esses estudos sobre o aspecto gráfico da enunciação em relação com um outro modo de a língua se presentificar em nossa sociedade para a produção de sentidos nas práticas humanas apontam para as potencialidades da Teoria da linguagem de Émile Benveniste e suas possibilidades de desdobramentos, pois suas problemáticas podem “atingir outros horizontes, na direção das atividades significantes dos homens em qualquer tipo de interação social” (Teixeira, 2012, p. 62).

6. Considerações finais

Esta trajetória dos desdobramentos, a partir da teorização de Émile Benveniste sobre o humano na linguagem, mostra o quanto as ideias do linguista possibilitam pesquisas sobre diferentes problemas de linguagem, entre os quais está o de aquisição de língua materna. Com certeza, muitos outros desdobramentos aconteceram durante esse período diacrônico aqui apresentado, visto que essa minha história de pesquisa se mistura com a de muitos estudiosos benvenistianos.

Parafraseando Benveniste sobre Saussure, diria que sua obra está sempre aberta a novas leituras e desdobramentos, visto que suas “ideias (...) brilham mais longe do que ele teria podido imaginar”. (Benveniste, 1995, p. 49).

Que venham sempre novos desdobramentos a partir da leitura das obras de Émile Benveniste, com novas recepções de sua potente Teoria da Linguagem para as pesquisas na Linguística Brasileira.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BARTHES, Roland. *Da escuta*. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976.

BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CAVARERO, Adriana. *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions IN PRESS, 2006.

DIEDRICH, Marlete Sandra. *Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem*. 147f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130026>.

Acesso em: 30 de jul. 2023.

DUFOUR, Dany-Robert. *Mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. O linguista nunca pode deixar de ser um linguista geral”: entrevista com o professor Valdir do Nascimento Flores. *Letras*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 07-20, Edição especial 2023.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/84019/62766>.

Acesso em 17 jan. 2024.

KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. 189 p. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56027>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

KNACK, Carolina. A língua como prática humana: desdobramentos das relações entre língua e sociedade. *Desenredo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 394-403, set./dez. 2018

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do homo loquens ao homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita*. 428 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2022.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257970/001168408.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

SOARES, Isadora Laguna. *No mundo de Sof: um estudo sobre a aquisição da leitura pela criança a partir da teoria da linguagem de Émile Benveniste*. 179 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.ufrgs.br/handle/10183/188237>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10407>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; MILANO, Luiza. O lugar da voz na aquisição de linguagem *Nonada: Letras em Revista*, v. 2, n. 21, p. 02-12. outubro, 2013. Laureate International Universities. Porto Alegre, Brasil.

SILVA, Carmem Luci da Costa; DIEDRICH, Marlete. A experiência da criança na linguagem. *Prolíngua*. v. 8, n. 2, jul/dez de 2013.
Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista v. 13, n. 1, p. 133-149. junho de 2015.
Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa Silva. A relação entre o biológico e o cultural na aquisição da linguagem e a instauração da criança na interdependência entre forma-sentido na língua materna. *In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (Orgs.). O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. Pimenta Cultural: São Paulo, 2020, p. 164-203.
Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, v. 26, p. 165-190, 2021.
<https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/116837>.
Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A escuta em uma abordagem enunciativa da aquisição de língua materna. *In: Heloisa Monteiro Rosário; Sara Luiza Hoff; Valdir do Nascimento Flores. (Org.). Leituras de Émile Benveniste*. 1ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022, p. 39-48.
<https://www.editorazouk.com.br/pd-93a79f-leituras-de-emile-benveniste.html?ct=308e81&p=1&s=1>.
Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Carmem Luci da Costa; CHACON, Lourenço Chacon. Formas sonoras e sentidos na aquisição da linguagem: a escuta como ocupação de lugar enunciativo. *ALFA: Revista de linguística (UNESP. ONLINE)*, v. 67, p. 1-22, 2023.
<https://www.scielo.br/j/alfa/a/qPNYcwk5JpsqNp5RMKS55kx/>
Acesso em: 22 de ago. 2023.

STUMPF, Elisa Marchioro. *Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem*. 109 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26730>.
Acesso em: 17 jan. 2024.

TEIXEIRA, Marlene. Um olhar enunciativo sobre o discurso. *In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges. Enunciação e discurso: tramas de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOBRE O FALANTE E O HIATO DA LÍNGUA EM BENVENISTE: O FONOAUDIÓLOGO E OS RASTROS DE PALAVRAS NA ENUNCIÇÃO

Jefferson Lopes Cardoso (UFRGS)
jeffc Cardoso@hotmail.com

1. Introdução

Há milênios o falante e a sua relação com a linguagem desperta o interesse e a curiosidade do homem. Essa relação pode ser observada desde as culturas mais primitivas que explicavam o surgimento da linguagem pela via de uma divindade, como os Egípcios que creditavam ao deus Toth a criação da fala e da escrita, até o experimento, mencionado nos escritos do historiador grego Heródoto, no século VII a. C., do faraó Psamético para saber qual a língua mais antiga do mundo (Crystal, 1973, p. 57). O tema ganha contornos mais específicos quando se trata de sujeitos que enunciam de uma forma peculiar, diferente, ou desviante. Quando isso acontece o interesse passa a ser, mais especificamente, de estudiosos do campo da linguagem. Seja como é designada a fala desses sujeitos: alterada, desviada, patológica, etc. as particularidades nas formas de enunciar desses falantes podem levar a um diagnóstico de *distúrbio de linguagem*⁶¹. E quando se trata de *distúrbios de linguagem*, o fonoaudiólogo é o profissional requisitado para atender à demanda de um tratamento com vistas a uma escuta e a uma intervenção no que se refere à fala desses sujeitos. Nessa direção entendemos que o fonoaudiólogo assume um papel de *interlocutor diferenciado*⁶² no tratamento desses sujeitos.

É por essa razão que o tema central deste trabalho, para onde

⁶¹Utilizamos a expressão *distúrbios de linguagem* para, com ela, denominar o conjunto das manifestações de linguagem de um sujeito que compõem na instância clínica. Estão incluídas nessa designação desde manifestações decorrentes de problemas neuro-sensoriais, anatômicos, intelectuais, motores, neurológicos, de estrutura psicológica, entre outros, até as manifestações de linguagem presentes em quadros síndromicos com ou sem etiologia orgânica definida.

⁶²Esse é um termo explorado inicialmente em Martins (2021).

outros convergem, é o papel de interlocutor assumido pelo fonoaudiólogo no atendimento de sujeitos com *distúrbio de linguagem*. No entendimento desse papel o destaque é para a relação que os falantes mantêm com a língua, considerando a sua semiologia e o seu uso, e para quando essa relação é pensada na *Clínica dos Distúrbios de Linguagem*⁶³. Diferentes aspectos envolvem esse lugar de *interlocutor diferenciado* do clínico. Neste trabalho destacaremos dois:

- a) o primeiro se refere aos processos de associação linguística que ocorrem no trabalho clínico;
- b) o segundo se refere à busca de uma *linearidade enunciativa* pelos interlocutores (fonoaudiólogo e paciente) no diálogo.

Feita essa introdução apresentamos a estrutura do trabalho: Em *Processos de associação linguística e a clínica* (item 2) o autor de principal referência é o linguista Émile Benveniste. A partir, especialmente, dos textos *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *A semiologia da língua* (1969) serão discutidos os processos de associação linguística entre os planos semiótico e semântico da língua, e como esses processos podem ser contemplados na *Clínica dos Distúrbios de Linguagem*. Em *Sobre a linearidade enunciativa e a clínica* (item 3) estão os fundamentos para se entender o conceito de *linearidade enunciativa* e da sua importância para a *Clínica dos distúrbios de linguagem*. Na sequência, apresenta-se a metodologia (item 4), com a apresentação de um caso ilustrativo, contendo a transcrição de um recorte de cena clínica de um atendimento fonoaudiológico e a respectiva análise. Por fim, destacamos as conclusões (item 5).

2. Sobre os processos de associação linguística e a clínica

Para abordar o primeiro aspecto relacionado ao papel de *interlocutor diferenciado* do fonoaudiólogo na clínica nos reportaremos há alguns conceitos da obra de Émile Benveniste. Na análise de alguns

⁶³A utilização do sintagma *clínica dos distúrbios de linguagem* tem uma particularidade, em relação ao campo da fonoaudiologia, que merece ser observada. Ocorre que, mesmo partindo dessa área, as reflexões que propomos em torno das noções de linguagem e de distúrbio não equivalem *pari passu* ao arcabouço teórico da fonoaudiologia.

textos de Benveniste se observa que a significação assume, progressivamente, o *status* de conceito operatório (Normand, 1996). A primazia dada à questão da significação fica mais transparente, em especial, no estudo semiológico empreendido pelo autor. A temática acerca da significação está presente, especialmente, na conferência proferida por Benveniste em um congresso de filosofia em 1966: *A forma e o sentido na linguagem*.

A defesa desse estudo é mais visível em *A semiologia da língua*, escrito em 1969, no qual é indicada a construção de uma semiologia de “segunda geração”, que irá contribuir, segundo o linguista, para o desenvolvimento de outros ramos da semiologia geral. É assim que o interesse pela *significação*, tanto em relação aos sistemas de signos em geral – texto de 1969 – como em relação ao estudo da língua – no texto de 1966 – leva Benveniste a distinguir dois modos distintos de significância que estão combinados na língua: modo semiótico e modo semântico.

A distinção de duas maneiras de ser língua – semiótica e semântica – tem como base um duplo aspecto: o caráter significante da língua; e “o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” (Benveniste, 1989, p. 224). É tomando por base esses aspectos que Benveniste pretende avançar na noção, muito geral, de significação encontrada na ideia de signo em Saussure. A proposta então é ir além de Saussure na análise da língua como sistema significante. Essa proposta, em que os dois modos de língua estão implicados, vai considerar o *signo* como sendo a *unidade semiótica* e a *frase* como a *unidade semântica*.

A existência desses dois “modos de ser” da língua depende de duas faculdades distintas para o falante: de um lado, o signo deve ser reconhecido; de outro, o discurso deve ser compreendido. Sobre essas faculdades Benveniste diz algo de especial interesse para este trabalho:

Trata-se, em termos gerais, de uma concepção de clínica que desloca os conceitos de patologia e de sintoma de uma perspectiva “médica” para outra que, construída por um movimento de alteridade entre diferentes disciplinas, reflete sobre a linguagem e sobre o falante.

A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. *Nas formas patológicas da linguagem, as duas faculdades estão frequentemente dissociadas* (Benveniste, 1989, p. 66, destaques meus).

Se por um lado, como diz Benveniste, “do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo” (Benveniste, 1989, p.66), por outro lado há associação.

Considerando a *Clínica dos Distúrbios de Linguagem* pensamos que nas “formas patológicas” o hiato que separa semiótico e semântico tem sua dimensão ampliada, de tal maneira que para o sujeito com distúrbio de linguagem essa necessária associação se desfaz. Como diz Flores “O falante, nesse caso, não se situa na aporia do hiato que há entre semiótico e semântico, na eterna operação de conversão da língua em discurso; ele se perde entre o semiótico e o semântico” (Flores, 2019, p.293).

Partimos do princípio de que os *distúrbios de linguagem* se caracterizam por uma dissociação específica da isomorfia *forma/sentido*. A quebra da isomorfia *forma/sentido*, nesses casos, tem uma particularidade que está relacionada aos conceitos de reconhecimento e de compreensão das unidades da língua. Em todos os casos de *distúrbios de linguagem*, independentemente do tipo de alteração, é o uso da língua que é colocado em questão. Todos, cada um com a sua particularidade, ou refletem um problema de reconhecimento do signo, ou uma dificuldade na compreensão da “ideia”, ou ainda, refletem um problema em que ambos os aspectos estão em jogo.

O problema das associações linguísticas acontece por diferentes tipos de relação: entre a imagem acústica e o conceito (no plano semiótico); entre a ideia e o agenciamento sintático (no plano semântico); e entre os planos semiótico e semântico. Essa complexidade de associações (intra planos e entre planos) precisa ser compreendida e considerada pelo fonoaudiólogo no seu trabalho clínico, pois ele poderá possibilitar/favorecer que o sujeito/paciente faça essas associações.

3. Sobre a linearidade enunciativa e a clínica

Para discutir esse segundo aspecto relacionado ao papel de *interlocutor diferenciado* no atendimento de sujeitos com distúrbio de linguagem, refletiremos sobre alguns pontos do trabalho de Irène Fenoglio acerca da *Enunciação e Gênese de um Texto* (2013). Embora o trabalho de Fenoglio esteja voltado para o texto escrito fazemos uma aproximação, de parte dos conceitos empregados no seu estudo, para pensar o trabalho do fonoaudiólogo na *Clínica dos Distúrbios de Linguagem*.

Em seu trabalho, Fenoglio tenta responder uma questão: em que a observação do processo de enunciação, a partir de um “rascunho” *manuscrito*, permite compreender alguma coisa sobre a produção de sentido no curso de textualização? Para a autora o *manuscrito* está preso a uma série de metamorfoses: hesitações, retomadas, arrependimentos, etc. que são o fruto de um trabalho psíquico, cognitivo e gestual, da parte do escritor, que deixa vestígios gráficos materializados sobre o manuscrito. O *rascunho* é este conjunto de vestígios, encontrados sobre diversos materiais que o linguista geneticista poderá observar e analisar. Ou seja, a atenção da autora está voltada para o processo de textualização, e não ao estado definitivamente estabilizado de um texto. Assim, o enfoque é para o texto em produção, no qual se procura revelar o processo de elaboração semântica.

Penso que, assim como Fenoglio (2013) atesta que o linguista geneticista faz um trabalho de arqueólogo, estabilizando diferentes estratos de vestígios, de rasuras, de arrependimentos, e identificando a cronologia dos elementos traçados, o fonoaudiólogo também se volta para uma espécie de arqueologia. Porém, além da diferença do fonoaudiólogo trabalhar com a materialidade da fala, ele trabalha em dois tempos: o da enunciação, no presente da cena clínica; e um tempo *à posteriori*, como analista, a partir de gravações e transcrições feitas sobre a cena clínica.

No atendimento clínico o fonoaudiólogo interpreta o que é dito pelo paciente na busca de uma *linearidade enunciativa*, na construção de um diálogo. Essa linearidade pode estar “baralhada”, confusa, seja pelo problema da forma linguística do que é falado, seja pela falta mes-

mo de uma linearidade linguística⁶⁴. Mas a linearidade estar aparentemente “baralhada” não implica, necessariamente, uma ruptura enunciativa. E nessa busca de uma *linearidade enunciativa* o fonoaudiólogo se apóia em vestígios, pistas, rastros que acompanham o processo de enunciação.

A busca de uma *linearidade enunciativa*, por meio das pistas deixadas pelos interlocutores no processo de enunciação, ocorre através da co-referência de sentidos. O fonoaudiólogo, pelo processo de co-referência⁶⁵, se apóia no sentido emanado da frase⁶⁶ para co-referir. Essas pistas podem ser constituídas de uma, ou mais palavras, de fragmentos de palavras, ou mesmo de traços sonoros. Essas pistas nem sempre são facilmente decifráveis (pois a forma linguística pode estar muito diferente do uso coletivo). Na interlocução, buscando uma linearidade no que foi e é dito, o fonoaudiólogo possibilita a construção de associações linguísticas para o interlocutor/paciente.

4. Metodologia

Os dados exibidos neste trabalho são oriundos de cenas de um atendimento fonoaudiológico realizado em uma clínica escola de uma universidade do Rio Grande do Sul. O atendimento foi filmado e pos-

⁶⁴A linearidade linguística não se identifica *pari passu* com o que estamos nomeando de *linearidade enunciativa*. A linearidade linguística implica um certo ordenamento dos elementos linguísticos, que se articulam em uma espécie de “linha” para garantir o sentido do que é dito. A linearidade linguística é mais dependente da forma linguística do conjunto de palavras enunciadas pelo falante. Já a *linearidade enunciativa* está mais relacionada a uma associação de sentido, que inclui os interlocutores e o uso da língua em um tempo presente, e em um espaço comum.

⁶⁵Em Benveniste a co-referência é definida como a “possibilidade linguística própria do co-locutor de partilhar da referência do locutor”.

⁶⁶É importante lembrar que o termo *frase* não tem, em Benveniste, o sentido de reunião de palavras em uma “estrutura sintática”. O *Dicionário de linguística da enunciação* assim define, à página 127, frase em Benveniste: “Unidade do discurso. A *frase* é a materialidade do discurso, sua variedade não tem limites, sua criação é indefinida, seu número é infinito. Com a frase passamos de um sistema para outro: da língua como sistema de signos para a língua em ação, no discurso, no modo semântico de significância da língua. A frase é a cada vez um acontecimento diferente; ela existe tão-somente no momento em que é proferida, apagando-se imediatamente. Eventualmente, Benveniste utiliza o termo frase em um sentido equivalente ao do termo enunciado”.

teriormente transcrito. Os dados são mostrados por meio de um recorte enunciativo, representado por uma transcrição de parte do diálogo estabelecido entre terapeuta (T) e paciente (P) em situação clínica. O recorte enunciativo configura-se como a unidade de análise do trabalho, sendo mostrado por meio de transcrição, indicando no seu cabeçalho a contextualização da cena enunciativa. Os turnos de fala dos interlocutores serão numerados por algarismos arábicos, obedecendo a sequência de sua realização. A análise dos dados será apresentada após o recorte enunciativo.

As análises serão norteadas pela evidência dos seguintes aspectos: i) associações linguísticas singulares; ii) vestígios, ou pistas, deixadas pelo interlocutor no processo de enunciação; iii) *linearidade enunciativa*, identificada no processo de enunciação.

4.1. Breve apresentação do caso

O paciente (P) é um menino de 5 anos de idade. A família de P chega à clínica com a queixa de que P se comunica “por sílabas”. No início dos atendimentos se observa que P utiliza enunciados curtos para se comunicar, e que, em vários momentos, esses enunciados são ininteligíveis.

4.2 Transcrição

Contextualização enunciativa: Terapeuta e paciente brincavam de fazer comida com massinhas de modelar.

	Paciente	Terapeuta
1		É, tu come feijão em casa.
2	Eu como gumavezi.	
3		Ah, tem que comer sempre.
4	Xabi, xabia eu comi maxa, cóinha.	
5		Comeu massa, ó.
6	Cóinha.	

7		Agorinha? Não foi ao meio dia?
8	Não, foi amanhã (intensidade mais forte para enfatizar o amanhã)	
9		Amanhã? Não foi hoje?
10	Nã, coessa, coa, ah, nepisse	
11		E arroz, tu come bastante?
12	Eu como ba, eu como, não shempi.	
13		Não é sempre? Tem que comer sempre.
14	Ah vezi, i pime, quimei.	
15		Ah, e massa, tu come sempre?
16	I vezi, quivezi.	
17		Tudo tu come às vezes?
18	Tem alguma cosa, uma cosa amareia.	
19		Hum, eu vou fazer uma banana, falando em coisa amarela (pegando uma massa amarela)
20	Nã, nã, na.	
21		Ah, não, não, não, tu vai usa?
22	Quei fazê batata tinda, feijão.	
23		Hum, batata frita?
24	I também, i também juto arroi.	
25		Huumm
26	E, eu já, já vi isho	
27		Já viu isso?
28	Si, a minha mãe sempre fazia.	
29		Ãh e agora ela não faz mais?
30	Guma fai, é fai, é eu comi bacata.	
31		Hum, e tu come na escolhinha?

32	Não tem bacata á.	
33		Não tem batata lá? Mas tem que comer às vezes sem batata
34	Eu como bacaca.	
35		Eu também adoro batata, mas geralmente eu não como, eu como só sábado e domingo.
36	Eu caboqui.	

4.3. Análise

É possível observar associações linguísticas singulares em todos os enunciados de P. A título de exemplo podemos citar: a palavra “cóinha” (em 4) onde se percebe uma associação singular entre uma imagem acústica e um conceito. Em 8 temos o enunciado: “Não, foi amanhã”, representando a ideia de: “Não, foi ontem”. Nesse caso, vemos uma ideia associada a um agenciamento sintático, mas também uma associação singular entre uma imagem acústica e um conceito (“amanhã” por “ontem”). Em 10 temos “Nã, coessa, coa, ah, nepisse”, em que a complexidade das associações remete, mais diretamente, a relações entre os planos semiótico e semântico da língua, estando o reconhecimento dos signos prejudicado. É importante dizer que as associações linguísticas, que acontecem por diferentes tipos de relação (entre a imagem acústica e o conceito; entre a ideia e o agenciamento sintático; e entre os planos semiótico e semântico) estão aqui separadas para uma compreensão didática da complexidade desses processos. A separação foi para ressaltar que as associações estão mais diretamente relacionadas a um plano da língua (semântico ou semiótico), ou mais entre os planos da língua (semântico e semiótico). No entanto, no uso da língua pelo falante, as associações linguísticas, de todas as ordens, acontecem simultaneamente, sempre na relação entre os planos semântico e semiótico.

Assim como as associações linguísticas singulares, as pistas deixadas pelos interlocutores no processo de enunciação estão presentes em todos os enunciados. Destacamos, como exemplo, algumas pistas deixadas no enunciado 2 de P, sob as quais T se apóia para estabelecer a co-referência: Em 2 P diz: “Eu como gumavezi”. Esse enunciado é posterior a 1, quando T diz: “É, tu come feijão em casa”. O verbo “comer” é um elemento linguístico de referência na sequência do diálogo. Apesar de P falar “gumavezi” (“algumas vezes”) de uma forma particular, T se apóia nessa forma linguística e no agenciamento da frase para co-referir. Nesse caso, a sonoridade é uma das pistas deixadas por P, na medida em que “gumavezi” se aproxima sonoramente (im. Acústica) de “algumas vezes”. Outra pista é o agenciamento sintático da frase “Eu como gumavezi”, em que o verbo “comer” está presente na sequência dos enunciados 1,2,3 do diálogo.

A *linearidade enunciativa* é a base do diálogo estabelecido entre T e P. A linearidade acontece em toda a extensão do diálogo, mesmo que às vezes possa estar, ou parecer, “baralhada”. Mesmo que em alguns enunciados a questão da forma linguística singular se mostre como uma barreira para a interlocução (exemplos em: 10, 14, 30), o diálogo é sustentado pelos interlocutores. Destacamos o enunciado 4: “Xabi, xabia eu comi maxa, cóinha”. Nesse exemplo ilustrativo, a palavra “cóinha” dita por P é compreendida como “agorinha” por T (em 7). O sentido adequado da palavra só é compreendido por T em 31, como “escolinha”. Essa passagem, assim como a 10, 14 e 30, ilustram o que estamos a designar de *linearidade enunciativa*, como sendo um processo de contiguidade de sentido, que é construído pelos interlocutores no diálogo.

5. Conclusões

Começamos as conclusões a partir do sintagma “Sobre o falante e o hiato da língua em Benveniste: o fonaudiólogo e os rastros de palavras na enunciação”. O leitor pôde perceber que o sintagma se refere ao título do trabalho. É por aí que iniciamos, pois é pertinente, e até esperado, que o título de um trabalho contenha, nas suas palavras, os pontos basilares do estudo.

Tratamos do falante na clínica, ou mais especificamente, do fa-

lante com *distúrbio de linguagem*. Benveniste (1989) destaca que as noções de reconhecimento e de compreensão, atreladas ao processo de associação entre os planos semiótico e semântico da língua, estão frequentemente dissociadas nas formas patológicas. Assim, o hiato que separa esses planos da língua tem sua dimensão ampliada, de tal forma que o sujeito com *distúrbio de linguagem* tem muita dificuldade para essa necessária associação. O fonoaudiólogo é um interlocutor diferenciado na medida em que pode possibilitar/favorecer que o paciente faça novas associações linguísticas para enunciar. É nessa direção que o trabalho clínico aponta, na sustentação e na busca de uma linearidade enunciativa no diálogo. Essa linearidade é constituída por rastros de palavras, pistas deixadas pelos interlocutores no processo de enunciação. Rastros de um material semiótico que constitui a língua, e que servem de apoio para a co-referência.

Referências

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 221-242.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 43-67

CARDOSO, Jefferson Lopes. *Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem*. 2010. 102f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2010.

CRYSTAL, David. *A linguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973.

FENOGLIO, Irène. Enunciação e gênese de um texto: elaboração semântica e textualização. In: Debates em educação. Maceió: Vol. 5, n. 10, Jul./Dez. 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. O Escafandro e a borboleta ou o testemunho da fala que falta ao falante. In: FENOGLIO, Irène. *Émile Benveniste: A Gênese de um Pensamento*. Ed. Brasília: Editora UnB, 2019, p. 273 - 300.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci; FINATTO, Maria José; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Clarissa Toledo. *Sobre a relação forma e sentido na linguagem: implicações para a intervenção fonoaudiológica*. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, Sergio Lopes; PARLATO, Erika Maria; RABELLO, Silvana. *O falar da linguagem*. São Paulo: Editora Lovise, 1996.

SOM E SENTIDO: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA MÚSICA NO AUTISMO

Isabela Barbosa do Rêgo Barros (UNICAP)
isabela.barros@unicap.br

1. Introdução

Este texto acompanha as pesquisas que vinculam a teoria da enunciação de Émile Benveniste (2005; 2006) à aquisição de linguagem no autismo com o objetivo de dar estatuto de linguagem às verbalizações, às repetições de dizeres e às vocalizações dos autistas. Assim, escolho discorrer sobre o autismo do ponto de vista da linguística da enunciação e não das ciências médicas, partindo de dois pressupostos benvenistianos: **i)** o sujeito é constituído na e pela linguagem e **ii)** é próprio da linguagem significar.

O primeiro pressuposto é famoso entre os leitores de Benveniste e está exposto no texto *Da subjetividade na linguagem*, publicado em 1958, e presente na obra *Problemas de Linguística Geral (PLG)*, volume I. O segundo pode ser encontrado ao longo do texto *A forma e o sentido na linguagem*, publicado em 1966, e faz parte do volume II do PLG.

Baseado nestes axiomas tomo como princípio que as repetições de dizeres, verbalizações e vocalizações realizadas pelos autistas percebidas na estrutura da língua, são disfunções de linguagem que revelam modos de funcionamento da linguagem e a relação do sujeito com ela.

O emprego das formas, embora essencial para a descrição dos fenômenos gramaticais, difere do emprego da língua, segundo Benveniste (2006), porque este aponta para o modo de apropriação e uso da língua pelo sujeito. E isto é essencial para o autismo, pois estamos tratando do funcionamento do sujeito autista na linguagem: discutimos sua enunciação. Aqui, acompanho as considerações de Barros e Ferreira Júnior (2023, p.117) ao afirmarem que as falhas presentes na linguagem sustentam o ato enunciativo “deixando à mostra diferentes formas de engajamento subjetivo e de produção de sentidos.”

Sendo assim, estabeleço que a relação entre o autista e a linguagem é singular, marcada, por uma posição aparentemente rígida no eixo sintagmático, caracterizada pelas repetições de dizeres ou por um estado de fluidez no eixo paradigmático marcado pelas vocalizações e neologismos muitas vezes incompreensíveis. Ou seja: defendo que os comportamentos de resistência à mudança no ambiente e na rotina e o distanciamento social marcado pelo isolamento, características comuns ao diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, são percebidos na linguagem através da forma específica que o autista emprega a língua: avesso às alterações na estrutura do enunciado ou às aproximações com o interlocutor.

O não entendimento do discurso do autista por seu interlocutor resulta das associações semióticas particulares e da insistência nas repetições de dizeres captados pelos autistas na escuta do dizer do outro. Aqui acompanho o ponto de vista de Silva e Chacon (2023) para quem “a criança, ao ocupar um lugar enunciativo de quem escuta, instaura-se no sistema de sua língua materna”. (p.02) Então, a escuta do dizer do outro materializada na repetição de dizeres também instauraria o autista na linguagem.

Trago considerações sobre a linguagem sob a ótica de Benveniste (2006) e sobre a aquisição de linguagem de base enunciativa a partir de Silva e Chacon (2023), para refletir sobre o lugar ocupado pela música no processo de aquisição de linguagem de crianças autistas.

Organizo este estudo em duas partes: na primeira, apresento considerações entre os aspectos semióticos e semântico da linguagem ancoradas em Benveniste, especificamente nos textos *O aparelho formal da enunciação*, escrito em 1970, e *A forma e o sentido na linguagem*, escrito em 1966. Na segunda comento a relação linguística do autista com a música.

2. Entre o semiótico e o semântico

No texto, *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (2006, p.82) ao discutir o tema que nomeia o capítulo, afirma que o emprego da língua “trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”, não sendo reduzida, assim,

ao léxico ou a sua parte segmental. A partir disso, Barros (2022) afirma que ao citar a totalidade da língua, Benveniste deixa incluir, sem distinção, o conjunto de elementos segmentais e suprasegmentais (prosódicos) no ato da enunciação.

Esse fato discreto tratado por Benveniste em meio às definições de enunciação que constam no capítulo, retoma, do ponto de vista linguístico, o problema da dupla significância da língua, que considero fundamental para as discussões sobre a linguagem no autismo, e que recebe destaque no texto *A forma e o sentido na linguagem*, a saber: o semiótico e o semântico.

Para Benveniste (2006), sob o enfoque semiótico encontramos a significância da língua atrelada ao sistema de signos, e do ponto de vista semântico a significância acompanha o discurso. Assim, o autor indica que é possível perceber o sentido no que é próprio ao signo, mas, também, o sentido está no uso da palavra pelo sujeito (e não podemos esquecer que o uso inclui a prosódia). Logo, na perspectiva semiótica, o sentido se realiza por uma relação paradigmática entre os signos, onde é possível a identificação e a substituição de um pelo outro. Enquanto na perspectiva semântica, o sentido se dá em uma relação sintagmática, encadeando as palavras no discurso o que exige dos sujeitos o entendimento. Ambas são relações complementares, que evidenciam o que para Benveniste (2006) está no centro da enunciação: a semantização da língua.

De um lado, o sentido liga-se à busca, no discurso, de uma compreensão global à combinação de formas e à sua relação a determinada situação (sentido discursivo). De outro lado, o sentido está atrelado à discriminação (distintividade) de cada unidade (forma) em relação às outras, condição para que cada forma adquira status sistêmico em uma determinada língua. (Silva; Chacon, 2023, p.09)

E por que essa discussão é tão importante quando tratamos da linguagem do sujeito autista? Porque a posição que o sujeito ocupa na linguagem, evidenciada no eixo sintagmático ou no eixo paradigmático, afeta a produção de sentidos no discurso, provocando uma ruptura entre

o semiótico e o semântico. Não há complementaridade, mas segregação entre os domínios do sentido, em que ora o emprego dos signos é especialmente individual, ora o uso das palavras no discurso parece estar fora de contexto, provocando a incompreensão do interlocutor.

A relação de quebra estabelecida entre os aspectos semiótico e semântico da língua afeta a significação, e nos leva a questionar: o dito do autista significa ou não? Há sentido no discurso autista?

De um modo geral, a resposta para a primeira questão seria não, se tomarmos o dizer de Benveniste (2006) para quem a atribuição de significação é estabelecida pelos que manuseiam a língua a partir de um critério nocional de uso e compreensão. Ou seja: o significado reside no entendimento do que o locutor quis dizer ao atualizar seu pensamento em discurso, a partir do agenciamento de palavras com um “sentido” particular, porém compartilhado com o outro. O autista faz uso da língua, porém, dentro do espectro autista, encontramos aqueles que se afastam do emprego convencional do sistema linguístico dificultando a compreensão do enunciado.

O agenciamento de palavras submete-se a leis que marcam “uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado, que é condição de toda a atualização da linguagem.” (Benveniste, 2006, p.232) Não é de qualquer jeito que se organizam as palavras. No autismo o agenciamento de palavras pode se fazer efeito na repetição de dizeres ou de canções ou na criação de combinações particulares características de um neologismo. Parece um sujeito que quer e não quer se revelar, um esconder-se no enunciado do outro ou uma tentativa de fugir da submissão à ordem da língua, não deslizando no eixo paradigmático da linguagem.

Para a segunda questão minha resposta é que, paradoxalmente, o sentido no discurso do autista existe para aquele que fala, mas que nem sempre é compartilhado com quem escuta. Benveniste (2006, p.84) afirma: “por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo.” Isto é, o sentido do emprego da língua pelo autista põe em jogo o seu modo de funcionamento na linguagem. Mas o que dizer dessa relação? É o que tentarei discutir na segunda parte deste trabalho ao trazer o lugar da música no autismo.

3. Aspectos metodológicos: relação linguística do autista com a música

De acordo com Oliveira Júnior (2022), quando falamos além de produzirmos uma sequência encadeada de consoantes e vogais, modulamos a voz e alteramos as propriedades acústicas dos sons, criando efeitos de sentido. O mesmo ocorre com a música: o intervalo de tempo, a frequência fundamental e a intensidade das canções são diferentes da fala padrão e provocam efeitos de sentido para aquele que canta (o locutor) e para aquele que escuta (o alocutário).

Chamamos atenção para as discussões de Silva e Chacon (2023) sobre a escuta da fala do outro ou de si, apontar para o lugar enunciativo ocupado pela criança, instaurando-a no sistema da língua materna. Para os autores, a constituição da criança como falante de uma língua envolve a escuta de formas e sentidos que lhe são apresentados pelo adulto: no mesmo instante em que a criança “agarra” significantes é “agarrada” por significantes do outro.

Neste estudo, portanto, olhar e escutar supõem uma configuração enunciativa, em que estão o outro e a criança em uma realidade de discurso. Isso implica considerar que, via relações entre emissões e escutas, a criança é constituída por sua língua materna ao mesmo tempo em que a constitui. (Silva; Chacon, 2023, p.08)

O outro trazido por nós é o que está nas músicas escutadas pela criança autista no seu percurso pela linguagem e que tem o discurso ou parte dele reproduzidos nos trechos das canções. Parece que algumas músicas despertam a atenção do autista sem que o interlocutor compreenda o motivo do cantarolar individual de trechos em contextos específicos. De qualquer maneira, no dizer de Benveniste (2006, p.84): “desde que ele [o sujeito] se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que atribua a este outro.” [acréscimo nosso]

Trazemos para discussão reflexões sobre a música como lugar de enunciação do sujeito autista, despertada por uma discussão de caso

clínico com uma psicóloga, quando a profissional informou que, após seu retorno das férias, uma das crianças passou todo o atendimento cantarolando a canção Não Quero Dinheiro (Só Quero Amar), de Tim Maia, mas se fixando no trecho “A semana inteira fiquei esperando / Pra te ver sorrindo /Pra te ver cantando /Quando a gente ama não pensa em dinheiro /Só se quer amar se quer amar se quer amar.” Será que a criança queria informar que passou as férias aguardando o retorno dos atendimentos da terapeuta? Seria a repetição do dizer na música a marca da saudade?

Analisemos alguns momentos em que músicas são utilizadas por duas crianças autistas em contextos de interação específicos, retirados do banco de dados do Grupo de Estudos e Acolhimento ao Espectro do Autismo (GEAUT) do Laboratório de Práticas de Linguagem do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Defendemos que, por se afastar da prosódia da fala, a utilização de trechos de música pelos autistas apontam para a enunciação e indicam a possibilidade de deslize no eixo paradigmático da língua. Observemos a primeira cena enunciativa.

Quadro 1: O sapo não lava o pé

Cena enunciativa: A criança e a fonoaudióloga estão no ambiente terapêutico, sentadas em frente uma da outra, manuseando peças de dominó, utilizadas comumente pela criança na construção de uma sequência linear das peças. Porém, neste momento a criança bate algumas peças na mesa e segue um encadeamento da canção.			
	Criança	fonoaudióloga	Cena
1	O sapo não lava o pé. Não lava porque não quer. Ele mora lá na lagoa, não lava o pé porque não quer. Mas que chulé!	Porque não quer. Ele mora lá na lagoa, não lava o pé porque não quer. Mas que chulé!	A criança bate uma peça na mesa, enquanto a terapeuta olha e junta-se à canção.

2	Eu vi o sapo na beira do rio de camisa verde morrendo de frio, frio, frio. Não era o sapo, nem perereca	Na beira do rio de camisa verde morrendo de frio, frio, frio. Não era o sapo, nem perereca	A criança bate uma peça na mesa, enquanto a terapeuta olha e junta-se à canção.
3	Era Nando só de cueca eca eca O sapo não lava o pé. Não lava porque não quer. Ele mora lá na lagoa não		O final da música (eca, eca) é acompanhado de batidas ritmadas de uma peça de dominó sobre a mesa.
4	porque não quer mas que chu! Posso guardar?		Após três segundos de pausa a criança retoma a música e apresenta nova repetição do dizer.
5		Tu queres guardar de novo? Tu pode falar. Tu pode brincar	
6	(esse bicho) Posso guardar?		A criança para as batidas na mesa.
7		Pode. Você pode brincar. Você pode falar.	
8	Posso guardar?		Após oito segundos de pausa, a criança retoma a repetição do dizer, sem as batidas.
9		Pode. Você pode fazer o que quiser. Queres fazer uma linha? Faz uma linha.	
10	O sapo não lava o pé. Não lava porque não quer.		
11		Hoje, tás a fim de fazer linha não, né?	

12	Ele mora lá na lagoa não		A criança apresenta uma pausa de dois segundos, após interromper a canção.
13	(posso guardar?)		
14		Pode brincar. Você quer guardar ou você quer brincar? Hein? Você quer guardar ou você quer brincar?	A interlocutora mostra à criança uma caixa com outros brinquedos.
15	brincar		
16		Ah sim! Porque aqui tá a caixa ó.	
17	EEEEEEEEEE		Após pausa de dois segundos, a criança começa a tirar os brinquedos da caixa;

A cantiga popular O sapo não lava o pé, de domínio público, surge nas duas primeiras linhas da cena enunciativa como um objeto de interação entre os interlocutores, que cantam em conjunto. Porém, na linha 3, a criança torna a repetir a música, mas não é acompanhada por sua interlocutora. A criança interrompe, assim, a canção e apresenta o encadeamento de uma nova repetição de dizer: posso guardar? (linhas 3, 5 e 7)

A repetição, na forma de pergunta, é respondida pela interlocutora, porém a insistência no dizer da criança parece não aceitar o que o outro traz como enunciado (linhas 4, 6 e 8), até que na linha 10, a criança retorna para a cantiga e escuta da interlocutora uma pergunta, quase afirmativa, de que a criança não estaria interessada na atividade. Na linha 12, a criança retoma a cantiga, não acompanhada pela interlocutora e, de forma quase inaudível, a criança repete o “posso guardar?” (linha 13)

A cantiga estaria sendo utilizada pela criança para informar sua recusa em participar da atividade, observem o excesso do signo não em sua letra: O sapo **não** lava o pé. **Não** lava porque não quer. Ele mora lá na lagoa não lava o pé porque **não** quer. Mas que chulé! A cantiga permite a entrada na criança na enunciação, quando é reconhecida por seu

interlocutor como uma possibilidade de enunciado (linha 11): - Hoje, tá a fim de fazer linha **não**, né?

A escuta enunciativa da cantiga possibilitou que fosse proposto à criança um outro brincar (linha 14), o que provocou o encerramento do uso repetitivo da canção.

É por estar imersa em enunciações que a escuta da criança (de si mesma e do outro) possibilita ao infans se constituir e ser constituído por sua língua materna, com os valores linguísticos e culturais constitutivos dessa língua. Essa instauração se torna possível no exercício da linguagem, espaço em que a criança e o outro podem estar na dupla função mediadora da linguagem: como locutores que emitem para criar uma realidade de discurso e como locutores que (se) escutam para recriar a realidade de discurso. É nesse movimento, conforme reflexão benvenistiana, que a linguagem exerce sua função mediadora homem-homem e homem-mundo. (Silva; Chacon, 2023, p. 08-09)

Quando o interlocutor escuta o insistente cantarolar de uma música, em uma aparente repetição de dizer fora de contexto, as distorções na linguagem do autista ganham sentido. O bloco de uma canção torna-se uma sequência semiótica e semântica, onde a significação está no signo e nas relações das palavras no discurso. No interior de cada reprodução individual da língua há singularidades acústicas que compõem a enunciação do sujeito.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 02: Polegares

Cena enunciativa: Duas pesquisadoras estão realizando a primeira entrevista com a mãe de Simone, uma criança de 4 anos de idade, para ingresso no GEAUT/PPGCL, enquanto a criança brinca com fantoches de dedo e começa a cantar insistente, despertando a atenção de uma das pesquisadoras.

	Pesquisadora	Criança	Mãe	Cena
1		Polegares, polegares onde estão? Aqui estou, aqui estou, como é que vai? (...)		Enquanto as pesquisadoras conversam com a mãe sobre o interesse no grupo, a criança, de cabeça baixa, em pé ao lado de uma mesa, brinca com fantoches de dedo, e canta insistente.
2	Mãe, você contou a Simone que vinha para cá?			A mãe parece não compreender a pergunta.
3			Não.	A mãe parece não compreender a pergunta.
4	Então, mãe. Acho que Simone está querendo saber onde está.			A pesquisadora sorri
5	Simone, você está na sala de brincadeiras. Aqui não é a escola e não é o médico. Aqui você vai brincar, vamos conversar com você. Você gostou daqui?			A pesquisadora se volta para conversar com a criança.

Na linha 1, a criança persiste em cantar a música Os dedinhos, composta por João Walter Plinta. Porém a escuta da canção pela pesquisadora possibilita que ela ascenda ao status de discurso e aponte, conseqüentemente, para a enunciação da criança. “A linguagem tem, em sua utilização, uma diversidade de empregos, de jogos, de que nós não podemos ainda sequer fazer uma ideia.” (Benveniste, 2006, p.235)

A música quando cantarolada insistente pelo autista parece revelar o agenciamento de palavras colhidas do dizer do outro, mas que guarda, no engajamento subjetivo, o próprio dizer do autista.

4. Apontamentos finais

As reflexões sobre a língua/linguagem fundamentadas na teoria

enunciativa de Émile Benveniste, possibilitam o entendimento de que o discurso do autista pautado em repetições de trechos de música ou de uma música inteira em contextos específicos, são manifestações de linguagem que revelam não apenas disfunções, mas modos particulares de interação com a língua que apontam para a enunciação. Esse posicionamento se distancia das pesquisas e orientações que tratam a música como veículo de interação ou objeto terapêutico.

A quebra da complementaridade entre os domínios do sentido, semiótico e semântico, sugere que, para o autista, a relação entre os dois aspectos da linguagem pode não seguir os padrões convencionais. A dificuldade na compreensão pode surgir da segregação entre esses domínios, resultando em uma linguagem que, embora possa fazer sentido para o próprio autista, nem sempre é compartilhada com o interlocutor.

Apesar da dissociação entre os aspectos semióticos e semânticos da linguagem, o envolvimento do autista se manifesta de maneira notável através da música, a cada vez que o sujeito agencia nas letras das canções estruturas linguísticas específicas. Nesse contexto, o sujeito se apropria da língua, incorporando-a em seus aspectos segmentais e suprasegmentais, ao engajar-se com o discurso do outro presente na letra e no ritmo da canção.

Referências

BARROS, Isabela Barbosa do Rêgo. As vocalizações no autismo como aspectos constituintes da linguagem sob a perspectiva enunciativa. *In: ROSÁRIO, Heloisa Monteiro; HOFF, Sara Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento. Leituras de Émile Benveniste: estudos sobre literatura brasileira moderna*, Porto alegre: Zouk, p. 93-102, 2022.

BARROS, Isabela Barbosa do Rêgo; FERREIRA JÚNIOR, José Te-místocles. A criança autista e a enunciação como uma realização vocal da língua. *Eutomia*. v.1, n.33. p. 115-133, jun. 2023.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral II*. 2ª ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral II*. 2ª ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, Miguel. Apresentação. *In: OLIVEIRA JÚNIOR, Miguel. (org.) Prosódia, prosódias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, Carmen Luci da Costa; CHACON, Lourenço. Formas sonoras e sentidos na aquisição da linguagem: a escuta como ocupação de lugar enunciativo. *Alfa*, São Paulo, v.67, e13686, 2023.

A “IMAGINAÇÃO CRIADORA” EM NARRATIVAS PRODUZIDAS POR CRIANÇAS: A TRANSFORMAÇÃO SIMBÓLICA DOS ELEMENTOS DA REALIDADE

Marlete Sandra Diedrich⁶⁷ (UPF)
marlete@upf.br

1. Introdução

Este artigo aborda o tema “imaginação criadora” (Cf. Benveniste, 2005, p. 28) em narrativas produzidas por crianças e sua relação com a transformação simbólica dos elementos da realidade. O objetivo da investigação é explicitar o que se pode entender por “imaginação criadora” e sua manifestação na linguagem da criança. A manifestação da imaginação criadora, neste artigo, é analisada em uma narrativa produzida por uma criança na faixa etária de 3 anos de idade, a qual faz parte do corpus do projeto de pesquisa *A narrativa da criança no contexto da pandemia de covid-19: deslocamentos no simbólico da linguagem*, por nós coordenado desde 2021, com apoio financeiro da fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – Fapergs. Entendemos que o presente trabalho se insere num dos eixos estabelecidos por ocasião da proposição do 5º. Colóquio de Benveniste, eixo este que se volta às aplicações conceituais da teoria da linguagem de Benveniste para o desenvolvimento de áreas do conhecimento. Essa inserção se deve ao fato de que, a partir de conceitos advindos dos estudos benvenistianos, como “a *faculdade de simbolizar*” (2005, p. 28), buscamos contribuir para as discussões em torno da linguagem da criança, tema trabalhado pela área da Aquisição da Linguagem.

Além disso, no 4º. Colóquio de Benveniste, realizado em 2021, abordei, em minha explanação, o ato enunciativo de narrar: a constitui-

⁶⁷Professora e pesquisadora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo.

ção do indivíduo na sociedade⁶⁸. Naquele evento, concluí minha participação apresentando um olhar prospectivo, marcado pela possibilidade e pela necessidade de se descreverem as relações possíveis entre o homem falante e as narrativas, assim como a complexidade de formas e sentidos que essas relações permitem na língua em emprego. No 5º. Colóquio, em 2023, nossa intenção foi justamente nesta direção: ao focalizarmos o tema da imaginação criadora em narrativas, buscamos atingir a meta proposta em 2022, pois vemos no tema proposto a possibilidade real de se descreverem relações importantes acerca da constituição do homem na e pela narrativa.

2. A imaginação criadora no universo de estudos benvenistianos

Somos motivados, em nossa discussão, inicialmente, pelas proposições benvenistianas apresentadas em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguagem* (2005). Entre outras tantas questões presentes no referido texto, Benveniste (2005, p. 29) discute a faculdade humana de simbolizar e, em meio a essa discussão, usa a expressão “imaginação criadora”. Como amplamente sinalizado por Flores (2013), os temas benvenistianos não podem ser analisados na esteira de um único texto nem pode o pesquisador desavisado colocar em relação quaisquer textos do linguista, uma vez que sua obra é vasta e pode ser compreendida a partir de diferentes eixos temáticos e até mesmo fases de investigação distintas, nas quais um ou outro tema assume o centro da atenção. Por essa razão, partimos do texto informado, mas tecemos relações buscando traçar um percurso pelas ideias de Benveniste capaz de melhor explicar a questão posta em destaque. Fazemos isso na associação das ideias apresentadas em outros textos do linguista, mas com especial atenção ao texto já citado, *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguagem*, e aos artigos *A forma e o sentido na linguagem* (1989) e *Os níveis da análise linguística* (2005). Entendemos ser possível relacionar esses três textos em função da associação entre a propriedade simbólica da linguagem e sua realização numa língua, o que implica os arranjos entre formas e sentidos na língua-discurso.

⁶⁸A publicação decorrente do meu trabalho no 4º. Colóquio de Benveniste pode ser conferida em Diedrich (2022).

O artigo *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguagem* encontra-se organizado em duas grandes partes. Na primeira, o autor apresenta uma espécie de histórico dos estudos linguísticos, retomando noções de língua como sistema e de estrutura; na segunda parte, o autor dedica-se à tese de que é necessário, nos estudos linguísticos, considerar-se a função da linguagem e não apenas a forma. Chama a nossa atenção a ideia de “função”, em destaque nesta segunda parte, na qual nossa discussão vai recair, porque é nela que encontramos a reflexão sobre o poder simbólico da linguagem.

Sendo assim, na segunda parte do texto referido, Benveniste (2005, p. 27) discute a faculdade de simbolizar, entendida por ele como “a faculdade de *representar* o real por um ‘signo’ e de compreender o ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente”. Segundo ele, essa faculdade é inerente à condição humana e encontra na linguagem a sua mais alta forma, responsável pelo fato de indivíduo e sociedade se fundarem, juntos e por igual necessidade, na língua.

Ao discutir a faculdade de simbolizar, o autor (2005, p. 28) convida uma consideração inicial fora da linguagem:

Consideremo-la em primeiro lugar sob a mais geral das suas formas, e fora da linguagem. Empregar um símbolo é essa capacidade de reter de um objeto a sua estrutura característica e de identificá-lo em conjuntos diferentes. Isso é que é próprio do homem e que faz do homem um ser racional. A faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele. Aí está o fundamento da abstração ao mesmo tempo que o princípio da imaginação criadora.

Percebemos que é justamente nessa consideração inicial que o autor refere o princípio da “imaginação criadora”, nosso enfoque principal. Entendemos que esse princípio é apresentado como decorrente do fundamento da abstração, que só se torna possível em função da formação do conceito como elemento distinto do objeto concreto. No centro dessas operações, humanas, encontra-se a faculdade simbolizan-

te como a grande propriedade que permite ao homem a experiência de significação. Essa constatação, simples e imediata, é de fundamental importância para a definição de “imaginação criadora” que derivamos em nossa proposta.

Benveniste (2005), após fazer uma ressalva gloriosa em favor de um simbolismo especial das abelhas, distingue o sinal, característico do animal, do símbolo, exclusivamente humano: “O homem inventa e compreende símbolos; o animal, não” (2005, p. 29). Trata-se do poder racionalizante do homem que lhe permite a “transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em conceitos” (Benveniste, 2005, p. 29). Ora, a imaginação criadora, assim, pode ser compreendida como a capacidade derivada da faculdade simbolizante do homem, a partir da qual lhe é possível inventar conceitos, fundar realidades, *res-significar*⁶⁹ mundos. Assim, chegamos à linguagem. Após explorar a capacidade simbolizante de modo amplo, o autor (2005, p. 30) afirma que “a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem”, entendida por ele como a expressão simbólica por excelência, a qual, como sabemos, realiza-se numa dada língua. A experiência do homem na linguagem se caracteriza por todas as relações possíveis no discurso realizadas por meio de signos. É nessa experiência que o homem vive a possibilidade das “transferências analógicas de denominações” (2005, p. 30), as metáforas, apresentadas por Benveniste como importantes para o enriquecimento conceptual. Por que as metáforas figuram em meio à discussão benvenistiana acerca da faculdade simbólica do homem? Golembieski (2021, p. 1) já abordou a questão em trabalho que concebe a metáfora como “um arranjo de formas e sentidos que se estabelece no uso da língua pelo falante em determinada situação enunciativa e na relação intersubjetiva com o outro da enunciação”. A autora se vale principalmente dos estudos de Flores (2013) sobre a questão e, dessa forma, compreende a metáfora como:

transferência analógica de denominação que se estabelece no discurso, no uso da língua, através do emprego de signos que,

⁶⁹Assumimos o prefixo *re* na mesma concepção defendida por Dessons (2006) e já conhecida no universo dos estudos benvenistianos: a linguagem envolve uma permanente renovação do dito e não mera repetição

a partir da significação anterior no sistema da língua, surgem na situação enunciativa com um novo uso, possível pelas relações constituídas nas experiências no simbólico da linguagem, as quais criam possibilidades de estabelecer analogias no ato discursivo.

Como já tão bem nos mostraram os grandes poetas, as transferências analógicas de denominações revelam o modo particular como o homem lida com a possibilidade de encadear raciocínios na linguagem em sua função mediadora com o mundo. Acerca disso, lembramos Benveniste⁷⁰:

Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente uma ‘criação do mundo’ se fosse possível figurá-la em imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes à custa de um trabalho isna-no; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. (Benveniste, 2005, p. 30-31)

Vemos, nessa passagem, o autor destacar o poder criador da linguagem, realizado numa dada língua mobilizada em situação de discurso, “na narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais”, cuja existência se dá no aqui e no agora da emissão e da percepção vocal entre *eu e tu*. No discurso, portanto, estabelece-se o poder criador da linguagem, as operações intelectuais se complexificam e a imaginação criadora ganha espaço. Como já afirmamos, entendemos, em nossas investigações, que a imaginação criadora se dá a conhecer no discurso por meio de arranjos de formas e sentidos complexos, capazes de fornecer novas relações entre as unidades da língua, derivadas do simbolismo da linguagem.

Essas relações são aprofundadas por Benveniste em *Os níveis*

⁷⁰Embora saibamos que a passagem citada é amplamente conhecida do público leitor de Benveniste e tenhamos consciência de já a termos referido em outros textos nossos, não vemos outra condição senão convocá-la novamente, uma vez que ela se encontra intimamente relacionada ao que propomos.

da análise linguística (2005) e em *A forma e o sentido na linguagem* (1989), textos nos quais o autor aborda a relação entre semiótico e semântico e discute, de modo específico, como a língua significa no discurso. Não faremos uma retomada desses textos por entendermos que suas proposições já são amplamente conhecidas no meio dos estudos linguísticos, mas apoiamo-nos em duas grandes ideias deles advindas. A primeira delas deriva da leitura que fazemos do texto *Os níveis da análise linguística*. Nesse texto, o autor (2005) afirma que a frase é a unidade do discurso e que traz, assim, sentido – em função da significação - e referência – porque se refere a uma determinada situação. É a partir da constatação dessa dupla propriedade da frase que Benveniste (2005, p. 140) vê a condição de a frase ser analisável pelo locutor, pela criança, quando esta aprende a falar, dada a diversidade infinita dos conteúdos transmitidos em contraste com o número tão pequeno de elementos empregados: “É no discurso configurado em frases que a língua se forma e se configura”. Associamos este ponto de vista do autor à segunda ideia, presente em *A forma e o sentido na linguagem* e que diz respeito a sentido e referência, temas que marcam os dois textos em foco: “Se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (1989, p. 231). Para o autor (p. 231-232), portanto, “as palavras que estão dispostas na cadeia e cujo sentido resulta precisamente da maneira em que são combinadas não têm senão empregos”. Não aprofundaremos neste artigo a discussão acerca do tema “referência”, embora entendamos sua importância na discussão que propomos. Limitamo-nos, por ora, a lembrar o que defende Oliveira (2022, p. 220) em importante estudo sobre o tema em Benveniste: “Como mecanismo geral da linguagem, a referência opera como um dos fundamentos da linguagem humana, vinculada ao próprio dessa faculdade do homem: a significação”.

Sendo assim, vemos a imaginação criadora manifestar-se na operação de referência da frase, na conversão do pensamento em discurso, na dependência do aqui-agora da situação discursiva e da atitude do locutor, na sua função proposicional de fundar realidades no discurso.

3. As narrativas das crianças: uma ilustração

Para melhor discutirmos o tema da imaginação criadora em sua manifestação na linguagem da criança, voltamo-nos, na sequência, para uma situação particular envolvendo o diálogo de uma criança de 3 anos e 10 meses com sua mãe⁷¹:

Recorte enunciativo⁷²

Situação: Elena, de 3 anos e 10 meses, está desenhando em papéis sobre a bancada e conversando com mãe.

Mãe: o que você está fazendo, Elena?

Elena: naada ... só tô pintando

Mãe: pintando o quê, meu amor?

Comentário: Elena coloca o lápis na boca.

Elena: uma... mágica

Mãe: O QUÊ?

Elena: uma mágica

Mãe: uma mágica

Elena: sim... é uma poção

Mãe: uma poção?

Elena: de heróis

Mãe: uma poção de heróis? POÇÃO de heróis?

Elena: aham ... que o vilão salva alguma coisa da pessoa ... eles viram super heróis

Mãe: o que que acontece?

Elena: quando eles ... eles viram heróis porque ... quando ... quando ...

⁷¹O projeto de pesquisa recebeu autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo, segundo parecer de nº 4.849.264, de 2021.

⁷²Neste recorte, usamos as seguintes normas de transcrição: no cabeçalho, uma descrição da situação enunciativa; no corpo do texto de transcrição, três trilhas compõem o conteúdo: a fala da criança é identificada com o nome Elena; a fala da mãe é apresentada na trilha Mãe; a trilha Comentário descreve a gestualidade da criança. Letras maiúsculas marcam os tons ascendentes; repetição de vogal marca alongamentos vocálicos; reticências indicam pausas; hífen marca pronúncia silabada.

quando o ladão roba alguma coisa ... ele viram super heróiss

Mãe: tomando essa poção?

Comentário: Elena finge escrever no papel sobre a mesa.

Elena: sim óó aqui tá esquito SU-PEEE –RE-ROOIS

Mãe: humm super heróis

Elena: é pá mamãe virar super herói ... pra você, mãe

Comentário: Alcança o papel para a mãe.

Nesse recorte, Elena narra na particularidade do discurso outros mundos, vividos em outras experiências na linguagem, como percebemos no vocabulário das narrativas mágicas que comparece no diálogo que a criança trava com a mãe. A palavra “poção” revela uma anterioridade na linguagem, em que a forma vocabular já se deu a conhecer em outros usos e que no aqui-agora do diálogo se atualiza na relação intersubjetiva, num jogo de referências construídas com o outro. Ao abordar o tema da aquisição da língua, Silva (2009, p. 182) teoriza sobre a operação de referência a partir do dispositivo aquisicional enunciativo por ela proposto. A perspectiva aquisicional enunciativa derivada por Silva (2009) da concepção enunciativa de Émile Benveniste (1989, 2005) propõe um olhar para a aquisição da língua através das lentes do seguinte dispositivo teórico-metodológico: (*eu-tu/ele*)-*ELE*. Esse dispositivo comporta a criança (*eu*), o outro (*tu*), a língua (*ele*) e a cultura (*ELE*). A criança, assim, ao adquirir a língua, movimenta-se entre as particularidades do discurso e o geral da língua (sistema). Nessa concepção, a referência é apresentada pela autora como “a conexão de *eu* e de *tu* com a ausência, representada por *ele*” e que torna possível a delimitação de um espaço de simbolização como garantia de um laço social, de forma que a criança mobiliza a língua em relação ao que está fora da língua e que pode ser por ela representada.

A relação estabelecida por Elena entre a forma “poção” e a evocação de outras cenas narrativas, envolvendo bandidos e heróis, ilustra bem o que entendemos por relação referencial constituída no discurso. Vemos a criança produzir “estruturas no uso” (Cf. Silva, 2009, p. 247), as quais instanciam novos mundos por meio de operações que compõem a complexidade da narrativa.

A narrativa, forma complexa do discurso (Cf. Diedrich, 2022,

p. 134), permite à criança a representação simbólica e abstração que dá existência à imaginação criadora. Na particularidade do discurso, mundos são reinventados: o mundo dos super-heróis que tomam posição mágica se atualiza na relação enunciativa de Elena com a mãe - a quem a criança direciona a folha com o desenho num ato de inclusão de mais esta personagem na narrativa produzida: “a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade”. (Benveniste, 2005, p. 26).

Elena produz discurso com outro discurso, cujas formas advêm de outras histórias ouvidas e se atualizam na narrativa imaginada para e com a mãe. Silva (2020), ao abordar a instauração da criança em uma língua, lembra que essa instauração envolve a emissão e a escuta como lugares de trânsito por meio do qual a criança é constituída pelo próprio simbólico e pelos princípios organizacionais de sua língua ao mesmo tempo que os constitui. Em nossa reflexão, vemos essa constituição da criança falante se dar via imaginação criadora. A experiência de aquisição da língua materna é marcada, assim, pela vivência, por parte da criança, do fato de a língua ser formada por unidades significantes, as quais podem ser arranjadas de modo também significativo. A narrativa se revela, para a criança, como um modo de combinar essas unidades. E esse modo de combinação lhe garante a ampliação das funções conceituais e a imaginação criadora.

4. Considerações

Em trabalho recente, Diedrich, Golembieski e Boldori (2023) afirmam que, por meio de narrativas, a criança pode ocupar o seu lugar de dizer, referindo mundos reais ou imaginários decorrentes de sua “imaginação criadora”. Prosseguindo com o raciocínio apresentado pelas autoras, buscamos mostrar, na reflexão construída neste artigo, que a imaginação criadora encontra sua existência na linguagem, via arranjos sempre particulares e marcados por determinadas transferências de sentido, as quais permitem o preenchimento de uma função proposicional. Ao usar formas vocabulares advindas de universos narrativos que tornam possíveis a recriação de mundos imaginados, como aqueles

dos super-heróis, a criança experiencia o poder significante da língua. Sobre isso, não achamos melhor forma de descrição a não ser aquela apresentada por Benveniste (2005, p. 27): “O homem sentiu sempre - e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu”.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DIEDRICH, Marlete Sandra. *O ato enunciativo de narrar: a constituição do indivíduo na sociedade*. In: ROSÁRIO, Heloisa Monteiro; HOFF, Sara Luiza, FLORES, Valdir do Nascimento. *Leituras de Émile Benveniste [recurso eletrônico]: estudos sobre literatura brasileira moderna / organizado por Porto Alegre: Zouk, 2022.; ePUB*. p. 129-138.

DIEDRICH, Marlete Sandra; GOLEMBIESKI, Gabriela; BOLDORI, Ana Carolina. A criança e a narrativa: a operação de referência no universo da “imaginação criadora”. *Revista Memorare*, Tubarão, v. 10, n. 1, Dossiê Narrativas e imagens da/na infância, p. 18-29, mai/out 2023. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/20031. Acesso em: 15 dez. 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. Enunciação e metáfora no discurso da criança: um esboço de estudo. *Revista Prolíngua*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 157-169, jul/dez 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/19329>.

Acesso em: 10 dez. 2023.

GOLEMBIESKI, Gabriela. Construções metafóricas na narrativa da criança: o caso do limpador de para-brisa dos trens. *Cadernos de Linguística*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e619, abr 2022.

Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/619>.

Acesso em: 26 nov. 2023.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *O problema da referência em Émile Benveniste*. 2022. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A relação entre o biológico e o cultural na aquisição da linguagem e a instauração da criança na interdependência entre forma-sentido na língua materna*. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

A LÍNGUA, A VIDA E A MORTE QUE SE MOVEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE UM OLHAR ENUNCIATIVO E PSICANALÍTICO VINCULADO AOS RELATOS DE MORTE E DE LUTO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO PÓS-PANDÊMICO.

Ivani Cristina Brito Fernandes (UFSM)
icrisifer@gmail.com

Teo-ria de Emma

Tenho para mim que as palavras carregam mais do que seus significados. É preciso cavar e não apenas ouvir. Em sabedoria cabe dor, cabe ria. E do que mais precisa saber o sábio? Em minha arqueologia das palavras, busco, incessante, seus vestígios. Em momentos de graça, infrequentíssimos, poderei apanhá-los.

Carla Madeira

1. Considerações iniciais: os jogos de luz e sombras para perfilar o sujeito contemporâneo no universo da incerteza contemporânea.

O que perfila sinuosamente a trajetória existencial do sujeito? Tal questão possui inúmeras possibilidades de resposta conforme a perspectiva teórica, uma vez que o ser humano é uma figura pluridimensional. Embora o olhar e o discurso biotecnológicos tenham imperado nas últimas décadas para discutir as particularidades humanas, em especial, com o advento da Inteligência Artificial (I.A.), as discussões sobre a natureza humana ainda destacam a condição simbólica e as relações intrapsíquicas e interpíquicas na tessitura do humano.

Quando nos referimos ao simbólico, é inevitável tratar sobre a linguagem e a língua como aspectos primordiais pelos quais ele irrompe nos diversos aspectos da vivência. Por outro lado, se torna necessário iniciar essa discussão de um modo contextualizado, considerando o sujeito e a Contemporaneidade em que se insere, uma vez que as

aproximações a temas referentes ao ser humano deveriam ser realizadas de modo holístico, em que se valoriza a integração de diversos fatores.

Devido ao contexto pós-pandêmico, observamos uma ênfase nos debates relacionados com a finitude, o sentido e/ou propósito de vida e a saúde mental, entre outras discussões do campo filosófico e psicológico e, incluso, espiritual. Paralelamente, os avanços tecnológicos e científicos vinculados a I.A. têm levantado questões sobre a essência, limites e potencialidades humanas. Um acrônimo inglês, comumente empregado no ambiente corporativo, pode nos auxiliar a compreender a noção de Contemporaneidade: B.A.N.I. (*Brittle, Anxious, Nonlinear e Incomprehensible*). Nesse contexto, o mundo é caracterizado como “frágil”, “ansioso”, “não-linear” e “incompreensível”, o que faz com que as vivências sejam pautadas pelo signo da incerteza. Para o filósofo Giorgio Agamben (2009, p. 59), a contemporaneidade “é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distância”.

[...] o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora (Agamben, 2008, p. 72).

As particularidades do nosso tempo forjam um perfil de sujeito que, por sua vez, deixa suas marcas na linguagem de forma específica a partir dos processos particulares de subjetivação. E tais processos são um dos focos dos estudos atuais da Psicanálise situada, isto é, a Psicanálise que dirige o seu olhar mais apurado aos fenômenos que rompem com as fronteiras do consultório e, como consequência, dialoga mais ativamente com os mais variados campos do saber. Nesse aspecto, as

teorias de Enunciação, em especial, a benvenistiana, podem ser excelentes interlocutores da Psicanálise no sentido de iluminar determinadas mudanças do sujeito e no seu entorno.

Ao cogitar o alcance mundial dos fenômenos presentes nos primeiros anos da década de 2020, em particular as consequências da pandemia de Covid-19, pretendemos “fiar uma tela reflexiva”, cujos fios são algumas considerações procedentes da Psicanálise e da Enunciação, de base benvenistiana, que nos auxiliarão no entendimento da importância da articulação entre conceitos da Enunciação e da Psicanálise para melhor apreender fenômenos humanos multifatoriais que ganham protagonismo nos processos de subjetivação e de formação do sentimento de desolamento do sujeito contemporâneo.

Para isso, além das reflexões de Benveniste sobre as noções de “linguagem” e de “tempo”, pretendemos alicerçar nossas observações a partir do estudo de Jean-Claude Rolland (2022) sobre a vinculação entre a língua e o psíquico e o de Joel Birman (2020) sobre o sujeito contemporâneo. Como amostras que ilustram as observações realizadas, escolheremos alguns fragmentos da coletânea de relatos “Quando a morte chega em casa” (2022), de Gouvêa e Fukumitsu, observadas a partir de um olhar metodológico guiado pelo “Paradigma Indiciário”, de Ginzburg (1989), que valoriza indícios secundários na materialidade linguística para poder captar a totalidade e seus efeitos de sentido.

Nossas escolhas teórico-metodológicas-analíticas se justificam a partir do desafio em tratar de um tema tão complexo e repleto de sutilezas conceituais considerando os objetivos e espaço do presente gênero no âmbito acadêmico. Sem a finalidade de esgotar a questão, já anteriormente discutida em outros trabalhos, temos o propósito de destacar a essencialidade da articulação aqui apresentada em um contexto tão pertinente e atual como a expressão da dor do luto, em especial, após um período em que as consequências de processos de despedida e de luto foram fortemente impactados devido às medidas sanitárias da época pandêmica.

2. Enquadre teórico e metodológico: a escolha das tramas para esboçar a tela reflexiva.

São múltiplas as análises que relacionam, ao mesmo tempo que diferenciam, as áreas da Enunciação e da Psicanálise, a começar pela questão das homonímias entre conceitos fundamentais desses dois campos, como no caso do termo “símbolo”. De todas as maneiras, ao se direcionarem à problemática do sujeito e da linguagem, se estabelece uma potente articulação entre processos enunciativos e psicanalíticos. Nesse aspecto, preferimos assumir o ponto de vista representado pela metáfora de Arrivé (1994) sobre a Linguística (que inclui a Enunciação) e a Psicanálise:

Linguística e psicanálise têm, ambas, que ver com a linguagem. Constituem então dois domínios contíguos. O problema que de início se levanta é o da fronteira que as separa: intransponível muralha da China -- como dizem às vezes? Ou frágil treliça? Para instalar-me na metáfora, prefiro descrevê-la como um biombo ao mesmo tempo poroso e trespassado de aberturas (Arrivé, 1994, p. XXII).

Nesse momento da nossa reflexão, é essencial recordar as ponderações de Jean- Claude Rolland sobre a importância dos aspectos linguísticos na Psicanálise. No seu trabalho sobre o conceito de “terceira língua” (na qual se pode apreciar as características de articulação das palavras entre si, por afinidades, repetições e oposições dos aspectos sonoros ou mórficos), o psicanalista francês enfatiza a essencialidade da palavra para o trabalho psicanalítico, inclusive aludindo às noções de Benveniste:

para Benveniste, a palavra é ‘uma operação extra linguística, não se reduzindo nem ao discurso (que é a consequência da palavra), nem à língua (o que é suporte desta)’. Essa identificação da palavra a um gesto ou a um ato é muito importante para a nossa compreensão do seu papel dentro do processo analítico (Rolland, 2022, p. 44).

Quando lembramos o célebre enunciado “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o

conceito de ego” (Benveniste, 2005 [1958], p. 286), podemos perceber a implicação entre processo de subjetividade e linguagem, aspecto esse que Rolland retoma em um estilo com nuances benvenestianas:

A língua é então uma ‘estrutura’ pela qual formalizamos as ideias e emoções, cuja composição sempre singular, define uma dada subjetividade. Precisamente por essa capacidade psíquica que lhe é devida, a língua, pode construir um aparelho também imaterial, tanto quanto insistimos sobre a alma ser ‘uma substância do corpo’.

[...] O analista trabalha com um corpo espiritual — a língua — cuja materialidade lhe escapa, em busca de palavras que por definição são evanescentes (Rolland, 2022, p. 13-14).

Por outra parte, as discussões benvenestianas reforçam a linguagem como inerente à natureza humana e aos movimentos intra e interpsíquicos:

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou [...]. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (Benveniste, 2005 [1958], p. 285).

Não devemos esquecer que o próprio Benveniste teve a oportunidade de refletir sobre as relações entre Psicanálise e Linguagem, inclusive publicando em revista desse último campo de conhecimento. Nesse ponto, destacamos diretamente dois textos: “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958). Neles acompanhamos como Benveniste considera a importância de discutir as questões de linguagem e de língua para poder refletir sobre a emergência do ser humano e seus processos de subjetivação.

Voltamos assim ao “discurso”. A continuarmos essas compara-

ções, tomaríamos o caminho de fecundas comparações entre a simbólica do inconsciente e certos processos típicos da subjetividade manifesta no discurso. Pode-se, ao nível da linguagem, precisar: trata-se dos processos estilísticos do discurso. De fato é no estilo, mais que na língua, que veríamos um termo de comparação com as propriedades que Freud desvendou como sinaléticas da linguagem onírica. Ficamos impressionado com as analogias que aqui se esboçam. O inconsciente emprega uma verdadeira “retórica” que, como o estilo, tem suas “figuras”, e o velho catálogo dos tropos proporcionaria um inventário apropriado aos dois registros de expressão [...]. Na verdade, aquilo a que chamamos inconsciente é responsável pela maneira como o indivíduo constrói a sua pessoa, afirma, recalca ou ignora isto motivando aquilo (Benveniste, 2005 [1956], p. 93-94).

Não seria incoerente afirmar que as palavras de Benveniste poderiam ter inspirado as reflexões de Rolland quando afirma que as características da “Terceira Língua”, situada entre o inconsciente e pré-consciente”, se concentram nas denominadas “Figuras de Estilo / de Linguagem”: **1)** Figuras de som (aliterações, assonâncias e onomatopeias,...); **2)** Figuras de palavras (metáforas, comparações, metonímias, perífrases,...); **3)** Figuras de pensamento (hipérboles, eufemismos, ironias, personificações,...) e **4)** Figuras de sintaxe (elipses, anacolutos, pleonasmos, anáforas, polissíndetos etc).

Em face da importância da palavra para a Psicanálise, ao analisar o sujeito da Contemporaneidade, Birman (2020, p. 133) nos alerta que “o empobrecimento da linguagem [...] marca de maneira indelével as subjetividades contemporâneas [...]”, em que ela “perde o seu poder metafórico, sendo permeada cada vez mais por imagens, que se consubstanciam no corpo e na ação”. Segundo o psiquiatra e psicoterapeuta capixaba, o mal-estar na Contemporaneidade pode ser entendido como uma “caixa de ressonância” das “relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, revelando, assim, as coordenadas cruciais que seriam constitutivas da experiência subjetiva” (Birman, 2020, p. 55).

Os principais registros desse mal-estar da/na civilização contemporânea são: **1)** Registro do corpo e do excesso (estresse, síndrome da fadiga crônica, síndrome do pânico, sintomas psicossomáticos varia-

dos); **2)** Registros de ação e de compulsão (explosividade, irritabilidade, violência, crueldade, compulsões como toxicomanias, hiperconsumo, problemas alimentares) e **3)** Registros de Intensidade (depressões, sentimento de impotência, apatia, vazio de sentido). A predominância de tais registros se justifica pela ruptura entre os índices de espaço e de tempo, em que o espaço (índices do aqui e agora) domina o psiquismo em detrimento do aspecto temporal (possibilidades de vivências a partir dos processos de temporalização na experiência psíquica, marcada pelas diferenças do antes, agora e depois). Desse modo, a existência se limita ao eterno presente com um predomínio da dimensão do espaço apenas, ou seja, com ausência de futuro e da relação de alteridade. Em decorrência desse cenário, o discurso se torna mais pragmático e metonímico, empobrecendo a natureza simbólica do ser humano.

Nesse aspecto, Benveniste também dedicou especial atenção com a questão do tempo. Para o linguista franco-sírio, tempo é dividido em “tempo físico no mundo” (contínuo uniforme, infinito, linear e segmentável) e o “tempo crônico” (tempo dos acontecimentos e da experiência humana). No entanto, o fundamental é como ele se realiza no discurso.

O tempo crônico fixado num calendário é estranho ao tempo vivido e não pode coincidir com ele; pelo próprio fato de ser objetivo, propõe medidas e divisões uniformes em que se alojam os acontecimentos, mas estes não coincidem com as categorias próprias da experiência humana do tempo [...]. Uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana de tempo [...].

O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso (Benveniste, 2006 [1965], p. 74).

Ao considerar esse panorama, o tempo presente é a reinvenção em cada momento de enunciação (sendo o tempo linguístico por excelência) enquanto o passado é a evocação da memória (representado por vários tempos linguísticos, já que representa várias experiências)

e o futuro é a evocação da prospecção (poucos tempos linguísticos, posto que representa a virtualidade). Além disso, é ele que permite a intersubjetividade, uma vez que o interlocutor aceita o tempo do locutor que o organiza conforme sua experiência, o que é um dos indícios mais evidentes de interlocução inscrita na linguagem.

Essa experiência humana inscrita no discurso torna-se imprescindível para a experiência da intersubjetividade analítica, que reconhece a complexidade do tempo da e na análise que pode representar repetição, retorno ou atemporalidade.

Em geral, entendemos a experiência sob a primazia da presentidade: o que é, é no presente. O que foi já não é; e o que será ainda não é. O verbo ser só diz plenamente o que se dá no presente do ser: o é.

Assim, a solução narrativa que inclui o passado e o futuro no “presente estendido da narração” nos parece tão engenhosa e convincente: o passado é, e o futuro também é no presente estendido da narração, o primeiro como memória o segundo como expectativa, ambos como ‘sentimento’ [...].

É evidente, todavia, que a heterocronia [...], entendida como o tempo múltiplo e em tensão, não se conforma a esta solução narrativa que não consegue acomodar em seu seio as fraturas dos tempos discordantes, suas persistências, suas repetições seus retornos, seus enclaves etc (Figueiredo, 2021, p. 58-59).

A partir dessas breves articulações teóricas, entendemos que as observações e reflexões em uma área são extremamente pertinentes em outra, em particular no que se refere ao movimento de análise. Por um lado, o olhar enunciativo para a materialidade da língua permite ao analista perceber as sutilezas da dinâmica psíquica, uma vez que “[um] acontecimento em palavras manifesta um movimento psíquico e não apenas linguístico da língua” (Rolland, 2022, p. 19). Por outra parte, as reflexões psicanalíticas podem aprimorar a análise do linguista da enunciação no que se refere ao movimento de des/reconstruir o sujeito em sua singularidade, valorizando a autenticidade do ser humano que se marca na e pela linguagem.

3. Possibilidades do olhar sobre a experiência da perda e do luto.

Após este percurso teórico, é fundamental vislumbrar uma possibilidade de observação acurada com vistas a perceber as possibilidades de intersecção dos olhares analíticos amparados por essas duas áreas. Como anteriormente assinalado, ao considerar as características desse espaço, escolhemos fragmentos da coletânea de relatos “Quando a morte chega em casa” (2022) sobre a morte e o morrer, narradas majoritariamente por profissionais vinculados ao campo da saúde. O cenário de rompimento de rituais de luto durante o período pandêmico foi um dos eixos motivadores para a elaboração da obra. Para as organizadoras, a referida coletânea é uma forma de compartilhar experiências e reflexões sobre a morte que auxiliarão para a continuidade da vida.

Aliás, nos últimos anos, o mercado editorial nos oferece uma variedade de títulos cujo tema é o luto, em especial, a trajetória em direção à finitude de pessoas que estão com doenças terminais ou de familiares que acompanham essas pessoas. A título de exemplo podemos citar “Os últimos melhores dias da minha vida” (2020), de Gilberto Dimenstein e Anna Penido ou “Rita Lee: Outra autobiografia” (2023), de Rita Lee. Nessas obras e em outras do mesmo gênero se observa um trabalho cuidadoso com as marcas da temporalidade como sinais indiretos de marcar a temporalidade e, conseqüentemente, índice de um trabalho de revitalização de um processo de subjetivação como forma de identificar/fortalecer/revitalizar um legado da existência do sujeito, seja para elaborar o luto da finitude própria, seja para elaborar o luto da finitude de uma pessoa significativa na vida do locutor. São tentativas de ressignificações como forma de transformar a dor em sofrimento e, conseqüentemente, sofrimento em memória e ausência.

Nesse sentido, uma das características observáveis é o trabalho com as marcas do tempo no discurso. Escolhemos dois fragmentos modélicos com relação às marcas temporais no texto nesses tipos de gênero.

A primeira amostra se refere ao texto “Pequeno poema de Amor”, de Maria das Graças Mota Cruz de Assis Figueiredo, em que se narra a perda do marido da narradora.

Foi numa quinta-feira de fevereiro do ano de 2013 a única vez em que ele viajou sozinho, e foi para São Paulo. Voltaria no **dia seguinte**.

Exatamente às 18h10 minha secretária bateu à porta do meu consultório. Eu havia entrado com a última paciente do dia e, pela urgência das batidas, imaginei que algo ruim deveria ter acontecido. Meu filho me pedia que esperasse **alguns minutos** por ele, porque teríamos de ir a São Paulo. “Marco teve um derame” (Gouvêa; Fukumitsu, 2022, p. 36. Grifos nossos).

No presente caso, se observa um detalhamento da sequência de acontecimentos por meio de marcas temporais que tentam representar condições mensurativas em termos benvenestianos (quinta-feira de fevereiro de 2013), mas com efeitos de sentido quase de uma condição estativa (antes e depois do dia da morte do sujeito) como forma de marcar uma visão retroativa e uma visão pospositiva do acontecimento. No entanto, ao enunciar, o locutor presentificar tais marcas e, com isso, permite que o interlocutor possa acompanhar, no ato de enunciar, a experiência do instante em que houve a ruptura significativa na existência do sujeito. Como o próprio Benveniste (2006, p. 74) nos lembra, “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta experiência humana de tempo”.

Se tal relato fosse no contexto do *setting analítico*, o analista tem indícios evidentes de como o passado e do presente do inconsciente do analisante se atualizam como forma de representar o caos resultante da vivência traumática. A ênfase recorrente em marcas distintas de tempos mensurativos é o traço sutil de como as marcas na materialidade linguística indicam a tentativa de compartilhamento da experiência singular de perda, inclusive para o próprio locutor da narração.

A segunda amostra se refere ao texto “A vida nas suas miudezas”, de Rafael Stein, em que se vislumbra o processo de finitude da esposa do locutor.

Era sexta-feira e a consulta estava marcada para o **final do dia**. Fugir ou evitar o que estava sentindo não era uma alternativa. Fui obrigado a me relacionar com a morte. Escolhi não negar a

realidade e abri espaço para vivenciar outros infinitos sentimentos [...]”.

Fazia quinze dias que ela notara o caroço no seio esquerdo. Entre exames, biópsia, fobia de agulha e sedação, o **tempo insistia em passar devagar** [...].

Quando saímos da clínica, **já era noite**. Não havia estrelas no céu, naquela escuridão **o futuro se apresentava sem avisar**. “Nós temos um tumor, temos um tumor, sim [...]”. (Gouvêa; Fukumitsu, 2022, p. 52. Grifos nossos)

Nesse fragmento, o que mais se destaca são os mecanismos di-retivos em torno de algumas referências. Em tal caso, se enfatiza a experiência singular da passagem do tempo que, segundo as marcas do locutor no enunciado, tem efeitos ora de uma passagem lenta, ora de uma passagem de tempo rápida, conforme a reelaboração e ressignificação do locutor ao organizar os acontecimentos em um eixo temporal no discurso.

As nuances enunciativas presentes tanto no tipo de escolha linguística para marcar o tempo exato, quanto na repetição de alguns mecanismos semânticos (menção ao dia da semana e a quantidade de dia) e sintáticos (recorrência do tempo ao início e no final do enunciado) destacam importância do locutor em enfatizar a experiência de mudança abrupta. As marcas do tempo na vivência do sujeito no sentido de delimitação de fases também se apresentam na materialidade linguística na tentativa de delimitações semânticas e sintáticas que orientam o interlocutor no processo de intersubjetividade discursiva que, por sua vez, se torna uma oportunidade de experiência intersíquica em termos psicanalíticos.

Do ponto de vista psicanalítico, o trabalho discursivo que inclui o movimento de construção da temporalidade é essencial para a integração de acontecimentos, em particular os traumáticos, na trajetória do sujeito. O mal-estar típico da Contemporaneidade tem como uma das características o aprisionamento do sujeito no eterno presente baseado na repetição do aqui e do agora, na dor do desalento, em que não existe a alteridade.

A intersubjetividade presente no exercício dos indícios da tem-

poralidade na materialidade linguística implica a existência de um tu, do reconhecimento da alteridade como constitutiva da experiência humana. É necessário entender tal processo não em termos de conteúdo, mas no movimento dinâmico de suas formas.

4. Considerações finais: o sentido nos movimentos temporais no discurso e na existência.

Nesse breve percurso reflexivo, pretendemos defender a importância de incrementar as articulações entre as perspectivas enunciativas e psicanalíticas para aproximá-las aos fenômenos contemporâneos vinculados ao processo de subjetivação em contextos traumáticos como o de luto mal elaborado. Esperamos que as considerações aqui tecidas possam ter se tornado em uma tela que envolva a dinâmica da interdisciplinaridade em rumo à reflexão sobre a singularidade humana.

Como palavras finais queremos retomar duas noções, vinculadas pela ideia de movimento, que permearam todo o nosso percurso. Por um lado, a questão da língua como a materialidade que acolhe as marcas da experiência do sujeito.

Ela [a terceira língua] é que se transmite em primeiro lugar da mãe à criança. Por sua sintaxe e sua materialidade sonora e gráfica, ela organizará uma tela estendendo suas redes entre os homens, no interior de cada um deles, nas diferentes peças psíquicas que fazem suas almas. Ela conservará os traços de todos os acontecimentos, tecendo esses reencontros (como a tela conserva o traço dos movimentos do pincel que aí foram assinalados) (Rolland, 2022, p. 13).

Por outro, a problemática do sentido, que se vincula a singularidade no modo de vivenciar o seu processo de subjetividade, deixando marcas na língua.

[Um] enunciado apenas tem sentido em uma situação determinada, à qual se refere. Ele apenas adquire sentido em relação à situação, mas, ao mesmo tempo, configura esta situação. Deve, portanto, distinguir os elementos do enunciado.

Na realidade, o problema do sentido é o problema da própria língua, e, como a língua aparece para mim como uma paisagem que se move (ela é o lugar de transformação) e como se compõe de elementos diferentes (verbos, nomes, etc.), o sentido se resume a procurar o modo de significar próprio a cada um dos elementos em questão (Benveniste, 2014 [1969], p. 193-194).

Ao recuperar essas duas metáforas sobre tela, paisagem e movimento, desejamos finalizar com a recordação de que a trajetória existencial não somente se perfila pelo movimento no espaço, mas também pelo transcurso do tempo que é, simultaneamente, impermanente como mostra sua passagem e fixo no que se refere às marcas indelévels no discurso e na existência do sujeito.

Desse modo, a vida e a morte são uma experiência complementariedade, marcando o sujeito em sua singularidade em um movimento dinâmico dentro do registro de temporalidade, além da espacialidade. Tal movimento está registrado na tela impressionista textual e discursiva, em que conforme a aproximação ou distanciamento do olhar altera a percepção do (im)permanente. A articulação entre a Enunciação e a Psicanálise torna o movimento do olhar mais sensível e dinâmico, que vai além das especificidades isoladas desses campos. Portanto, em prol de auxiliar o ser humano a entender as vicissitudes de sua existência, vale a pena aprofundarmos no estudo dessa articulação.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ARRIVÉ, M. *Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. São Paulo: 1994.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas/SP: Pontes: 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas/

SP: Pontes: 2006.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade: espaço dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *A mente do analista*. São Paulo: Escuta, 2021.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Linguística e Psicanálise: Princípios de uma análise Semântica da Enunciação*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOUVÊA, Teresa Vera Souza; FUKUMITSU, Karina Okajima (Org.). *Quando a morte chega em casa*. São Paulo: Summus editorial, 2022.

ROLLAND, Jean-Claude. *A língua e o psíquico*. São Paulo: Blucher, 2022.

SUBSÍDIOS DA ANTROPOLOGIA DA ENUNCIÇÃO À LINGUÍSTICA CLÍNICA

Celia Helena de Pelegrini Della Mía (UFSM)
celia.mea@ufsm.br

1. Introdução

Flores (2019), ao tratar da linguística como reflexão antropológica, já no prefácio de sua obra *Problemas Gerais de Linguística*, chama atenção para o fato de que é vasto, na linguística, o âmbito que se abre pela admissão do falante, definido pelo autor como *Homo loquens*. Em nossa reflexão, assumimos a natureza *loquens* do humano e definimos o caminho teórico que nos apropriamos no intuito de problematizar o que a perspectiva da antropologia da enunciação traz como suporte teórico e metodológico aos estudos que encontram, na linguagem ou na língua (ou até na ausência dela(s)), o sintoma proeminente para a clínica.

Explicamo-nos: a noção de clínica, especificamente linguística clínica, como tem sido concebida em contextos externos ao nosso país⁷³ foca na inter-relação linguística e fonoaudiologia (tradição brasileira) ou linguística e Terapia da Fala (tradição portuguesa) e preocupa-se em responder sobre a natureza dos desempenhos linguísticos atípicos, buscando facilitadores para os processos de avaliação e intervenção clínica. Trata, então, da aplicação de conhecimentos da linguística em estudos, avaliações e intervenções em perturbações de linguagem. Embora essa tendência seja importante e relativamente consolidada no exterior, buscamos fazer um outro percurso, o que será melhor explicado no item 3 a seguir. Por ora, gostaríamos apenas de dar destaque ao que pode configurar a linguística clínica no Brasil, promovendo uma reflexão sobre aportes da antropologia da enunciação ao campo do que ponderamos ser a linguística clínica em nosso país.

⁷³Conforme Crystal (1981, 2002), Perkins (2011), Freitas; Lousada; Alves (2022), dentre outros.

2. Um breve testemunho: a experiência que nos encaminhou a essa reflexão

As considerações aqui registradas têm por base vivências em um Grupo Interdisciplinar de Convivência, conhecido como GIC, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O GIC, fundado em 2010, viabiliza convívio semanal entre pessoas com e sem afasia, no intuito de acolher e qualificar profissionais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais entre outros profissionais da saúde, bem como linguistas, professores de línguas, pedagogos e áreas afins da educação.

O GIC é inspirado no Centro de Convivência de Afásicos (CCA) da UNICAMP e recebe pessoas com afasia, encaminhadas pelo Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF) do curso de Fonoaudiologia da UFSM. As vivências no GIC permitiram desenvolver e aprofundar estudos linguísticos em perspectiva interdisciplinar no Programa de Pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana. Nossa inquietação sobre o funcionamento da linguagem em sujeitos com afasia é fruto desse nosso convívio no projeto extensionista e, mais especificamente, da diversidade de campos de conhecimento envolvidos na elaboração e aplicação de atividades práticas desenvolvidas durante os encontros no Grupo.

Dentre as diversas práticas semanais, dinâmicas com jogos, que envolvem a linguagem em diversidade semiológica, discussões sobre a história da cidade de Santa Maria ou de times de futebol, exibição de filmes para trabalho com a oralidade, confecção e brincadeiras com dominó, bingo, caça-palavras, leitura de letras de músicas e cantoria, quebra-cabeças, confecção de cartões de Natal, calendário anual de fotografias são atividades promovidas por participantes que articulam vários campos do conhecimento, mas que, em algum âmbito, se unem e problematizam a linguagem e a língua (ou a ausência da língua) no homem.

Da observação dessa realidade, presumimos uma possível abordagem para os fenômenos da linguagem e da língua em dissolução⁷⁴. A

⁷⁴Fazemos menção a afasia na proposição de Jakobson (1956) em Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia.

fim de melhor esclarecer nossa percepção, compreendemos que há uma vertente de estudo linguísticos que aí se delineia pela abordagem da linguagem humana como fonte de sintoma do *Homo loquens* no âmbito da clínica – para nós – a linguística clínica.

3. Linguística Clínica

Em 2022, a obra *Linguística Clínica: modelos, avaliação e intervenção*, publicada em Berlin e organizada por Maria João Freitas (linguista), Marisa Lousada (terapeuta da fala) e Dina Caetano Alves (linguista e terapeuta da fala), apresenta um conjunto de pesquisas que ecoam a inter-relação da Linguística e da Fonoaudiologia em trabalhos que tratam da linguagem considerada ‘atípica’ em países lusófonos, com a nítida preocupação sobre a rigorosidade e a eficiência dos processos de avaliação e de intervenção clínica.

Com capítulos que trazem aspectos fonológicos, sintáticos, pragmáticos, discursivos etc., a obra, organizada em quatro unidades temáticas, aborda desde elementos gramaticais, itens lexicais, estruturas sintáticas, até operações discursivas que apontam para desempenhos linguísticos problemáticos e encaminham para intervenções terapêuticas. Essa publicação pode ser entendida como uma síntese de como o fazer em linguística clínica (por linguistas e fonoaudiólogos/terapeutas da fala) tem se estabelecido em contextos externos ao Brasil⁷⁵.

Exposto esse cenário, entendemos que o conceito de ‘clínica’ ao qual nos baseamos segue outro caminho. Observamos e assumimos o conceito trazido por Regina Ritter Lamprecht e Carmem Lúcia Matzenauer ao tratarem da *fonologia clínica*, surgida, ainda, na década de 1980:

A “fonologia clínica”, uma subárea da linguística aplicada, sur-

⁷⁵Mesmo que raras na tradição brasileira, alguns estudos embrionários indicam a recepção desta abordagem da linguagem humana no Brasil: em 2021, a Universidade de São Paulo criou a disciplina de graduação Linguística Clínica (Clinical Linguistics). A proposta coloca em relevo a atuação do linguista como suporte aos profissionais da área da saúde; em 2023, a revista Bakhtiniana de São Paulo, publicou, na edição 18, o artigo Discourse Diversity Database (3D) para pesquisa em linguística clínica: projeto, construção e análise que versa sobre o Discourse Diversity Database (3D) –

giu nos últimos anos como decorrência do interesse crescente de terapeutas da fala pela linguística e de pesquisas linguísticas referentes a desvios fonológicos. (Lamprecht; Matzenauer, 1988, p. 57).

As autoras estabelecem de imediato o interesse pela linguística que terapeutas da fala demonstravam, principalmente ao que dizia respeito a desvios fonológicos, e evidenciam as pesquisas linguísticas que focavam os desvios fonológicos. Na reflexão das autoras, essa subárea da linguística aplicada “estabeleceu um novo campo interdisciplinar de indiscutível relevância tanto para terapeutas da fala como para a linguística” (Lamprecht; Matzenauer, 1988, p. 57), pois, por essa abordagem, coube investigar a natureza de certos desvios fonológicos o que promoveu outros métodos de avaliação bem como intervenções diferenciadas de tratamento pelo terapeuta. Assim como a aplicação dos estudos teóricos possibilitou a (re)análise de diferentes modelos teóricos focados em bases terapêuticas.

Seguimos a noção de clínica nos ‘moldes’ do que foi desenvolvido na fonologia clínica, pois entendemos a atuação do linguista nesse recorte como suporte aos profissionais da área da saúde e vice-versa, assim, a noção de linguística clínica vem na mesma acepção do termo fonologia clínica cunhado há mais de cinco décadas. Não nos agregamos, então, à noção de linguística clínica que traz o diagnóstico, a avaliação e as intervenções como campo do linguista em ações terapêuticas.

Vale ressaltar que assumimos o termo linguística clínica na abordagem da linguagem humana vista como fonte de sintoma do *Homo loquens*, o que permite ampliar as áreas interdisciplinares envolvidas nos estudos, como vamos explicitar em seguida, considerando avanços diante de preocupações no âmbito da linguagem e a noção de antropologia da enunciação (conforme Flores 2013/2019) – alicerçada em Émile Benveniste.

corpus desenvolvido para análise em linguística clínica. O artigo registra a descrição do procedimento de coleta de dados, do esquema de anotação e das características específicas de cada subdivisão do corpus – organizado em russo. A intenção de aperfeiçoar critérios de avaliação de pacientes e de detectar sintomas precoces de diferentes distúrbios de fala permite o entendimento de um movimento aberto à pesquisa linguística e ao trabalho do linguista associado ao do terapeuta, sem a pretensão clínica.

4. Da antropologia da enunciação

Encontramos suporte na *antropologia da enunciação*, cunhada por Flores (2013) e desenvolvida pelo autor em 2015, 2018 e, em obra de 2019, com evidente inspiração na perspectiva enunciativa de Émile Benveniste, como fonte de conhecimento sobre o homem e a língua no homem, sendo evidenciada a importância do estudo sobre o fato de o homem falar, de experienciar nele a presença da língua e das formas dos fenômenos da língua.

Em 2013, Flores, ao tratar de *Atualidades em torno do trabalho de Émile Benveniste*, sinalizava para o fato de a condição do homem como ser falante encaminhar a uma antropologia da linguagem que implica uma antropologia da enunciação. Dessons (2006), também referido em Flores (2013), aponta à noção de Benveniste sobre a essência da linguagem humana consistir no fato de que falamos a outros que falam – em situação de diálogo, encaminhando para a ideia benvenistiana de que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (Benveniste, 2005, p. 285).

Flores (2019) desenvolve as ideias inicialmente esboçadas e problematiza a questão do homem falante (*Homo loquens*), colocando a experiência do falante sobre sua condição de falante no centro das discussões da linguística, instituindo clara preocupação antropológica, uma vez que trata da língua no homem, evidenciando a língua presente no e constituindo o homem, afinal “a linguagem está na natureza do homem” (Benveniste, 2005, p. 285) e ensina a própria definição de homem, pois “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver.” (Benveniste, 1989, p. 222).

Traz, então, em sua proposta “uma linguística como reflexão antropológica no sentido de promover conhecimento geral do homem” (Flores, 2019, p. 16). Assim, pela visada da antropologia da enunciação, o *Homo loquens* exprime, nos fenômenos linguísticos, a presença da língua no homem, trazendo saber sobre a língua e conhecimento geral sobre o homem pelo fato de o homem falar. Flores (2019) alerta para o fato de que o falante fornece ‘pistas’, como marcas irrefletidas a serem interpretadas, a respeito da natureza *loquens* do homem, cabendo ao linguista, que pouco tem se ocupado com essas ‘pistas’, atentar para o

“conhecimento sobre o homem que advém do fato de o homem falar” (p. 261). Por essa perspectiva, como já sinalizamos, buscamos subsídios teóricos e metodológicos para refletir sobre o que conjecturamos ser – linguística clínica no contexto brasileiro.

5. Ponderações sobre um campo aberto

Propusemos buscar subsídios na antropologia da enunciação no intuito de fornecer um aparato teórico e metodológico viável ao desenvolvimento de estudos em linguística clínica na acepção aqui delineada. Antes, porém, vale elucidar por que registramos anteriormente a possibilidade de ampliar as áreas interdisciplinares no computo dos estudos da linguística clínica.

Em nossa compreensão, áreas da saúde como as que atuam no GIC (fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia etc) podem obter suporte teórico e metodológico por intermédio de pesquisas na/da linguística clínica, ao mesmo tempo em que o linguista clínico é favorecido com o resultado das ações terapêuticas que surgem em virtude das pesquisas na área. Dessa forma, a linguística clínica assim concebida constitui um domínio inter e transdisciplinar, que tem como fio comum e integrador, porque central, o *Homo loquens* e o fato de conter o sintoma na linguagem e/ou na língua (ou até na ausência dela(s)).

Esquematizamos brevemente, a seguir, alguns dos conceitos e possíveis aparatos metodológicos que encontramos ancorados na *antropologia da enunciação* e que sugerem fértil contribuição aos estudos em linguística clínica. Não temos pretensão de reduzir as discussões ao que sinalizamos. Pelo contrário, nossa proposta busca encaminhar nosso ponto de vista sobre as possibilidades de pesquisa em linguística clínica pelo viés da antropologia da enunciação⁷⁶, de maneira que outros ‘olhares’ germinem.

Subsídios teóricos

- A natureza simbólica do homem

⁷⁶Para entendimento dos conceitos aqui esboçados, é necessário considerar na íntegra a obra *Problemas gerais de linguística*, de Flores (2019).

- O falante no centro das discussões linguísticas
- As experiências do homem em sua condição de falante

Subsídios metodológicos

- O contorno de sentido (comentário)
- As noções de testemunho e de testemunha
- A metalinguagem

Por fim, em nossa reflexão teórica, apontamos que a antropologia da enunciação favorece o delinear de estudos sobre distúrbios de linguagem na interface linguística e fonoaudiologia, como, em nosso ponto de vista, se configura no domínio da linguística clínica, mas também deve se estender a outras interfaces (psicologia, terapia ocupacional, etc) que problematizam a linguagem e/ou a língua e as têm como fonte de sintoma do *Homo loquens*. Assim, nessa perspectiva da antropologia da enunciação, o *Homo loquens* revela, nos fenômenos linguísticos, a experiência do homem na linguagem e/ou na língua, trazendo saber sobre a língua e conhecimento geral sobre o homem pelo fato de o homem falar, delineando, assim, uma possibilidade de estudo na constituição da linguística clínica no contexto brasileiro.

Se assim o fizermos, institui-se o sintoma na linguagem e/ou na língua do *Homo loquens* como objeto de estudo desta abordagem, que pode/deve ser analisado por estudantes e docentes de cursos de graduação e pós-graduação em áreas como Fonoaudiologia, Linguística, Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Especial, Pedagogia, Letras e outras afins.

Referências

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 284-293.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CRYSTAL, David. *Clinical linguistics*. Viena: Springer-Verlag/London: Whurr, 1981.

CRYSTAL, David. Clinical Linguistics and Phonetics' first 15 years: An introductory comment. *Clinical Linguistics and Phonetics*, 2002. p. 487–489.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. 400 p.

FREITAS, Maria João; LOUSADA, Marisa; ALVES, Dina Caetano. *Linguística clínica: modelos, avaliação e intervenção*. Berlin, Language Science Press, 2022.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística da comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1956. p. 34- 62.

MATZENAUER, Carmen Lúcia & LAMPRECHT, Regina Ritter. Implicações da Teoria da Fonologia Natural e da Teoria dos Traços Distintivos na Fonologia Clínica. *Letras De Hoje*, 23(4), (1988). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/issue/view/793>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PERKINS, Michael. Clinical linguistics: its past, present and future. In: *Clinical Linguistics & Phonetics*, November–December, 2011. p. 922–927.

O “QUERER DIZER”: A SEMIOLOGIA DA LÍNGUA NA RELAÇÃO DO TEXTO–PARTITURA E DO TEXTO–INTÉRPRETE

Márcia Elisa Vanzin Boabaid (UFSM)⁷⁷
marcia.boabaid@ufsm.br

1 Considerações iniciais

Para Émile Benveniste, a linguagem se restringe ao uso da língua, e seu papel fundamental é o de significar, função que ultrapassa e justifica todas as demais. De forma quase poética ele sintetiza: “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (Benveniste, 1989, p. 222). Nesse contexto, surgem restrições que impossibilitam estabelecer uma relação entre a linguagem e a música, suscitando questões como: seria a música um sistema que nada diz ou representa além de si próprio? A partitura traduz pelo som um “querer dizer”? Se sim, a escuta pode motivar um estudo linguístico? Como a música produz sentido? Abordar essas questões implica considerar a música como “uma nova maneira de sentir, uma nova maneira de pensar” (Barthes, 2018, p. 152), e também como uma nova maneira “para viver” (Benveniste, 1989, p. 222). Com base nisso, é essencial redefinir a percepção do objeto musical, reavaliando o lugar de contato entre música e linguagem, de modo a possibilitar uma interpretação mais ampla, não restrita à perspectiva linguística ou “aquilo que recebe imediatamente um adjetivo” (Barthes, 2018, p.155).

Essa abordagem não visa aplicar a linguística à música ou introduzir a semiologia na história da música, mas anular a distância entre música e texto, tratando o texto como um trabalho e o trabalho musical como um texto. Aqui, o estatuto de texto⁷⁸ não se assemelha à definição

⁷⁷Professora adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen.

⁷⁸Embora Benveniste não defina diretamente o termo “texto”, suas reflexões permitem inferir uma noção compatível. Segundo Flores (2018), a teoria de Benveniste não contempla expressões como “texto escrito” ou “enunciado escrito”, sugerindo que o

linguística tradicional, mas se alinha à visão de Barthes (2018, p. 290), que sublinha: “nada de modelo para o texto: não porque ele é ‘livre’, mas porque ele é ‘diferente’”, uma perspectiva que permite apreciar a pluralidade que o constitui. Esse entendimento amplia a análise da música, não apenas como criação artística, mas como um meio de comunicação e expressão. Sob esse aspecto, é necessário compreender a partitura como um lugar de “fala”, concebendo-a como um texto-partitura, onde a ideia de fala é representada pela “voz do instrumento”, intimamente ligada ao discurso do corpo que confere significado à música, criando um novo movimento comunicativo: o texto-intérprete.

Considerando o exposto, a proposta deste texto é bastante clara: entender como a música, ao ultrapassar as limitações de sua própria linguagem, produz sentido para quem a ouve, mesmo sem o uso de palavras. A dificuldade de “conjuguar a linguagem, que é da ordem do geral, com a música, que é da ordem da diferença” (Barthes, 2018, p. 266) sugere uma reflexão sobre a partitura e o intérprete. Essa análise revela como a música cria uma experiência significativa com base no que o “sujeito que fala não diz” e que liga “o corpo como lugar ao discurso” (Barthes, 2018, p. 244).

Este texto se organiza em três partes. Primeiro, analisa como a língua opera enquanto interpretante de todos os sistemas, com base em Benveniste, que, segundo Teixeira (2012, p. 38), “transborda para o âmbito das relações entre a linguagem e o homem”. Em seguida, desenvolve uma reflexão a partir da questão levantada por Barthes: “como se desembaraçará a língua quando tem de interpretar a música?” (Barthes, 2018, p. 255). Por fim, investiga as reflexões sobre a escuta, evidenciando como a relação entre texto-partitura, texto-intérprete e ouvinte contribui para o (re)conhecimento do corpo como um estado de palavra.

conceito mais adequado seria “enunciação escrita”, cujo valor teórico ainda precisa ser estabelecido. Neste escrito, a noção de “texto-partitura” transcende a mera partitura, incorporando a interação humana e a relação enunciativa. De maneira semelhante, o “texto-intérprete” atribui voz ao instrumento e considera o corpo como um lugar de significância, permitindo ao ouvinte conferir sentido ao que escuta. Assim, a noção de texto aqui adotada se estende além da base linguística, abrangendo qualquer construção organizada em uma estrutura comunicativa, seja ela linguística ou não

2. Os intrincados da interpretância: uma trilha sonora para a linguagem da escuta

A noção de linguagem em Benveniste é especialmente relevante, pois indica que ela se restringe a aspectos verbais, sendo “o mais econômico dos simbolismos” (Benveniste, 1995, p.30). Isso contrasta com outros sistemas representativos que não utilizam a via verbal e não exigem esforço corporal. Benveniste complementa essa visão ao afirmar: “Toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode senão pela e na semiologia da língua” (Benveniste, 1989, p. 61). Para ele, “A língua é considerada por ela mesma” (1989, p. 45), e, alinhado com as reflexões de Saussure, ele propõe pensar o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos. Com base nisso, Benveniste passa a refletir sobre os sistemas não linguísticos, destacando que o aspecto comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia está na capacidade de significar - ou significância - e na composição em unidades de significância, ou signos.

A partir dessa análise, Benveniste explora as relações entre sistemas semióticos, identificando dois princípios fundamentais. O primeiro é o princípio da não-redundância, segundo o qual “não se pode ‘dizer a mesma coisa’ pela fala e pela música que são dois sistemas de base diferente” (Benveniste, 1989, p. 53), mostrando que não há sinonímia entre sistemas semióticos. Derivado desse princípio, o segundo é que dois sistemas podem compartilhar o mesmo signo sem que isso resulte sinonímia ou redundância, pois esses signos adquirem significados distintos quando inseridos em sistemas diferentes.

Dessa forma, a relação entre os sistemas semióticos deve ser de natureza semiótica, envolvendo um sistema interpretante e um sistema interpretado. Para Benveniste, a língua atua como interpretante de todos os outros sistemas, pois os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, mas não o contrário. A distinção entre sistemas que articulam sua própria semiótica e aqueles cuja semiótica se expressa de maneira diferente explica essa relação de interpretância. A língua se destaca por sua capacidade única de categorizar e interpretar outras distinções semióticas, ao passo que outros sistemas não

dispõem de uma “língua” própria para essa função. Assim, Benveniste enfatiza a preeminência da língua como interpretante de todo sistema significativo. Isso porque ao integrar aspectos semióticos e semânticos, a língua cria uma dupla significância: a significância do signo e a significância da enunciação. Como afirma Benveniste, “É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua” (Benveniste, 1989, p. 22).

A partir da afirmação de Benveniste sobre a existência do signo no uso da língua, observa-se uma diferença entre os sistemas em que a significância é determinada pelo autor na obra e aqueles em que a significância emerge dos elementos isolados, sem depender das relações que possam estabelecer entre si. A música parece seguir esse modelo, pois sua significância precisa ser redescoberta a cada execução. Já a significância da língua, que se relaciona simultaneamente com o mundo semântico e o mundo semiótico, define a própria essência da significância.

Assim, ao analisar a música sob a perspectiva semiológica, Benveniste foca em sua organização em termos de simultaneidades e sequências. Embora a música possa ser considerada uma “língua” com sintaxe, ela não desempenha o mesmo papel na formação semântica do sentido que as línguas verbais. Em *Semiologia da língua* (Benveniste, 1989), o signo é definido como uma unidade, mas nem toda unidade é um signo. As notas, enquanto unidades musicais, não funcionam como signos por si mesmas, pois não possuem significado intrínseco e são apenas graus de uma escala arbitrariamente definida. Benveniste observa que não há um paralelo entre as unidades musicais e as de outros sistemas semióticos, pois uma unidade musical só adquire significado por meio de uma conversão interna, onde as notas como “lá” ou “dó” são reconhecidas como unidades. Benveniste descreve a música como “articulada por sons situados sobre certa escala e combinados em certas sequências”, o que permite “operar *combinações duplas, sobre dois eixos simultâneos*” (2014, p. 116, grifos do autor). Assim, a música é considerada intransponível e responde apenas por si mesma, deixando aos músicos a tarefa de atribuir significados às combinações de sons.

Nesse sentido, o uso simultâneo de elementos musicais contra-

diz o sistema paradigmático da língua, resultando em um sistema semântico que não se alinha ao eixo sintagmático da língua. Além disso, a compatibilidade da sequência musical com a simultaneidade dos sons demonstra uma abordagem diferente, sem as restrições de ligação ou exclusão típicas da língua. Em uma composição musical, as notas não podem ser substituídas por outras equivalentes sem afetar a harmonia e o compasso. Cada sistema significativo deve criar sua própria forma de significação, o que leva Benveniste a descartar o conceito de signo musical e a descrever a música como não semiótica, afirmando que “pode-se dizer que se a música é considerada como uma “língua”, é uma língua que tem uma sintaxe, mas não uma semiótica” (Benveniste, 1989, p. 57). Portanto, o sistema musical depende de sua própria interpretação e não permite que outros sistemas atuem plenamente como seu interpretante. Isso levanta a questão: seria o texto musical, em sua totalidade, uma unidade capaz de produzir sentido por si só, sem a necessidade de outros sistemas interpretativos?

Vê-se, então, que a impossibilidade de expressar a mesma coisa tanto pela fala quanto pela música ressalta como o texto-intérprete adquire significado, demonstrando que a significância do texto musical depende da interpretação tanto do intérprete quanto do ouvinte, por isso, a partitura só tem significância para o ouvinte quando é interpretada. Afinal, como afirma Arnold (apud Carvalho, 2015, p. 7), “cabe a música mostrar-nos aquilo que nenhuma língua se deixa dizer”. Ora, isso permite considerar que, no texto musical, as relações de significância são reveladas durante a execução, desfazendo mais uma vez o limite entre o “falar” e o “dizer”.

Escutar é ler, é atribuir um lugar “de dizer” ao texto. Essa dinâmica não se limita à linguagem verbal, estendendo-se à execução de uma peça musical. No contexto musical, há um código escrito que “fala” e que “quer dizer”, e uma leitura que “escuta”. Assim, a notação musical assume o papel de “fala”, enquanto a leitura se transforma em um ato de “escuta”. Nesse sentido, o ato de “dizer” adota a “voz do instrumento” e está profundamente ligado ao “falar” corporal do pianista que interpreta a partitura, oferecendo-lhe a chance de “dizer”. De maneira similar ao que Barthes (2018) observa sobre a escritura - onde há um corpo situado entre o estruturado pela língua e pela cultura - também

há um outro corpo construído no vazio, na materialidade desprovida de toda linguagem, na intermitência da língua e seu “fora da linguagem”⁷⁹ (Benveniste, 1995, p. 290).

A pergunta de Cardew (1961, p.14), “Você pode ouvir o que eu estou vendo?”, encapsula a essência da questão ao explorar como a partitura gráfica cria uma interpretação a partir da relação entre expressão e conteúdo visual. Evidentemente, essa abordagem técnica considera tanto a forma musical e os aspectos materiais quanto a execução. Assim, a “leitura” do texto musical implica, simultaneamente, uma ação sonora e expressiva. Segundo Duarte (2017, p. 22), “o texto-partitura substitui a partitura enquanto diagrama específico, de natureza basicamente gráfica/visual, por um texto em escrita corrente, que compreende, em geral, a totalidade das instruções necessárias para a execução de uma determinada peça”. Dessa forma, a partitura, como artefato de uma notação escrita, não se limita à representação gráfica, mas se associa à performance do intérprete e ao corpo que confere significância, pois “antes de ser tocada a música ainda não está feita” (Carvalho, 2015, p. 49). Portanto, é a performance do pianista que dá vida à partitura e a torna significativa.

De acordo com Barthes (1992), o espaço do texto legível é comparado a uma partitura musical, pois é composto por códigos de sentidos independentes que se entrelaçam no texto como um todo. Ainda que a notação musical não seja um texto no sentido tradicional, funciona como um escrito que orienta a interpretação, operando como um “tipo de texto”. Isso porque a execução da peça musical vai além da mera decodificação da partitura; o intérprete não só decifra, mas também atribui significado. Esse processo envolve não apenas a conversão de um sistema escrito para um sistema significante, mas a identificação e a antecipação de motivos, frases e encadeamentos em uma sequência musical. Assim, o intérprete transforma um texto em outro, o texto-intérprete. Barthes afirma que “tocar” um texto é demonstrar sua existência, pois “só se prova o Texto num trabalho, numa produção” (Barthes, 2012, p.

⁷⁹A expressão “fora da linguagem” refere-se especificamente a algo “além dos estudos da linguagem”, sugerindo uma reflexão sobre como a subjetividade na linguagem impacta outros domínios que transcendem a esfera da linguística, apesar de a presença da linguagem continuar sendo essencial.

67 - grifo do autor).

Benveniste enfatiza que “a linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem” porque “a linguagem exige e pressupõe o outro” (Benveniste, 1989, p. 93), indicando que “a linguagem se realiza necessariamente numa língua” (Benveniste, 1995, p. 92) e é, portanto, o próprio uso da língua. Mas como a música “atinge” o outro? Se considerarmos o mecanismo da significação, “veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas” (Benveniste, 1995, p. 45- grifo do autor). Assim, o significado da música não está em si mesma, mas na relação que estabelece com o intérprete e, por consequência, com o ouvinte, porque “não se compreende música: ouve-se” (Lispector, 2019, p.8), com os sentidos e com o corpo inteiro.

Barthes afirma que “*Ouvir* é um fenômeno fisiológico; *escutar* é um ato psicológico” (Barthes, 2018, p. 235, grifo do autor). Essa proposição considera a relação e a distinção entre ouvir e escutar, considerando especialmente os três tipos de escuta que Barthes descreve. O primeiro tipo envolve a orientação da audição para os indícios, sem distinguir entre animal e homem. O segundo tipo refere-se à prática criativa do ritmo, que diferencia o humano do animal ao transformar o índice em ritmo e passar de pura vigilância para criação. Já a terceira escuta, de natureza psicanalítica, remete à segunda escuta e envolve a metamorfose do homem em sujeito dual.

Na perspectiva deste texto, a escuta psicanalítica reflete a imagem do corpo e é tão essencial quanto a liberdade da palavra. Nesse sentido, ao escutar um trecho de música clássica, o ouvinte é desafiado a decifrar e reconhecer o significante – seja o som ou a palavra – relacionando-o ao movimento do corpo e revelando os sentidos incommunicáveis das emoções, onde o som se torna existência. De acordo com essa abordagem, o foco da escuta psicanalítica é um termo, uma palavra ou um conjunto de letras que remete a um movimento do corpo - um significante. No entanto, escutar o significante não implica compreender o sentido do discurso formulado pelo sujeito, nem captar as impressões ou sentimentos provocados pela expressividade, em vez disso, sugere associar o corpo ao espaço de seu discurso.

As três formas de escuta revelam ao homem aspectos profundos de si mesmo, explorando sua realidade espacial, temporal e interior por meio de uma perspectiva semiótica e semântica, estabelecendo uma relação entre o significante e o significado. Ao adotar essa abordagem, Barthes delinea a essência da música moderna e mostra que a “escuta” refere-se ao ato de ouvir atentamente, não apenas percebendo ou reconhecendo os sons, mas atribuindo-lhes significado e compreendendo-os. Considerada uma ação ativa e criativa, a escuta envolve o encontro entre o que é dito e o que se escuta, instaurado no intervalo entre os corpos. Nesse contexto, a escuta é uma prática livre que abrange o inconsciente e o implícito, ativando o aspecto corporal. O foco está na relevância da combinação de sinais, com ênfase no ritmo, que transcende o simples fluxo entre significantes e significados. Assim, o significado da música está mais relacionado ao papel do intérprete e do ouvinte, bem como às especificidades individuais de representação, do que à estrutura da obra em si.

3. O “querer dizer”: a música como linguagem do corpo em estado de palavra

Na abertura de *O grão da voz* (2018), Barthes contextualiza que “A língua, no dizer de Benveniste, é o único sistema semiótico capaz de interpretar um outro sistema semiótico” [...] e questiona: “como se desembaraçará a língua quando tem de interpretar a música? Infelizmente, parece que muito mal” (Barthes, 2018, p. 255), porque, em geral, se recorre ao uso de “adjetivos” para especificar a música. Assim, escutar a música é atribuir a ela uma voz, mesmo que a própria seja desprovida de palavras porque o instrumento, como o piano, “fala sem dizer nada [...] é o gesto de uma voz; essa voz fala para não dizer mais do que a medida (o metro) que lhe permite existir – sair – como significante” (Barthes, 2018, p. 294) e assim constitui o sujeito que a escuta.

Ao explorar essa complexidade, Barthes entende que a linguagem encontra obstáculos ao tentar traduzir a música, pois esta evoca aspectos que transcendem a capacidade expressiva da linguagem verbal. É necessário, portanto, ajustar a percepção e o movimento, reconhecendo que o imaginário musical não só comunica, mas também contribui

para a constituição do sujeito que a escuta. Nesse contexto, o “grão” está vinculado ao corpo que executa a música, já que, para Barthes, a qualidade da linguagem não é definida pelas ciências da linguagem, mas pelo que ela não diz, pelo que não articula. Ele ressalta o valor da música como uma metáfora eficaz que, ao se encontrar com a língua, evoca significados além das palavras e revela uma expressão única que não pode ser descrita meramente pela linguagem.

Barthes, ao reinterpretar a música sem recorrer a adjetivos ou à linguística, argumenta que a língua se define mais pelo que permite dizer do que pelo que impede. Ele considera que aproximar a música da linguagem é uma forma de expandir o conceito de “grão”, que abrange não apenas o tom da voz, mas também a dualidade entre palavra e música, significado e significante, e linguagem e corpo. O “grão” possibilita uma interpretação que ultrapassa as limitações da linguagem, pois, como afirma Barthes “pela música compreendemos melhor o Texto como significância” (Barthes, 2018, p. 299 - grifo no original). Assim, a música oferece uma forma única para apreender o significado, transformando o “grão” em uma ponte entre o mundo simbólico da linguagem e a experiência corporal e emocional da música, permitindo uma compreensão individual e, em certa medida, profunda do texto musical como portador de significados.

A compreensão do corpo da escritura emerge da relação entre o grão e o corpo, por meio da visibilidade que o “grão” proporciona. Quanto às escutas, vê-se a presença de um corpo natural que engloba o auditivo para além das limitações físicas do ouvido, selecionando sons por meio da capacidade intelectual. Mas que tipo de escuta é essa? Para Barthes, essa escuta está associada ao prazer, pois tanto na interpretação quanto na escuta, o corpo ocupa um lugar de destaque. Então, Barthes questiona: “O que é que *faz* o corpo, quando enuncia (musicalmente)?” e responde [...] “*fala mas não diz nada*: porque desde o momento em que é musical, a palavra - ou o seu substituto instrumental já não é linguística, mas corporal; nunca diz senão isto, e nada mais: *o meu corpo se coloca em estado de palavra: quase parlando*” (Barthes, 2018, p.292- grifos do autor). Logo, seja ao executar ou ao escutar a música, é como se a música falasse, mesmo que ela própria não o faça.

Em Barthes lê-se: “A música, diz Benveniste, pertence ao se-

mântico (e não ao semiótico), já que os sons não são signos (nenhum som em si tem sentido); portanto, diz ainda Benveniste, a música é uma língua que tem uma sintaxe, mas não uma semiótica” e acrescenta: “O que Benveniste não diz, mas que talvez não contradissesse, é que a significância musical dum maneira muito mais clara do que a significação linguística, está penetrada de desejo” (Barthes, 2018, p. 298-299). Essa observação ressalta que, ao comparar a linguagem musical com a linguagem verbal, a música expressa um significado que não é objetivo. No entanto, isso não significa que a lógica musical se resume simplesmente à sintaxe, pois a coerência musical não segue o mesmo processo de construção dos sentidos linguísticos. Isso reforça a ideia de que sistemas não linguísticos, como a música, têm uma significância unidimensional. A música, essencialmente, remete a si mesma, e termos como “frase” e “período” nela utilizados não derivam de semelhanças com a linguagem verbal, mas na temporalidade compartilhada por ambos. Portanto, a ausência de significação objetiva nos sons e a independência das escalas musicais ajudam a entender por que a língua é o único sistema que opera em duas instâncias - semiótico e semântico – enquanto a música se manifesta exclusivamente no âmbito semântico.

A reflexão se amplia ao considerar Barthes: “Ora, se eu toco mal – além da ausência de velocidade [...] é porque nunca tenho o dedilhado escrito: improviso cada vez que toco, bem ou mal, o lugar dos meus dedos, e então nunca posso tocar nada sem errar. (Barthes, 2017, p. 84). Esse trecho revela uma convergência entre a música e o texto escrito, criando um espaço para uma ciência da particularidade. Ao unir corpo e tempo no presente, o intérprete constrói sua existência. A experiência de Barthes ao tocar e atualizar a música de Schumann mostra que a interpretação vai além da simples reprodução da peça, pois, ao direcionar as vibrações para si mesmo, destaca a importância do envolvimento corporal e temporal na prática musical e na enunciação. Barthes destaca que Schumann, ao incorporar seu corpo e suas sensações íntimas na prática musical, demonstra que a música está ligada ao desejo, atingindo um nível de significado que vai além das palavras e do intelecto, tocando camadas mais instintivas e emocionais da experiência humana. Por isso, sensações, humores e instâncias intuitivas, que não são necessariamente intelectuais, convergem na palavra *Rasch*. Se na partitura o

foco está nos efeitos no corpo, e não os movimentos do metrônomo, o verdadeiro significado de *Rasch* é comparável a ter um membro arrancado pelo vento ou pelo chicote, sendo levado a um lugar de dispersão preciso, porém desconhecido (Barthes, 2018).

Ao tocar os trechos de Schumann⁸⁰ marcados com *Rasch*, Barthes é guiado pelas inflexões do corpo, possibilitando um encontro consigo mesmo. Diz ele: “o verdadeiro pianista schumanniano sou eu” (Barthes, 2018, p. 283), enfatizando que, para ele, a música de Schumann ultrapassa os ouvidos; “ela corre no corpo, nos músculos, pelo bater do ritmo, e nas vísceras” (Barthes, 2018, p. 283). Esse exercício reflete uma singularidade dupla: a atualização da peça musical de Schumann e a escolha do termo *Rasch* para o seu texto, conferindo-lhe um significado próprio e distinto do uso original de Schumann. A individualização e variação desse termo, especialmente no contexto do pianista, evidenciam uma afinidade com Benveniste.

Barthes vê como essencial afastar-se da linguagem verbal para atingir o corpo, pois a linguagem exerce um domínio intenso sobre nós e dificulta a compreensão do que nos diferencia dos outros. Dessa forma, a exploração do corpo é moldada pela linguagem não verbal, já que nem a música nem o texto podem ser traduzidos ou reduzidos à palavra, pois ambos representam um lugar de existência. Portanto, a articulação entre o texto-partitura e o texto-intérprete coloca em relevo “a relação irreversível de interpretância, que inclui na língua outros sistemas” (Benveniste, 1989, p.63), demonstrando que a música é um sistema, como outros, que “são fundados sobre sua ordem própria” (Benveniste, 2014, p.116).

Para Barthes, a emoção não deve se subordinar à linguística, mas à linguagem do corpo. O corpo barthesiano, central nesta perspectiva, é um corpo sensível que dá significado às emoções provocadas pela música, funcionando como corpo-partitura capaz de perceber vibrações, ritmos, melodia e movimentos. Esse corpo, construído por camadas, forma uma trama densamente entrelaçada, cobrindo a pele de maneira significativa. O pianista é um “operador de gestos” (Barthes,

⁸⁰A exploração do corpo a partir da linguagem não verbal é destacada nos textos sobre a obra de Robert Schumann. Nesse contexto, Barthes interpreta a *Kreisleriana* e concentra-se em *Rasch*, parte desse conjunto de peças para piano

2018, p.162), atuando como uma ponte entre o corpo que revela linguagem e o “querer-dizer”. Da relação entre o texto-partitura, o texto-intérprete e o ouvinte, emerge o “dizer”, que é o encontro do objeto com o desejo. O desejo, então, serve como a passagem para a escuta do “grão”.

Considerações finais

Ao final da reflexão, constata-se a impossibilidade de expressar com palavras o que se expressa com a música, e vice-versa, evidência já apontada por Benveniste. Isso acentua o papel essencial da língua como geradora de significado. Em contraste, observa-se que o sistema musical permite expressar emoções, mas não oferece a mesma capacidade de detalhamento que a linguagem. Embora a música possa transmitir uma infinidade de sentimentos, ela não pode transmitir mensagens com a mesma precisão da língua, pois, apesar de sua capacidade de expressar tudo, não pode ser repetida textualmente, sendo sua unidade a significância e não é o signo, como sugere Benveniste. Diante disso, a língua se destaca como “mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo” (Benveniste, 1989, p. 229) e “é a música que vem para a língua e encontra o que há nela de musical, de amoroso” (Barthes, 2018, p. 270).

Ora, ao refletirmos sobre o destino da música após ser tocada, percebemos que o único elemento concreto é o instrumento. No entanto, o que escutamos persiste, porque “bem atrás do pensamento [temos] um fundo musical” (Lispector, 2019, p. 38). Recuperar esse fundo é fundamental para enriquecer a expressividade, função do texto-partitura e do texto-intérprete. Então, a música, como uma “maneira particular de fluir” (Benveniste, 1995, p. 368), não apenas transcende as limitações da linguagem, mas também é moldada por ela. A significância da música é constantemente construída, pois os elementos musicais não designam nem remetem a nada específico. Em vez disso, a ausência de um sistema semiótico se dissolve no semântico. Em contraste, a significância da língua, que se relaciona simultaneamente com o semântico e o semiótico, constitui a base para toda troca, porque é portadora de uma feição específica de capacidade semiológica.

Benveniste afirma que a relação do homem com a linguagem envolve uma busca por um sentido profundo, comparável à “cabeça de Medusa” (Benveniste, 1995, p.135). Por meio dessa metáfora, ele indica que o semiótico e o semântico devem articular-se juntos na língua. Por sua vez, Barthes argumenta que a música deve ser entendida como uma linguagem do corpo, em vez de ser subordinada à linguística. Além disso, segundo Lévi-Strauss (apud Carvalho, 2015, p. 10), a música “reúne as características contraditórias de ser simultaneamente inteligível e intraduzível”, pois a escuta pertence ao ouvinte, somente a ele, sem retorno. Esses pontos demonstram que, embora a música não seja uma linguagem na perspectiva de Benveniste, ela possui um potencial significativo, que se revela na execução do texto musical e na significância que pode ativar.

Portanto, escutar o “querer-dizer” da música é permitir que o “grão” seja ouvido, possibilitando ao ouvinte transformar essa experiência em algo significativo ao estabelecer uma ligação com o corpo do intérprete. Esse tipo de escuta escapa à análise da língua/linguagem específica, pois envolve escutar o corpo, a vida e sentir a música como uma nova maneira de viver, um traço compartilhado entre partitura, intérprete e ouvinte. Com efeito, se a terceira escuta revela um que fala a um outro que se propõe a ouvir, é fácil entender o momento que o intérprete transmigra para o “somos nós que tocamos” (Barthes, 2018, p. 253), onde somos o texto que diz sem falar – o que se reveste de “fora da linguagem” (Benveniste, 1995, p. 290).

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France 1968 e 1969*. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BARTHES, Roland. *Roland Barthes / por Roland Barthes*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa. Portugal: Edição 70, LDA, 2018.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CARDEW, Cornelius. *Notation: Interpretation, etc. Tempo*, (58), 21–33, 1961.

CARVALHO, Mário Vieira de. *Ó palavra, tu palavra que me falta! – Reflexões sobre música e linguagem*. V Encontro Nacional de Investigação em Música. Évora, 2015.

DUARTE, Miguel de Ávila. *Texto-partitura: a arqueologia musical de certas práticas artísticas contemporâneas*.

Disponível em: <https://artcontexto.com.br/portfolio/miguel-de-avila-duarte/>.

Acesso em: 09 de agosto de 2023.

DUARTE, Miguel de Ávila. *Nocagions: relações entre escrita e notação em John Cage e Hélio Oiticica* / Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. 2017.

FLORES, Valdir. N. *A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual*. DELTA 34, 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/M7NWvrwmcxh-9GrTSsKYQhF/>

Acesso em: 8 de setembro de 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. *A linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem*. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 9, n. 4, 2022.

LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Editora Rocco, São Paulo, 2019.

TEIXEIRA, Marlene. *O ato enunciativo e a instauração da experiência de trabalho de profissionais de enfermagem*. Revista Moara, n. 38, p.37-53, jul./dez. 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Cultrix, São Paulo, 1973.

Nota sobre os autores

Alena Ciulla

Doutora em Linguística, tradutora e professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-graduação do Instituto de Letras, na UFRGS.

Ana Paula Ramos de Souza

Doutora em Linguística, é professora do departamento de Saúde da Comunicação Humana, atuando no ensino de linguagem na infância e no adulto do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutora em Linguística, docente titular do departamento de saúde e comunicação humana do instituto de psicologia, serviço social, saúde e comunicação e do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Carmem Luci da Costa Silva

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, credenciada na linha de pesquisa Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas.

Carolina Knack

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Celia H. P. Della Méa

Doutora em Estudos do Texto e do Discurso, é professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e professora-orientadora da linha de pesquisa “Aspectos Clínicos e Linguísticos na Aquisição, Desenvolvimento e Distúrbios de Linguagem” do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Claudia Toldo

Doutora em Linguística, é professora-orientadora do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Letras da Universidade de Passo Fundo. É pesquisadora e bolsista Produtividade em Pesquisa - PQ/CNPQ.

Daniel Costa da Silva

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tradutor (língua francesa).

Gabriela Barboza

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora, em níveis de graduação e pós-graduação, na área de Linguística e Língua Portuguesa do ILA da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística da Enunciação, Epistemologia da Linguística, Leitura e Produção de Gêneros.

Heloisa Monteiro Rosário

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Departamento de Línguas Modernas, no Instituto de Letras, e professora-orientadora da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Doutora em Letras, é professora do Curso de Letras, na Escola de Educação e Humanidades, e do Curso de Fonoaudiologia, na Escola de Saúde e Ciências da Vida, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Compõe também o quadro permanente de professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da UNICAP, na linha de pesquisa “Aquisição, Desenvolvimento e Distúrbios da Linguagem” em suas diversas manifestações.

Ivani Cristina Brito Fernandes

Doutora em Cuestiones de Lengua, Sociolingüística y Crítica Textual

pela Universidade de Salamanca (Professora no curso de Licenciatura Letras / Espanhol, modalidades presencial e EaD, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - RS). Especialista em Psicanálise Humanista e Psicanálise Contemporânea”.

Jefferson Lopes Cardoso

Doutor em Estudos da linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professor do Departamento de Saúde e Comunicação Humana do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS.

Jomson Teixeira da Silva Filho

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é professor de Linguística e Práticas de Ensino na Universidade de Pernambuco (UPE), no campus de Garanhuns.

Márcia Elisa Vanzin Boabaid

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Departamento de Ciência da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Campus Frederico Westphalen.

Márcia Romero

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), é docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, EFLCH, Departamento de Educação, PPGESIA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, IL, PPGLet); é pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa NALingua (UNESP, FCLAr).

Marlete Sandra Diedrich

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Curso de Letras e professora-orientadora da linha de pesquisa “Constituição e interpretação do texto e do discurso” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Paula Ávila Nunes

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Curso de Letras

Português e professora-orientadora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Renata Trindade Severo

Doutora em Estudos da Linguagem pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professora no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre.

Sara Luiza Hoff

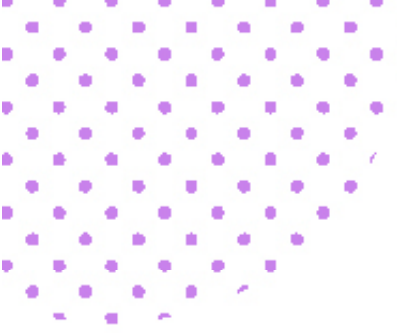
Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Silvana Silva

Doutora em Estudos da Linguagem, é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Instituto de Letras, e professora-orientadora da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pode incluir o seguinte: “Tem interesse nos seguintes temas: Teoria da Enunciação de Émile Benveniste; Perspectiva retórica de Roland Barthes; Epistemologia de Roman Jakobson; produção de textos; educação linguística; linguística histórica”

Valdir do Nascimento Flores

Doutor em Linguística, é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Instituto de Letras, e professor-orientador da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É também Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ/CNPq.



PPGL - UFSM

